



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Vinícius da Silva Ramos

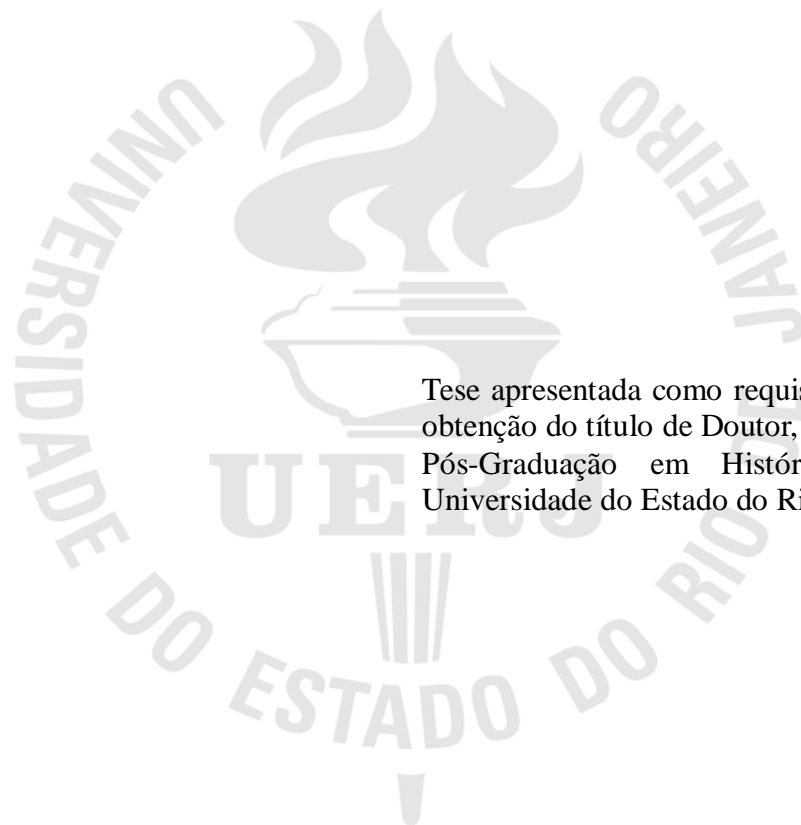
**Formas distintas para públicos distintos: o discurso integralista de acordo  
com seu público-alvo**

São Gonçalo

2020

Vinícius da Silva Ramos

**Formas distintas para públicos distintos: o discurso integralista de acordo com seu público-alvo**



Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Sydenham Lourenço Neto

São Gonçalo

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CEHD

R175 Ramos, Vinícius da Silva.  
Formas distintas para públicos distintos: o discurso integralista de acordo com seu público-alvo / Vinícius da Silva Ramos. – 2020.  
178f.

Orientador: Prof. Dr. Sydenham Lourenço Neto.  
Tese (Doutorado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Integralismo –Teses. 2. Fascismo–Teses. 3. Imprensa e política –Teses.  
I. Lourenço Neto, Sydenham. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CRB/7 - 4994

CDU 329.18

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial  
dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Vinícius da Silva Ramos

**Formas distintas para públicos distintos: o discurso integralista de acordo com seu público-alvo**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 15 de abril de 2020.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Sydenham Lourenço Neto (Orientador)

Faculdade de Formação de Professores - UERJ

---

Prof. Dr. Luís Reznik

Faculdade de Formação de Professores - UERJ

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Renata Duarte Simões

Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Gilberto Grassi Calil

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

São Gonçalo

2020

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha linda esposa, Tatiana. Parte fundamental deste trabalho, pedra angular de toda minha produção intelectual e principal razão para a manutenção do otimismo necessário à luta pela transformação social tão desejada por nós.

Ao meu orientador, Sydenham Lourenço Neto, pela paciência demonstrada com a total transformação do projeto inicial da tese no trabalho ora apresentado. Suas palavras nunca despertaram aflição, somente força de vontade.

Aos meus pais, por abdicarem de tantas coisas para que eu tivesse a formação sonhada por mim. O filho de vocês enfim será “doutor”.

A Luís Reznik, que de professor e orientador no passado, se tornou meu amigo e companheiro de jornada, ombro amigo de tantos momentos e grande incentivador.

A Renata Duarte Simões, que mesmo de longe pôde perceber meu crescimento e me acompanhar desde os tempos de “Hay Day”.

A Emílio Maciel Eigenheer, pelas reflexões sobre a vida e a morte e pela valiosíssima biblioteca constituída de livros descartados.

Ao Grupo de Estudos “Nove de Maio”, sustentáculo psicológico da minha militância e impulsionador do meu trabalho para além dos muros da universidade. “¡Patria o Muerte! ¡Venceremos!”

## RESUMO

RAMOS, Vinícius da Silva. *Formas distintas para públicos distintos: o discurso integralista de acordo com seu público-alvo*. 2020. 178f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2020.

Este estudo tem por objetivo analisar as diferentes produções discursivas de militantes da Ação Integralista Brasileira, em especial sua liderança máxima, Plínio Salgado, a partir dos diferentes veículos que repercutiam seus relatos. Livros, jornal integralista e grande imprensa foram fundamentais para fazer com que a palavra integralista alcançasse milhões de brasileiros, e que conquistasse uma parte deles. Nossa intenção foi buscar as particularidades de cada uma dessas ferramentas e compreender como elas se distinguiam umas das outras na aplicação da doutrinação integralista, onde o livro sempre fora apresentado como o canal de comunicação com as classes intelectualizadas; o jornal voltado para a classe trabalhadora; e acrescentamos os discursos voltados à grande imprensa, que matizava um pouco a zona de conforto provocada pela palavra integralista dentro do veículo integralista.

Palavras-chave: Integralismo. Fascismo. Imprensa.

## ABSTRACT

RAMOS, Vinícius da Silva. *Different forms for different audiences: the integralist discourse according to its target audience*. 2020. 178f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2020.

This study aims to analyze the different discursive productions of militants of the Ação Integralista Brasileira, especially their leadership, Plínio Salgado, from the different vehicles that reflected their reports. Books, integralist newspaper and the press were essential to make the word integralist reach millions of brazilians, and to conquer a part of them. Our intention was to look for the particularities of each of these tools and understand how they were distinguished from each other in the application of integralist indoctrination, where the book was always presented as the channel of communication with the intellectualized classes, the newspaper aimed at the working class, and we added speeches aimed at the press, which slightly colored the comfort zone caused by the integralist word inside the integralist vehicle.

Keywords: Integralism. Fascism. Press.

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
1	<b>AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA: HISTÓRIA E TRAJETÓRIA</b> .....	13
1.1	<b>Uma revisão</b> .....	13
1.2	<b>Características gerais</b> .....	20
2	<b>A LITERATURA INTEGRALISTA</b> .....	39
2.1	<b>Plínio Salgado</b> .....	39
2.2	<b>O romance O Estrangeiro</b> .....	41
2.3	<b>O romance O Esperado</b> .....	49
2.4	<b>O romance O Cavaleiro de Itararé</b> .....	53
2.5	<b>Obras doutrinárias</b> .....	57
3	<b>A OFFENSIVA</b> .....	75
3.1	<b>Editoriais</b> .....	77
3.2	<b>Educação, datas comemorativas, comunismo e governos fascistas</b> .....	105
3.3	<b>Diário integralista</b> .....	116
4	<b>O INTEGRALISMO NA GRANDE IMPRENSA: AS ENTREVISTAS</b> .....	131
4.1	<b>A imprensa no Brasil</b> .....	137
4.2	<b>A grande imprensa</b> .....	140
4.3	<b>Correio da Manhã</b> .....	155
4.4	<b>O Jornal</b> .....;; .....	162
	<b>CONCLUSÃO</b> .....	172



<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>176</b>
--------------------------	------------

## INTRODUÇÃO

A década de 1930 foi de grandes mudanças para o Brasil. Para qualquer aspecto que se observe, seja político, econômico, social, transformações profundas chegaram a nosso país. A industrialização, a urbanização, o aumento da participação política da sociedade, todas essas questões movimentaram a sociedade brasileira da época. Como qualquer período de mudanças, existem muitos questionamentos e respostas possíveis. Uns mais inclusivos, outros mais autoritários, uns igualitários, outros desiguais. De maneira geral, diversos grupos políticos tentavam dar um direcionamento ideológico a uma sociedade que precisava lidar com a inclusão política de milhões de pessoas após mais de 40 anos de um liberalismo excludente. Essas distintas visões estavam em disputa dentro do próprio governo que chegou ao poder em outubro de 1930 e que prometia trazer rupturas como o Brasil jamais havia visto. Os projetos tenentistas, oligárquico, industrial, todos pareciam se confundir e confluir e de alguma maneira apontar para um novo começo que se desenhava para o país.

O fim da Primeira Guerra Mundial trouxe decepções enormes para a Europa e para todos aqueles que se espelhavam no padrão europeu de cultura, inclusive o Brasil, abrindo as portas para questionamentos da validade do liberalismo, do debate parlamentar, da divisão política em vários partidos. Tudo aquilo que parecia consolidado foi totalmente questionado de diferentes maneiras por cada parte do mundo. Na Rússia, a solução para os problemas da guerra foi a instalação do primeiro Estado Socialista do mundo; na Itália, o fascismo ganhou impulso generalizado pelas insatisfações com os tratados de paz e o resultado catastrófico da guerra para a sociedade daquele país. Cada um a sua maneira buscava responder às questões que se acumulavam.

Para o Brasil, maior do que o impacto da Primeira Guerra Mundial, talvez tenha sido o da crise de 1929, que derrubando nossas exportações, trouxe prejuízos incalculáveis para a classe dominante que governava o Brasil desde os tempos do Império: os cafeicultores. A economia brasileira foi abalada de maneira irreversível, deixando claro que a opção por transformar o Brasil em um país unicamente voltado para a produção agrária exportadora condenaria as esperanças de fazer daqui uma potência. Entretanto, longe de saírem de cena, os cafeicultores apenas abriram espaço para a disputa do poder com outros grupos privilegiados, como ficou claro na montagem da Aliança Liberal, que disputou as eleições presidenciais contra Júlio Prestes. Esses, continuaram na vanguarda da política, mas precisaram aprender a dividir sua influência com outros grupos. Essa heterogeneidade do movimento de 1930

parecia ser um prelúdio do que seria a década que se iniciava, palco de enormes disputas e de diferentes projetos de poder.

Ao observarmos em perspectiva, nos parece que se a principal mudança econômica brasileira veio somente no fim da década de 1920, e de maneira forçada, as transformações sociais já se delineavam desde o início desse decênio. Como sabemos, não é possível falar do fenômeno da industrialização como algo exclusivo dos anos 1930. A passos mais lentos, o número de indústrias no Brasil crescia de forma progressiva desde o começo do século. A necessidade de produzir as mercadorias que a Europa não podia mais fornecer por conta da Primeira Guerra Mundial foi uma das responsáveis por esse processo. Com isso, a sociedade brasileira se modificava lentamente. Sinal disso era a proliferação de fundações e partidos políticos que se avolumavam na tentativa de entender e dar caminhos possíveis para o Brasil no século que há pouco se iniciara. Talvez os exemplos mais famosos desse processo estejam por coincidência no ano de 1922, com a fundação do Partido Comunista do Brasil e a Semana de Arte Moderna. Em ambos os casos temos a tentativa de definir uma visão de futuro e um projeto de nação que nasceu na década de 1920. No primeiro caso, esse projeto de nação era bem mais definido do que o movimento modernista. Esse movimento de autores, pintores, poetas, escultores e artistas de vários matizes refletia um pouco da grande variedade de projetos que disputavam a relevância para o público e, principalmente, para a classe dominante, que era a principal consumidora de arte no Brasil naquele momento. De artistas ligados à esquerda até nacionalistas mais exaltados, um grupo específico precisa receber nossa atenção, o movimento Verde Amarelo.

Liderados por Plínio Salgado, Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia, esse grupo buscava a formação de uma identidade nacional alinhada com valores nacionalistas, ufanistas e autoritários. Apesar de seu pouco destaque no cenário artístico da época, sua participação foi fundamental para catalisar os sentimentos de um grupo de intelectuais que pretendia reformar as bases da sociedade brasileira a partir de uma revolução silenciosa. Seu mote era o rompimento total com as tradições europeias, condição *sine qua non* para a formação de uma identidade nacional própria e, conseqüentemente, uma produção artística original. É desse grupo que sairão as bases para a formação intelectual de um movimento que vai ter relevância histórica para o Brasil: a Ação Integralista Brasileira (AIB) (CAVALARI, 1999).

Entretanto, antes da fundação da AIB enquanto partido político, sua principal liderança, Plínio Salgado, reúne em São Paulo alguns intelectuais engajados na mesma linha de pensamento da sua, uma direita autoritária, reacionária e elitista, que prezava pela preservação dos valores cristãos, o retorno a um passado mítico e a formação de uma nova

sociedade que teria lugar na América, continente jovem em comparação com a Europa e a Ásia, na visão desses pensadores. A Sociedade de Estudos Políticos (SEP), fundada em fevereiro de 1932, teve a função de aglutinar lideranças que viriam a fazer parte da AIB e consolidar Plínio Salgado como principal liderança do grupo, restando apenas a cooptação ou exclusão de alguns destacados movimentos regionais como a Ação Patrionovista Brasileira e a Legião Cearense do Trabalho, que aos poucos foram cedendo espaço para Plínio Salgado ocupar a centralidade da representação da extrema-direita no Brasil. Fundada em São Paulo, a SEP se apresentava como organização que tinha por objetivo discutir os problemas do Brasil e propor soluções. Essas soluções, dado o caráter da própria origem do movimento, não diferem muito do que já se delineava ainda no movimento Verde Amarelo, um nacionalismo autoritário, a construção de um Estado forte e o combate ao liberalismo, tratado como fracassado e ultrapassado para o novo século (CHASIN, 1978).

O caminho para a fundação de um partido político estava pavimentado, restava apenas a opção por um engajamento mais prático e a determinação de uma intervenção direta na sociedade, que teriam nascido em Salgado na mítica visita a Mussolini quando era tutor de um jovem de família paulistana rica (TRINDADE, 1979). Sua ideia era fundar um partido político aos moldes do que Mussolini havia produzido na Itália, com uma ideia de homogeneidade e uniformidade, mas com elementos que ressaltassem o nacionalismo brasileiro, o que faz com que a AIB tenha influências de diferentes matizes ideológicos, indo desde o conservadorismo cristão defendido por Alceu Amoroso Lima até o corporativismo de Manoilescu. Esse caráter nacionalista e ao mesmo tempo cosmopolita foi uma das principais marcas da AIB, que precisou enfrentar muitas críticas de seus opositores por não ter uma linha teórica bem definida, muitas vezes parecendo reunir projetos antagônicos, como uma clara inspiração fascista italiana ao mesmo tempo que criticava a influência estrangeira, ou “alienígena” como chamavam os integralistas. Sendo assim, a AIB se colocava como principal representante da reação no Brasil, mas não sem disputas internas e críticas vindas mesmo dentro do seu espectro ideológico.

O integralismo perpassa nossa vida acadêmica desde 2011, quando através do curso de História do Brasil V, ministrado pelo professor Luís Reznik na Faculdade de Formação de Professores da UERJ, tivemos um contato mais refinado com a ideologia e as práticas deste grupo político que tanto destaque possuía na época, mas que na historiografia sempre foi considerado um tema marginal. Nossa monografia e dissertação de mestrado versaram sobre o mesmo tema, com a última se transformando em livro no ano de 2019. Ou seja, nossa intimidade com o tema vem de longa data e nos indica que ainda há muito a ser feito,

principalmente em aspectos menos estudados, como as práticas do movimento e suas relações com outros agentes históricos.

A historiografia brasileira passou a demonstrar maior interesse pela Ação Integralista Brasileira a partir do fim da década de 1970, pelos trabalhos fundadores de Hélgio Trindade, José Chasin e Marilena Chauí, que inauguraram uma etapa para o estudo da extrema-direita no Brasil. Seus escritos foram o pontapé inicial para a superação do estigma de que somente aqueles que aderissem à direita estudavam a direita. Desde então, vemos uma profusão de pesquisas sendo desenvolvidas até os dias de hoje, passando por uma segunda vaga de interesse, representado basicamente por Ricardo Benzaquen de Araújo, Gilberto Vasconcellos e Rosa Maria Feiteiro Cavallari, que destrincharam mais a fundo a organização e a ideologia integralistas, contribuindo com um salto qualitativo na análise de fontes até então pouco exploradas. Num terceiro momento, já no século XXI, temos uma nova geração de historiadores bastante preocupados com a compreensão do fenômeno da extrema-direita, e com um foco mais regional ou até com o uso de fontes não tão convencionais, como a iconografia e os objetos integralistas. Neste esforço de ineditismo de fontes ou métodos se enquadra nossa tese, que visa fazer uma análise até então apenas ventilada, não sistematizada ainda em um estudo único e aprofundado. As diferenças entre os discursos vinculados às diferentes classes aderentes ao integralismo, com uma categorização feita no interior do movimento entre aqueles que deveriam receber as instruções de forma detalhada e aprofundada através dos livros, e aqueles que deveriam aprender sobre o movimento e suas características através de uma espécie de catecismo jesuíta, baseado na repetição das informações, além da formação de um ciclo de *diagnóstico-pânico-solução*.

Esta estratégia que era utilizada como ferramenta de manutenção de um constante estado de excitação da militância integralista não era novidade para os movimentos fascistas mundo afora, mas foi transmutado para o Brasil com enorme sucesso, o que contribuiu fortemente para a formação de um sentimento anticomunista, extremamente arraigado em amplos setores da população brasileira até os dias de hoje. Além desta comparação, pensamos contribuir para o futuro das pesquisas com o tratamento de fontes utilizadas somente por nós até o presente momento: a grande imprensa. Nossa mudança de foco em relação ao mestrado se encaminhou no sentido de não observar o comportamento dos jornais em si, mas sim o tipo de discurso veiculado pelos mesmos através das entrevistas. Sendo assim, supomos estar preenchendo lacunas importantes na historiografia sobre o integralismo, que muitas vezes ainda se baseia em ilações e conclusões apressadas sem ter um cuidado especial sobre

determinados assuntos, principalmente, sobre aqueles em que se imagina existir uma unanimidade sobre o tema.

Assim, nossa tese se organiza em quatro capítulos. No primeiro capítulo, fazemos uma reconstrução histórica da organização do integralismo baseada em extensa bibliografia sobre o tema, resultado destes quase dez anos de pesquisa sobre o mesmo. Nossa intenção foi de permitir ao leitor menos ambientado à temática ter uma noção bastante significativa sobre a estrutura e a história da AIB, além de um resumo do pensamento de outras lideranças além de Plínio Salgado: Gustavo Barroso e Miguel Reale. No segundo capítulo temos a análise da principal tríade de romances de Salgado, além de alguns livros chamados *doutrinários*, que tinham o objetivo de transmitir ao leitor as principais ideias do líder sobre história, filosofia, sociologia e outros elementos fundantes da sua doutrina. Neste capítulo analisamos inclusive obras que foram lançadas antes da AIB se constituir em grupo político, ainda na década de 1920. No terceiro capítulo realizamos a apreciação de vários editoriais do principal jornal integralista, *A Offensiva*. Apesar da impossibilidade de tratar de todos os editoriais do jornal devido à enorme quantidade de números do mesmo – posteriormente ao seu lançamento, o jornal se torna diário -, buscamos de alguma forma privilegiar o momento em que o periódico foi utilizado como ferramenta de doutrinação da militância integralista, principalmente quando da sua periodicidade semanal. Buscamos através da seleção de temas caros ao integralismo compreender como se dava a tarefa de angariar adeptos e, talvez o mais importante, manter os seus filiados em situação de prontidão, situação intentada pela prática discursiva por nós detectada, da formação de um esquema textual que privilegiava um ciclo de *diagnóstico-pânico-solução*, onde a situação da sociedade era analisada, retratada como um ciclo que se encerrava à beira do caos, e por fim, se apresentava o integralismo como única solução possível para a resolução dos problemas detectados. Por fim, temos o quarto capítulo, que se debruça sobre as entrevistas concedidas pelos integralistas em parte da grande imprensa – *Correio da Manhã* e *O Jornal* -, numa tentativa de furar o bloqueio de censura prévia que existia dentro das publicações integralistas. “Ouvir” os integralistas fora de seu habitat natural – jornais e livros integralistas – nos pareceu necessário para tentar compreender o que se passava além do discurso monolítico propalado pelas lideranças. O desconforto de falar ao grande público fora de seus jornais e tratar de assuntos nem sempre tão agradáveis ao movimento é uma chave de análise rica e que ainda é pouco utilizada pela historiografia.

## 1 AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA: HISTÓRIA E TRAJETÓRIA

O objetivo deste capítulo é fazer uma revisão historiográfica acerca da Ação Integralista Brasileira. Através de obras clássicas e do que de mais recente é produzido na Academia, procuramos situar o leitor na trajetória desse grupo, mais especificamente dos anos anteriores a sua fundação, até seu fechamento em 1938<sup>1</sup>. Consideramos importante essa digressão para que haja um melhor entendimento das implicações práticas na qual a AIB estava inserida, seus aspectos doutrinários e organizacionais, além de um panorama de sua atuação.

### 1.1 Uma revisão

A Ação Integralista Brasileira foi um movimento de extrema-direita, de inspiração fascista, que atuou no Brasil de 1932 a 1937, quando teve sua nomenclatura oficial modificada para Associação Brasileira de Cultura, e foi extinta, definitivamente, em 1938. A história do movimento integralista se inicia no começo da década de 1930, mas a formação do pensamento radical e conservador têm suas raízes desenvolvidas ainda na década de 1920, com a formação de alguns grupos com a matriz ideológica semelhante à AIB, tais como a Legião Cearense do Trabalho, a Ação Patrionovista Brasileira e o Partido Nacional Sindicalista. Da efervescência política e cultural da década de 1920 sairão as sementes para a formação do principal representante da extrema direita brasileira.

Após a publicação dos dois romances que serão analisados no próximo capítulo, e sua convivência com o grupo Verde Amarelo<sup>2</sup>, em 1932, Salgado já era uma personalidade literária de relativa importância, principalmente em São Paulo, mas ainda pouco conhecido no resto do Brasil. A partir das discussões políticas levantadas por ele em suas obras, surge a ideia da fundação de um grupo de trabalho para formação de uma elite intelectual do Brasil: a Sociedade de Estudos Políticos (SEP). Fundada em fevereiro de 1932, a SEP congregou uma série de intelectuais paulistas ou radicados na capital que comungavam das ideias autoritárias

---

<sup>1</sup> Apesar de seu fechamento, a AIB ainda mantinha atividades ilegais mesmo durante o Estado Novo.

<sup>2</sup> Grupo literário participante do movimento modernista.

– porém não fascistas - de Salgado, tais como Cândido Mota Filho, Ataliba Nogueira e Mario Graciotti, além de futuros membros da AIB, como Alfredo Buzaid e Roland Corbisier (CALIL, 2005). A principal característica da SEP era justamente a reunião de intelectuais que se mostravam descontentes com os rumos do liberalismo no Brasil e que acreditavam poder modificar sua situação através de uma ação instrumental ligada ao debate político-ideológico.

Seus argumentos norteadores mostraram o quanto esta vinha a se aproximar da ação teórica da AIB: “unidade da nação”, “princípio da autoridade”, “tradições históricas”, são todos conceitos que estavam presentes nos seus princípios gerais lançados em março do mesmo ano, e que veremos muito presentes em todo o período de atuação política dos integralistas. Até mesmo o nome Ação Integralista Brasileira já surgiu no seio da SEP como um departamento fundado por Salgado com a intenção de levar à prática os princípios teóricos levantados pela Sociedade (CALIL, 2005, p.127). A partir desse momento, Salgado empreendeu o esforço de congregar alguns movimentos sociais próximos da direita em torno da sua direção, se destacando a Ação Social Brasileira, liderada por J. Fabrino; a Legião Cearense do Trabalho, liderada por Severino Sombra; a Ação Patrionovista Brasileira, com destaque para João Carlos Fairbanks e o Partido Nacional Sindicalista, de Olbiano de Melo, estes últimos se mantendo próximos de Salgado durante o período de atuação da AIB.

Segundo Trindade (1979), as filiações ideológicas desses grupos são muito semelhantes, como a crítica à modernidade instalada nas grandes metrópoles brasileiras, assim como uma profunda desilusão com a Revolução de 1930. A Ação Social Brasileira, que sem sucesso tentou tornar-se Partido Nacional Fascista, possuía um programa de governo extremamente nacionalista e autoritário, prevendo a nacionalização de setores estratégicos da economia, tais como imprensa política, pesca, entre outros. Propugnava a substituição do federalismo por um modelo estatal centralizador e homogêneo. Assim como posteriormente a AIB assumiria, a Ação Social Brasileira também utilizava uniformes padronizados, neste caso, camisas azuis e calças cáqui. O modelo organizacional era extremamente rígido, com um líder absoluto, com amplos poderes sobre o partido, que indicaria de forma hierárquica e vertical seus auxiliares para a conquista de novos simpatizantes e adeptos (TRINDADE, 1979, p. 103-105).

Outro movimento que se deslocou para a órbita da AIB e acabou consigo levando alguns aspectos doutrinários e organizativos foi a Legião Cearense do Trabalho. Liderada pelo jovem militar Severino Sombra, essa organização chegou a contar com ampla participação de setores urbanos no Ceará, sendo das quatro organizações aquela que mais possuiu relevância política, pelo menos a nível regional. Condizente com sua formação antiliberal, Sombra e seus



correligionários mostraram-se críticos à Revolução de 1930, e isso serviu para mostrar o quanto este movimento foi importante para a política da época, se consubstanciando como um divisor de águas para os movimentos políticos analisados. Severino Sombra, em entrevista a Trindade (1979) revelou um relativo sucesso na conquista de simpatizantes entre os operários cearenses a partir da estratégia de cooptação de associações beneficentes e de ajuda mútua que já haviam sido fundadas pelos próprios trabalhadores. Diferentemente da Ação Social Brasileira e da posterior AIB, o mecanismo de escolha das lideranças e de seus auxiliares era relativamente democrático: o líder do movimento era escolhido através de uma eleição, com mandato limitado, e ainda possuíam os estatutos, formas de remoção da liderança, algo totalmente impensável nos exemplos antes citados. Além disso, as organizações confederadas possuíam direito de indicar auxiliares do líder. O uniforme também estava presente na Legião, assim como uma saudação ao líder: “Pronto!”

Com relação a seus objetivos, a Legião Cearense do Trabalho mostrava-se preocupada, principalmente, com a situação de exploração dos trabalhadores da região, onde listava entre seus principais objetivos a determinação de um limite de carga horária diária – 8 horas -, a folga aos domingos, a limitação ao trabalho infantil e feminino, a fixação de um salário mínimo, entre outras propostas, além da formação de uma economia coletiva organizada sob o corporativismo. Dessa forma, esse movimento possuía elementos que o aproximavam do fascismo tanto quanto da organização econômica medieval (TRINDADE, 1979).

O Partido Nacional Sindicalista, fundado por Olbiano de Mello, não chegou a tomar materialidade, ficando apenas no papel, mas segundo Trindade (1979), comparativamente com os outros movimentos, era aquele que possuía a melhor estruturação enquanto partido. Sua inspiração era claramente corporativista e fascista, demonstrando grande admiração pela obra de Mussolini na Itália. Sua concepção de revolução era bastante semelhante à de Plínio Salgado, considerando que as verdadeiras revoluções devem surgir de dentro do espírito de cada sujeito e irromper para uma mudança profunda na sociedade. Compreendemos que é possível sugerir algumas reminiscências dessas estruturas organizativas e de pensamento dentro da hierarquia e da ideologia desenvolvidas pela AIB. Tanto quanto Mello, Salgado buscava demonstrar que antes de buscar em revoltas armadas a solução para os problemas do país, deveria se progredir com uma revolução “interior” de cada brasileiro. Embora não tenha abandonado os aspectos práticos da agitação política, Salgado sempre valorizou o caráter educativo e “espiritual” de seu movimento.

Sua grande simpatia pelo fascismo nunca foi segredo, tendo trabalhado na produção de obras teóricas e doutrinárias que conseguissem esquematizar o projeto do corporativismo no

Brasil, nesse ponto antecedendo mesmo Plínio Salgado e Severino Sombra. A visão que possuía da sociedade moderna era tão ruim quanto a que Salgado descreveu em seus romances: a decadência moral e intelectual, o fracasso retumbante do liberalismo, a nocividade do cosmopolitismo e, logicamente, a ameaça de uma revolução comunista, eram apontadas como problemas que o mundo precisaria encarar naquele nascente século. Para este leque de problemas, Olbiano de Mello indicava uma solução definitiva: a instalação de uma república sindicalista corporativa no Brasil. Partindo do princípio da representatividade profissional, Olbiano de Mello sugeriu que cada município possuísse a autonomia necessária para organizar seus órgãos legislativos e reguladores, e que a soma dessas municipalidades formaria o conjunto dessa nova república; pensamento semelhante ao de Salgado quando este argumentava que os principais órgãos da sociedade eram a família, seguida pelo município. Sua ideia de república passava pelo fim do sufrágio universal, em substituição pela votação representativa profissional, onde seus principais objetivos seriam o combate ao comunismo e ao liberalismo. A constituição de tal república, na prática, deveria passar pela organização de seu partido, hierarquizado, autoritário e possuidor de uma milícia aos moldes da Itália e da Alemanha. O lema do partido se assemelhava ao da AIB: “Pela Família, pela Pátria, por Deus” (TRINDADE, 1979, p.114).

O último dos grupos cooptados por Salgado quando da fundação da AIB, foi a Ação Imperial Patrionovista Brasileira. Grupo monarquista, católico e corporativista, rejeitava a família real brasileira por supostamente ter cedido ao liberalismo durante o século anterior. Entretanto, o grupo não deixara claro qual seria a solução para a ocupação do trono por um novo rei. Uma de suas grandes plataformas políticas era o retorno do catolicismo como religião oficial do Brasil, numa tentativa de reeditar as práticas já abolidas em 1889. Novamente a representação política através da profissão – e não pelo sufrágio universal – estavam entre as pautas dos grupos que orbitavam em torno de Salgado. Sua fixação pela Idade Média e sua suposta melhor organização social eram recorrentes nesses discursos da extrema direita brasileira das décadas de 1920 e 1930. Antes mesmo de Salgado, o fundador da Ação Patrionovista já utilizara o conceito de “Estado Integralista”, para nomear a nova organização estatal que viria substituir o modelo liberal. Estado forte, centralizado, hierarquizado, muito semelhante ao que Plínio Salgado e Miguel Reale viriam a constituir em suas obras teóricas posteriores.

Sua visão corporativa estaria ligada umbilicalmente à religião, onde o ideal cristão de trabalho que enobrece a alma seria o grande responsável por fazer desenvolver no país, condutas que levassem a uma paulatina mitigação dos conflitos de classes, sendo substituído

por uma colaboração classista corporativa, onde o conceito moral seria mais importante do que a produtividade.

Ao observarmos estes grupos, algo nos salta aos olhos: a presença em seus conteúdos programáticos do nacionalismo e do corporativismo. Embora com diferenças acerca do papel do trabalhador, da religião, das críticas mais ou menos contundentes ao liberalismo, esses dois elementos se encontram presentes em todos os casos e, como veremos adiante, mantiveram-se na ordem do dia para a AIB. Consideramos importante realizar uma breve discussão sobre ambos os temas a fim de melhor situar o leitor.

Apesar da aplicação na prática ter sido inaugurada por Mussolini, o escopo da teoria do corporativismo havia sido desenvolvido anos antes por um intelectual romeno cujo impacto de suas obras no Brasil ainda precisa ser melhor analisado: Mihaïl Manoïlesco. Suas teorias sobre a permuta internacional, o protecionismo e a relação entre agricultura e indústria ainda permanecem obscuras num país onde talvez o engenheiro romeno nunca tenha imaginado que seus escritos fossem chegar. Entretanto, não foi pela simpatia ao romeno que o corporativismo se transformou em assunto da época, mas sim pelo respeito adquirido pelo líder fascista no meio intelectual autoritário brasileiro.

Em linhas gerais o corporativismo pode ser entendido como uma forma de organização econômica e social, no qual a representação política é feita através de um sistema dividido por meio das profissões dos sujeitos. Seu ponto alto foi sem dúvida a experiência da Itália fascista, que se inspirava nas corporações de ofício medievais. Seu relativo sucesso entre os intelectuais autoritários brasileiros da época, possivelmente explica-se pela admiração que o sistema político de Mussolini despertava desde 1922. Na Itália, esta organização prestava-se muito mais ao controle dos trabalhadores do que a sua organização para reivindicações, bem aos moldes da estrutura de Estado fascista. Como desde o processo de industrialização do Brasil, a questão do trabalho e das disputas entre capital e trabalhadores eram tratadas como “caso de polícia”, o controle proporcionado por tal organização se encaixava nos planos desses que pregavam soluções autoritárias para o país (EBENSTEIN, 1987).

A simpatia que este tipo de organização gerou foi tanta, que durante o Estado Novo, havia a clara associação entre o governo Vargas e o corporativismo, o que ficava ainda mais acentuado pela posição de destaque que Francisco Campos assumia com o ministério da Justiça, justamente um dos intelectuais que mais divulgaram as ideias do corporativismo no Brasil (LOVE, 1998). Assim como na Itália, o corporativismo no Brasil visava muito mais a facilitação do controle sobre os trabalhadores do que propriamente uma nova organização

econômica que superasse o liberalismo. Exemplo disso foi a constante falha dos mecanismos de decisão corporativa na Itália, assim como o pouco desenvolvimento teórico que essa questão recebeu mesmo por seus admiradores mais apaixonados como os integralistas (EBENSTEIN, 1987).

Para Poulantzas (1972), esta simpatia manifestada pela direita pela organização corporativa vai além da simples possibilidade de controle dos trabalhadores. Três fatores explicariam esse apelo ao corporativismo. O primeiro seria a mítica ideia medieval de moldar uma comunidade de produtores onde não houvesse, ou pelo menos não se percebesse a exploração de classes; o segundo seria o apelo a um passado mítico onde o terror da proletarização da pequena burguesia não existiria, protegida pelas associações de produtores, algo igualmente típico da Idade Média; por fim, o corporativismo funcionaria como uma plataforma de conquista de operários para o fascismo, donde se prometeria o ideal do controle da fábrica pelos próprios trabalhadores, num tipo de organização econômica e social, onde a figura do patrão deixaria de existir.

Em relação ao nacionalismo, discussões mais frequentes começaram a ocorrer a partir do século XIX, embora o fenômeno da formação dos Estados nacionais fosse anterior. Segundo Anderson (2008), o nacionalismo pode ser entendido como uma série de relações simbólicas que compreendem tanto a elite econômica do Estado quanto a população menos privilegiada, que a partir das seleções feitas na História nacional o sujeito se sente mais ou menos pertencente a um passado glorioso ou de sofrimento que gerou algum sentimento de união. No caso brasileiro, e mais especificamente do integralismo, o catalisador do sentimento nacional foi a mistura das raças, que teria sido feita de forma harmônica, condizendo bem com o sentido de *comunidade imaginada* proposto por Anderson, onde existiria certa horizontalidade nas formações nacionais e, posteriormente, na sua valorização – o nacionalismo. Ao adotarmos esta perspectiva, concluímos que a própria AIB contribuiu de alguma forma para o amálgama nacionalista brasileiro, não apenas com seus rompantes festivos e idolatria da bandeira nacional. Ao ser um produtor de informações com sua extensa rede de jornais, a *Sigma Jornais Reunidos* – que alcançaria as centenas de veículos -, os integralistas muito selecionaram da História oficial, o que seria digno de valorizar e vice-versa. Ou seja, para Anderson, não há apenas um sentido na construção do nacionalismo, e sim vários, onde mais pessoas além dos dirigentes ajudam a construir (ANDERSON, 2008).

O momento anterior à fundação da AIB foi de articulação e propagação das ideias da direita. Salgado liderou essa movimentação através de seus escritos no jornal *A Razão* e pela fundação da SEP. Como já dito, a SEP foi um núcleo que reuniu boa parte das lideranças do

que viria a ser a AIB, e esse periódico funcionou como propagador das ideias antiliberais e nacionalistas foram marcas da atuação da AIB.

De vida efêmera – cerca de um ano -, o jornal *A Razão* foi fundado por Oswaldo Aranha em 1931, na cidade de São Paulo. Nele, Salgado publicou em torno de trezentos artigos na coluna “Notas Políticas”. Quem mais detalhadamente analisou esses textos foi José Chasin (1978), do qual nos serviremos de algumas ponderações para melhor situar o leitor. Com relação à política nacional, Salgado se debateu contra o possível retorno do regime liberal deposto – ao menos em sua visão - em outubro de 1930. Mesmo não podendo influenciar diretamente a direção ideológica do movimento para seu nacionalismo, o autor tentou ao menos impedir o que ele considerava um *retrocesso* no processo político brasileiro. A isso, preferia a continuidade da ditadura do governo provisório de Vargas. Sua obsessão era impedir a convocação de uma Assembleia Constituinte, que poderia arruinar o desenvolvimento de um projeto autoritário e antiliberal (CHASIN, 1978).

Seus escritos possuíam o caráter doutrinário que viria a ser consagrado na extensa rede de jornais integralistas que atuaram na década de 1930, num misto de conteúdo programático estatal e aconselhamentos cotidianos. Sua cantilena apartidária é repetida inúmeras vezes, garantindo ser a publicação, um movimento de ideias totalmente sem pretensões políticas imediatas, o que seria marca somente daqueles criticados nos artigos, os homens que faziam a política no dia-a-dia. Salgado abominava estes, os tratava como imediatistas e sem projeto para o futuro, ao mesmo tempo em que ia delineando seu projeto de ação à frente da SEP. Já em fevereiro de 1932, Salgado utilizava a denominação “integralista” para referir-se a si próprio e a seus ideais que explanava naquelas colunas. Reclamava uma orientação ideológica para a ditadura instalada no poder, de preferência que estivesse de acordo com suas propostas. Ou seja, nestas notas o autor praticamente não se afasta de sua rotina de críticas ao liberalismo, ao imediatismo, ao messianismo, que seriam práticas comuns da sociedade brasileira. Muitas das marcas que viriam a ser famosas nos discursos de Salgado já estavam ali presentes às vésperas do surgimento da AIB. Dos problemas domésticos enfrentados pelas famílias à política internacional, o mal parecia recair sempre sobre a modernidade e seus malefícios, que apesar de abundância de riquezas, não conseguia distribuir sequer o mínimo necessário para os mais humildes.

## 1.2 Características gerais

Enfim, em outubro de 1932 foi distribuído o Manifesto de Outubro, ou seja, o lançamento oficial da AIB enquanto grupo político. Pelo que indicam os relatos da época, o lançamento do manifesto fora adiado por alguns meses devido aos eventos da Revolta Constitucionalista de 1932 em São Paulo. A partir daí a ideia central de Salgado era a expansão do alcance do grupo por todo o Brasil. Ainda em 1932 pouco se sabia sobre os integralistas, constatado por nós, inclusive, a ausência de notícias relacionadas aos mesmos nos jornais pesquisados durante o findar desse ano. Ao que tudo indica, e como mencionado por Calil (2001), o ano de 1933 foi o que marcou a expansão dos integralistas em vários núcleos pelo Brasil. Neste ano houve o início da organização de vários núcleos em diferentes lugares do país, principalmente na região Sudeste e, posteriormente, no Sul. O alcance que o integralismo atingiu é algo difícil de ser mensurado, ainda que saibamos ser distante dos tão falados “um milhão de camisas verdes”, propalados por Salgado, mas sem dúvida a AIB se estruturou como um movimento de massas, usando com ineditismo a máquina de propaganda através dos jornais doutrinários na tentativa de fazer chegar a todos os rincões brasileiros a “boa nova da quarta<sup>3</sup> humanidade”.

Aquilo que Mussolini já havia desenvolvido e que Hitler viria a consagrar, foi uma arma dos integralistas na propagação da sua doutrina. Utilizar técnicas burguesas de propaganda, não para a venda de produtos, mas para a “venda” de ideias. A fundação de vários jornais facilitou esse trabalho que havia se iniciado com as “bandeiras” integralistas. A ideia central era de que cada núcleo municipal pudesse desenvolver conteúdos próprios no seu periódico, mas que a espinha dorsal de produção fosse centralizada nas principais lideranças, funcionando como uma rede de distribuição vertical de informações, unificando e uniformizando o pensamento de qualquer integralista militante. Segundo Cavalari:

O jornal era organizado não só com o fim precípuo de doutrinar, mas, mais do que isso, transmitir a doutrina de modo uniforme. Os jornais do interior, aqueles que chegavam até o militante mais distante, eram organizados de modo a reproduzir os jornais maiores, editados nos grandes centros onde se encontrava a elite dirigente do Movimento. No caso, São Paulo e Rio de Janeiro. (CAVALARI, 1999, p.79).

---

<sup>3</sup> Salgado se referia a essa suposta *Quarta Humanidade* que nasceria na América, depois da Revolução Integral que aqui aconteceria, liderada pela AIB, logicamente.

A uniformização de ideias de comportamentos sempre foi uma obsessão da cúpula integralista, indo desde o jornal até a forma de cumprimentar o companheiro militante. Rosa Cavaleri (1999) fez um estudo sistemático sobre a questão da uniformização dos militantes integralistas, seja do ponto de vista material, ou ideológico. Segundo a autora, o jornal e o livro eram peças fundamentais para a manutenção de uma homogeneidade que o grupo almejava.

Para se ter uma ideia, o jornal integralista em geral não veiculava notícias locais em suas páginas. Salvo naqueles casos em que este se constituía como um periódico diário de certa relevância regional, caso do *Aço verde*, ou de *A Offensiva*, os jornais produzidos pela empresa “Sigma - Jornais Reunidos” raramente publicavam qualquer menção a algum problema que se passava na cidade em que foi impresso. A ideia era de que houvesse não somente uma padronização estética – que sim, existia, a cargo da Secretaria Nacional de Imprensa -, mas também um padrão de conteúdo. A obrigatoriedade do envio de todo exemplar publicado por algum núcleo integralista à Secretaria Nacional de Imprensa funcionava perfeitamente com esse propósito. O não cumprimento de alguma obrigação que viesse a ferir a homogeneidade da imprensa integralista poderia ser punido com o descredenciamento do jornal como uma representante da AIB (CAVALARI, 1999).

A ideia básica era utilizar o jornal como um instrumento para aumentar o alcance das ideias integralistas, algo que não pode ser considerado uma novidade. O ponto a ser inaugurado pelo integralismo no Brasil é outro: a produção e homogeneização em massa. Através de estratégias de persuasão, a Secretaria Nacional de Imprensa deveria produzir material suficiente para contribuir com a empreitada do crescimento de adeptos da AIB. A repetição, a transcrição, os lembretes, todas essas eram estratégias usadas para produzir o amálgama necessário à expansão do integralismo. O caráter doutrinário de seus jornais era uma forma de falar a todos os lugares do Brasil, atendendo à obsessão nacionalista de Plínio Salgado e das lideranças da AIB, ao mesmo tempo em que combatia o tão criticado regionalismo. Ignoravam-se as notícias locais, numa tentativa de “ensinar” a população a se interessar pelo nacional.

A *Sigma - Jornais Reunidos*<sup>4</sup> foi criada em 1935 com a função de controlar essa produção jornalística, embora essa prática já ocorresse antes de sua fundação. Essa atuação começou já a partir de 1934 com a instituição da Secretaria Nacional de Propaganda (SNP),

---

<sup>4</sup> Pesquisas pioneiras, como a de Rosa Cavaleri (1999) e outras mais recentes sobre imprensa integralista, como a de Tatiana Bulhões (2012) não encontraram ainda maiores informações sobre esse “conglomerado”, mas tudo indica se tornar mais um dispositivo de controle dos jornais integralistas.

que foi criada com o nome de Departamento Nacional de Propaganda durante o I Congresso Integralista, em Vitória. A ideia básica da SNP era trazer para o integralismo a maior quantidade possível de adeptos através do alcance dos seus jornais. Muito semelhante ao que Lourival Fontes desenvolveu com o Departamento de Imprensa e Propaganda no governo Vargas, a SNP possuía uma centralização considerável, distribuindo material para suas filiais estaduais. Além de distribuir o material a ser publicado nos jornais locais, cabia a SNP censurar matérias que pudessem ser publicadas em jornais locais, bem como levantar informações sobre o que era produzido sobre o integralismo fora da imprensa integralista. Cabia também a SNP fazer a nomeação dos oradores que seriam responsáveis por palestras em sedes regionais, além de controlar quais seriam as empresas que poderiam fabricar produtos que contivessem o tema do integralismo. Esses produtos eram fabricados ou modificados pelos próprios integralistas e vendidos para arrecadar fundos para a própria SNP (BULHÕES, 2012).

Por fim, um último recurso usado nos textos dos jornais foi a associação entre um produto comercializável e a doutrina integralista. Enquanto fortaleceriam laços de simpatia, o “Café ANAUÊ”, os “Cigarros SIGMA” e os “Charutos INTEGRALISTAS”, serviam também para financiar o movimento, seja diretamente, através dos exemplos citados, ou indiretamente, quando um produto ou um estabelecimento comercial era indicado para compra por ser um parceiro do integralismo. Ou seja, a AIB se utilizou de estratégias já dominadas pela burguesia na venda de produtos na articulação de ideias e de doutrinação de seus membros. A repetição de uma marca, a associação que é feita entre esta e a confiança dos seus clientes (adeptos) foi aproveitada pelo fascismo em suas mais diferentes variantes. Desde a Itália, até o Brasil.

Não só a palavra impressa foi valorizada pela AIB. A utilização de imagens também foi de grande destaque nesse empreendimento de uniformização e conquista. A imagem fotográfica, o “Sigma” nos mais diferentes usos e mesmo o cinema foram objeto de atenção para os integralistas. Apitos, camisas, medalhas, cinzeiros, gravatas, distintivos, anéis, adesivos, retratos, cartões postais, calças, luvas, aparentemente qualquer objeto em que pudesse caber a letra grega que simbolizava o movimento integralista, poderia ser comercializado. Tudo isso tinha dupla função: reforçar a imagem – a “marca” – do integralismo e proporcionar uma uniformidade entre aqueles que usavam os objetos, assim como gerar receitas para a instituição. Ao observar a lista de objetos que Tatiana Bulhões (2012) pesquisou, como possível de serem vendidos pelos integralistas, temos dúvidas se não se trata de uma loja oficial de um grande time de futebol brasileiro no século XXI.



Os jornais assim eram usados para levar a doutrina integralista para lugares mais distantes e anunciar produtos e campanhas que viessem a aumentar a arrecadação da AIB, tal como a campanha do ouro, fartamente divulgada pela rede de jornais da AIB. Funcionando como uma arrecadação direta de recursos, consistia na doação de objetos de ouro que seriam revertidos em investimentos na própria imprensa. Ou seja, era um destino já determinado o aumento da estrutura midiática do integralismo. A imprensa era vista com tamanha importância e partiria da AIB a iniciativa pioneira de fundar a primeira “Escola Brasileira de Jornalismo”, que formaria profissionais adeptos ou não do credo do Sigma, o que causaria excelente repercussão entre a imprensa carioca e até mesmo na Associação Brasileira de Imprensa (BULHÕES, 2012).

São variadas as formas encontradas pelos integralistas de utilizar sua imagem como *marca*, tanto na imprensa, quanto no cotidiano de seus militantes, alcançando formas de marketing até então pouco convencionais, como fogos de artifício, tapeçaria, móveis, baixelas, além de atuar em diferentes setores, como na aviação, automóveis, concursos, culinária, jogos, material escolar, brinquedos, entre outros. Ao fortalecer sua *marca*, a AIB tentava abrir outras frentes de divulgação além do jornal e do livro. O rádio, o cinema, nenhuma mídia parecia estar fora do alcance dos integralistas. Exposições artísticas e fotográficas eram montadas em várias reuniões integralistas, principalmente, em seus congressos de 1934 e 1936, além da divulgação de imagens que favorecessem a instituição em qualquer núcleo municipal. Isso sem nos aprofundarmos num rico debate que seria a presença obrigatória do retrato de Plínio Salgado nas salas de reuniões de todos esses núcleos espalhados pelo Brasil.

Documentários feitos de maneira independente já seriam reproduzidos em 1935, com imagens de encontros e passeatas integralistas que podiam ser assistidos em alguns cinemas de grandes cidades do Brasil. A partir de 1936, a AIB iniciou um empreendimento próprio para o cinema, a Sociedade Cinematográfica *Sigma-Film*, que seria dirigida por Fritz Rummert Jr, militante integralista com especialidade no tema. A similaridade com os filmes nazistas de propaganda idealizados pelo secretário de propaganda Joseph Goebbels foram várias: milhares de pessoas unidas e uniformizadas, adotando a mesma postura frente a um líder salvador, participação política ativa através de um engajamento permanente do cidadão foram apenas alguns dos aspectos que aproximaram a produção de filmes integralistas com seu homônimo nazista. Do ponto de vista dos produtores do filme, a plateia deveria se espelhar nas atitudes mostradas e, se possível, que interagisse com a tela. A demonstração de comoção coletiva, os cantos coletivos, tudo isso era parte da estratégia de uniformização que

partia do Estado Maior integralista em direção aos militantes de esferas inferiores (BULHÕES, 2012).

Outro ponto que atendeu a esse princípio de homogeneização tão caro às organizações de inspiração fascista correspondia ao que Hélió Trindade (1979) chamou de “modelo pré-estatal”. A divisão precisava de tarefas, a organização em departamentos, divisões, secretarias, tudo isso desempenhava o papel de mostrar ao militante que este fazia parte de um todo maior, fora do qual ele não possuía relevância política e social, ao mesmo tempo em que ensaiavam muitas das resoluções de problemas que seriam típicas de um Estado fascista, tais como a propaganda, a doutrina, a formação de um *corpus* teórico, a justiça, tudo isso realizado num microcosmo que servia como base para sua posterior aplicação nessa sociedade. Sabendo que todo trabalho historiográfico é feito de escolhas e omissões, temos consciência de que a discussão dos pormenores da organização integralista já foi sistematizada por outros autores sob distintas perspectivas. Trindade (1979), Cavalari (1999) são apenas os exemplos mais conhecidos. Não entraremos nos detalhes da organização por não acharmos pertinente num trabalho que não trata especificamente da estrutura do partido integralista. Fica para o leitor o esclarecimento de que a totalidade da organização integralista obedecia ao princípio do “modelo pré-estatal” e que se baseava na autoridade do líder, Plínio Salgado e na hierarquização completa de seus quadros, pregando a obediência incontestada dos mesmos aos seus superiores imediatos.

Para Hélió Trindade (1979), a utilização da simbologia integralista se dava pela necessidade de reforçar a obediência aos líderes do movimento, assim como reforçar estruturas autoritárias presentes na organização. Cavalari (1999) acrescentou a esses procedimentos a ideia de homogeneização e uniformidade. Embora os autores não discordem, Cavalari fez um trabalho de levantamento mais amplo desses rituais e práticas cotidianas. A começar pelo símbolo máximo do movimento, a letra grega Sigma, que por várias vezes se identificou com o movimento, como “os adeptos do Sigma”, ou o “grupo do Sigma”. Esta letra representa o somatório na matemática, o que na simbologia integralista remeteu ao caráter “integral” do movimento, ou seja, sem divisões. Uma crítica velada ao liberalismo presente na Primeira República, acusado de seccionar o país em diferentes facções políticas. Seu lema, “Deus, Pátria e Família” indica a natureza cristã e nacionalista do movimento, que deveria ser repetido incessantemente em todos os lugares onde se encontrasse um integralista, além de figurar sempre em escritos e propagandas da AIB. Unificar e uniformizar eram as palavras de ordem. Um único símbolo, um único lema.

A saudação integralista era similar a dos movimentos fascistas europeus, compreendendo o erguer do braço direito juntamente com a palavra “Anauê”. Essa palavra é de origem Tupi, e numa significação aproximada seria “você é meu parente”. Usada para saudações e gritos de guerra, demonstra a valorização das etnias indígenas que, para Salgado, preservavam os aspectos necessários para o desenvolvimento de uma nova forma de ser humano, superior àquela que havia se tornado “decadente” devido à influência do capitalismo: a quarta humanidade. Como veremos adiante, essa questão do surgimento de um novo tipo de homem será recorrente nos escritos doutrinários, assim como em seus romances. A forma de praticar a saudação será inclusive, minuciosamente descrita nos *Protocolos e Rituais* integralistas, que abrangiam uma série de pormenores sobre o cotidiano de um militante. Até mesmo o número de “anauês” era determinado de acordo com a hierarquia do movimento: as autoridades municipais deveriam receber um “anauê”; os chefes provinciais, dois; Plínio Salgado deveria ganhar três “anauês”; e por fim Deus era merecedor de quatro saudações, entretanto, estas só poderiam ser dadas pelo próprio chefe nacional em eventos específicos (TRINDADE, 1979).

As salas dos núcleos integralistas também receberam atenção nesses protocolos. Nos mais diferentes rincões do país, todas deveriam adotar a mesma configuração. A pedra de toque do movimento continuava a ser a uniformidade. Uma mesa para as reuniões dos militantes deveria ser providenciada, juntamente com um retrato de Plínio Salgado, que deveria ser posto de tal maneira que desse a impressão de estar observando o movimento da mesa. Mesmo de maneira simbólica, a intenção era o controle de cada gesto do militante. Juntamente com o retrato do Chefe Nacional eram admitidas outras imagens de figuras importantes do integralismo, contanto que fossem *menores* que a de Salgado. Outro aspecto sintomático da necessidade do mesmo em reforçar constantemente sua autoridade por todos os meios possíveis. Uma imagem de Jesus Cristo crucificado poderia ser acrescentada à parede sem a necessidade de consulta a nenhuma autoridade regional. Slogans e mensagens deveriam ser fixados nas paredes, assim como um relógio acompanhado da frase “A nossa hora chegará”. Uma biblioteca com as principais obras do integralismo deveria ser providenciada, o que reforça a ideia de Cavalari (1999) da importância da uniformidade da leitura dos integralistas.

Outra questão levantada por Cavalari (1999), além da homogeneização é o desaparecimento das fronteiras que separam a vida pública da vida privada. Para a autora, a ideia do integralismo era penetrar em todas as esferas da vida do sujeito, até o ponto em que cada gesto do militante tivesse alguma relação com o seu engajamento político. Isso se manifestava nas cerimônias particulares, tais como o batismo e o casamento. No caso do

batismo, era recomendado aos pais integralistas que executassem a cerimônia em uma igreja católica e que a criança estivesse envolta pela bandeira integralista durante o cerimonial, ao mesmo tempo em que jovens integralistas uniformizados – os “plinianos” – acompanhavam de perto todo o transcurso, como se de guarda estivessem. Ao fim da cerimônia, o padrinho – que preferencialmente deveria estar uniformizado com toda a indumentária integralista – apresentaria o mais novo membro da organização aos presentes. Ou seja, não há a menor distinção entre um ato privado e um ato público (TRINDADE, 1979). Além desse fato, salta aos olhos a possibilidade de mudança em um dos ritos mais importantes do catolicismo por conta da simpatia ao integralismo. Muito ainda há para ser estudado sobre as relações entre a Igreja Católica no Brasil e a AIB.

Após batizado segundo o rito integralista, o jovem passava a participar ativamente da organização a partir dos quatro anos, na categoria dos “infantes”; dos seis aos nove anos, eram os “curupiras”; dos dez aos doze, eram os “vanguardeiros”; dos treze aos quinze, “pioneiros”. Ou seja, não havia espaço previsto para o crescimento fora de sua atuação na AIB, não havia espaço privado, simplesmente o militante, o político. Para se ter uma ideia do grau de comprometimento exigido das crianças, temos o juramento que o pequeno “pliniano” deveria prestar quando tivesse apenas seis anos de idade:

Prometo ser um soldadinho de Deus, da Pátria e da Família; prometo ser obediente a meus pais, ser amigo dos meus irmãos, colegas e companheiros; prometo ser aplicado nos estudos para tornar-me útil a Deus, à Pátria e à Família. (TRINDADE, 1979, p.192).

Ainda na mais tenra idade, o integralista deveria fazer um juramento de aplicação nos estudos e dedicação ao lema da AIB. A dedicação e o detalhamento das atitudes do militante demonstravam o grau de controle que a alta cúpula integralista desejava impor aos seus subordinados. E já aos dez anos, no juramento prestado para se tornar um “vanguardeiro”, o pequeno integralista deveria prometer defender a bandeira nacional no dia da “glória ou do sacrifício” (TRINDADE, 1979, p.192). Uma criança deveria já deixar claro que um sacrifício poderia ser feito em nome do nacionalismo propagado pela AIB. E ao voltarmos à organização da sala de reuniões integralista, com fotos de mártires do movimento, sabemos bem a qual tipo de sacrifício o juramento se refere.

Até na cerimônia do casamento havia a presença do integralismo na vida de seu militante. Em caso de cerimônia civil, tanto o noivo quanto a noiva deveriam ostentar seu uniforme e suas insígnias, assim como todos os convidados que da AIB fizessem parte. Um

pequeno discurso padronizado deveria ser dito pela maior autoridade da hierarquia integralista presente e os tradicionais “*Anauês!*” seriam declamados. Já na cerimônia religiosa, a noiva poderia usar o tradicional vestido longo e branco, contanto que um emblema integralista estivesse fixado no lado esquerdo do peito. Quanto ao noivo, mesmo na cerimônia religiosa deveria portar seu uniforme e insígnias, assim como os membros da AIB que estivessem no altar. Até mesmo a disposição das pessoas no altar era definida nas normas e regulamentações, além da palavra final na cerimônia ser da maior autoridade presente, com os cumprimentos enviados pelo Chefe Nacional. A distinção entre o público e o privado praticamente desapareciam.

Assim como o a iniciação e o batismo eram extremamente regulamentados, a desistência em participar do movimento também era. Segundo Cavalari (1999), a ideia era evitar ao máximo a perda de militantes, que dificilmente estariam dispostos a passar por tamanho constrangimento para abandonar as fileiras do Sigma. Mesmo que o militante solicitasse sua exclusão do movimento por conta própria, ele era considerado como expulso, e cabia ao Chefe Nacional promover sua exclusão, que mais se assemelhava a uma excomunhão – inclusive no discurso inicial, o presidente da sessão deveria dizer que aquele integralista estava morto. Posteriormente, Plínio Salgado poderia reverter sua decisão, mas seria considerado um ato de clemência, ou seja, havia toda uma semelhança com uma liturgia religiosa do perdão e do arrependimento.

A expulsão do camisa verde era simbolizada pela queima de sua ficha de inscrição na frente de todos os membros de sua antiga sede. O responsável pela reunião deveria lembrar a todos que o antigo militante tinha descumprido sua palavra de honra e que deveria ser esquecido para sempre. Todos dentro da sede deveriam repetir a frase “*Seja esquecido*”, e não mais fazia parte da hierarquia integralista aquele sujeito. É interessante notar a similitude com um processo religioso e a questão psicológica do esquecimento daquele que faltou em sua missão. O fogo purificava aquele processo de excomunhão.

Se o nascimento, o casamento, a desistência, tudo era motivo de ritualização, a morte não seria exceção. É interessante notar que no caso do falecimento do integralista, ele não era considerado *morto*, mas sim transferido para a *milícia do além*. Ou seja, no caso de expulsão ou desistência, o sujeito era considerado como extinto, um destino pior do que a própria morte física. O caixão deveria ser enrolado pela bandeira integralista e uma guarda integralista deveria estar presente no velório. Todo integralista que adentrasse no recinto onde era velado o corpo deveria fazer a saudação integralista por exatos dez segundos, e quando possível o próprio Salgado compareceria no enterro. Por fim, ao seguir com o corpo até o cemitério,

mais rituais a serem cumpridos, com uma padronização milimétrica: a guarda integralista acompanharia o cortejo até o momento do discurso da maior autoridade presente, que declamaria um discurso – note-se, também padronizado – que homenageava o defunto e o saudava com os tradicionais *Anauês*. Estava feita a transferência para a *milícia do além*. É importante salientar dois aspectos fundamentais dessa ritualística: a padronização – todos os discursos seriam iguais para qualquer integralista – e o desaparecimento das fronteiras entre o público e o privado – sua atuação política deveria ultrapassar todos os aspectos pessoais (CAVALARI, 1999).

Quanto à liturgia integralista, três rituais se destacavam como os principais a serem executados durante o ano: a *Vigília da nação*, as *Matinas de Abril* e a *Noite dos tambores silenciosos*. Cada um deles com uma simbologia bastante específica e com a constante preocupação de serem executados em sincronia pelos núcleos integralistas do Brasil todo. Assim garante-se novamente a estratégia de uniformização e homogeneização que perseguia a AIB.

A *Vigília da nação* era realizada todo dia 28 de fevereiro em comemoração ao Congresso Integralista de Vitória e consistia numa sessão solene em todos os núcleos integralistas que deveria ser interrompida às 21h para um minuto de silêncio e orações, em especial pedidos de esclarecimento e clarividência para Plínio Salgado. É possível perceber que também nesses eventos existia o constante reforço da autoridade do Chefe Nacional como constatado por Cavalari (1999). Após as orações, *mais um* juramento de fidelidade ao Chefe Nacional e o evento estava encerrado.

As *Matinas de abril* ocorriam sempre no dia 23 deste mês, e anunciavam a “aurora” do movimento integralista, numa referência ao nascer do sol. Misto de ritual indígena de adoração ao sol com a “espera do grande dia” que redundaria no sucesso das propostas da AIB. Consistia na reunião dos integralistas de cada núcleo durante a manhã para acompanharem o nascer do sol e fazerem sua reverência – Anauê! – a este, enquanto relembra-se aos militantes o caráter coletivo dessa celebração durante o discurso em que, obrigatoriamente, deveriam ser citados “um milhão de integralistas” espalhados por todo o Brasil.

A *Noite dos Tambores Silenciosos* era uma cerimônia de longa duração, onde durante mais de três horas alternavam-se declamações de poesia, discursos e o toque dos tambores. A celebração foi inaugurada em 1935 durante um Congresso integralista na cidade de Blumenau e tinha como principal motivo a comemoração do lançamento do manifesto integralista de 1932, além de ser uma constante lembrança da extinção da milícia da AIB por parte do

governo Vargas. Ou seja, ao mesmo em tempo que uma celebração, era também um ato que demonstrava descontentamento.

Às 21 h de todo dia 7 de outubro deveriam se iniciar os festejos e lembranças, bem aos moldes do integralismo: mártires, textos e ordens do Chefe Nacional, tudo que era possível para reforçar a unidade do movimento. Na virada do dia se iniciavam os discursos obrigatórios, o rufar dos tambores em ritmo lento e o silêncio que concentrava orações e pedidos para o sucesso do integralismo e a reclamação da extinção da milícia. Novamente temos a lembrança de que a mesma cerimônia era realizada em todo o Brasil, nos mais diferentes núcleos. Essa repetição de uma informação aparentemente óbvia tem a clara intenção de moldar o aspecto coletivo, uniforme e homogêneo da AIB. Vejamos:

Zero hora no cronômetro integral; de toda a imensa vastidão da Pátria; nas cidades, nos mares, nos sertões; um trágico bater de caixas surdas. É a noite dos tambores silenciosos; Três minutos o rufar do silêncio; traduz um grande apelo e um grande choro; E simboliza os nossos corações (CAVALARI, 1999, p.187).

A primeira parte da “oração” deixa isso muito claro. O repetir da vastidão da pátria, dos grandes apelos e grandes choros. Nesse ponto concordamos com a análise de Cavalari (1999), que estes ritos tinham a clara intenção de manter a homogeneização do grupo.

Trindade, desde sua obra fundadora (1979), sempre sustentou a teoria de que a AIB se configurava como um movimento fascista no Brasil. Em seu mais novo livro ele reafirma sua posição baseado na ideia de que o partido fundado por Salgado pode até ter nascido como mimético ao fascismo italiano, mas quando ganhou adesões em massa e passou a produzir sua literatura própria e agiu para modificar as estruturas vigentes, algumas vezes com sucesso, sua feição já não seria de simples imitação e sim de um típico movimento do *fascio* (TRINDADE, 2016). Assim, concordamos com Trindade, na medida em que é possível analisar as principais bases teóricas da AIB e ver ao mesmo tempo sua semelhança com os fascismos europeus e um certo grau de autonomia que o distingue de um movimento de pura imitação.

O espiritualismo seria mola mestra de toda a ideologia integralista, estando presente em todos os aspectos teóricos da AIB, desde as manifestações em grupo, com as orações e pedidos de inspiração ao chefe, até no que havia de mais refinado nas obras produzidas pelos ideólogos em direção à elite intelectual brasileira. Para Trindade (2016) esse “humanismo espiritual” seria o responsável por levar harmonia à sociedade imaginada pelos integralistas, que frequentemente acusavam os burgueses e os comunistas de insuflarem uma luta entre os seres humanos. Para os integralistas essa harmonia deveria ser preservada contra os excessos

da burguesia que provocavam o ódio dos trabalhadores sem acesso à sua riqueza, assim como contra a luta de classes proposta pelos comunistas. Ainda segundo o autor, a AIB se aproveitou da tradição religiosa brasileira para fortalecer suas posições. Para os integralistas, a sociedade deveria utilizar o espiritualismo para se defender das constantes disputas que surgiriam dentro do sistema capitalista e para projetar uma nova humanidade, que valorizasse mais a colaboração entre as classes do que a sua concorrência.

Esse aspecto espiritual da doutrina integralista é bem observado por Araújo (1987), quando demonstra a importância da dualidade espírito/matéria que moveria a humanidade em constante disputa entre esses dois elementos. Para Salgado esse seria o “motor da História”: a luta entre as duas visões de mundo que davam origem a diferentes sociedades, umas mais presas à matéria (sociedades da Antiguidade e a sociedade burguesa inaugurada pelo Iluminismo) e as outras, mais ligadas ao espírito (a sociedade Medieval e a Quarta Humanidade que seria trazida pelo advento do integralismo). Esse foi um dos principais motes da ideologia integralista. Reforçar o aspecto integral e superior que o movimento possuía frente ao materialismo. Nesse sentido, o integralismo funcionaria como uma salvaguarda do espiritualismo, para evitar que a humanidade fosse tomada por completo pelos instintos primitivos que representavam o materialismo. Salgado fazia a associação da luta desesperada pela sobrevivência com o materialismo. Este representaria o que havia de mais animal dentro dos seres humanos, e que contribuía para a competição desenfreada e o darwinismo social. Já o espiritualismo se basearia na solidariedade e na colaboração entre os homens – e as classes – na busca por um bem comum, uma sociedade mais harmônica e sem disputas internas. A ideia de que o homem espiritualizado deveria sempre tentar intervir para o controle do materialismo na sociedade é que iria dar o tom de seu clamor pela constante mobilização. Todos deveriam estar mobilizados por todo o tempo, pois o materialismo – estando no íntimo dos seres humanos – nunca dava trégua.

Para Salgado, o materialismo no qual a sociedade do século XX estaria mergulhada, teria seus primórdios na ciência do Renascimento, que iniciou um processo de desagregação da humanidade monoteísta típica da Idade Média. A partir daquele momento a humanidade veria pouco a pouco, este dominar o lado espiritual dos sujeitos. Essa desagregação chegara a tal limite, que os indivíduos deixariam de se sentir parte de algo maior e ficariam entregues ao egoísmo extremo que caracterizava a sociedade burguesa. É somente a partir do ressurgimento do sentimento espiritualista – simbolizado no Brasil pelo interior e pelo caboclo – comandado pelos movimentos fascistas, que seria possível reverter tal situação (ARAÚJO, 1987). A figura do caboclo, como demonstrado nas análises sobre seus romances,



é figura fundamental dessa construção. Ainda presente numa espécie de “substrato” do Brasil, arraigado no interior, essa figura surgia como um típico representante da Quarta Humanidade que se insurgia contra o ateísmo burguês. Salgado chegava a argumentar que somente na época da colonização o Brasil foi realmente puro, livre de interferências externas, e por isso, mais próximo da espiritualidade. Deixados à mercê da natureza, os colonizadores teriam se misturado de forma harmônica com as raças indígena e africana, e daí, dessa pureza virginal teria nascido a figura do caboclo.

É justamente por ter esse sentido espiritualizado, que nos primeiros momentos de atuação da AIB, as principais lideranças lhe dariam um sentido que Araújo (1987, p. 63) denominou de “pedagógico”. A conquista imediata do poder não lhe parecia o ponto a ser perseguido, mas sim a formação de uma nova geração de homens e mulheres que tivessem passado pela “revolução interior”, e que pudessem propagar – ou pregar – a boa nova do integralismo.

O nacionalismo é outro aspecto importante da ideologia dos integralistas, que segundo Trindade (2016) seria mais cultural do que econômico, haja vista que as críticas ao cosmopolitismo das cidades litorâneas se concentravam na relação entre os costumes importados das metrópoles europeias do que propriamente uma reclamação quanto ao imperialismo. Nas palavras do autor, seria um “nacionalismo sentimental e lírico” (TRINDADE, 2016, p.112). Embora presente nas obras de Miguel Reale, esse nacionalismo econômico não estava entre as prioridades defendidas por Salgado. Os hábitos que a Europa exportava para o mundo e desvirtuava os “verdadeiros cristãos” pareciam mais perigosos do que acordos financeiros vantajosos para as grandes potências mundiais. Logicamente, esse componente econômico não é descartado, como no caso da associação que todas as lideranças faziam entre o capitalismo internacional e o judaísmo, mas segundo as próprias pesquisas direcionadas de Trindade, o apelo quanto a esse lado da defesa dos interesses nacionais era menor.

O anticomunismo é outro aspecto a ser mencionado. Embora saibamos que há diferença entre o que era produzido pela intelectualidade integralista e o que era absorvido pela militância, é inegável uma diferença sensível no que diz respeito a esse aspecto. Em nossas pesquisas, até o momento, foi possível perceber que mais do que o comunismo, a humanidade burguesa era o principal problema de Plínio Salgado e de boa parte da intelectualidade da AIB, principalmente em suas produções literárias. Conseqüentemente, o comunismo surgiria a partir dos males trazidos por essa sociedade decadente, ou seja, o

comunismo seria um resultado inexorável da marcha da humanidade em direção a sua autodestruição causada pelo abandono do espiritualismo (SALGADO, 1934).

O antiliberalismo era outro aspecto acentuado na ideologia da AIB, com suas constantes críticas à organização política brasileira e mundial que teria permitido o avanço das ideias comunistas. Para Salgado, o grande mal do liberalismo era sua falta de compromisso com a humanidade, o que levava a um descrédito da política, abrindo espaço para soluções revolucionárias à esquerda. Esse aspecto é chamativo em outros grupos de viés fascista no mundo, a acusação de que o liberalismo era permissivo com o “perigo vermelho”. Plínio Salgado, na verdade, vai além e classifica os dois sistemas como sendo lados de uma mesma moeda, onde o comunismo surgiria como possibilidade real a partir do momento em que a concentração de riquezas permitida pelo liberalismo chegasse a um ponto tal, que o Estado passaria a ser o “grande capitalista”. Como foi destacado por Konder (2009), por ser um movimento “anti”, ou seja, de reação, o fascismo necessitava muito mais de inimigos, do que de propostas, nesse sentido entende-se bem as principais bases ideológicas estarem apoiadas em críticas.

O fracionamento causado pela divisão em partidos e sindicatos seria – juntamente com a permissividade sobre o socialismo – o principal problema do liberalismo para os integralistas. Em suas formulações não havia espaço para a pluralidade no Estado Integral, que deveria ser uno e indivisível. Como a ideia era justamente promover uma homogeneização da sociedade – começando pelos seus militantes -, não era possível admitir a existência de um regime político que preza pela divergência de opiniões no debate. A discussão sobre decisões e ordens não faziam parte da agenda integralista, logo não surpreende sua feroz crítica aos princípios políticos e econômicos do liberalismo. Este seria um símbolo da conquista do materialismo sobre o espiritualismo, tendo se desenvolvido durante o iluminismo, seria um símbolo da humanidade ateuísta que se sobrepunha cada vez mais sobre o espiritualismo.

O modelo liberal da política era rechaçado por Salgado em detrimento de um novo tipo de participação política, denominado por Araújo (1987), de totalitarismo. Para o autor, essa nova forma de fazer política se distinguia do liberalismo clássico na medida em que exigia uma constante mobilização popular em torno da política, onde não haveria espaço para distinção entre o público e o privado. A cidadania implicaria automaticamente numa participação homogeneizadora e compulsória nos assuntos públicos, nas manifestações, nos desfiles. Seria tipicamente o “Estado Integral” preconizado por Salgado. Como vimos, essa

necessidade constante de mobilização foi demonstrada claramente por Cavalari (1999), o que reforça a hipótese de Araújo (1987).

O antissemitismo integralista se manifesta em dois matizes. Um mais ligado a Gustavo Barroso, com uma retórica virulenta de combate aos judeus, que beira a violência generalizada, e que acabou se tornando uma marca do pensamento dessa liderança integralista (CARNEIRO, 2001), e outro que seria mais refinado e menos agressivo, presente nas obras de Salgado. Entretanto, como as análises das obras que fizemos indicam, não há uma razão para situarmos esses autores em polos opostos. A carta aberta divulgada por Plínio Salgado em que dizia que “o problema do Brasil não é étnico, e sim ético” (TRINDADE, 1979) não isenta Salgado de sua atuação antissemita feroz na AIB. Nosso trabalho vai justamente no sentido de mostrar que quando o assunto é ódio aos judeus, Salgado não deixava dúvidas de sua escolha (RAMOS, 2016). O antissemitismo foi uma importante ferramenta de atração de partidários, funcionando como um catalisador de preconceitos que encontrava eco em uma sociedade autoritária e num movimento que dependia da busca de inimigos para sua sobrevivência.

Consideramos importante fazer uma análise, embora sem a mesma profundidade do que realizamos com Plínio Salgado, do pensamento de Gustavo Barroso e Miguel Reale quando estes foram lideranças importantes dentro da AIB. Devido ao fato de Plínio Salgado ser a principal liderança do movimento, pareceu-nos natural que este tivesse um espaço maior que os outros dois grandes teóricos do integralismo.

Gustavo Barroso tem seu nome ligado umbilicalmente ao antissemitismo nos anos 1930. Enquanto exerceu função de liderança, sendo nomeado chefe da milícia integralista, produziu material antissemita e traduziu obras que eram redigidas na Europa e na América. Responsável pela tradução e divulgação no Brasil da obra apócrifa *Os Protocolos dos Sábios de Sião*, Barroso sempre figura entre os principais teóricos do ódio aos judeus no Brasil e na América Latina. Figura de relativo respeito dentro de países como Argentina, Uruguai e com contatos até dentro da hierarquia do Partido Nazista na Alemanha, Barroso circulava com fluência entre a extrema-direita de boa parte do mundo (CARNEIRO, 2001).

Um dos principais motes de seu pensamento era a constante associação entre judaísmo, comunismo e revolução. Tentando sempre preparar o Brasil contra possíveis ataques dos comunistas, Barroso constrói uma trajetória fortemente marcada pela teoria da conspiração mundial. Ligados através de redes de informações e contatos, judeus do mundo inteiro se reuniam e traçavam planos de dominação para os diferentes países de acordo com cada situação nacional específica. Liberalismo, maçonaria e revolução comunista seriam as armas usadas pelos judeus para subverter a ordem nos países que fossem seus alvos, ou

mesmo a combinação das duas coisas (CARNEIRO, 2001). Seu alinhamento com o pensamento de Salgado se mostra claro aqui, quando ambos projetam esse percurso de dominação mundial efetuado pelos judeus (SALGADO, 1937).

Sua afinidade com o fascismo e o nazismo também são fortes, demonstrada através de vários elogios feitos aos regimes de Itália e Alemanha (BARROSO, 1936). Diferentemente de Plínio Salgado, não via grandes problemas em elogiar esses países, ao que parece não encarava como paradoxal um movimento nacionalista se inspirar em modelos europeus. A disciplina, a educação, o preparo físico e intelectual, produzidos pelos fascismos europeus fascinavam Barroso a ponto de suas obras abundarem em citações elogiosas a Mussolini e Hitler. Seus principais alvos eram extremamente semelhantes aos do nazismo, estando sempre presentes em seus ataques os judeus, comunistas, ciganos, todos aqueles que eram considerados *indesejáveis* dentro de uma ótica eugênica de construção de uma unidade nacional, alicerçada em moldes autoritários e preconceituosos. Barroso se destacou como o grande promotor do antissemitismo não só no movimento integralista, mas também pelo Brasil afora. São vários os exemplos de doações feitas por ele a várias bibliotecas do país, o que servia para a divulgação de suas ideias por muitos locais. Como personalidade intelectual da época, tinha grande influência em várias sociedades literárias e seus livros autografados estão presentes em diferentes partes do território até hoje (CARNEIRO, 2001).

Sua fixação com a conspiração judaica atingiu diferentes níveis, desde os clássicos banqueiros judeus que controlavam os políticos liberais, até ramificações do judaísmo que desenvolveram a maçonaria para agir de forma velada na política brasileira. Além disso, segundo Barroso, as escolas superiores e faculdades já estavam sofrendo com a chegada de professores maçons que tinham como principal função formar uma juventude alinhada aos interesses judaicos (CARNEIRO, 2001), muito de acordo com a problemática especificada por Salgado dos professores que “maculavam” os alunos com o comunismo (SALGADO, 1934). Fazendo uma contraposição entre cristão e judeu, Barroso tentava demonstrar, que através de sua rede de contatos, os judeus estariam dominando todos os pontos de poder que existiam no Brasil, enquanto os cristãos estariam sendo desalojados de seus postos de comando e sendo levados à escravização. Suas obras acabavam repetindo muitos chavões em voga na época e que faziam parte do pensamento antissemita internacional. Ao mesmo tempo que Barroso traduzia obras estrangeiras e, através de introduções e apresentações apontava versões nacionais do que seria esse plano de dominação mundial, suas obras eram recheadas de polêmicas internacionais (BARROSO, 1937). Ou seja, acusava-se o judaísmo de construir

uma rede de contatos de troca de informações e poder, mas se fazia da mesma maneira a produção intelectual antissemita.

Outro interessante ponto de aproximação entre Barroso e Salgado é a crítica feita ao materialismo que teria dominado a civilização ocidental a partir do Renascimento e que teve seu ápice no Iluminismo, dando origem a obras judaicas, como as de Karl Marx e Adam Smith. Argumentando que todas fazem parte da mesma família ideológica, Barroso afirmava que a predominância do materialismo no mundo contemporâneo se dava justamente por obra dos judeus, materialistas por natureza (BARROSO, 1937; SALGADO, 1937). Somente através da superação do materialismo seria possível trazer de volta a paz que havia reinado durante a Idade Média, essa construção seria feita através da *Quarta Humanidade*, chamada por Barroso de *Quarto Império* (BARROSO, 1935). Seguindo linhas muito semelhantes, argumentavam que somente através do integralismo seria possível a construção da harmonia entre os povos esquecida durante a “terceira humanidade”. Utilizando aspectos mais históricos na construção de seu texto, Barroso mostrava a trajetória do contexto histórico que possibilitou o surgimento da *Quarta Humanidade*. Fazendo um paralelo com o mito da civilização perdida de Atlântida, ambos sugeriam que do Brasil e da AIB surgiriam esses novos homens que criariam o *Quarto Império*.

Por fim, registramos que apesar da massificação do antissemitismo ser obra de Gustavo Barroso, suas obras em muitos aspectos se assemelhavam ao percurso de Plínio Salgado, revelando uma concatenação de ideias e preconceitos bastante significativa, muitas vezes com os pensamentos funcionando de forma a complementar um ao outro. Embora na prática, muitas vezes disputas pudessem ocorrer (TRINDADE, 1979), no plano teórico temos muitas semelhanças e complementariedades.

Miguel Reale foi importante figura dentro da hierarquia da AIB no que diz respeito ao desenvolvimento da doutrina integralista. Embora Plínio Salgado tenha sido o principal artífice da teoria integralista, Reale foi secretário Nacional de Doutrina durante o período de atuação da AIB e foi um dos grandes responsáveis pela esquematização do modelo pré-estatal estabelecido pelos integralistas. A mais jovens entre todas as lideranças – menos de 25 anos quando foi nomeado secretário nacional -, era um jovem recém-formado em Direito quando engrossou as fileiras do Sigma. Sua formação acadêmica o diferenciava por exemplo de Salgado, com uma escrita mais rebuscada e com referências textuais a outros autores de forma bem mais abundante do que no caso do Chefe Nacional. Reale tinha sido quando graduando, marxista, e essa formação lhe dera um viés bastante particular dentro da hierarquia da AIB,

sendo conhecido pela grande valorização dada ao Estado e por suas críticas contundentes ao imperialismo, inclusive citando Lênin em algumas de suas ideias (TRINDADE, 1979).

Reale possuía uma perspectiva histórica semelhante à de Salgado e Barroso quando argumentava que a humanidade não segue uma trajetória harmônica, possuindo a convivência de diferentes etapas do desenvolvimento humano dentro do mesmo período histórico, de forma que a modernidade científicista e materialista preparava a humanidade para a era da “síntese”. Caberia, então, aos promotores dessa nova forma de civilização lutar contra os elementos que ainda concorriam para evitar sua chegada, e no ver de Miguel Reale, o imperialismo era uma de suas principais forças. Associando nacionalismo e anti-imperialismo, Reale buscou encontrar os verdadeiros culpados pelo domínio dos povos subdesenvolvidos e constatou que o problema por trás desse processo era bem específico: o capitalismo financeiro. Embora sem a mesma constância de Barroso, Reale também associou o capitalismo financeiro ao judaísmo – assim como Salgado o fez (REALE, 1934). Embora Reale argumentasse que o integralismo não possuía preconceitos de credo ou raça, fazia uma associação direta entre essa entidade denominada “capitalismo financeiro” e o judaísmo. Segundo ele, o Estado brasileiro estava totalmente hipotecado por empréstimos – seguindo nesse ponto a linha defendida por Barroso e Salgado - feitos por banqueiros que em sua maioria eram judeus (CARNEIRO, 2001). Um *espírito judaico* estaria tomando conta de muitos capitalistas, o que faria com que sua gana por lucratividade tivesse uma expansão exorbitante. Assim, somente através de um controle forte por parte do Estado contra “setores de Israel” seria possível conter a sangria que tomava a soberania nacional (REALE, 1934)<sup>5</sup>.

Colocando o Estado como grande regulador das relações de trabalho, Reale considerava que a construção dessa instituição seria fundamental para a nova sociedade que pretendia implantar. Sua perspectiva corporativista dava o tom dessa teoria, na medida em que considerava que o Estado deveria ser o agente regulador das classes organizadas em corporações, uma espécie de Estado sindical-corporativo, no dizer de Trindade (1979). O Estado deveria ser o princípio e o fim da nova sociedade proposta por Reale, com uma preocupação constante do autor em esquematizar os mínimos detalhes do que seria o modelo estatal adotado após a vitória da revolução integralista. Numa espécie de representação por trabalho, Reale propunha um esquema corporativo onde seria fundamental que o sujeito que desejasse representar e ser representado, se inscrevesse no sindicato de sua categoria para

---

<sup>5</sup> Interessante observar que apesar da defesa de uma suposta tolerância por parte de Reale, o jornal integralista *Acção*, dirigido por ele até 1938 – quando da sua extinção – circulava com ideias antisemitas em suas páginas com naturalidade (CARNEIRO, 2001).

poder participar da vida pública, ou seja, teríamos uma cidadania restrita ao trabalho (REALE, 1937). A influência do fascismo italiano era clara nesse sentido, assim como a inspiração na *Carta del lavoro* de Mussolini (BERTONHA, 2014). O Estado funcionaria como uma federação de sindicatos e sua representação se daria através de quatro aspectos:

função política designando representantes junto aos órgãos do Estado; função econômica, participando na solução dos problemas da economia nacional e elaborando contratos coletivos do trabalho; função cultural, enfim, elevando o nível intelectual de seus membros, função moral, arbitrando as questões decorrentes das relações entre os empregadores e empregados entre toas as classes” (TRINDADE, 1979, p.221).

Caberia então ao Estado organizar esses sindicatos que agiriam como representantes não apenas na relação capital x trabalho, mas também em todos os aspectos dessa nova sociedade. Essa nova forma de organização social seria fruto da constatação da falência dos modelos cosmopolitas e internacionalistas, a saber, o comunismo e o liberalismo. Segundo Reale, a Primeira Guerra Mundial teria sido responsável por mostrar ao mundo que não havia alternativa a um Estado forte, que fosse capaz de evitar tragédias alimentadas, segundo sua visão, pela falta de autoridade do Estado. Logo, os fenômenos engendrados pelo conflito seriam a oportunidade ideal para a restauração do princípio de autoridade, e essa estava se dando sob as formas do socialismo russo – de maneira equivocada, pois o proletariado absorvia todas as benesses do Estado – e do fascismo – esse sim adequado à nova era que se desenhava (TRINDADE, 1979).

Embora muito inspirado no fascismo italiano, Reale argumentava que o integralismo superaria seu congêneres europeu em alguns aspectos, como por exemplo, a maior autonomia do indivíduo face ao Estado. Ou seja, por mais que valorizasse a autoridade e a atuação do mesmo, Reale via o “totalitarismo fascista” como problemático na medida em que suprimia as individualidades. Para o autor, a partir do momento em que o Estado fosse encarado como um organismo gerido a partir de um fim ético, a absorção do indivíduo pela totalidade não seria necessária. Este ponto é caro para Reale, que considerava que apenas quando a dimensão “ética” de Estado e indivíduos fosse alcançada, a humanidade integral de fato chegara. A relação Estado/indivíduo não deveria ser de absorção – fascismo -, mas sim de integração – integralismo. Quando o homem integral estivesse a tal ponto liberto do materialismo dissolvente e separatista, o Estado teria sua ética e moral totalmente voltada para o bem comum. Uma perspectiva utópica, sem sombra de dúvida. (REALE, 1934).

Reale inclusive esquematizou como seria a representação nesse Estado integral. Nessa “democracia” não haveria sufrágio universal e nem partidos, mas uma espécie diferente de modelo estatal. A principal classe seria o que o autor chama de “elites culturais”, que teriam como principal função definir os destinos da nação. Presidência, Câmara corporativa e Conselho Nacional – uma espécie de Senado – seriam as principais instituições desse novo Estado, onde o sufrágio seria restrito e hierarquizado. Apenas os Conselhos Municipais teriam sua escolha a partir do sufrágio universal. Ou seja, a estrutura não difere muito de um Estado moderno, com a diferença de uma sub-representação nos maiores escalões do Estado. Dentro de cada cidade seria fundado um sindicato, de onde sairiam os representantes do Conselho Municipal. Regionalmente, as federações sindicais seriam formadas pelos membros eleitos dentro dos conselhos municipais. Dali um Conselho Provincial elegeria o governador da província, nomenclatura dada à região da atuação dos núcleos da AIB e que seria mantida nesse novo Estado. A reunião dessas diversas federações daria origem a confederações de acordo com cada segmento do trabalho, que elegeriam os membros da Câmara Corporativa. Os membros do Conselho Nacional seriam eleitos entre os membros das corporações não envolvidas em trabalhos manuais. O presidente seria eleito por esse Legislativo bicameral (REALE, 1934).

Dessa forma delineamos, neste capítulo, os princípios teóricos e organizativos da AIB, além de explicitar sua trajetória histórica e algumas das principais ideias de dois de seus líderes, Miguel Reale e Gustavo Barroso. Esta análise nos permite compreender como, além de Plínio Salgado, outros intelectuais contribuíram para a formação de um *corpus* teórico que dava sustentação e trazia novos militantes para o integralismo.



## 2 A LITERATURA INTEGRALISTA

Ao pensarmos na AIB, invariavelmente, o nome de Plínio Salgado está ligado umbilicalmente a este grupo político. É impossível dissociar o partido do seu fundador, e isso se manteve mesmo após o período de exílio do líder, que retornou ao Brasil em 1945. Mesmo com a fundação do Partido de Representação Popular (agremiação que congregava as principais lideranças da AIB), após a democratização do pós-guerra, Plínio Salgado continuou a ser a mais importante referência do integralismo no Brasil. Dessa forma, necessitamos fazer um retorno no tempo, para observarmos rapidamente a atuação de seu fundador que viria a redundar na fundação da Sociedade de Estudos Políticos (SEP), embrião da AIB.

### 2.1 Plínio Salgado

Salgado descendia de uma tradicional família de políticos do vale do Paraíba. Nascido em 1895, testemunhou a atuação do pai nas fileiras do Partido Republicano Paulista, onde este era um chefe político respeitado. A formação intelectual de Salgado se deu nesse ambiente extremamente influenciado pela política e pela atividade intelectual, ainda se somando o fato da mãe ser professora. Salgado já mostrava sua atenção aos esforços intelectuais com pouco mais de 20 anos, quando publicava uma poesia que tratava da importância dos livros (TRINDADE, 1979).

A atividade jornalística se desenvolveu logo em seguida quando, devido à morte do pai, teve que abandonar os estudos e começar a trabalhar ainda com 16 anos. Assumiu o posto de redator principal do *Correio de São Bento* e ali iniciou suas atividades. Logo após completar a maioridade, aproveitando a popularidade conseguida com o periódico, se juntou a alguns oposicionistas do governo estadual e organizou o Partido Municipalista. Segundo a análise feita por Trindade (1979), nas conferências oferecidas e nos discursos quando da campanha do Partido Municipalista, Salgado demonstrava forte teor nacionalista, valorização da guerra e da força, e se opunha ao sistema político da época, que segundo ele, relegava os municípios a uma situação de subserviência ao governo central.

Derrotado no seu empreendimento local e sem condições de permanecer em São Bento de Sapucaí, Salgado mudou para São Paulo e lá retomou a atividade jornalística no *Correio*

*Paulistano*, agora com maior ressonância que seu antigo veículo, afinal, este era o principal órgão de comunicação do Partido Republicano Paulista. Foi a partir dos contatos que fez durante esse período que Salgado construiu importantes relações com figuras que viriam a ser conhecidas após a explosão do movimento modernista em 1922. Tanto foi assim que assumiu a redação do *Correio Paulistano* a pedido de Menotti del Picchia, que viria a se tornar um dos grandes líderes da Semana de Arte Moderna. Dessa forma, Salgado passou a frequentar um ambiente político e intelectual bem mais rico do que em sua cidade natal e começou a pavimentar sua atuação política no seio do Partido Republicano Paulista (PRP).

Pouco depois acabou se aliando a uma corrente do grande partido paulista que visava renovar seus quadros e sua atividade. Liderados por Alfredo Egydio de Souza Aranha e com o apoio do jornal *O Estado de São Paulo*, esse grupo rompeu com o PRP e passou a atacar a política local, tendo Plínio Salgado se demitido do *Correio Paulistano* e passado a trabalhar com o próprio Souza Aranha, enquanto escrevia para o jornal da família Mesquita.

Nesse ínterim publicou seu primeiro sucesso editorial, *O Estrangeiro*, em 1926. Esse era o primeiro volume do que seria a sua tríade mais famosa, *As crônicas da vida brasileira*, cujo segundo volume era *O Esperado*, e o terceiro, *O Cavaleiro do Itararé*. Depois do sucesso em torno do modernismo brasileiro, o grupo Verde Amarelo buscava detectar problemas da sociedade brasileira da época e passar a intervir nos mesmos. O tenentismo era uma força atuante na política e a Primeira República dava alguns sinais de desgaste. Ao tratar do tema da nacionalidade e das relações do brasileiro com a terra e o interior, Salgado recebeu críticas positivas da intelectualidade paulista, credenciando-o como representante do movimento Verde Amarelo, grupo possuidor de um nacionalismo mais exacerbado dentre as diferentes vanguardas do modernismo brasileiro. Com o relativo sucesso do livro e sua atuação no movimento de renovação do Partido Republicano Paulista, Salgado se lançou candidato a deputado estadual e saiu eleito, assim como seu mestre e amigo, Menotti del Picchia. Ao ver abrir as portas da Câmara de São Paulo, tentou novamente um movimento de renovação do partido, desta vez unindo-se ao recém-eleito governador, Júlio Prestes, no que mais uma vez fracassou. O PRP não estava interessado em movimentos de renovação naquele momento, Salgado começou a perceber que insistir na política aos moldes da Primeira República se tornava infrutífero. Entretanto, para conhecermos os meandros da formação teórica que viria a dar corpo à AIB, somente a política não bastava. Salgado também foi escritor produtivo e deixou vasta obra à disposição.

## 2.2 O romance O Estrangeiro

Seu primeiro romance possuía características bastante interessantes. Embora seja um trabalho muito difícil observar sua obra sem procurar os traços que viriam a ser marcantes na sua ideologia, algumas análises podem ser feitas. Primeiramente chama a atenção o fato de o livro ser apresentado por Monteiro Lobato, consagrado escritor brasileiro, o que ajuda a demonstrar o quanto é acertada a hipótese de que seu livro realmente foi um sucesso na época. Tanto é assim que no seu prefácio, Salgado esclareceu que duas edições foram feitas no ano de 1926, justamente pelo esgotamento das unidades produzidas.

Apesar da dificuldade expressa acima, partimos para o empreendimento de tratar brevemente de tão importante obra do líder máximo do integralismo, onde este se lançou no ramo editorial e começou a ser conhecido nacionalmente. Há certa constância de citações bíblicas em seu livro, tanto citadas literalmente, como no trecho: “E falou Deus a Israel, em visões da noite. E disse: Jacob! Jacob! Eis-me aqui, Senhor! E disse: não temas descer ao Egito, pois eu te farei ali sua grande nação”; quanto apenas referências a personagens bíblicos: “Reuniram-se no terreiro, como a família de Noé, em terra firme, depois do dilúvio”; ou “Os filhos trapaceiros de Jacob vendiam seus irmãos ao estrangeiro. Mas o profeta Elias falara, de novo, diante do rei Acab.” (SALGADO, 1972, p.100). Assim abundam referências ao cristianismo em seu truncado texto (SALGADO, 1972, p.11).

Um traço muito característico era a constante interrupção do texto com a tomada de outras cenas e perspectivas, o que obrigava o leitor a retornar constantemente o raciocínio para as cenas anteriormente narradas para evitar “perder-se”. As caracterizações da natureza são ricas em detalhes e onomatopeias, com certo ar de ufanismo ao retratar o interior do Brasil, mais exatamente São Paulo. Uma amostra dessa descrição minuciosa apareceu quando do relato da terra onde se desenrolava o romance:

O luar atravessava uma fresta, batia nos pés do catre. Sob um sol de legenda desdobrava-se o panorama formidável da América. Escarpas a pique, abismos verdes, tigres dormitando à sombra das árvores apocalípticas. Paisagens de astros desconhecidos [...] (SALGADO, 1972, p.12).

Nesse aspecto, apesar da constante referência que Salgado fazia a seu nacionalismo, dando a entender que ele existia desde tempos imemoriais, desde a mais tenra infância, essa questão não aparecia claramente em seu romance. Ao que tudo indica o resto do Brasil não passava de interior repleto de matas virgens ou do litoral contaminado pela presença europeia.

A trama se desenrolava em São Paulo e com poucas referências ao resto do Brasil. A terra do Vale do Paraíba seria um dos protagonistas da história. E ao que parece, possuía tigres.

Quando o Brasil aparecia em seu texto era como uma terra ainda virgem, a ser desbravada por aqueles que tivessem a vontade e a instrução necessária, como o professor Juvêncio, personagem que era retratado como alguém que possuía referências intelectuais muito semelhantes a Salgado, por vezes sendo possível confundir os discursos de Juvêncio com uma conferência do próprio criador do romance: “Juvêncio, porém, era um crente. E no seu místico desespero, apelava para a natureza inatingida e para os fantasmas da História” (SALGADO, 1972, p.76). Ou Ivã, o protagonista do livro, russo que emigra para o Brasil. Vejamos: “Na América, é diferente. Aqui o indivíduo não destrói para vencer; deve construir para alcançar” (SALGADO, 1972, p.67). “Ouviu o apelo do seu sangue e a voz da sua terra. Imaginou trabalhar – modesto mestre-escola -, pela criação da pátria integral, com sua consciência própria, sua aspiração, seu tipo definido” (SALGADO, 1972, p.70). Ou seja, para o natural da terra ou para o imigrante, a América se desenhava como um continente a ser construído, selvagem. E apenas aqueles que tivessem uma relação espiritual com ela poderiam entendê-la. A perspectiva espiritualista de Salgado é muito marcante em sua obra, associando a espiritualidade ao interior, ao caboclo; e o materialismo ao litoral, ao burguês: “É um misterioso idioma que se conversa com a terra e com as estrelas. Só o entende quem sofreu e sentiu, no país, teatro da sua vida, debaixo dos astros, confidentes do seu coração” (SALGADO, 1972, p.75). “As grandes cidades, dizia, não possuem traços diferenciais”. “Que dessemelhança existe entre S. Paulo, Nova Iorque, Paris ou Londres?” (SALGADO, 1972, p.33). Ou ainda: “No país democrata e burguês, havia a esperança da inversão dos números. Mas o milagre era operado pelo dinheiro. Só o dinheiro dignificava” (SALGADO, 1972, p.89).

Outro personagem constante nesta obra é o caboclo. Referência constante de Plínio Salgado em textos doutrinários ou em discursos, a figura do brasileiro original, a referência de Euclides da Cunha, aquele que não se corrompeu pelos modismos da Europa, o homem que preservava a verdadeira essência da terra, o portador da boa nova da *quarta humanidade*. Aqui tanto quanto em outras oportunidades, Salgado fará a defesa desse brasileiro idealizado que pouco se encontrava até mesmo em São Paulo, sendo os verdadeiros caboclos localizados apenas no sertão, onde o Brasil se encontrava com suas origens, bem ao estilo do mito do Curupira tão bem estudado por Vasconcelos (1977):

Ivã queria ver um caboclo autêntico. Contou-lhe o amigo que eram raros. Quase todos estavam no sertão. Poucos ficavam nas redondezas, cantando à viola, empalamados. [...] – Caboclo! Hércules em fuga, a rebentar portas de bronze. (SALGADO, 1972, p.13).

Mesmo em São Paulo, terra dos bandeirantes, daqueles que para Plínio Salgado tão bem tinham representado a audácia dos brasileiros em desbravar terras desconhecidas, não se encontrava facilmente um caboclo. Figura quase lendária, parecia se embrenhar na mata como que a fugir do litoral e resistir na manutenção da verdadeira raça brasileira. O caboclo era assim, incomparável:

Um caboclo não se subordina assim a uma vida parada. Não é como o italiano conformado ao espaço de algumas léguas. O caboclo nasce para derrubar, em combate singular, canjaranas e guarantãs. Lançar fogo nas roçadas, ficar olhando as labaredas jiboias na noite espavorida. Depois, seguir. (SALGADO, 1972, p.20).

O caboclo era sem dúvida uma figura central da narrativa de Salgado. Ao valorizá-lo frente aos estrangeiros dava sinais claros de sua perspectiva nacionalista. Mesmo com o cuidado de não buscar uma trajetória teleológica na obra de Salgado é impossível não perceber o ufanismo presente em tais descrições do que seria o homem natural da terra brasileira.

Zé Candinho, personagem que no romance representa a figura do caboclo é retratado em vários momentos como aquele que apesar de todas as dificuldades enfrentadas no trato com a terra, não desistia. “Na terra boa, não há o que vença um caboclo teimoso.” (SALGADO, 1972, p.86). “Pois é. Caboclo é caboclo, mas remendo não. Caboclo quebra, mas não verga. Aqui é assim. Aqui é na pirica. Morre, mas não entrega.” (SALGADO, 1972, p.107). O próprio Juvêncio, personagem-síntese das ideias de Salgado reconheceu a força dessa figura: “Encontrei o Zé Candinho, como um centauro, corcovando na besta pinhão, pelas ruas do povoado.” (SALGADO, 1972, p.121).

Assim, o romance vai se desenrolando através de algumas ideias-chave. Ivã, o imigrante que tenta a sorte no Brasil e acaba como dono de indústria, representa claramente a problemática do litoral “desviado”, “contaminado” pela Europa; e Juvêncio, lutando contra a resistência da grande maioria para construir uma consciência nacional. Ao lutar contra a influência de uma organização educacional italiana em São Paulo, o pensamento de Salgado delinea o seu próprio a partir das ações do professor Juvêncio:

Caboclos, arcas da aliança. Plenas do espírito da terra, por que abalais, como vossos deuses, para a montanha? ‘A Iara, de verdes cabelos compridos, teme o confronto

com os penteados parisienses?’ ‘E o saci deixa ao Pinóquio os becos do Brás e do Bom Retiro?’[...] Pensava em recrutar um exército de tradições e instintos da terra, sonhos definidos de nação que já se esboçava, para construir com eles a viva muralha, que tornaria o Brasil intangível. (SALGADO, 1972, p.73).

Juvêncio se debate contra a tentativa da colônia italiana em implantar o ensino da sua língua em várias escolas da região paulista. O nacionalismo da personagem se confunde com várias das premissas que a AIB adotaria alguns anos mais tarde, tais como a crítica contundente à influência estrangeira e a necessidade de construção de uma identidade nacional associada à terra. Não é nossa intenção querer demonstrar que o pensamento político de Plínio Salgado já estava totalmente delimitado ainda na década de 1920: para nós é importante apenas demonstrar como a literatura de Salgado já continha alguns de seus elementos ideológicos que fariam sua fama. A constante sensação de que uma conspiração estrangeira se avizinhava não ficou de fora da obra encarnada no professor Juvêncio: “Os processos políticos, de vil interesse pessoal, permitindo a injustiça e matando nos brasileiros as virtudes antigas, preparam a vitória estrangeira.” (SALGADO, 1972, p.103).

E qual seria a solução para combater essa penetração estrangeira no Brasil? Criar um movimento “integral”, que deixasse de lado as disputas que seriam facciosas para o país. Novamente por intermédio de Juvêncio, Plínio Salgado expressa sua opinião:

Não é admirável o fato de não termos partidos. Não há partidos sem povo e nós ainda não temos um povo, mas elementos em combate para a fixação da coletividade tipo (sic). Nossa consciência não se orienta ainda num sentido definitivo. Adiamos, pois o problema das ideias para quando tivermos resolvido o do progresso material, da organização econômica. Precisamos de estradas, de escolas. Todo sentimento de divergência partidária, resto do antigo caráter, que apenas provisoriamente, se expressara, será antecipação desastrosa. (SALGADO, 1972, p.46).

É claramente o pensamento de Salgado sendo expresso na fala de uma personagem. Assim, formulava sua crítica contra os partidos que se organizavam regionalmente, assim como seu próprio berço político, o Partido Republicano Paulista. Salgado ainda reforçaria significativamente suas críticas ao sistema eleitoral da Primeira República. Como representante do modernismo não poderia ser de outra forma. Seu movimento se revoltava contra as práticas dos coronéis que estão presentes também em sua obra: “A vergonha eleitoral leprozava o país.” (SALGADO, 1972, p.100). Observemos mais:

O Estado era, assim, dividido em feudos, com senhores barões mandantes de assassínios. O quinhão de justiça correspondia à soma dos títulos eleitorais. O júri abria a porta aos criminosos mais terríveis, se havia nisso interesse político. (SALGADO, 1972, p.76).

O regionalismo e as práticas coronelísticas não passaram impunes pelas ácidas críticas do professor Juvêncio. No entanto, nem as práticas da Primeira República, nem o coronelismo, nem o abandono do caboclo por parte do poder central, nenhuma dessas situações mereceu tantas críticas quanto a cidade. A metrópole industrial, o símbolo do cosmopolitismo e da imitação das modas europeias, esse era o quadro da cidade para Plínio Salgado, em contraposição sempre ao interior, verdadeiro e representante legítimo do Brasil. Ivã, o emigrado russo que veio tentar a sorte no Brasil, após ser expulso da Rússia por tramar contra a vida do czar, não se adaptava à rotina das fazendas de café do Oeste Paulista e acabava por rumar para a capital, onde ali prosperaria como industrial, mas não havia simpatia por parte do autor para com o ambiente urbano, Ivã acabou sendo um símbolo dos sofrimentos do capitalismo: “Outro, porém, era o russo. Percebia que, cada vez, valia menos como individualidade, para avultar como protegido laborioso e honesto. O industrial matava o homem.” (SALGADO, 1972, p.89). Sua humanidade estava posta em xeque diante do anonimato das multidões citadinas: “Não era um homem, porém um termo fracionário.” (SALGADO, 1972, p.89).

O ambiente urbano era capaz de corromper a todos, inclusive os que foram criados no interior, mas que não estando preparados para lidar com os excessos da metrópole, perdiam-se nos seus luxos, tais como Martiniano, administrador de fazenda, que migrou para a cidade com a venda das terras de seu patrão. O quadro parecia desolador para um conservador:

Martiniano ficou, em S. Paulo, corretor da praça. Com as primeiras tacadas, granjeou considerações na roda fina. Ateou no coração um desejo forte de sensações novas – mulheres, música enchampanhada (sic), volúpias vertiginosas do pano verde. Devorava os dias no burburinho do triângulo, às portas dos bancos e das bolsas, na investida contra o azar. [...] Martiniano envergonhava-se da vida levada tantos anos, como burro de carga. Ridicularizava provincianos, agricultores bisonhos, perros empregados no comércio, cavadores da vida cavada e suada. (SALGADO, 1972, p.108-111).

Até a linguagem da cidade mostrava-se um incômodo, com suas gírias e “estrangeirismos” que soavam como um acinte. Salgado a citava com desdém, acumulando as expressões de forma praticamente desordenada no texto como estratégia verbal: “Rotisserie”, “garçonière”, “matinês”, “demi-mond”, “grill-room”, “beguins”, “basfonds”, “boudoir”, “michés”, “macquerot”, “avant-scene” (SALGADO, 1972, p.111). Dessa forma era descrita a cidade: ocupada pela cultura europeia, palco de especulações e de descaminhos.

Até mesmo o tempo na cidade era diferente, marcado segundo por segundo, domesticado e tendo perdido sua mágica, funcionava como um carrasco para os homens e

mulheres: “E a gente, que ia e vinha, suando e correndo, na raia dos prazos terríveis como ampulhetas, marcava nos entulhos crescentes dos autos a marcha das paixões, como taxímetros.” (SALGADO, 1972, p.119). Até os desejos seriam afetados pela atmosfera cosmopolita das grandes urbes, transformando os corações e as mentes das jovens brasileiras em idade para casarem-se: “Queriam maridos com casas de *hall*, encerada, mobília imbuia, *étagère*, bufete, cristaleira com alguma coisa da Boêmia e taças possíveis de Veneza, toaletes, guarda-roupas de espelhos [...]” (SALGADO, 1972, p.125). A felicidade e o amor, casamento e filhos, que representariam o verdadeiro papel da mulher para Plínio Salgado eram totalmente ignorados por suas personagens cidadinas. O conservadorismo de Salgado entrava em choque ao testemunhar os novos hábitos que se desenhavam na principal cidade do Brasil. Para ele, significava o abandono das tradições cristãs que haviam sido o amálgama da formação de nossa gente, que agora eram deixadas de lado nas rodas de *foxtrote soul*.

Na nuvem dourada do *jazz*, corpos brancos e macios enroscavam-se na empernada delícia das mornas *chamadas* jeitosas e discretas. Os róseos lábios entreabertos e os olhos de ternura molhada adivinhavam premidas puberdades. Mas os chás-dançantes, em geral, eram em benefício de Santa Terezinha de Jesus. (SALGADO, 1972, p.134).

Na cidade, nem mesmo Santa Terezinha de Jesus era poupada das graves faltas cometidas pelos filhos da “burguesia decadente”.

E como não poderia faltar numa obra de Plínio Salgado, sua dose de antissemitismo foi destilada também neste livro, quando relata o encontro do jovem industrial Ivã com aqueles que já conheciam bem o ambiente da cidade e se aproveitavam dele para melhor viverem: os judeus.

Travou conhecimento com diversos judeus que se diziam russos e alemães. Tinham garras de vampiros e olhar vulturino. Gostou mais de um bávaro, um Fritz Nagel, que procurava incutir-lhe iniciativas e organizações com um espírito de disciplina que lhe fazia bem. (SALGADO, 1972, p.68-69).

Como o antissemitismo europeu já fazia há séculos e Hitler fazia há alguns anos, Salgado associa a imagem do judeu a um mentiroso, ao escrever que os homens “diziam ser” russos ou alemães. A dúvida de uma suposta dupla identidade é colocada no ar e arrematada com a clássica descrição do judeu como uma figura sombria e satânica. Isso ainda em 1926. A postura xenófoba e antissemita que consagraria a AIB no cenário nacional na década de 1930 não seria obra apenas do radicalismo de Gustavo Barroso.



Após esse contato com os supostos agentes do capitalismo internacional, Ivã passou a adotar novas táticas de exploração sobre os empregados e foi aos poucos se tornando mais duro no trato com os que o rodeavam, tornando-se um típico cidadão da grande cidade segundo a visão de Plínio Salgado.

Ivã aumentou os salários de todos os operários, para o dobro, [...]. Fritz Nagel, cuja opinião Ivã solicitou, achou razoável um pequeno aumento, 20%, talvez, porém aconselhou violento rigor no horário e ordem severa. (SALGADO, 1972, p.69).

Ao consultar o amigo judeu, Ivã recebe o conselho de explorar ainda mais seus funcionários, bem aos moldes das críticas que viriam a consagrar a Ação Integralista Brasileira, que acusava o capitalismo internacional – supostamente comandado pelos judeus – de explorar o trabalhador brasileiro e com isso empurrá-lo para órbita do socialismo. Tanto é assim que Salgado relatava episódios de greves e confrontos dos trabalhadores com a polícia na cidade de São Paulo, contrastando com a calma e a paz do interior.

Um esquadrão de cavalaria surgiu na Rua do Gasômetro, entrou como uma vassoura pela Avenida. Era uma espécie de Limpeza com lixeiros-centauros. Estourou um tiro de pistola nas imediações da porteira da Inglesa. (SALGADO, 1972, p.94).

Espremido entre a exploração do capitalismo liberal e a falsa promessa de uma vida melhor sob o socialismo, os operários encontravam-se perdidos na cidade, necessitando da intervenção de alguém que entendesse o caráter “integral” da terra, como Juvêncio havia feito. “A polícia rugia e saraivava na raivosa defesa dos capitalistas.” (SALGADO, 1972, p.95). Para Salgado, o Estado agia em defesa dos interesses dos grandes industriais que como Ivã decidiam a vida e a morte dos operários.

O desprezo pela vida dos operários era uma das características dessa burguesia que dissipava seu tempo e dinheiro nas diversões decadentes, repletas de importações e presentes nos clubes de diversão onde poucos eram admitidos. Suas vidas resumiam-se a gastar os lucros conseguidos pelo fruto do trabalho dos operários e, ainda assim, desprezavam sua existência: “Na Avenida, faço 90 na minha Lincoln. [...]. Eu, uma vez é que peguei um operário, no Belenzinho. Mas essa gente anda dormindo ...” (SALGADO, 1972, p.130). Ou seja, sua crítica se dirigia aos hábitos da burguesia liberal e o abandono a que a população pobre estava submetida frente a um Estado fraco, sem capacidade de lidar com as elites regionais que enfraqueciam o sentimento nacional do povo brasileiro. Em 1926, ano da publicação de seu livro, suas críticas ainda não são contundentes contra o socialismo,

limitando-se a uma crítica ao suposto fim das individualidades que este pregava. Seu alvo era o liberalismo burguês.

Tanto foi assim que a experiência da Revolução Russa estava presente no seu livro de forma elogiosa: “Na Madrugada Vermelha, Cristo surgia blindado – silhueta enorme de um carro de guerra. Era Lenine.” (SALGADO, 1972, p.131). Entretanto, é interessante notar que uma nota de rodapé da quinta edição modificava o sentido da afirmação de Plínio Salgado, alegando que havia sido enganado na época, e que Lenin havia revelado ser o anticristo:

A bandeira da igualdade que a revolução bolchevista desfraldou, em 1917, iludiu a muitos, que viram nela os ideais fraternos do Cristianismo. Espantava, porém aquela aparição de um Messias sanguinário e violento como ‘silhueta de um carro de guerra’. Bem depressa a humanidade pôde verificar que se tratava do Anticristo ... (SALGADO, 1972, p.131).

O tempo havia passado e seu principal inimigo havia se modificado.

Assim, as características mais marcantes de sua obra são o apego à terra, ao interior do país, a crítica ao estrangeiro e o combate aos hábitos burgueses nas grandes cidades. Sua obra soa como um manifesto contra a cidade em favor do campo, contra o industrial em favor do caboclo. Dessa forma, o fermento nacionalista de Salgado se desenvolveu, na medida em que associou essas práticas funestas da burguesia “litorânea” ao que é de fora do Brasil. Na verdade, a questão nacionalista de Plínio Salgado remontava ao movimento modernista de 1922, onde este se colocava contra a absorção das ideias europeias na arte brasileira. Nas palavras do próprio Salgado a época dos movimentos Verde Amarelo e Anta foram fundamentais para sua formação intelectual de viés chauvinista (TRINDADE, 1979).

Já em 1926, Salgado explicitava sua intenção de refundar a arte brasileira com elementos totalmente nacionais, dando valor ao cruzamento das etnias presentes na povoação do território brasileiro. Sua retórica se baseava na afirmação da importância das etnias presentes na América antes da chegada dos europeus, embora nem por um momento criticasse os portugueses – exterminadores da população nativa - que teriam contribuído para a formação dos bandeirantes. Ou seja, Salgado variava o tom de seu discurso de acordo com a situação, ora em consonância com um nacionalismo quase indo-americano, ora exaltando a intrepidez do português ao entrar no sertão para desbravar as matas. Entretanto, apesar do palavrório pró-indigenista, os elementos teóricos de seu texto e fala eram essencialmente europeizados, como veremos mais adiante.

Assim, a vida literária de Salgado se desenvolveu juntamente com a sua atividade política, esta última com menos sucesso que a primeira, pelo menos nos anos 1920.

Marcadamente, sua atuação política era quase sempre precedida por uma reflexão teórica, como foi o caso da Sociedade de Estudos Políticos que precedeu a Ação Integralista Brasileira. Esse princípio nortearia a atuação política do líder integralista, que acumulou uma enorme massa de produção intelectual ao longo de sua vida. Ao questionar a ordem vigente através de suas obras, o movimento modernista como um todo, e o Verde Amarelo em especial, vai passando a fazer parte da vida política, deixando cada vez mais de ser apenas um grupo de intelectuais preocupados com a adoção ou não da estética europeia em suas obras.

Tanto quanto sua atuação na Semana de Arte Moderna ao lado do movimento nacionalista, a viagem de Plínio Salgado à Europa – em especial sua visita a Mussolini – serviu para moldar a feição de sua ideologia que vinha sendo construída há alguns anos. Como preceptor de um jovem abastado, visitou o Velho Continente e conheceu algumas experiências políticas que por lá se desenvolviam, sendo o fascismo aquele que mais atraiu Salgado em sua atenção, dado seu caráter organizativo e militarista, além de seu profundo antiliberalismo e anticomunistas, ambas ideias já presentes em seus escritos antes da viagem. A visita ao *Duce* parece ter sido de grande impacto em sua vida. A partir de seu retorno, Salgado articulou a fundação de um jornal para melhor distribuir suas ideias, denominado *A Razão* (CALIL, 2005), bem aos moldes do que os fascistas italianos já haviam feito com *Il popolo d'Itali*. De acordo com Trindade (1979), a ideia de Salgado era de tentar influenciar os rumos que a revolução de 1930 deveria tomar, claramente com um conteúdo nacionalista e de intervenção de uma suposta elite intelectual na vida brasileira. Ou seja, assim como em seus romances, sua ideia era a de um intelectual engajado que lutasse contra a acomodação das elites econômicas ligadas à República Velha, ao mesmo tempo que fosse um baluarte das críticas ao cosmopolitismo brasileiro. Como veremos, esses elementos foram uma constante de seu discurso, tanto literário, quanto político.

### 2.3 O romance O Esperado

Seu segundo romance de sucesso, parte das *Crônicas da vida brasileira* foi *O Esperado*, publicado pela primeira vez em 1931. O lançamento do livro foi realizado já sob a égide da Revolução de 1930, com as intensas disputas políticas e ideológicas em torno do projeto de nação a ser elaborado e colocado em prática por Vargas. Plínio Salgado foi um intelectual que pensava poder interferir nos destinos do país através de suas obras e aquele

contexto parecia promissor para tal empreendimento. O grupo político vitorioso não apresentava homogeneidade, o que levava à esperança de que ideias dos mais variados matizes poderiam vir a ser aproveitadas pelo mesmo. A principal temática do livro é a crítica a um suposto messianismo do povo brasileiro, que aguardava pacientemente o salvador da pátria, resolução de todos os problemas. Como o próprio autor afirmou em seu prefácio à segunda edição, a recepção do romance foi relativamente boa, com comentários de seus parceiros escritores, tais como Alceu Amoroso Lima, Monteiro Lobato, Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo, Jackson de Figueiredo e outros de menor destaque no cenário intelectual brasileiro. Após afirmar que a obra tinha sido o primeiro romance a ser escrito após toda efervescência cultural da Semana de Arte Moderna, Salgado sugeriu que não tinha a intenção de fazer a “arte pela arte”, e sim uma intervenção a favor de uma mudança política no Brasil, isso já escrevendo como líder da AIB, na edição consultada. Argumentava que sua intenção era fazer uma descrição fiel dos dramas vividos nas grandes metrópoles brasileiras atingidas pelo capitalismo internacional, atreladas aos seus tentáculos.

Como veremos a seguir, a questão da urbanização e da industrialização parecem ainda incomodar fortemente Salgado, assim como ocorrera em *O Estrangeiro*. Da mesma forma que na primeira obra da tríade, o autor pareceu colocar em segundo plano a “questão central” do livro, surgindo com muito mais vigor em suas palavras a problemática da modernidade e da desigual distribuição das riquezas dentro das metrópoles que cresciam no Sudeste. Neste romance, suas críticas ao messianismo acabavam quase que por desaparecer, se comparadas ao sempre presente questionamento sobre a modernidade e o progresso material que supostamente estariam em oposição a uma riqueza espiritual e autenticidade do interior e do sertão. Um pequeno trecho do livro demonstra claramente essa corrupção que os costumes da cidade haviam sofrido, quando um estrangeiro, em um refinado bar, acaba por fazer uma reflexão profunda sobre a modernidade a partir do tintilar de uma moeda no balcão. O barulho da moeda seria o que movia o século XX.

A questão do cosmopolitismo das grandes cidades permaneceu incômoda para Salgado. Utilizando muitas expressões em inglês de forma pejorativa, descreve uma cidade como São Paulo, totalmente tomada por estrangeiros: sírios, italianos, japoneses, alemães. Ao que tudo indica, a presença em massa dos estrangeiros nessa capital era um indício de que a industrialização já trazia seus efeitos, o que incomodava profundamente o autor. Ao descrever as paisagens da cidade, usava expressões angustiantes como “massa humana”, “nuvens confusas de veículos”, “arranha-céus agressivos”, ou seja, a crítica à forma da urbanização permaneceu uma constante em sua obra (SALGADO, 1936, p. 32). Em vários momentos de

seu livro não havia trégua nas críticas à cidade, que era responsável por desgraças pessoais, depressões, suicídios, até mesmo da perda de terras dos caboclos tão estimados por Salgado:

Toda a vida social e política da metrópole era convencional e falsa. Religião, arte, política – movimentação inexpressiva de fantoches. Tudo era sofisma e dialética insincera de arzoados. No fundo, havia um drama comum, que ninguém confessava. E uma marcha comum, que todos fingiam não perceber. (SALGADO, 1936, p. 32).

Para Salgado pareciam claras duas coisas: a patológica influência da cidade grande sobre seus habitantes e a inexorabilidade da sua decadência. Parecia não haver remédio para a cura deste mal, afinal aqueles atingidos pela urbanização e industrialização que tanto incomodavam o autor, buscavam resolver o problema de modo errôneo, através de um messias. E esse não era um problema apenas do Brasil, mas do século XX como um todo (SALGADO, 1936, p. 162). Para ele, a retomada do caminho correto e a fundação da *quarta humanidade*, deveriam passar pela redescoberta dos valores essenciais do brasileiro que vinham sendo soterrados pela avalanche de informações e de estrangeirismos que povoavam as cidades. Os que abandonavam o campo, em breve viriam a sentir falta dos grilos e dos sapos que faziam a trilha sonora da noite (SALGADO, 1936, p. 135). Salgado acusava de falsa e convencional toda a vida social e política das metrópoles, que arrastava a todos rumo à uma marcha de inexorável destruição.

De forma dramática, Salgado afirmava que as almas dos heróis humilhados jaziam sob os grandes prédios e sepultadas sob os paralelepípedos que serviam de guia para máquinas desalmadas. Mas esse ainda seria um destino razoável frente ao que aguardava os operários que ainda viviam e trabalhavam incessantemente para o enriquecimento da finança internacional (SALGADO, 1936). Os humildes inevitavelmente esbarrariam nos interesses dos poderosos, como no caso do escrivão Camurça, que se viu em meio a um esquema de regularização de terras de um senador, Avelino. A pressão vinda de cima e os desejos da família de classe média arrastaram o escrivão para o esquema corrupto. O pagamento pelas execuções encomendadas ao jagunço Pipoca terminavam em remédios para o filho. A necessidade parecia implacável na nova era que chegava. A modernidade vinha para atropelar os menos favorecidos, que testemunhavam o desenrolar do século XX atônitos frente a essa nova época que já nascia doente, e que nas palavras de Salgado era divertida sim, mas como as travessuras dos enfermos febris delirantes, que despertavam as risadas das enfermeiras para espantar o medo (SALGADO, 1936, p. 100).

Além da urbanização e da industrialização, outra crítica recorrente de Salgado refere-se à política da Primeira República, assim como ocorrera várias vezes em *O Estrangeiro*. Em um trecho emblemático, Avelino discursou sobre como a riqueza deveria ser dividida na sociedade: de acordo com a capacidade de cada um, no que ele chamava de “seleção de Darwin”. Questionado sobre os princípios democráticos esquecidos no darwinismo social proposto, o senador respondeu abertamente: “Tudo se pode enquadrar nos princípios democráticos” (SALGADO, 1936, p. 46). O senador era a síntese de tudo que Salgado criticava na Primeira República. Defendia publicamente a Carta Constitucional, mas burlava regras e assaltava o erário público em benefício próprio. Todos os candidatos eleitos presentes em seu romance ganham votos de defuntos, burlam as regras para conseguirem os diplomas que garantem a legislatura, ou seja, a temática permanecia próxima daquela encontrada em seu romance anterior, demonstrando a constante insatisfação de Salgado com os rumos que o país tomava, tanto moral, quanto politicamente. Sua crítica ao messianismo foi a grande novidade nesse romance, mas se compararmos ao anterior, percebemos a repetição de muitas temáticas, sendo o pano de fundo praticamente idêntico entre ambas as histórias, com diferenças pouco perceptíveis. A moral, os ditos bons costumes, a vida ascética do campo, todos esses continuariam a ser valores muito caros a Salgado – e que muito dariam o tom do seu movimento. Considerável atenção foi dada ao aspecto sexual na questão dos costumes. As jovens que eram frequentadoras da cidade sempre estavam envolvidas de alguma forma com a sexualidade de forma luxuriosa, trocando de parceiros nos bailes, tal qual já havia sido criticado em *O Estrangeiro* (SALGADO, 1936, p. 93).

No que diz respeito aos seus adversários, nota-se apenas o surgimento do anarquismo na sua pauta de censuras, ideologia que estivera ausente de seu primeiro romance. O comunismo, como de costume, era duramente criticado, ao mesmo tempo que temido. Mano, o personagem comunista da obra, explicava tudo para seus ouvintes baseado no materialismo econômico, esquecendo todos os aspectos espirituais, sendo o outro lado da moeda do materialismo burguês, segundo Salgado. Tudo poderia ser resumido à estatística. O mal-estar dos operários que ouviam as palavras de Mano e o seguiam, era resultado da ação de forças obscuras que geravam a sensação de apreensão em toda a cidade (SALGADO, 1936). A estreiteza do pensamento das classes dominantes só contribuía para o aumento da apreensão e, conseqüentemente, para engrossar as fileiras dos camaradas de Mano.

## 2.4 O romance *O Cavaleiro de Itararé*

O último livro de sua tríade de romances é *O Cavaleiro do Itararé*. Publicado em 1933, o romance tratava da crítica às revoluções violentas e carentes de sentido espiritual e filosófico que acometiam o Brasil de tempos em tempos. Lançado depois da Revolta Constitucionalista, o livro encontrava um país ainda vivendo sem Constituição e com cisões iminentes dentro do próprio governo. A ala mais radical do tenentismo já mostrava sinais de inconformismo com o que consideravam velhas práticas reeditadas por Vargas, e o estado mais importante economicamente da época ainda estava em frangalhos pela custosa rebelião. A crítica do autor viria a ser direcionada ao que ele considerava como vícios não abandonados com o movimento vitorioso em 1930: a rebelião e a conspiração. Para Salgado, todos os movimentos de troca de poder no Brasil não tinham o potencial para modificar o panorama do país justamente por não possuírem um embasamento teórico condizente com a realidade nacional sendo, na imensa maioria das vezes, apenas rebeliões da elite contra a elite. O romance se desenvolveu a partir da história de duas crianças que ainda recém-nascidas são trocadas por engano pela babá de uma delas. Uma das crianças era filha de ricos proprietários de São Paulo, e a outra era filha de um carpinteiro, que já possuía outros sete filhos. Por um engano da babá, as crianças foram trocadas pelo fato do filho do carpinteiro estar na rica casa para receber alguns cuidados que não teria em sua humilde residência na periferia da capital. Urbano e Teodorico, foram assim criados em atmosferas totalmente distintas.

Uma questão que permaneceu latente em seu terceiro romance foi a questão da crítica aos grandes centros urbanos. Como pudemos perceber, a dicotomia campo/cidade, presente nos dois primeiros livros, teve uma pequena modificação para o binômio riqueza/pobreza, com fortes doses de críticas ao estilo de vida da burguesia. Nesta obra, as práticas funestas da tal “burguesia decadente” permaneceram as mesmas, com a diferença de que agora a oposição principal não se faz com o campo virginal, mas com a pobreza que dignificava os operários. A vida de Teodorico era regada de muitos luxos, com seus pais, herdeiros do baronato do Império, recebendo convidados dos mais importantes a cada noite em seus badalados jantares. Seus talheres e aparelhos de jantar vindos das mais distantes partes do mundo mereceram atenção especial de Salgado. Boêmia, Veneza, toda a ostentação das classes dominantes que vinham incomodando Salgado em seus escritos, permanecia como um sério problema para o autor. O jovem abastado que com menos de dois anos já havia visitado a França, tentava suas primeiras palavras no idioma do velho continente, mas mal sabia o básico do português falado

na terra pátria. Ainda aos seis anos já sentia ser diferente e superior aos demais em sua casa pelo tanto de viagens à Europa que havia feito (SALGADO, 1979).

Já Urbano vivia numa atmosfera rústica ao lado dos humildes pais e irmãos, convivendo com as crianças pobres de seu bairro, sendo o preferido de seu pai, carpinteiro de poucas posses que sonhava ver o filho formado. Existe uma contradição clara entre os dois estilos de vida, onde Urbano é criado mais próximo do verdadeiro Brasil, sentindo o espírito dos caboclos da terra, com a família constantemente em apuros financeiros, com a presença vigilante de simpatizantes do anarquismo e do comunismo, que na visão do autor, espreitavam a pobreza das famílias em busca de captar o desespero dos mais pobres para assim, mais facilmente, conquistar adeptos para as causas “alienígenas”. Novamente o quadro da cidade era desolador para os mais pobres:

As fábricas acordavam com fome, urrando pela sua carne cotidiana; e, agora parecia cair um silêncio do sol alto, como se operasse uma grande digestão. Em milhares de casas, vilas, cortiços, porões e baiucas, o ar da manhã entrava pelas portas, encontrando crianças choramingando e tristes homens sem trabalho, fumando tocos de cigarros, - pobres carcaças desprezadas pelo banquete pagão das usinas poderosas. (SALGADO, 1979, p. 56).

A cidade continuava a ser um drama corriqueiro para aqueles que tentavam sobreviver debaixo da exploração das grandes fábricas e perdidos sem uma ideologia que pudesse trazer o alento necessário para mudar sua situação, como se vivessem o tempo todo controlados “por cordas” (SALGADO, 1979, p. 57). Teodorico, particularmente, sentia um incômodo com essa situação, pois ao perceber como a cidade poderia massacrar seus moradores, sentia no seu íntimo uma compaixão diferente dos seus colegas “estandardizados” (SALGADO, 1979, p. 59). Salgado construiu a trama de forma a demonstrar como, apesar de ter se tornado um jovem comum da aristocracia paulistana, que se aproveitava da inocência de homens e mulheres, seu sangue proletário de alguma forma o fazia sentir um vazio que não era comungado pelos outros de sua classe. A perspectiva espiritualista do autor se delineava claramente quando relatava esse sofrimento incompreensível do personagem.

A repulsa aos costumes políticos da Primeira República também foi retomada por Salgado quando um de seus personagens, Gruber, criou uma associação política sem nenhuma filiação ideológica, que tinha como único propósito angariar apoio para os associados através de promessas de apoio a políticos. Uma espécie de clube recreativo que não funcionava de fato, não possuía discussões políticas, não tinha programa, apenas visava angariar apoio e garantir a sobrevivência de seu fundador sem grande esforço. Aqui também fica clara a



associação feita entre os judeus e a maledicência, a falsidade. O tipo de política que visava enganar os cidadãos era elogiado por um amigo (judeu) de Gruber:

Uns achavam o Gruber maluco. Outros diziam: 'é um pândego'. Muitos afirmavam: 'é um explorador'. Mas o judeu Abraão Spetzmeier, que passara por São Paulo, no rumo de Montevideú, dissera a Marina, com grande orgulho para ela: - Seu marido é um grande líder. 'Gente da mesma panela', pensara o Pedrinho, sabendo desse elogio. De fato, o Gruber (Ricardo Simon Gruber) era filho de um casal de hebreus, meio alemães, meio franceses, que pereceram num desastre marítimo na Ponta do Boi. (SALGADO, 1979, p. 68).

O sobrenome criado para o personagem que vivia da enganação de eleitores e políticos e que liderava um grupo que tinha apenas a função de garantir vantagens pessoais não deixa dúvida da estreita associação que o autor tentava fazer entre o judaísmo e as lideranças que ludibriavam a população em proveito próprio. As fofocas da alta sociedade urbana, totalmente contaminada pela atmosfera cosmopolita também eram povoadas pelos judeus: “essas se interessavam pelas corridas de autos e celas divertidas, o consumo do champanhe, as danças no *Imperial*, histórias picantes de coronéis, acerca de judeus e joias.” (SALGADO, 1979, p. 96). O personagem que encarnava o pensamento de Salgado, Maranduba, foi um dos poucos que tentou resistir à vida na cidade, debaixo da democracia liberal tão criticada pelo autor. Quase fazendo uma autobiografia, Salgado relatou os primeiros tempos da infância do personagem, tendo despertado para os sentimentos patrióticos desde a tenra infância, e que o levava a buscar, incessantemente, um meio para construir uma nova humanidade. Esse também não escapou do antissemitismo: “Aos nove anos, as impressões patrióticas já não eram tão fortes; invadia-o um suave sentimento místico, chorando a infância pobre de Jesus e amaldiçoando os judeus.” (SALGADO, 1979, p. 99). Maranduba foi o criador da “Associação Fósforos de Segurança”, organização que visava despertar o sentimento integral do Brasil, mas que era incompreendida pela sociedade da época. A mãe de Maranduba já dizia que os princípios de um Brasil forte passavam por Deus, Pátria, Família e Liberdade.

A cidade se assemelhava a uma entidade implacável com aqueles que tentavam abandoná-la, como no capítulo intitulado “Adão e a Serpente”, onde um dos personagens é tentado a fugir para o sertão, para o interior, onde a vida seria mais feliz, mas é puxado de volta pelos conselhos do cunhado charlatão, indo alguns dias depois terminar filiado a um círculo de trabalhadores, de viés comunista. Para aqueles que permaneciam na cidade, pareciam existir somente duas opções: gozar de toda a luxúria em que estavam mergulhados desde o nascimento, ou cair na “tentação” do marxismo e engrossar as hostes das associações de esquerda. Urbano, que cresceu na cidade como filho de um carpinteiro, mesmo sendo

herdeiro de um barão, havia se tornado militar e sentia na pele o sofrimento infligido pelos males do “progresso”, com os militares sendo relegados a um plano secundário e com uma enorme vontade de participar da vida política do país, mas cerceados pelos políticos tradicionais que os viam como uma ameaça à sua exploração. Assim, a vida de todos que estavam na cidade parecia um cenário apocalíptico, onde ou se conformavam com o sofrimento, ou lutavam contra ele, se voltando para o “espírito da terra”.

A cidade era assim, o oposto do que deveria ser a *quarta humanidade* imaginada por Salgado, povoada por estrangeiros que contaminavam a noção hermética de Brasil, invadida por judeus que exploravam trabalhadores por trás das finanças internacionais, estava constantemente ameaçada pelas revoluções que nada traziam de mudanças sensíveis, servindo apenas como rearranjo das elites. Daí surgiu a figura do Cavaleiro do Itararé, mito que o autor incorporou ao texto, que seria responsável por levar a desgraça para aqueles que se atrevessem a observar sua cavalgada durante a madrugada. Aquele que olhasse para o Cavaleiro<sup>6</sup>, teria seu gado morto, plantação destruída, família desfeita. A ideia era demonstrar que uma revolução sem um “sentido espiritual” traria apenas mais desgraças para a população, assim como o sinistro Cavaleiro. A Coluna Prestes, a Revolta dos 18 do Forte, a Revolução de 1930, todas se enquadrariam nessas revoluções que apenas serviam para aumentar a convulsão social. Sem um sentido “integral”, nada poderiam fazer a não ser perturbar a já sofrida sociedade brasileira. O Cavaleiro do Itararé também se manifestava pela chegada dos costumes estrangeiros, que modificaram para sempre o aspecto das terras brasileiras. O caboclo teria cometido pecado imperdoável de abrir sua janela e observar fora dos limites da sua casa humilde, mas sossegada: “O caboclo brasileiro abria a janela para a treva, para o vácuo, para coisa nenhuma. Entraram-lhe pela fresta o infortúnio e a amargura. Era o Cavaleiro do Itararé.” (SALGADO, 1979, p.251).

Assim, a tríade de romances se encerra com mais uma ode ao caboclo, ao espírito da terra, ao espiritualismo, aos que ousaram desafiar a política como era feita nos moldes da Primeira República. Chama a atenção a recorrência das críticas à cidade, o surgimento do comunismo como inimigo principal da nacionalidade a partir do segundo livro, a perspectiva extremamente xenófoba e antisemita do autor, além da presença constante de um personagem que encarnaria as fases de seu pensamento, elementos comuns aos três livros. Analisadas as obras de romance, voltamo-nos para algumas obras doutrinárias de Salgado.

---

<sup>6</sup> Nossas buscas se mostraram infrutíferas para esclarecer maiores detalhes sobre a lenda contada no livro. As únicas referências existentes são do próprio Salgado.

## 2.5 Obras doutrinárias

A AIB foi fundada quando do lançamento de seu Manifesto, em outubro de 1932. Esse pode ser considerado o primeiro texto doutrinário de Plínio Salgado à frente do integralismo. Considerado o documento máximo da instituição, estaria pronto desde meados daquele ano, mas apenas em outubro foi lançado para não dividir atenções com a Revolta Constitucionalista que estourara naquele estado. O manifesto é um documento curto, de pouco mais de dez páginas e que contém os princípios norteadores da ideologia integralista. As linhas gerais estariam delineadas no manifesto, e o desenvolvimento da doutrina se daria a partir das discussões e publicações do chefe integralista. Por ser um manifesto de convocação, seu tamanho não poderia ser muito estendido, se considerava um chamamento contra a indiferença e o desânimo. Salgado idealizava uma sociedade harmônica, livre de quaisquer conflitos, marcada pela colaboração social. A riqueza produzida deveria ser utilizada com sabedoria para o melhoramento da pátria e da sociedade, o que implicava uma responsabilidade maior aos homens afortunados. Para ele a humanidade deveria colaborar entre si na construção de uma sociedade que ofereça “felicidade social” (SALGADO, 1932, p.1), e na qual o mais humilde dos operários deveria poder galgar de acordo com suas habilidades as posições mais altas dentro da hierarquia social. Isso só seria possível devido à unicidade existente entre toda a humanidade, onde, a princípio, todos nasceriam iguais, sendo que seu propósito final também seria o mesmo, ocorrendo as diferenças apenas na maneira da aplicação dos recursos disponíveis. Se todos tinham origem sobrenatural criada por Deus, todos poderiam lutar por melhores condições dentro da harmonia social entre as classes.

A divisão provocada pelos partidos políticos permaneceu como seu alvo, acusando-os de promover um fracionamento da nação em Estados dentro de um Estado. Para Salgado, existiam diferentes formas de divisão ocorrendo dentro do Brasil naquele momento: entre classes, entre partidos, entre indivíduos. Apenas um país unido poderia reservar um futuro melhor. Apenas a organização corporativa da sociedade poderia resolver esse problema. O voto de acordo com as profissões – e indireto - seria mais benéfico para a manutenção da unidade do Brasil, para a formação de uma consciência nacional. A autoridade deveria ser reforçada para proteger a nação do divisionismo, dos ataques estrangeiros e dos poderosos grupos que desejavam apenas manter seus próprios interesses, em detrimento das necessidades nacionais. Hierarquia, confiança, ordem, paz e respeito seriam essas necessidades.

Sua carga se volta ao cosmopolitismo. Este seria uma “doença de morte” para o nacionalismo dos brasileiros. (SALGADO, 1932, p.3). Segundo o autor, isso não significava discriminação contra os estrangeiros, mas sim a superação das práticas da burguesia que imitavam as civilizações em declínio da Europa e dos EUA. A presença de todos os estrangeirismos da burguesia, o desconhecimento dos autores nacionais e o desprezo pelos compatriotas deveriam ser combatidos pelos integralistas. A dicotomia burguesia/caboclos parecia ainda estar muito presente, mesmo nesse documento oficial, quando observamos suas censuras ao preconceito contra o nativo da terra.

O sistema político brasileiro, que se mostrava incapaz de atender aos interesses dos habitantes era um dos grandes responsáveis por esse quadro, que exigia a união de todos os brasileiros para ser superado. A solidificação dessa união seria necessária para evitar que o Brasil fosse subjugado pelos interesses de outros países que nos ameaçavam. Em seu manifesto, Salgado afirmava não reconhecer nenhum dos partidos políticos e vai além, afirmando que em caso de “os que estão no Poder” não realizarem seus desígnios, se declararão proscritos de toda a vida política, os integralistas (SALGADO, 1932, p.5). Assim permaneceriam até que fossem um número tão grande de partidários que, enfim, sua cidadania fosse reconquistada e que o poder viesse para suas mãos pelo seu enorme contingente de simpatizantes.

Salgado afirmava também que jamais a AIB participaria de alguma sedição, pois “quem se bate por princípios não precisa combinar coisa alguma nas trevas.” (SALGADO, 1932, p.6). Ele diagnosticava que a precária situação política do país se devia muito às tentativas de golpes e conspirações e que por isso assumia o compromisso de não contribuir para a proliferação dessas práticas. A instabilidade das disputas pessoais contribuiria para abrir caminho para o comunismo, que deveria ser combatido a todo custo. Também demonstrava uma certa preocupação com a situação dos trabalhadores – assim como em seus romances – e afirmava que seria a principal preocupação da AIB garantir o bem-estar destes. Estariam esmagados entre os interesses individualistas da burguesia e a propaganda comunista, que em qualquer das duas situações os levaria à escravização. Chamados de “classes produtoras e trabalhadoras” eram o foco principal do movimento, segundo o manifesto (SALGADO, 1932, p.8), ao lado da pequena burguesia.

O documento prossegue ressaltando a importância da família e do município, que seriam as células fundamentais da sociedade que desejavam construir. Aqui o documento ganha um caráter de afeto, listando todas as possibilidades de gestos familiares que levam à felicidade dos homens. Segundo Salgado, o Estado socialista ofereceria uma “absurda

socialização de afetos”, algo totalmente incompatível com a natureza humana que desejava a preservação da família (SALGADO, 1932, p.9). Assim, município e família estariam profundamente ligados pela sua importância para o homem, e estariam no centro das atenções do integralismo. Somente dessa forma seria possível criar o Estado Integral, livre de conflitos e exemplo para o resto do mundo.

A *Quarta Humanidade*, outra obra doutrinária de Plínio Salgado foi publicada pela primeira vez em 1934. Com a Assembleia Constituinte em funcionamento e a confecção da Carta Constitucional em andamento, o país parecia seguir ares de normalidade democrática. Esta obra, voltada claramente para um público mais intelectualizado demonstra um pouco da perspectiva de futuro que Salgado almejava. Seguindo a linha detectada por Cavalari (1999), percebemos que existia um certo distanciamento das ideias de Plínio Salgado em seus livros, daquilo que podemos encontrar em suas publicações jornalísticas. Uma linguagem bastante rebuscada e reflexões acerca de fatos históricos de conhecimento pouco acessível, além de pensamentos filosóficos de uma profundidade bastante razoável. Bem diferente dos textos, por exemplo, de *A doutrina do Sigma*, que se tratava de uma compilação de textos jornalísticos e entrevistas. Na obra citada, Salgado buscou demonstrar a inevitabilidade da formação de uma nova era para a humanidade a ser criada na América, liderada pelos integralistas, a *quarta humanidade*. Para o autor, esta seria resultado da acumulação do conhecimento gestado durante as três primeiras humanidades: a politeísta, a monoteísta e a cristã.

Para Salgado, a humanidade politeísta se referia aos primeiros tempos das civilizações complexas, aproximadamente até o Império Romano, passando por gregos e civilizações do Oriente. É interessante notar que o próprio autor não delimita firmemente onde uma humanidade se encerra e onde a outra começa, podendo as mesmas conviverem no mesmo tempo histórico. A segunda humanidade, que seria aproximadamente a Idade Média na Europa feudal, seria o momento de apogeu do cristianismo, onde a humanidade estaria mais próxima de Deus e organizada segundo seus desígnios, ou seja, através de corporações profissionais, elemento caro à doutrina integralista. Segundo o autor, a segunda humanidade começou a ser deslocada no espaço e no tempo após o início do Renascimento, quando a sede de conhecimento teria levado ao desenvolvimento da ciência. Esta, não seria um problema em si para Salgado, mas o seu mau uso pelos homens que advinham da terceira humanidade, materialista e individualista, caracterizada pela criação do marxismo, materialista por natureza. Marx seria um dos símbolos dessa humanidade que ao mesmo tempo que se desenvolvia tecnologicamente, entrea em declínio moral. Esse era o retrato da terceira

humanidade, que chegara ao Brasil e convivia com as outras duas humanidades ainda presentes no único território virgem e com potencial para a criação da *quarta humanidade*: a América. Segundo Salgado, a América continha os ingredientes das três humanidades ainda convivendo harmonicamente, com índios, caboclos e bandeirantes, que deveriam ser liderados pelo integralismo rumo à *quarta humanidade* (SALGADO, 1934).

Em seu livro, observamos muitos dos aspectos que ficaram marcantes em toda a produção intelectual da AIB como, por exemplo, a ideia de dualidade. Segundo Salgado, a dualidade faz parte da formação do ser humano, e somente através dos binômios escuridão/luz, mau/bom, poderia se apreciar a beleza do que existia na natureza. Aquilo que é belo, só o é, por existir o feio que trata de o valorizar. Mesmo que debaixo de uma perspectiva filosófica rebuscada, essa característica não escapa ao que já é conhecido da AIB. Campo/cidade, integralismo/comunismo, espiritualismo/materialismo. Essa dualidade não só foi reconhecida, como valorizada por Salgado (1934). Essa dualidade foi fundamental para a superação da humanidade politeísta, que precisou reconhecer o que era mau, para enfim conhecer a obra máxima da humanidade até aquele momento: o cristianismo. Segundo Salgado, o cristianismo foi a base da organização daquela sociedade que melhor se harmonizou com a natureza e com os desígnios de Cristo: a Europa medieval. Salgado não escondia sua admiração pelo ordenamento jurídico e político daquela sociedade:

É a segunda humanidade, que se desdobrará, dominando os âmbitos dos Impérios, até cristalizar-se na civilização cristã da Idade Média, em que a compreensão das contingências econômicas, materiais, se harmonizou com a ideia das finalidades sobrenaturais. (SALGADO, 1934, p. 29).

Salgado reconheceu, apesar de sua clara antipatia aos judeus, que a religião judaica ajudou a assentar as virtudes da terceira humanidade, pois foi a partir do judaísmo que o cristianismo foi criado, valorizando o seu “conceito de autoridade, um objetivo final, uma estrutura social” (SALGADO, 1934, p.31). Entretanto, já na página seguinte, Salgado voltava suas críticas ao judaísmo:

A nação judaica cumpriu seu destino histórico, até ao Cristianismo. Daí por diante, porque não compreendeu a sua grandiosa missão, que havia terminado, tornou-se uma força destrutiva. (SALGADO, 1934, p. 32).

Para o autor, essa recusa em aceitar que seu tempo já havia se encerrado vai levar os judeus a se comportarem de forma a tentar destruir as possibilidades de surgimento da *quarta humanidade*:

Na elaboração da Humanidade Monoteísta há o gérmen do materialismo, que mais tarde vae se aninhar ao grupo dos saduceus<sup>7</sup>, cuja recusa à aceitação dos espíritos, anjos, arcanjos, irá ser repetida mais de 20 séculos depois, pelo racionalismo filosófico e pelo experimentalismo científico, em que influíram tanto os intelectuais da raça hebreia. (SALGADO, 1934, p.33).

Assim iam se desenhando os principais males que assolavam a raça humana durante a terceira humanidade, e que vimos tão claramente em seus romances: o materialismo, o experimentalismo, e até mesmo o judaísmo, que segundo sua concepção não aceitou sua condição subalterna na segunda humanidade.

A terceira humanidade estaria próxima da destruição justamente pelo excesso de apego ao material que tão bem simbolizava os judeus, segundo Salgado. A ciência, símbolo máximo da modernidade quase não conseguia mais responder perguntas. E aquelas que já há tanto assolavam a humanidade, permaneciam sem qualquer vestígio de solução. Mesmo assim, a ciência tentava – em vão – substituir Deus ou mesmo o homem, deixando um vazio, um vácuo que parecia não conseguir ser preenchido por nenhuma das soluções possíveis dentro dos limites da terceira humanidade. O tempo dessas três eras teria sido de *adição*, e agora, na *quarta humanidade*, chegara o tempo da *síntese*. Somente através do espiritualismo poderiam ser respondidas as velhas perguntas da humanidade que a ciência prometeu responder, mas que teria falhado miseravelmente. Todas as propostas surgidas a partir do humanismo – que teria deslocado o centro gravitacional do homem -, como o empirismo científico e mesmo o liberalismo político e econômico, estariam fadadas ao fracasso devido à sua raiz materialista e distante do Todo Poderoso: “O humanismo [...] que estabelece o sufrágio universal como o instrumento da manifestação da soberania [...]; e reduz os governos a um joguete do mecanismo social como reduziu a sociedade a um joguete do mecanismo natural [...]” (SALGADO, 1934, p. 44). Ao que parece, toda e qualquer iniciativa que de alguma forma se relacionasse com o humanismo renascentista, estaria fadada ao fracasso, mesmo que buscasse aumentar as formas de participação popular.

Assim sendo, praticamente qualquer manifestação ideológica que tivesse surgido após o fim da Idade Média seria passível de críticas. Com o marxismo não seria diferente. Podemos perceber nitidamente que com o passar dos anos na década de 1930, os textos de Salgado voltam-se cada vez mais para as críticas ao sistema idealizado por Marx. Dessa maneira, não nos surpreende que a associação entre marxismo e judaísmo também estivesse presente nesta obra. Ao falar do que seria de fato o marxismo, Salgado deixou pouco espaço para duplas interpretações:

---

<sup>7</sup> Grupo judeu.

É o misticismo da raça judaica. Para se compreender a essência recôndita do socialismo de Marx, é preciso conhecer o ‘Talmude’ e os Protocolos dos Sábios de Sião. Em última análise, essa ‘atheocracia’, que domina a Rússia, não passa da velha teocracia hebraica revestida de forma negativa. O autor de ‘O Capital’ espera o Messias, que não é um homem, mas uma raça. O seu governo será com verga de ferro, como diz o ‘Talmude’. (SALGADO, 1934, p.56).

Como vemos, não há a menor cerimônia em associar o judaísmo ao socialismo. Algo que viria, inclusive, se tornar uma das marcas da AIB. Desde a atuação virulenta e sistemática de Gustavo Barroso na tradução e produção de obras críticas aos judeus até o antissemitismo revestido de argumentos filosóficos de Salgado. A união entre as ideias materialistas surgidas do Humanismo que ajudou a desbancar a segunda humanidade, aliadas ao misticismo e materialismo judaicos, para Salgado, seria uma combinação explosiva que levaria a humanidade à destruição e escravização pelo capitalismo internacional. Obviamente, também atrelado aos judeus, que controlariam os dois lados da desgraça humana, liberalismo e comunismo.

O domínio político das grandes empresas, dos sindicatos patronais, o sufrágio universal, a submissão da economia à sorte das bolsas de valores, tudo seria motivo para a apreensão de Salgado: “Que doloroso quadro o dessa triste Humanidade!” (SALGADO, 1934, p.60) O individualismo exacerbado teria destruído praticamente qualquer vestígio de possível colaboração entre os homens. Somente a instalação de um Estado Integral poderia fazer retroceder a marcha da destruição e salvar a população da ditadura cruel do materialismo finalista, da ditadura sem finalidade da plutocracia democrática e das oligarquias políticas e financeiras (SALGADO, 1934). Seria dever desse novo Estado construído no Brasil, defender os indivíduos da ação nefasta que a sociedade poderia lhe causar, deixando os homens sem rosto, tão típicos da cidade que Salgado via. Caberia ao continente americano essa obra de superação, que apesar dos “problemas” causados pela imigração ariana e semita não perdera sua potencialidade em ser a terra que transformaria para sempre as feições da humanidade:

A raça brasileira e, de um modo geral, a sul-americana, tem um sentido cósmico originado das fontes étnicas. Cumpre observar que as ondas imigratórias arianas e semitas, que se espriam em nosso continente, não alteram a fisionomia profunda da alma americana. (SALGADO, 1934, p. 69).

Ou seja, apesar da presença desses elementos indesejáveis, a essência do homem americano permaneceu. Mais especificamente, o homem da América Latina, que não possuía os vícios de outros locais: “aproxima-se o dia da América Latina, uma vez que a América Anglo-saxônica floresceu dentro da agonizante civilização da Europa.” (SALGADO, 1934,



p.74). Até mesmo o potencial energético de nossa região seria mais propício aos novos tempos, pois aqui abundariam as possibilidades de utilização da energia elétrica, mais vantajosa em relação ao petróleo e à hulha. A Europa e a América do Norte pertenceriam ao passado, sinal claro disso seria a vitória de movimentos materialistas em suas terras, como o liberalismo típico dos EUA e da Europa Ocidental, ou o comunismo que na União Soviética “a bandeira vermelha desfraldou-se com o velho espírito semita de totalizações humanas, num sentido de materialismo [...]” (SALGADO, 1934, p. 83). A América Latina não deveria ser lugar para liberais, comunistas e judeus, se é que existiria alguma diferença entre eles na visão de Salgado.

Caberia então aos integralistas, que através de um “movimento de cultura” (SALGADO, 1934, p.87), reformar esse panorama através de sua Revolução Integral. A formação de uma elite dirigente seria o primeiro passo para tal empreendimento, bem aos moldes do que Cavalari (1999) já havia registrado, e dessa elite se desdobrariam ordens através de um movimento autoritário e hierarquizado, que organizaria de forma corporativa a economia e a política no Brasil, e posteriormente, no resto da América Latina. Partindo de uma chamada esfera filosófica, os integralistas iriam intervir na sociedade de forma a realizar a síntese tão promissora da *quarta humanidade*. Ao libertar o homem dos preconceitos do século XIX, o integralismo estaria pronto para iniciar seu ambicioso projeto de transformação radical da humanidade através do espírito. Sua modernidade estaria patente no seu surgimento já no século XX, diferente de seus opositores, que seriam todos eles, obra do século XIX e possuiriam todos os seus defeitos. A burguesia, através de seu egoísmo implacável dava ao nascente século XX as feições antiquadas do século anterior e abandonava os mais necessitados a uma carência mais nociva do que o próprio comunismo, pois ao menos o comunismo tentava fazer alguma obra de transformação – mesmo que pelo caminho errado, segundo Salgado -, enquanto o desdém dos liberais era repulsivo de várias formas. O novo século se anunciava com doutrinas que pretendiam superar de forma definitiva a terceira humanidade. Enquanto na América Latina o integralismo prosperava, na Europa o fascismo era exemplo a ser seguido. Era preciso urgentemente tomar a frente dos acontecimentos para dar uma feição aos novos tempos, ou a Revolução de 1930 garantiria apenas a perpetuação da situação de penúria que há décadas os trabalhadores viviam, ou mesmo, pioraria sua vida. Afinal, o sindicalismo instalado pelo Ministério do Trabalho, inconscientemente, obedecia às ordens da Internacional Comunista e já escravizava o operariado para servir ao bolchevismo. (SALGADO, 1934).

Mas quais seriam os males do século XIX que deveriam ser exterminados pelo integralismo para a formação da *quarta humanidade*? Para Salgado, os “caprichos da soberania popular e do sufrágio universal” (SALGADO, 1934, p. 115) eram problemas que precisavam ser extintos para que a totalidade governasse os homens, e não mais a unilateralidade da democracia, que acabava por privilegiar certos grupos em detrimento de outros. Segundo esse raciocínio, a democracia liberal havia lançado os homens a uma guerra fratricida, mal controlada por um Estado falido. O Capital e o Trabalho não mais colaboravam, apenas lutavam entre si de forma desenfreada e egoísta. Era preciso a construção de um Estado forte que controlasse esses ímpetos de disputa. Esse Estado seria fruto de um país que construiu sua nacionalidade em uma democracia racial, onde brancos, negros<sup>8</sup> e índios já viviam harmonicamente e bastava que o integralismo desse a direção certa para essa comunhão brasileira se tornar universal.

Esse modelo de civilização deveria ser aceito pelos que aqui passassem a residir. Para Salgado, não haveria espaço para divisões internas no país motivadas pela presença de estrangeiros não aculturados ao nosso país. A retórica de homogeneização tão presente no romance *O Estrangeiro* aqui aparece nua e crua, praticamente como parte de um futuro programa de governo integralista:

As correntes imigratórias, que nos procuram, terão de renunciar o Passado, condição que foi imposta aos nossos avós, quando pisaram a terra americana. E nós devemos acolhê-las, sem nos sujeitarmos a quaisquer imposições que tragam o cunho de velhos prejuízos europeus, ou que tenham em mira perpetuar, dentro de nossa Pátria, feições nacionais estrangeiras. Assim, nosso espírito nacional deve estar alerta, para que um cosmopolitismo nocivo não venha retardar a palavra que ao Brasil compete dizer um dia ao mundo. (SALGADO, 1934, p. 141).

Ao menos neste aspecto, as ideias de Plínio Salgado e Getúlio Vargas convergiam. A política de forçar a aculturação dos imigrantes o mais depressa possível foi ponto em comum entre os dois. Impossível não lembrar da aguerrida batalha de Juvêncio, personagem que simbolizava muitas das ideias de Salgado no romance, contra a instalação de escolas de língua italiana para a comunidade de imigrantes dentro do país. Supostamente essas nacionalidades “não compreenderão jamais este aflitivo instante de procura de nós mesmos, este despertar de energias no meio das dúvidas.” (SALGADO, 1934, p. 142). Percebemos uma clara continuidade na sua linha de raciocínio.

---

<sup>8</sup> No que diz respeito aos negros, Salgado faz referência à maldição de Cam. Filho de Noé, suposto antepassado dos negros e amaldiçoado pelo pai à escravidão eterna. A história de Cam era utilizada como justificativa para a escravidão de africanos durante o século XIX (SALGADO, 1934, p.139).

Era preciso lutar contra todo o peso dessa humanidade que tentava a todo custo impedir a construção dessa nova civilização, que através de todo tipo de imperialismo, era sufocada em sua tarefa de levar ao mundo a palavra de novos tempos. A “carga pesada” cheirava “a mofo e a morte” (SALGADO, 1934, p. 142), e com as possibilidades e recursos da época, seria impossível lutar contra todo esse mórbido fardo. Era preciso criar uma nova geração. Uma geração que vencesse a Europa pela terceira vez, como já havia vencido na interiorização que desrespeitou o Tratado de Tordesilhas e na independência que havia desafiado a Santa Aliança e o absolutismo português. Esta seria a mais importante entre as batalhas, pois permitiria ao Brasil ter uma fisionomia própria, guiando a América Latina rumo à *quarta humanidade*.

Era, para tanto, necessário criar novos homens, uma nova sociedade, até mesmo uma nova literatura. Inspirada em Euclides da Cunha e Machado de Assis, essa nova elite dirigente a ser formada pelo integralismo precisava abandonar de vez os hábitos dos literatos do século XIX, “preocupada com as formas verbais da literatura e satisfeita com as formas simétricas de um regime político absolutamente alheio à vida real e ao espírito da Nação.” (SALGADO, 1934, p. 142). Segundo o autor, essa mudança passaria por todos os aspectos da sociedade, sendo preciso uma mudança muito mais profunda do que as revoluções pelas quais o Brasil havia passado, tinham proposto. O Cavaleiro do Itararé das revoluções não seria suficiente para tantas mudanças, imaginava Salgado.

Outro livro do mesmo ano é *Despertemos a nação* (1935), publicado pela primeira vez em 1934. Salgado tratava da obra como um grito dado para a mocidade do Brasil, que precisava ser retirada da inércia, algo que já vinha sendo tratado desde seus romances. Havia a clara noção para ele de que o brasileiro estava adormecido e de que somente o movimento integralista poderia retirá-lo da letargia. Sua implicância com a segunda parte do hino nacional em que se canta “Deitado eternamente em berço esplêndido” demonstra bem isso, sendo inclusive prescrito nos Protocolos e Rituais que o integralista deveria considerar o hino encerrado já no fim da primeira parte.

O livro também possui artigos escritos anteriormente e publicados em diferentes veículos, que se misturavam numa espécie de grande elogio ao Brasil com as críticas já delineadas por Salgado. Por exemplo, o Chefe Nacional detectava como prova de que o Brasil seria a potência do século XX, a mudança na forma de produzir energia, dessa vez através da força hidráulica, não mais a carvão. O que no passado teria levado vantagens para a Inglaterra, seria dessa vez interessante para o Brasil (SALGADO, 1935). Essa mudança na forma de produzir seria feita de outra forma, dessa vez mais condizente com a realidade

brasileira, em seu ritmo próprio, e não mais da forma europeia. Para acompanhar tal responsabilidade histórica, era necessário então criar um novo modelo de cultura, que fosse genuinamente brasileiro e que representasse os ideais da quarta humanidade. A “raça Tupi”, que seria herdeira dos verdadeiros caboclos é que seria a responsável por acabar com os estrangeirismos e toda a influência negativa das outras partes do mundo sobre a arte brasileira (SALGADO, 1935, p. 38). Até nossa língua seria superior a europeias, haja vista que seria formada pelo português associado às formações linguísticas indígenas, e que a nossa diversidade seria a grande vantagem em relação aos europeus na nova forma de competir pelo protagonismo mundial. A cidade ao estilo europeu estaria fadada a desaparecer, o “sintoma da agonia” do século XX estava com os dias contados (SALGADO, 1935, p. 65). O Brasil teria perdido muito tempo tentando imitar práticas da Europa e pouco teria dado de atenção a sua originalidade enquanto tentava copiar os franceses. Em um artigo de 1927, defendeu a destruição dos ídolos europeus para a construção da nova potência. Aqueles que poderiam se apresentar como substitutos da Europa decadente se mostraram muito alinhados com suas ideias, o que os colocava em posição de continuadores de sua herança e não como verdadeiros revolucionários. EUA e URSS passavam pelos mesmos problemas da Europa por não terem trazido soluções diferentes, mas apenas aprofundado problemas que já ocorriam na Europa desde o século anterior. Permaneciam presos ao materialismo (SALGADO, 1935)

Na segunda parte do livro, Salgado dedicou maior atenção aos problemas brasileiros. Num texto de 1931 demonstrou que a Revolução de 1930 pecara por ser um movimento sem ideais definidos, perdido ideologicamente, o que levava a um sentimento de confusão entre as lideranças. Por conta disso, a luta dos partidos acabara retornando sob nova roupagem, o que acentuaria uma suposta tendência nacional – e natural – para a discordância (SALGADO, 1935). Segundo o autor, era uma característica inata ao brasileiro a mudança rápida no estado de espírito, o que demandaria a formação de uma elite intelectual que pudesse controlar os destinos da nação baseadas em uma ideologia que não permitisse constantes mudanças. Essa ideologia deveria ser fundada no espiritualismo e deveria ter uma profunda ligação com o seu chefe, que segundo Salgado, ainda estaria para surgir no cenário nacional.

Em outro texto de 1931, Salgado escreveu sobre as possibilidades brasileiras para o futuro e sobre o quanto nossa própria elite fazia questão de manter sua subalternidade desde o período imperial. Acusando a Inglaterra de combater o tráfico negreiro para deixar o Brasil sem mão de obra, argumentava que a negação do caboclo em prender-se à terra se dá justamente nesse contexto, onde ocorreria uma rebelião do verdadeiro brasileiro contra os banqueiros que tomariam seus lucros, caso ele se interessasse pela agricultura. Indo de uma

parte à outra da História, construiu um relato que colocava o Brasil como vítima de uma eterna conspiração contra a sua potencialidade, ao mesmo tempo que tratava o povo como uma criança que não conhecia seus próprios interesses, manipulado pela democracia e que necessitava de uma constante tutela da elite intelectual que o próprio Salgado desejava construir (SALGADO, 1935). A imprensa teria papel fundamental para a construção desse novo brasileiro, já que sua principal função seria doutrinar esses que precisavam ser educados e tutelados. Após uma limpeza necessária entre os profissionais da imprensa, para tirar de cena aqueles que poderiam se vender, ou estar a serviço de algum partido, uma obra de formação nacional se iniciaria a partir dos jornais. A falta de cultura de nosso povo seria superada por essa grande obra de educação e até o nosso grave analfabetismo poderia ser utilizado como vantagem, pois “representaria a massa bruta, facilmente dirigida pelas elites cultas” (SALGADO, 1935, p. 175). Esse seria o projeto “civilizador” do integralismo.

*A Doutrina do Sigma* (SALGADO, 1937) é outra obra doutrinária interessante para ser analisada. Publicada originalmente em 1935, a obra é herdeira direta dos debates em torno da Lei de Segurança Nacional (LSN), sancionada em abril de 1935, mas que mobilizava o debate público desde o ano anterior. Quais movimentos políticos poderiam ser atingidos pela lei, o medo dos integralistas de serem enquadrados como organização política violenta, entre outros questionamentos dominaram a imprensa durante muitos meses. Dotada de uma linguagem diferente de *A Quarta Humanidade*, como dito acima, se tratava de uma compilação de artigos, muitos publicados em jornais não integralistas, e de outros textos mais curtos com uma linguagem bem mais acessível do que esse. Sem tantas referências históricas e filosóficas, era uma leitura mais tranquila e de fácil entendimento. Coincidência ou não, já em sua introdução fazia uma defesa dos trabalhadores – possível público alvo de um livro mais acessível – argumentando que a questão social vinha sendo tratada no Brasil como caso de polícia há muito tempo, e que por isso essa jamais parecia ser resolvida. Segundo Salgado, o problema da ordem era de cultura, não de polícia (SALGADO, 1937). Prometendo uma revolução espiritual e cultural, Salgado fazia uma separação entre seus objetivos de curto e médio prazo, onde a revolução espiritual tomaria muitos anos para se empreender de forma completa, e a revolução cultural seria iniciada imediatamente através da transformação do Estado. Para tanto, a mudança deveria ser feita já a partir dos próprios integralistas, que deveriam assumir uma atitude de humildade perante a nação. Lutar contra o comodismo, a preguiça, o cansaço, pois somente assim poderiam os integralistas provar que podem modificar radicalmente o Brasil. Até o combate ao comunismo, inimigo declarado dos integralistas deveria ser feito sem ódio, pregando sempre a harmonia e humildade: “o tempo

que um integralista perderia fazendo acusações deve ser empregado fazendo exame de consciência e corrigindo vaidades [...]” e sabendo que “sofrerá a agressão dos comunistas, defendendo-se mas sem ódio.” (SALGADO, 1937, p.28). Essa humildade parece estar demonstrada na própria obra quando Salgado reconheceu os progressos feitos pela ciência burguesa do século XIX e admitiu a existência da luta de classes, mas ressaltando que nem todos os aspectos da sociedade se resumem a ela (SALGADO, 1937).

Novamente o sufrágio universal entrou no rol das críticas do líder integralista, como sendo “a maior das mentiras” (SALGADO, 1937, p.22), sendo fonte de caudilhismo político e desagregação social. Enfraquecer a nação, anarquizar a sociedade, esses foram os problemas causados pelo voto para todos. O regionalismo político, conseqüente da participação popular, ameaçava desintegrar o Brasil. O Parlamento servia apenas para atrasar a independência econômica brasileira e uma das primeiras atitudes dentro de um futuro Estado Integral seria a criminalização de todos os partidos políticos (SALGADO, 1937). Uma prova de que o integralismo estaria acima desses partidos e desinteressado dessas questões seria a constatação de que o movimento seria moldado para séculos, e não para quadriênios. Ao que parece, a AIB não se enquadrava como um partido político, ao menos nesse texto de Salgado. Afinal, a democracia que o movimento tanto condenava era “a pólvora que explode a cada eleição” (SALGADO, 1937, p. 44).

O problema da ordem social voltou ao centro das atenções de Salgado em outro capítulo do livro quando argumentava que o regime político liberal contribuiu para a insatisfação dos trabalhadores quando reprimia suas manifestações de forma violenta. Para Salgado, essa seria uma solução adotada por um regime falido que não sabia como lidar com os problemas que ele mesmo criava, e que se os trabalhadores exigiam melhores condições de vida era justamente porque o Estado havia falhado, sendo necessária uma mudança profunda no tipo de governo a ser desenvolvido para evitar que não fosse mais preciso reprimir manifestações onde elas já não existiriam mais. Nesse sentido, o integralismo já estava construindo as bases desse futuro Estado ao amparar os desalentados trabalhadores em seu seio. Seria o fim da luta de classes através da intervenção do Estado na relação capital x trabalho. Essas ponderações foram feitas em uma entrevista dada ao *Correio da Manhã*. Necessário observar que não encontramos todas as entrevistas que Plínio Salgado afirmava ter concedido, tanto ao *Correio da Manhã*, quanto aos periódicos dos *Diários Associados*. Muito improvável mesmo seria a publicação de entrevistas com várias laudas de tamanho.

Outro ponto digno de destaque foi o tratamento dispensado por Salgado aos professores. Liderando um movimento de caráter educacional, como assim o dizia, condenava

a atitude dos docentes de forma indiscriminada como pessoas que contribuía para a difusão de ideias contrárias ao nacionalismo pregado por ele. Em tempos persecutórios a professores e professoras de todo o Brasil é importante resgatar esse rastro de memória contra os docentes:

Se o governo abandona a mocidade, se ele nunca pensou em evitar que os ginásios, alunos das Escolas Superiores, das Escolas Militares, das Escolas Técnicas, a juventude das fábricas e dos campos, a própria infância das escolas primárias sejam envenenados por professores ou propagandistas de toda a espécie, que inoculam os venenos do materialismo, do comunismo, do separatismo, do comodismo, do ceticismo, do oportunismo grosseiro, nada mais natural que o instinto de conservação da Nacionalidade, as vozes profundas do Brasil tivessem falado aos nossos ouvidos, de sorte que surgíssemos no país a suprir uma insuficiência do regime liberal-democrático, preservando a infância e a mocidade de males mais terríveis para uma Pátria do que a tuberculose a morfeia. (SALGADO, 1937, p.39).

Usando de expressões comuns ao jargão conservador da época, Salgado comparou o comunismo, o materialismo, o ceticismo a doenças que podem ser inoculadas à juventude por professores mal-intencionados ou por propagandistas infiltrados nas instituições de ensino. O mito da conspiração bolchevique estaria presente mesmo na tenra infância. Esse mito conspiratório perpassava boa parte desta obra, sendo frequente a associação entre comunismo, liberalismo e judaísmo. Todos fazendo parte da mesma estratégia para a escravização dos trabalhadores brasileiros pela “finança internacional”. A própria intelectualidade brasileira “cosmopolita” pouco poderia fazer para modificar esse quadro, pois nas próprias escolas onde aprendeu a administração e as teorias que tentava aplicar na prática, o complô já estaria instalado e assim “ensinam errado para melhor nos sugarem [...]” (SALGADO, 1937, p.46). Não haveria salvação para o Brasil enquanto as teorias ensinadas para os jovens continuassem a ser as estrangeiras, e com o agravante de tudo ser feito de forma proposital:

Se a lavoura, as indústrias, o comércio, estão à mercê de uma orientação que, em vez de brasileira é inglesa, americana, ou francesa e, o que é pior, judaica internacional, como podem essas forças, abafadas, asfixiadas, estranguladas, atender à grita, por sua vez justa, do proletariado? (SALGADO, 1937, p. 46).

Ou seja, a reclamação do proletariado era justa. A ordem social se tumultuava não por causa de sua insatisfação, mas sim pela manutenção de cursos técnicos e superiores que levavam ideias estrangeiras, ou no pior dos casos, judaicas, para dentro das escolas que poderiam levar soluções para o Brasil. Assim, praticamente qualquer tentativa de superação da dependência brasileira estaria fadada ao fracasso desde o começo pela ação de sabotagem de um complô judaico. Essas ponderações foram publicadas originalmente no jornal integralista *A Offensiva*, quando da aprovação da Lei de Segurança Nacional de 1935.

Assim, apenas a construção de um novo tipo de Estado poderia repelir as desordens causadas pelo constante mal-estar sentido pelos trabalhadores. Um Estado corporativo, construído a partir de uma organização que dispensasse o sufrágio universal e que criminalizasse os partidos políticos. Salgado ainda argumentava que o integralismo defendia a participação dos militares na vida política e que muitas das desordens causadas dentro do país se deviam justamente a uma proibição, em seu entender sem sentido, da participação militar nas eleições. Para Salgado, essa deveria ser outra estratégia adotada para reduzir as tensões dentro da sociedade. A busca por uma ordem livre de qualquer tensão social parecia ser uma obsessão para o líder integralista (SALGADO, 1937). Logo, a Lei de Segurança Nacional, passou a ser criticada por Salgado, pois seria uma solução paliativa e que, por ser abrangente demais em suas determinações, poderia atingir grupos que se rotulavam como verdadeiros “amigos da ordem”, como os integralistas. Para o autor, o governo deveria ser mais específico e atacar os verdadeiros causadores da desordem: judeus, liberais e comunistas. Sua ardente defesa do caráter democrático do movimento deixava claro o tamanho de sua preocupação em ser atingido pelo LSN, pois destacava que as ditaduras já haviam tido seu momento e que povos civilizados não mais tolerariam regimes políticos autoritários (SALGADO, 1937). Mesmo que na página seguinte defendesse os regimes “democráticos” da Alemanha e da Itália, onde supostamente não haveria ditaduras, mas sim, “regimes.” (SALGADO, 1937, p.62).

A preocupação em não parecer um movimento messiânico era outra constante no pensamento de Salgado presente nesta obra. Em um capítulo exclusivamente dedicado a esse fenômeno, o autor argumentava que seu movimento não era messiânico, pois enfatizava que as verdadeiras lideranças da AIB eram suas ideias (SALGADO, 1937). O movimento não deveria seguir Plínio Salgado enquanto pessoa, mas sim suas ideias, que estariam em acordo com as necessidades da nação brasileira. O verdadeiro integralista deveria agir sempre pelas ideias do movimento, se comportando como um apóstolo que seguia a palavra de Deus, e não outro homem (SALGADO, 1937).

Ainda observando aspectos conspiratórios na atuação do comunismo, Salgado demonstrava que a suposta defesa do nacionalismo empreendida pelos comunistas, em especial os membros da Aliança Nacional Libertadora, seria uma tática utilizada pelo comunismo internacional que visava confundir os trabalhadores para trazê-los para a causa comunista, justamente pela retórica de defesa dos interesses do país (SALGADO, 1937). Essa tática seria utilizada para melhor manobrar as massas, que seriam subjugadas e escravizadas pelos banqueiros, afinal “o banqueirismo internacional é comunista, é proletarizador das



massas” (SALGADO, 1937, p.103). Nesse momento Salgado trouxe uma série de acusações acerca da aliança entre liberais, comunistas e judeus que tinha como principal objetivo transformar o Brasil num país escravizado. Segundo o autor, capitalismo e comunismo seriam de fato a mesma coisa. Para combater o capitalismo era necessário combater da mesma forma o comunismo e vice-versa (SALGADO, 1937). Tanto um quanto o outro estariam a serviço da “finança internacional”, ou melhor, seriam táticas utilizadas de acordo com cada momento por esse grupo para melhor dominar determinada região. A burguesia seria somente um agente passivo dessa finança internacional (SALGADO, 1937). O próprio marxismo seria uma continuação da economia burguesa por outros meios, mas com o mesmo fim: escravizar os homens. O “judeu Adam Smith” seria um exemplo de como há uma linha entre suas ideias e Marx (SALGADO, 1937, p.113). Tanto capitalismo quanto comunismo desejavam que os técnicos da finança internacional governassem o mundo, não haveria diferença entre eles (SALGADO, 1937). Para Salgado existiria uma consonância entre a Revolução de 1930 – capitaneada pela “Aliança Liberal” – e o movimento da Aliança Libertadora Nacional. Seriam ambos capitaneados pela finança internacional para levar o Brasil à desgraça.

Mas quem seria essa finança internacional que controlava tudo e a todos em nome de uma escravização da humanidade? O próprio Plínio Salgado responde:

A Rússia é hoje governada por judeus. A finança ocidental também o é. Que misteriosa coincidência é essa? Pois então, os mesmos que governam politicamente a Rússia são os mesmos que governam financeiramente o Ocidente? E os ingênuos não veem nisso nada demais. (SALGADO, 1937, p.119)

Aquilo que seria a chave para a explicação de todas as problemáticas se encontrava na acusação de que os judeus tentavam transformar toda a Terra num planeta infeliz para seu melhor desfrute. Os judeus estariam por trás de todas as maquinações levadas tanto pelo liberalismo quanto pelo comunismo. Não haveria diferença entre ambos os sistemas porque, na verdade, se tratavam apenas de duas táticas diferentes do mesmo grupo: os judeus.

Isso explicaria o porquê Lênin teria ido para a Rússia implantar uma revolução comunista com dinheiro fornecido por banqueiros alemães, e Trostky com dinheiro de banqueiros estadunidenses. A origem desses banqueiros explicaria um aparente paradoxo. Os banqueiros eram judeus. É um “monstro de duas cabeças” (SALGADO, 1937, p.120). Os integralistas, pelo contrário, não recebiam dinheiro de estrangeiros, muito menos de banqueiros judeus. Sua receita advinha totalmente dos donativos dos abnegados camisas-verdes. Sendo assim, apenas o integralismo teria condições físicas e morais para combater

esse grande mal que era o judaísmo. O comunismo, por sua vez, recebia dinheiro do “governo judaico da Rússia” para promover a revolução no Brasil. Stálin em pessoa, acostumado aos assaltos, segundo Salgado, mandava recursos para o movimento comunista internacional. Os integralistas, ao contrário, não poderiam nem mesmo fazer grandes doações para o partido para evitar o desvirtuamento dos companheiros, nem mesmo poderiam aceitar cargos políticos de confiança que viessem de políticos liberais (SALGADO, 1937). Salgado orgulhava-se de construir a imagem de um movimento quase franciscano. Já o comunismo, por meios secretos receberia vultuosas quantias do “capitalismo internacional judaico, ligado secretamente ao comunismo russo” (SALGADO, 1937, p.127). Uma prova disso seria que no movimento da Comuna de Paris, a única casa poupada foi a do Barão de Rothschild. Essas informações seriam suficientes para argumentar, por exemplo, que o fascismo e o nazismo não seriam aliados do integralismo, mas sim concorrentes, pois adotariam as mesmas práticas do integralismo e não possuíam nenhum vínculo com judeus, o que contribuía na constante tentativa de Salgado de defender uma diferenciação entre as teorias do integralismo e do fascismo (SALGADO, 1937). Como o integralismo não assaltava, não se aliava a políticos ou a empresários, lutava sozinho contra o comunismo e o liberalismo e ainda acabava recebendo a concorrência de nazistas e fascistas. Ao fim do artigo sobre capitalismo e comunismo, Salgado atacou a imprensa, vendida à finança internacional e que, após a Revolta Comunista de 1935, serviria como mensageira dos comunistas em suas entrelinhas. O caráter conspiracionista dessa colocação era claro: a grande imprensa utilizava técnicas de disfarce para passar mensagens aos aliados comunistas dentro de seus jornais.

Através de uma revolução sem armas, o integralismo poderia superar os obstáculos colocados pelos judeus e superar a ignorância, a acomodação, todos os malefícios advindos da terceira humanidade e que se juntavam para impedir o surgimento da nova civilização que viria da América (SALGADO, 1937). A luta contra os “judeus russos” não deveria ser feita com as tradicionais armas utilizadas pelos brasileiros, pois essas já estariam contaminadas pelo judaísmo. Era preciso construir algo novo. Um movimento nacional, que tivesse uma ligação com o interior, compreendesse a alma do brasileiro, simbolizado pela saudação tupi “Anauê”. Diferente do cumprimento comunista que, segundo Salgado, seria um grito de “URSS” (SALGADO, 1937, p.153). O integralismo estaria apto a enfrentar o comunismo/liberalismo/judaísmo por ser um movimento diferente, único entre o espectro da direita, pois segundo o autor, se diferenciava profundamente do fascismo e do nazismo. Embora frutos dos mesmos problemas, integralismo, fascismo e nazismo não seriam idênticos. A “tentativa judaica de Weimar” (SALGADO, 1937, p.154) teria levado ao

nazismo, e ao que tudo indicava, a Aliança Liberal – também com origem no judaísmo – levaria ao integralismo. O integralismo levaria o povo brasileiro à salvação, o comunismo à constante escravização por parte dos “judeus russos” (SALGADO, 1937, p.156). A “casta dos judeus internacionais”, “os mercenários da nova Carthago”, esses, não poderiam trazer nada de original ou saudável para o povo brasileiro por serem obra de uma conspiração que visava enganar os operários para levá-los à infelicidade eterna. Comparados a répteis, os judeus comunistas liberais apenas visavam obedecer ao soviete supremo da URSS para facilitar o domínio da grande finança internacional (SALGADO, 1937).

Mas até a derrota desse maléfico complô, muitos sofrimentos aguardavam os integralistas, que deveriam estar preparados para passar as maiores provações, humilhações, suportar mentiras e calúnias, pois somente através do sofrimento seria possível alcançar a glória. Com um pensamento muito parecido com o de um cristianismo que idolatra a pobreza e o sofrimento, Salgado construiu seu texto a partir dessa constante dicotomia entre presente/futuro e prazer/dor (SALGADO, 1937). Somente através da dor o futuro seria próspero como uma terra prometida, enquanto o presente estava repleto de prazeres possíveis, mas todos eles mundanos e superficiais, que estavam colocados nesse mundo justamente para atrair as almas mais fracas para uma armadilha mortal de escravização e morte. Praticamente oferecendo a outra face, como no relato bíblico, Salgado garantiu que o integralismo “condena os métodos da violência” (SALGADO, 1937, p.175). Mesmo numa disputa mortal contra o judaísmo, Salgado não renunciaria ao pacifismo de seu movimento. O quanto a Lei de Segurança Nacional e o receio do fechamento da AIB o obrigou a tomar essa atitude não é possível medir. O Manifesto de Outubro de 1932, inclusive, teria sido o responsável por transformar “partidários de toda a sorte de violências” em “pacatos cidadãos” (SALGADO, 1937, p.176). Mesmo as milícias integralistas, que poderiam ser um símbolo de força para a AIB, segundo Salgado eram totalmente pacíficas, “uma ordem quase religiosa” (SALGADO, 1937, p.180-181), que prezava em afastar os jovens do caminho dos vícios e prazeres noturnos, não possuindo nenhum tipo de militarização ou violência, no máximo preservando o costume de fazer a “ordem unida” em suas fileiras. E como numa demonstração máxima de apego à ordem, Salgado declarou o que os integralistas fariam em caso de um golpe comunista sair vitorioso no Brasil: estariam “ao lado da ordem, seja ela qual for, ainda que sustentada pelos seus inimigos liberais” (SALGADO, 1937, p.187). Assim, o autor expôs suas preocupações em comprovar a repulsa à violência por parte de seu movimento. A LSN de Vargas deixara Salgado preocupado com o futuro da AIB.

Obra pouco analisada se comparada com outras de maior destaque, *Carta aos Camisas Verdes* (1935b), é um livro menos programático e de cunho quase pessoal. Em sua apresentação, colocou-se como uma forma de comunicação direta entre o chefe e seus subordinados. Embora tenha muitas referências a eventos específicos e que pouco cabem em nossas análises, alguns elementos nos ajudam a compreender um pouco mais do pensamento de Plínio Salgado. Suas críticas ao messianismo permaneceram como uma constante, além da busca incessante por tentar se diferenciar dos regimes fascistas na Itália e na Alemanha, colocando-os como ultrapassados, ao lado do socialismo soviético. O anticomunismo latente em suas obras permaneceu como grande mote da sua ideologia, alegando que o Brasil estaria livre da nefasta influência soviética por conta da presença do Rio Amazonas, que protegeria a nação brasileira. Norte e Nordeste seriam bastiões dessa luta justamente por estarem menos contaminados pelo cosmopolitismo que traria para o Brasil os “carrascos judeus” vindos da URSS (SALGADO, 1935b, p. 113). Além disso, alertava para o plano comunista de usar a LSN como instrumento contra o integralismo através da proposta de extinção das milícias, tudo isso sendo obra obviamente dos “judeus internacionais” (SALGADO, 1935b, p. 120). Por fim, o registro do autor de que justamente no mesmo dia em que era aprovada a extinção das milícias, era rejeitada a proposta do deputado Barretto Campello de punir “os professores que usassem da cátedra para escarnecer de Deus, da Pátria e da Família” (SALGADO, 1935b, p. 119).

Assim, através de alguns de seus livros, sejam de literatura ou doutrinários, buscamos compreender como Salgado utilizava seu discurso para a formação da classe dirigente que deveria ser a guia das “massas” nesse novo Estado integral. Como registramos, reflexões filosóficas, conhecimentos históricos, tudo isso era usado de uma maneira um tanto quanto refinada, o que indicava ter Salgado um público-alvo bem específico. Veremos como seu discurso se adequava para o jornal integralista, a principal ferramenta de propaganda da organização.

### 3 A OFFENSIVA

Neste capítulo faremos uma análise do periódico integralista *A Offensiva*. As principais lideranças da AIB, principalmente Plínio Salgado, consideravam importante o diálogo com as bases do movimento através de uma imprensa que faria a doutrinação de seus correligionários. Salgado sempre foi um entusiasta de uma linguagem mais acessível para as chamadas “massas” enquanto produziria uma obra de maior envergadura intelectual voltada para o que seria a “elite intelectual” que deveria governar o futuro Estado Integral. Assim, duas formas de abordagem seriam realizadas. Como já explicitado, nosso esforço é compreender o conteúdo e a forma dessas abordagens, além de dialogar com os veículos da grande imprensa que também repercutiam as falas das lideranças, em especial de Salgado. Sendo assim, buscaremos trazer alguns dos escritos que consideramos mais relevantes para nosso empreendimento. Obviamente que não poderemos dar conta de toda a produção de Salgado naquele jornal, pois temos centenas de exemplares disponíveis, portanto, naturalmente ocorrerá uma seleção. Entretanto, temos ciência da natureza do trabalho do historiador, que de uma forma ou de outra, precisa fazer recortes e seleções. Faremos uma análise em ordem cronológica, observando os editoriais, que em sua esmagadora maioria foram assinados por Plínio Salgado.

Segundo Simões (2011), *A Offensiva* se encaixa como um dos instrumentos usados pelo integralismo para orientar as classes sociais que passavam por transformações profundas na sociedade da época. A partir da difusão das suas ideias semanalmente e, posteriormente, diariamente, a alta cúpula da AIB imaginava atingir o público que começava a dar os primeiros passos no sentido da alfabetização, realidade ainda muito precária no Brasil da década de 1930. O jornal foi criado em 1934 e extinto em 1938, com mudanças na forma de apresentação. Segundo Simões (2011), três fases distintas podem ser percebidas na circulação do periódico. Uma primeira fase mais doutrinária entre 1934 e o começo de 1936; uma segunda fase entre 1936 e o fim de 1937, em que funcionava como um diário e possuía uma roupagem mais similar à grande imprensa; e a última, em 1938, sob a égide do Estado Novo, onde as mudanças necessárias para a manutenção do funcionamento do jornal sob a censura podem ser sentidas mais claramente. A questão doutrinária é praticamente abandonada.

Na primeira fase do jornal, sua aquisição seria feita apenas por meio de assinatura, onde um formulário exigindo nome e endereço era enviado para a sede, e a partir daí o processo correria. Esta também era uma forma de conhecer o número aproximado de adeptos

e simpatizantes do movimento nesse momento de consolidação da AIB no cenário nacional. Naquele momento, a questão doutrinária era o ponto fundamental no periódico, onde a palavra do chefe nacional aparecia com muita frequência e a estrutura do movimento era apresentada aos que se interessassem pelo jornal. Além disso, eram oferecidos cursos em determinadas sedes integralistas onde o camisa verde poderia complementar sua formação com palestras e explicações. Os principais orientadores do jornal nessa época eram o próprio Plínio Salgado e Madeira de Freitas, jornalista que trabalhou em importantes empresas jornalísticas daquele período, inclusive no grupo *Diários Associados*, do qual *O Jornal* fazia parte, onde podemos observar várias contribuições suas elogiando a AIB. Atuou como redator-chefe do jornal integralista e era uma das principais figuras da imprensa da AIB. Os articulistas do jornal eram em quase sua totalidade membros superiores da hierarquia integralista, como Gustavo Barroso, Miguel Reale, Thiers Martins, entre outros (SIMÕES, 2011).

No segundo momento de publicação, temos uma mudança estrutural bastante significativa, onde o jornal passa a ser publicado diariamente e isso traz impactos no cotidiano da redação e em toda a estrutura de imprensa da AIB. Uma mudança desse porte implicava que uma maior atenção às notícias do cotidiano deveria ser dada nessas novas páginas. O jornal assume um caráter mais informativo, embora sem extinguir totalmente a doutrinação. A campanha eleitoral para as eleições de 1937 serão um tema fundamental nessa fase do jornal, o que ajuda a explicar em parte o sucesso no aumento de candidaturas integralistas Brasil afora. O alistamento eleitoral dos integralistas era assunto corrente (SIMÕES, 2011).

Já as mudanças da terceira e última fase, ocorreram não por vontade da AIB, mas em atendimento às exigências do governo federal, a partir do golpe do Estado Novo, que extinguiu todos os partidos políticos e instalou uma severa censura nos meios de comunicação. A Associação Brasileira de Cultura foi fundada em substituição à AIB e seu principal órgão de imprensa abandonou a campanha política e praticamente extinguiu os setores doutrinários do jornal. As palavras de ordem se tornaram genéricas e o direcionamento político passou a ser a “todos os brasileiros”. As notícias com relação à atuação prática dos integralistas se resumiam a serviços de assistência e ações culturais. Era o Brasil do Estado Novo (SIMÕES, 2011).

### 3.1 Editoriais

Nosso primeiro texto a ser analisado é o editorial de lançamento do jornal, assinado por Plínio Salgado, em maio de 1934 (A OFFENSIVA, 17/5/1934). Neste, o autor atacou a falta de um programa sólido para a Revolução de 1930 onde, segundo ele, apenas um movimento armado não traria as soluções que o país precisava. Acusava os partidários do movimento de terem derrubado Washington Luiz sem possuir um ideário que contemplasse os anseios de uma verdadeira renovação da política nacional. Com sua linguagem peculiar, Salgado argumentava que a Revolução de 1930 havia sido apenas um “balbuciar”, e que com o advento do integralismo foi que o Brasil havia aprendido a falar. O despertar da nação ocorrera em 1930, mas a sua efetiva transformação só chegaria com o sucesso de uma segunda revolução, essa, integralista. Segundo Salgado, todos os desgostos provenientes da situação de miséria em que o Brasil se encontrava, haviam permitido que a nação aprendesse a falar. Desgostos esses que já eram velhos conhecidos da ideologia integralista, tais como o capitalismo internacional, o comunismo que desejava atrair o operariado, os hábitos da burguesia nacional depravada, todos aqueles elementos que eram tratados em suas obras literárias e doutrinárias. Essa definitiva revolução não seria apenas um conluio entre oligarquias, uma rebelião de soldados, ou uma revolta de operários e camponeses, mas uma obra espiritual e cultural, que além de trazer a destruição da velha ordem, seria igualmente responsável pela criação de uma nova sociedade. Chegara o momento de se revoltar contra o verdadeiro inimigo, o *banqueirismo* internacional, contra aqueles que haviam entregue o trabalho do povo brasileiro aos estrangeiros, e somente pelo integralismo seria possível alcançar essa libertação.

Uma semana depois, em seu segundo número (A OFFENSIVA, 24/5/1934), o jornal trouxe um editorial assinado por Salgado onde ele continuava sua pregação sobre o conteúdo de uma verdadeira revolução. Ao contrário do que, segundo o líder integralista, pensavam os chefes políticos tradicionais, não seria possível modificar os destinos de uma nação pensando primeiramente em chegar ao poder e só depois pensar nas reformas a serem feitas. Os métodos maquiavélicos já não seriam mais funcionais, pelo tempo decorrido de seus escritos, da preponderância que a individualidade havia tomado. Era necessária uma outra abordagem. Para uma verdadeira transformação social, era preciso abandonar as conspirações, as ações por meio de acordos secretos, deveria se criar uma forma de despertar a nação, dessa vez sendo feita às claras e pela participação efetiva da maioria da população. Por isso o

integralismo não se imiscuiria nos debates parlamentares, não faria acordos com siglas partidárias, pois o movimento desejava mais do que simplesmente promover reformas. Era preciso combater continuamente os hábitos e práticas que tornavam a nação brasileira muito parecida com as sociedades “envelhecidas” da Europa, uma luta sem trégua e aberta contra todas as práticas nefastas da burguesia decadente e de seus aliados estrangeiros. Por isso, Salgado argumentava, os integralistas não desejavam cargos no governo, pois enquanto esse despertar não ocorresse, de nada valeria estar à frente da nação.

Em seu terceiro editorial (A OFFENSIVA, 31/5/1934), o jornal traz nas colocações de Salgado a divisão que ocorre dentro da sociedade brasileira por intermédio da cisão entre direita e esquerda, partidos e grupos políticos. Seguindo sua linha de raciocínio, já desenhada em outros momentos e obras, o abandono da organização corporativa pelo fim da Idade Média levou a um seccionamento desnecessário da humanidade e que acabava por transformar a política num evento esportivo, onde os grupos políticos – fossem partidos, sindicatos, entre outros – eram transformados em jogadores, os parlamentos em estádios e a população apenas como torcida, aficionada por determinados ídolos. As constantes mudanças no comando dos países pelas diferentes oligarquias seriam apenas rounds de uma disputa mesquinha.

Seu texto se dividia em algumas partes, onde após a comparação da política com os esportes, tecia uma crítica aos filósofos que não conseguiram enxergar a totalidade das aspirações humanas e os problemas que o novo século trazia, onde a subordinação do homem à máquina deveria cessar, para que novamente o equilíbrio natural da predominância do homem fosse estabelecido. Esse novo momento não poderia ser estabelecido por doutrinas parciais, mas sim por uma que congregasse e considerasse todos os problemas da nação, e não apenas alguns aspectos, como eram acusados socialistas, positivistas, economistas e tantos outros. A “Palavra nova dos tempos novos” seria a solução para esse problema de ausência de uma doutrina totalizadora, ou “totalitária”, como o próprio chefe se referia a ela no texto. Era preciso criar uma mentalidade que abarcasse todos os elementos fundamentais da vida humana, algo que “marxistas mofados” ou os “reacionários da extrema-direita” não poderiam alcançar. Seu ataque deveria se concentrar não em um partido político ou classe social específica, mas contra toda a civilização que ruía, para construir uma palavra nova (A OFFENSIVA, 31/5/1934).

Em junho de 1934, Salgado trouxe um texto que comparava a América com o continente perdido de Atlântida. Essa era uma metáfora que o autor usava com relativa frequência, mesmo nos seus livros mais voltados para a filosofia e a história. Gustavo Barroso era outro que sempre se referia a essa terra perdida que seria comparável à América, tendo



inclusive um livro tratando do assunto, *Aquém da Atlântida*. Essa América cheia de contradições teria se livrado da colonização, mas não da dominação. Apesar dos movimentos de independência do século XIX alcançarem sucesso, o continente permanecia subjugado pelo “capitalismo super-nacional”. A América Latina sofreria ainda mais com essa dependência, pois a América do Norte teria sua fisionomia muito mais parecida com os europeus do que com os latinos. Salgado argumenta que a América Latina sempre foi vista como um continente que nada acrescentava à humanidade, um “apêndice”. Apesar de todos os esforços dos intelectuais brasileiros, a Europa ainda achava que “o Rio de Janeiro é a capital de Buenos Aires”. Só quem nos conhecia eram os banqueiros, que nos tiravam os recursos através dos juros cobrados. Mas esse mesmo abandono acabava por ser benéfico para os americanos, pois puderam desenvolver uma cultura própria, podendo distinguir bem aqueles que tentavam a todo custo imitar os europeus e, conseqüentemente, os desprezar.

Ainda assim, mesmo diante de todas essas dificuldades, era do continente americano que iria surgir a nova raça que sepultaria de uma vez a civilização burguesa decadente. A América do Sul (Salgado intercambiava as expressões “do Sul” e “Latina” sem nenhuma consideração formal) começava a despertar e isso já causava incômodo nos europeus, que passavam a observar o surgimento de um movimento que despertava a alma daquela terra que até então estava adormecida. Através do Brasil toda a América seria acordada por um movimento que se dizia nacionalista e que seria um dos únicos a não copiar os europeus em suas teorias e práticas. Seria a nova humanidade surgindo (A OFFENSIVA, 7/6/1934).

Essa humanidade nova seria marcada pela eterna juventude (A OFFENSIVA, 14/6/1934). A “mocidade” deveria ser um estado de espírito, característico desses povos que despertariam a humanidade para novos tempos. Para Salgado, a juventude traria a marca daqueles que não olham para trás e apenas contemplam e agem para modificar o futuro. As nações em decadência já não poderiam mais responder ao chamado dos novos tempos por não terem mais a capacidade de sonhar que apenas os jovens possuem. Entretanto, para ser jovem não bastava ser experimental, a verdadeira juventude não vinha dos laboratórios, mas de uma força criadora espiritual “indomável”. Esse desprezo pela pesquisa, pela experimentação, não é novidade nos escritos de Salgado. Para ele, a resolução dos problemas da humanidade passava menos pela ciência e mais pela sensibilidade, com uma certa dose de irracionalismo característica do fascismo. Assim, ser jovem não tinha a ver com idade, nem com pretensões, e sim com a constante luta contra os preconceitos do passado, os hábitos que enfraqueciam a humanidade. Existia, desse modo, uma clara associação entre a velhice e a intelectualidade que Salgado tanto criticava, aqueles que seguiam os padrões da Europa, e que por isso mesmo

sendo jovens, terminavam por adquirir hábitos de um povo que já estava envelhecido. Era preciso criar uma mentalidade. Seria somente através da violência que essa “velhice” seria superada. O chefe integralista convidava os interessados em fazer parte do seu movimento a entrar nas escolas de luta, ou se juntar ao achincalhamento que faziam contra a velha intelectualidade. Exigia assim que contra ou favor de sua ideia houvesse agressão, pois, a imparcialidade seria o medo, e a mocidade não combinava com o medo. Que a audácia e a explosão violenta fossem as manifestações da disputa, de um lado ou de outro, mas que não houvesse isenção.

Sua crítica ao pensamento que considerava ultrapassado trazia reflexões sobre a guerra, a vida econômica e a política (A OFFENSIVA, 21/6/1934). Os novos intelectuais, que dirigiriam a humanidade a sua nova forma, melhorada, deveriam estar cientes da importância de um pensamento inédito, que seria muito mais profundo do que a simples exterioridade apresentada pela humanidade envelhecida. Era chegado o momento de surgir um novo tipo de herói, não mais o guerreiro do Antigo Regime, não mais o homem do partido do século XIX. Esse ciclo se encerrara definitivamente na América durante as décadas de 1920 e 1930. A Revolução de 1930 no Brasil havia sido o último capítulo desse “caudilhismo”, que já se mostrava incapaz de solucionar velhos problemas. Segundo Salgado, Vargas havia percebido a impossibilidade de governar com base numa ditadura repressora e acabara por capitular e permitir o retorno dos regionalismos que haviam assombrado a política brasileira a tanto tempo. Era o momento de um novo tipo de revolução, dessa vez apoiado na nacionalidade como um todo, como haviam feito Hitler, Mussolini e, até mesmo, Roosevelt. Para isso não seria salutar dissolver a Assembleia Constituinte, muito menos provocar mais uma revolução, e sim criar um movimento novo que pudesse sepultar de uma vez por todas essas práticas e tivesse a capacidade de criar um “Estado Novo”. Era chegado o momento de falar diretamente às pessoas, que já desiludidas com a política, necessitavam de uma abordagem diferente de qualquer movimento que tentasse ganhar sua simpatia. Somente através de um conjunto convincente de ideias que traduzissem a nacionalidade, seria possível criar um movimento de verdadeira renovação. Obviamente que esse movimento deveria ser liderado por Salgado. Estes editoriais chamam a atenção pelo seu caráter didático. Como eram voltados para a militância de base, *A Offensiva*, através do chefe nacional, procurava dar um caráter de guia para os diferentes cantos do Brasil onde houvesse integralistas. Olhados em perspectiva percebemos como na maioria das vezes os textos funcionam como “manuais” de como o camisa verde deve atuar na conquista de novos adeptos para a causa.

No dia 28 de junho de 1934, no sétimo número do jornal *A Offensiva* observamos um editorial fora do padrão adotado até então e que chamou nossa atenção. Desta vez, a parte da opinião do jornal fica por conta de Oswaldo Chateaubriand. A principal coluna do jornal não é ocupada por Plínio Salgado, mas sim pelo irmão de Assis Chateaubriand, proprietário da cadeia *Diários Associados*. A proximidade da família Chateaubriand com as lideranças integralistas seria cada vez mais evidente, como veremos daqui em diante. Esse quadro só se modificará no fim do governo constitucional de Vargas. As ideias de Oswaldo se mostram bem alinhadas com as de Salgado, motivado perante o que ele considerava um movimento que retiraria o Brasil da letargia política. Suas críticas a uma suposta divisão fratricida no Brasil eram como réplicas de discursos de Salgado, onde afirmava que o integralismo precisou de apenas dois anos para se transformar de esperança em realidade para a mudança nos destinos do Brasil. O liberalismo era alvo de seus ataques, como uma forma política que já não atendia mais aos anseios da juventude que se levantava com a camisa verde. Este editorial foi transcrito do Diário da Noite, um dos órgãos da cadeia de Assis Chateaubriand. Essa relação nos parece interessante, pois não se trata apenas da publicação de um texto de Oswaldo Chateaubriand no principal órgão integralista, mas também a anterior publicação de tais opiniões em um importante jornal da cadeia *Diários Associados*.

Salgado retornou ao editorial de *A Offensiva* no número seguinte tratando da violência integralista. Segundo o chefe nacional, a violência da AIB não seria aquela conhecida pela humanidade, mas sim uma violência com sentido espiritual. Essa violência seria não mais a característica do século XIX, que oporia classes, mas uma nova violência, característica do século XX, que oporia as civilizações. Para nós fica cada vez mais clara uma estratégia de simplificação de argumentos presentes nas obras das lideranças integralistas que eram transmitidas pelos jornais. Ao invés da demonstração filosófica explicitada em obras como *A Quarta Humanidade*, Salgado fez um verdadeiro resumo da trajetória humana até a Primeira Guerra Mundial, onde o “sentido da nacionalidade” seria desperto. Salgado relacionou a atuação da AIB com a de Sorel, onde o teórico do sindicalismo teria desenvolvido suas ideias como uma forma de reação ao desenvolvimento da luta de classes. Já no caso da América do Sul, a questão seria outra. A imposição era de uma civilização jovem contra uma decadente. Assim, haveria uma mudança de característica entre o que ocorria na Europa, e o que viria a ocorrer no Brasil: a “revolução proletária” passa a ser a “revolução nacional”. Para Salgado, aqueles que tentavam transmutar a luta de classes como era feita na Europa, para o que ocorreria no Brasil, eram “ridículos”, pois não haviam percebido as mudanças que se processavam e continuavam a atuar como se no século XIX estivessem. A sublevação que

deveria ser levada a cabo pelos integralistas, não deveria ser contra uma classe, mas sim contra uma civilização. Ou seja, o principal problema para o chefe nacional, era a Europa. Ao reafirmar seu nacionalismo frente ao internacionalismo proletário, Salgado deixou claro que a superação que buscava era baseada em alguma dose de xenofobia, pois as limitações financeiras que os europeus impunham seriam o grande entrave para o Brasil. Nesse texto, não há uma distinção clara entre quais seriam os responsáveis por essa tentativa de sufocamento da América, mas seria, essa sim, uma obra de todos os europeus, auxiliados pelos seus agentes comunistas.

Aqueles que seriam alvo da violência integralista eram os comodistas, os burgueses que haviam sido seduzidos pelas ideias de Lênin, aqueles que ainda estavam com a cabeça no século XIX. E diferentemente do início do editorial, Salgado não tratou de violência “espiritual”, mas falou das tropas de choque formadas para os desfiles integralistas. Na luta entre o bem e o mal, não haveria espaço para contemplação, apenas a imersão total na batalha. Os “perversos”, que tentassem frear a marcha da nova civilização que trazia o bem, deveriam ser “esmagados”; não haveria chance para quem se questionasse “que é o Bom, que é o Mal?”. Salgado tratou de responder que o Bem era a nação independente, a nação que se livrou do comunismo, que se transformou numa potência respeitada, que superou a exploração da finança internacional. Aqueles que não pudessem compreender isso, deveriam sofrer da violência integralista, que segundo Salgado não seria a de Sorel, mas a de Cristo, que “varreu” do templo os seus vendilhões. Esse seria o sentido da violência integralista (*A OFFENSIVA*, 05/7/1934).

Em seu nono número, o editorial de *A Offensiva* (12/7/1934) trouxe características que até então estavam ausentes dos outros textos como, por exemplo, a teoria da conspiração. Salgado argumentava que a batalha visível que os integralistas travavam não era a única e nem a mais importante. Existia uma outra batalha que era travada contra os “velhos exploradores de uma Pátria”, contra os “fundos venenos” que jamais se apresentaram diretamente para lutar contra os nacionalistas. Esses inimigos ocultos trabalhariam para terceirizar seu ódio para aqueles que estavam desequilibrados e que por isso seriam alvo fácil de sua manipulação. Esses estariam a serviço daqueles que “juraram destruir toda a autoridade e a hierarquia social”. Esperamos que esteja claro a essa altura que Plínio Salgado se refere aos judeus. Embora seu discurso se modifique de acordo com o tipo de publicação que analisamos, ao compararmos os ataques desferidos em seus livros contra a religião judaica e observarmos toda a construção retórica feita no editorial, não deveria restar dúvida. Embora não use diretamente a palavra “judeu” nos veículos de maior circulação, como o jornal, não há

como negar que existe uma relação entre o suposto *modus operandi* dos judeus em seus livros e esse tal grupo, que trabalha contra o integralismo sem se expor, que está presente no jornal. É até curioso observar que bem ao lado do editorial de Plínio Salgado foi publicado um artigo do “Chefe Fascista da França”, Henry Coston, falando sobre o jugo a que alguns países estariam submetidos frente à “finança internacional”. Finança internacional que nesse caso se trata apenas de um eufemismo para “judeus”, como já demonstramos na análise das obras das lideranças integralistas. O Brasil, por não ter uma consciência nacional formada, seria uma vítima ainda mais frágil da atuação desses grupos misteriosos e subterrâneos.

Sua atuação nessa batalha deveria ser diferente do que ocorria até então, onde o povo, a “massa” não deveria ser bajulada, mas sim agredida, para que despertasse da sua letargia. Ao agredir o “monstro inconsciente”, Salgado acreditava poder despertá-lo da escravidão a qual estava submetido. As agências de notícias e a imprensa seriam inimigas a serem combatidas, pois trabalhariam também a favor dessas forças ocultas contra a revolução integralista, todos fariam parte desse mesmo esforço desmoralizador do único grupo que trabalhava pelo verdadeiro bem do Brasil. “Agentes ocultos transmitirão para o norte mentiras sobre o sul e vice-versa. Serão inventadas crises, que nunca existiram, fatos que nunca se deram” (A OFFENSIVA, 12/7/1934, p.1). Esse senso de perseguição era muito caro a Salgado, temos a constante impressão de que o movimento integralista trabalhava contra tudo e contra todos, como é típico de movimentos fascistas, onde ocorre um isolamento e a constante acusação de que existem várias correntes que desejam sua destruição, necessitando por conta disso de uma mobilização constante de seus correligionários. E é claramente isso que deseja Salgado nesse texto, manter sua militância ativa e pronta para o combate, tendo inimigos em todos os cantos. Konder (2009) já havia descrito essa característica do fascismo, onde era fundamental a manutenção de um estado de guerra permanente em suas hostes. O fascismo precisa da guerra, precisa de inimigos, e por isso mesmo é tão valiosa a ideia de um inimigo invisível, que nunca dorme ou descansa, mesmo quando aparenta o sossego. O chefe nacional prosseguiu argumentando que o despertar da nacionalidade seria alvo de muitos ataques daqueles que não desejavam ver o Brasil livre, principalmente, dos personalistas e dos individualistas. Mas assim deveria ser, porque a nacionalidade despertada deveria ser como Cristo, ultrajada, agredida, massacrada. Tudo isso faria com que seu despertar fosse ainda mais glorioso. Ou seja, Salgado, dessa forma, já deixava a militância preparada para o conflito constante e mobilizava a religiosidade para mostrar que quanto mais agredidos fossem os integralistas, mais próximos da trajetória de Cristo (A OFFENSIVA, 12/7/1934).

No número seguinte, Salgado voltou seus ataques à Constituição de 1934. Uma mordaz crítica ao que chamou de continuidade das ideias de 1891, onde o liberalismo seria encarregado de resolver os problemas da mesma forma que sempre vinha fazendo desde o fim do século anterior: através da luta política fratricida e dos conchavos. Salgado afirmava que o retorno da constitucionalidade era uma vitória dos que tinham o espírito velho, pois trazia a normalidade que satisfazia apenas aos mesmos vencedores de sempre. Retornaria assim o velho quadro da divisão regional que assolava os pensamentos do chefe nacional. Ou seja, para Salgado, ao menos nesse momento, a Constituição de 1934 era uma vitória do liberalismo decadente que ele tanto criticara. Relatava que esse era o desejo dos velhos de espírito, que se satisfaziam com soluções simples, e que haviam jogado fora a oportunidade história da revolução de 1930 (A OFFENSIVA, 19/7/1934).

Sua ofensiva contra os representantes do século XIX permaneceu em mais um editorial (A OFFENSIVA, 26/7/1934) onde atacava a intelectualidade que ainda permaneceria presa às discussões do século anterior, enquanto a AIB, que conquistaria a mocidade, o fazia justamente por falar uma linguagem do século XX. O que até certo ponto tem sua dose de justiça, pois o integralismo foi de fato o primeiro movimento de massas organizado a nível nacional. Assim, Salgado articulou suas ideias em torno dessa modernidade na qual os movimentos fascistas como um todo sempre buscaram se relacionar. A ideia de superação da ordem liberal e sua substituição por algo revolucionário estava presente tanto em seus livros quanto na imprensa integralista, ou seja, essa era uma perspectiva que Salgado imaginava ser importante para todos os militantes. Essa evolução do pensamento político e social se refletiria numa escala evolutiva, onde o liberalismo estaria atrasado frente até ao comunismo, pois este tentava dar alguma ordem ao caos gerado pelos políticos tradicionais. Reconheceu, inclusive, que na URSS existia uma preocupação política na organização estatal, diferentemente dos estados liberais tradicionais, onde esse seria apenas um organizador da burocracia.

Salgado já havia demonstrado esse respeito aos comunistas em suas obras literárias e políticas, onde argumentava que os marxistas, por mais que houvessem escolhido o caminho errado para lutar contra a exploração, seriam superiores moralmente à burguesia e aos liberais, por ao menos tentarem elevar o nível de vida dos trabalhadores. Para Salgado, o Estado soviético tentava congrega organização dos interesses gerais e particulares dentro da URSS, algo que os liberais sequer imaginavam fazer. Ele inclusive reconheceu o valor do marxismo por ter descoberto uma “nova dimensão” da ordem social, a luta de classes, e que chegara o momento de superá-la, pois ela havia sido dominante até aquele momento. Marx teve o valor

de criar uma teoria que conjugasse vários aspectos da vida humana, mas sua obra seria resultado do determinismo burguês, portanto, não teria capacidade de superar os problemas da sociedade do século XX. Apenas o integralismo, a partir do acréscimo do “arbítrio do espírito” é que teria capacidade de construir de fato uma nova sociedade (A OFFENSIVA, 26/7/1934).

Suas críticas se dirigiam mais especificamente aos chamados “confederacionistas”, que segundo ele, lutavam por uma autonomia cada vez maior das províncias. Embora considerasse importante a existência dos estados, argumentava que esse grupo considerava as divisões regionais como o fim em si mesmo de sua atuação. Sendo assim, sua visão estaria limitada e não conseguiam enxergar os perigos que rondavam o Brasil, como o aprofundamento da luta de classes e os imperialismos de Londres e Moscou. O “capitalismo sem pátria” predava esses estados e seus defensores nada faziam, pois desconheciam os “valores espirituais” do integralismo. Salgado bateu-se pelo reconhecimento da autonomia dos municípios, e uma diminuição do poder das oligarquias regionais, pois segundo ele o município era a verdadeira célula da nação, o núcleo básico da organização política. Sem essa autonomia seria impossível falar em real independência do Brasil, pois esta não se faria “contra Deus”, mas sim “contra o materialismo” e contra o “imperialismo estrangeiro”. Salgado usou como exemplo o estado de São Paulo, que já estaria totalmente subordinado aos interesses de companhias e bancos estrangeiros, já não seria mais São Paulo dos paulistas. O Chefe Nacional faz referência ao livro publicado em 1924 e analisado por nós, *O Estrangeiro*, no qual segundo ele existia um alerta contra a escravização da terra dos “Bandeirantes”. Como já discutido, o horror ao estrangeiro é um dos temas centrais desta obra, onde existe a constante associação dos estrangeiros com o grande capital, a depravação moral e o sofrimento. É interessante essa referência de Salgado, pois realiza assim um diálogo entre a produção bibliográfica voltada para a imprensa e seus livros, fazendo uma ponte entre esses dois tipos de produção, algo raro.

Por fim, fazendo referência ao artigo enviado pelo chefe do fascismo francês, Salgado refletiu sobre o alcance das “garras do capitalismo internacional”, que depois de ter dominado o sul do planeta, voltava-se agora para o centro e norte. Nesse caso específico é possível ver a reincidência da teoria conspiratória do domínio da “finança internacional”, e desta vez com acréscimo do discurso de uma liderança fascista estrangeira, o que dava maiores ares de verossimilhança ao seu “conspiracionismo”. Segundo o autor, a ideia de libertação dessa escravidão não poderia ocorrer de forma isolada, sendo necessário irradiar as ideias de independência por toda a América do Sul, seguindo o “rastros dos Bandeirantes”. Essa ideia de

libertação de países vizinhos, para nós, reforça a hipótese de que Salgado possuía um alvo bem específico para sua xenofobia: os judeus. Em caso de um movimento que semeasse o ódio indiscriminado contra os estrangeiros, sua preocupação com chilenos, colombianos, argentinos, e tantos outros seria nula. Mas nesse caso, existe um sentimento de irmandade entre o integralismo e esses povos, o que demonstra um direcionamento bem específico para sua intolerância. Seus alvos seriam os controladores da “finança internacional”, apenas um eufemismo para tratar dos judeus. Isso se torna mais evidente quando comparamos seu posicionamento nas publicações de livros e na imprensa. Para o público da “elite”, aquele que entenderia as nuances do desenvolvimento da história, os ataques aos judeus estavam franqueados, com pouca ou nenhuma censura, como já demonstrado. Já dentro da imprensa integralista, um modelo de comunicação que alcança as classes “menos instruídas”, o antisemitismo é velado (A OFFENSIVA, 26/7/1934).

Em 2 de agosto de 1934, Salgado lançou um editorial dedicado à autopromoção do movimento integralista, comentando seus feitos e sua abrangência nacional. Seu recorte é tanto regional quanto de classe, pois argumenta que a AIB estava presente em todos os estados do Brasil e tinha penetração nos distintos estratos sociais. Promoveu também os cursos que eram oferecidos pela AIB e os grupos de estudos dentro de universidades e escolas. A rígida disciplina das milícias foi elogiada como demonstração de força, chamando inclusive as bases das milícias de “quartéis”. Este editorial nos fala pouco além dos “duzentos mil integralistas” e do “maior movimento da história” (A OFFENSIVA, 2/8/1934). O editorial de 9 de agosto foi reproduzido no livro *Carta aos camisas-verdes* e, por isso, já foi por nós analisado.

O número 14 de *A Offensiva* trouxe um comentário extenso sobre as eleições que se aproximavam. Esse era um tema caro para Salgado, pois sentia-se à vontade nesse terreno onde poderia criticar duramente o liberalismo e o sufrágio universal que, segundo ele, apareciam apenas sazonalmente para manter a farsa da participação popular onde os partidos eram controlados por grupos que possuíam interesses semelhantes e muito distantes das necessidades brasileiras. Ele comparava os partidos políticos a cadáveres que se aqueciam ao chegarem novas eleições. Ao fazer essa comparação, Salgado mergulhava biologicamente na metáfora e alegava que esses partidos soltavam gases tóxicos provenientes da sua decomposição, seus olhos estariam fundos nas órbitas e sua aparência era a pior possível. Eram como ressuscitados que possuíam chagas de vícios e mãos sem qualquer vida. Uma metáfora forte voltada para esse público “pouco instruído”, como Salgado mesmo descrevia. Ao comparar os partidos liberais a um cadáver, o chefe nacional penetrava numa profunda



repulsa do ser humano ao putrefato, articulando no seu discurso a política e sentimentos reais de medo da população que lia o editorial. Sua estratégia parecia ser a de simplificar a linguagem ao mesmo tempo que apela para uma comparação que estava acostumado a fazer: política e biologia. Em outros escritos de Salgado era muito comum essa comparação da sociedade como um corpo que possui males, tumores, quistos, que precisavam ser eliminados em nome da manutenção de um “corpo” saudável. Neste caso, o corpo social. Esta não era uma novidade trazida por Salgado, pois é possível observar comparações desse tipo em diferentes escritos da época. Entretanto, a imagem de horror que Salgado utilizou, nos parece voltada especificamente para um público que ele considerava incapaz de compreender os problemas complexos da política nacional, sendo para isso necessário usar uma linguagem assustadora que fosse capaz de afastar seu público-alvo dos partidos tradicionais (A OFFENSIVA, 16/8/1934).

Ao tratar dos políticos, Salgado não abaixou o tom e os classificou como pastores de um rebanho de eleitores que não conheciam seus direitos e deveres, e que facilmente cairiam nas mãos desses “charlatões” que se utilizavam do “sentimentalismo doentio das turbas” para se promover. É curioso que Salgado parecia realmente não se importar com a conquista de novos adeptos do que ele considerava a “massa”. Ao tratar os possíveis novos simpatizantes desta maneira, passou a impressão de que desejava falar apenas aos iniciados, pois é difícil imaginar a possibilidade de construir o interesse de um cidadão comum em um partido que o tratava como “gado”. Esta é uma postura contraditória, pois ao mesmo tempo em que propalava a necessidade de alcançar um milhão de adeptos para sua organização, Salgado mostrava um profundo elitismo ao considerar aquele que buscava a orientação dos partidos tradicionais como alguém que era facilmente tangenciado devido a sua falta de capacidade de discernir o que era contra ou a favor de seus próprios interesses. Uma possível explicação para este comentário seria a percepção de Salgado de que a AIB não era apenas um partido político, mas um movimento intelectual. De qualquer forma, sua postura não contribuía para o alargamento das fileiras do integralismo. Os políticos que pediam votos seriam palhaços que apareciam no convívio do povo apenas no período eleitoral. Ou seja, é complexa sua posição na medida em que critica o abandono a que a população estava relegada fora do período eleitoral, mas ao mesmo tempo sinaliza profunda ojeriza para com aqueles que acreditam na promessa dos tais “políticos tradicionais”. Segundo ele, se iniciava o espetáculo que sempre se repetia: as promessas de emprego, ou as juras de perseguição (A OFFENSIVA, 16/8/1934).

A luta encarniçada seria iniciada com o começo da campanha, onde as maiores perfídias seriam usadas em troca do voto, onde as injúrias e calúnias seriam lançadas para

todos os lados, sem distinção de partido. Para Salgado, isso era ainda mais grave quando se constatava o enorme gasto de dinheiro nessas campanhas, onde os jornais eram usados para divulgar as polêmicas, cabos eleitorais contratados e tantas manobras feitas para convencer o eleitor. Para ele, entretanto, esses recursos tinham uma origem que se rastreada poderia revelar as verdadeiras intenções por trás das eleições: “sindicatos estrangeiros, empresas industriais e comerciais”. Aí mistura-se o seu “conspiracionismo”, sua xenofobia e a crítica à burguesia. A política havia se tornado um verdadeiro “jogo do bicho”, onde o que valia eram as apostas altas para saber para qual lado o eleitor iria pender, sendo disputado arduamente pela opinião pública que cada grupo tentava construir (A OFFENSIVA, 16/8/1934).

O voto seria uma coisa sem valor, que não exprimia nada, pois seria fruto de um “cidadão decepado”. O voto serviria apenas à democracia liberal, para os integralistas, nada era, nada valia. O voto era desprezado. E segundo o artigo, o voto era tão desprezado pelos integralistas que eles iriam usá-lo para depois destruí-lo. A ideia explicitada era chegar a eleger deputados que usassem seu cargo para combater o voto, as eleições e a democracia liberal. Esse era o plano da AIB para as eleições de 1934 que se aproximavam. O voto dos integralistas seria “um sarcasmo”. Vejamos: “Nosso voto é um castigo. Nosso voto é um golpe de morte. Nosso voto é a negação do voto” (A OFFENSIVA, 16/8/1934, p.1). Assim, para a principal liderança integralista, a ideia central da participação da AIB nas eleições seria acabar com as mesmas. O gesto dos integralistas seria como o do soldado pretoriano que auxiliou Nero no suicídio. Ao participar das eleições, a intenção da AIB era simplesmente acelerar sua morte. Os punhais usados pelos integralistas seriam a cédula e o título de eleitor, que seriam empurrados na urna, o peito da democracia liberal. Assim o Brasil seria salvo da anarquia e da miséria moral. A luta dos integralistas seria feita em todas as frentes, e o voto não seria abandonado como uma ferramenta de luta. A mobilização e a empolgação com a aproximação das eleições cresceram paulatinamente entre os integralistas quando observamos a própria grande imprensa e seus registros sobre a campanha integralista. A ideia de um voto de protesto e com “rancor”, como veremos, não se manteria na totalidade do tempo. A formação de alianças com partidos regionais de grande tradição ajuda a explicar a razão de tal mudança, como foi demonstrado por Caldeira (1999). O editorial seguinte novamente foi reproduzido na obra *Carta aos camisas-verdes* e relatou as viagens de Salgado pelo interior do Brasil.

No dia 30 de agosto de 1934 vemos um ponto fora da curva na propaganda integralista feita pela imprensa. Salgado abordou um tema que pouco ou quase nunca está presente em seus escritos nessa modalidade: a filosofia. Para Salgado, a democracia liberal possuía uma

característica que a marcava em meio à civilização ocidental: a coexistência de dois pensamentos filosóficos em seu seio, o estoicismo e o epicurismo. Sua argumentação ia no sentido de demonstrar que antes da Revolução Francesa, todos os pensadores estavam de alguma maneira ligados a essas duas correntes filosóficas que carregavam um mal irreparável: eram materialistas, ateias. A formação do pensamento de Locke, de Rousseau, entre outros, estava ligada à subordinação da sociedade a “leis naturais” que, conseqüentemente, levaram ao “epicurismo social” e a uma “liberdade licenciosa”. Salgado não deixou claro o que seriam esses conceitos, mas existia uma forte conotação negativa neles. Isso fica muito claro quando comparamos esse trecho com suas reflexões sobre a moral burguesa, que seria decadente e refém dos prazeres do corpo. O pudor e a repulsa à sexualidade são matérias constantes em seus romances e obras doutrinárias, haja vista o horror com que concluiu que nos bailes em homenagem a Santa Terezinha, jovens casais flertavam entre si, como exposto por nós acima (A OFFENSIVA, 30/8/1934).

O autor, a partir dessa observação fez uma pergunta: “Ora, uma sociedade epicurista, materialista, gozadora, individualista, libertária, como poderia conceber o governo?” (A OFFENSIVA, 30/8/1934, p.1). O excesso de liberdades individuais acabava por limitar o poder do Estado, segundo seu raciocínio, esta seria a razão para a formação de governos estoicos, pois seria a resposta a sociedades epicuristas. Para ele, a falência das monarquias acabava por trazer o retorno destas perspectivas filosóficas para o centro do debate público na Europa. O liberalismo econômico seria o símbolo dessa atrofia do Estado, pois demonstrava a incapacidade e o desinteresse para o tratamento de problemas sociais. Este seria o resultado do desenvolvimento de uma sociedade onde a burguesia, apesar de sua exterioridade cristã, estava entregue ao epicurismo, aos prazeres da carne. Postura semelhante já havíamos observado nos romances de Salgado, onde era nítido seu incômodo com os excessos da burguesia que levavam à revolta dos trabalhadores e deixavam o terreno fértil para o avanço dos comunistas. O estoicismo do liberalismo teria como resultado a incapacidade de reação, deixando que “a marcha do inimigo” se completasse. Os comunistas, que desejavam “acabar com as igrejas, destruir o culto a Deus, implantar o amor livre”, eram a verdadeira ameaça. Utilizando-se de conceitos filosóficos, Salgado recorreu ao mesmo chavão que sustentava seu discurso: a fraqueza do liberalismo permitia a ação do comunismo. A luta final seria travada entre esses dois grupos, pois o Estado burguês apenas assistiria a tudo. O governo pouco ou nada fazia para reprimir os comunistas, permitia a manutenção dos “professores que ensinam o comunismo”, fechava os olhos para os jornalistas “assexuados ou invertidos”, que

desejavam o comunismo só para praticar livremente suas “situações imorais” (A OFFENSIVA, 30/8/1934).

Sua revolta se materializava ante os estoicos e os epicuristas, que assistiam a luta entre dois grupos místicos: um que odiava a pátria, outro que a amava. A burguesia não vestiria a camisa verde pois não possuía o amor pela família que era necessário para vergar a tal veste. Apenas assistiriam o destino do Brasil, nas mãos de comunistas ou integralistas, pois estas seriam as duas “fatalidades”. Dessa maneira, Salgado utilizou uma linguagem fatalista, alertando que uma “tempestade” se aproximava. Ao compararmos sua produção com a escrita de livros doutrinários percebemos que apesar da presença de conceitos filosóficos sempre usados por ele, sua linguagem era mais objetiva e apelava para esse fatalismo demonstrado. Era necessário manter sempre a militância em estado de preparação para a guerra, e discussões filosóficas sem o terror da possibilidade do Brasil se tornar “colônia da Rússia” não deixaria os ânimos inflamados o suficiente (A OFFENSIVA, 30/8/1934).

Na véspera do dia da Independência do Brasil, foi lançado o jornal de número dezessete, em que Plínio Salgado analisou as implicações da nova Constituição de 1934 (A OFFENSIVA, 6/9/1934). Sua visão sobre a Carta Magna não era nem um pouco positiva, uma vez que avaliava a chegada do documento apenas como o retorno a uma normalidade, que apenas serviria para travestir os verdadeiros problemas do Brasil. Argumentava que somente os comodistas estariam satisfeitos com essa nova etapa da vida política brasileira, pois poderiam ver o apodrecimento do Brasil com a certeza de que tudo correria dentro das normas constitucionais. Um outro grupo elencado por Salgado seria formado por aqueles que priorizariam os aspectos espirituais frente aos políticos. Esse grupo, formado em sua maioria por católicos, estaria menos satisfeito com o documento, pois a consagração de princípios religiosos não garantiria nem o respeito à Constituição, nem a tranquilidade das religiões. O autor argumentou que por mais que a questão religiosa não possa ser considerada um problema totalmente político, seria necessária uma ordem social estabelecida para sustentar os princípios da espiritualidade. Ou seja, aqui vemos um aceno de Salgado aos católicos, talvez numa tentativa de angariar apoio às suas críticas à nova lei máxima do país. Sua preocupação foi justamente no sentido de lembrar aos católicos que a existência de preceitos que buscassem o respeito às religiões, não garantiria a prática de tal coisa. Sua tentativa de impor algum temor nesse público fica clara ao lembrar das garantias constitucionais feitas pelos bolcheviques antes de, segundo ele, iniciarem-se as perseguições religiosas na União Soviética (A OFFENSIVA, 6/9/1934).

Sua preocupação estaria cristalizada em duas perguntas que deveriam ser feitas à Constituição sobre os princípios religiosos presentes na mesma: “O Estado oferece garantias de permanência desses princípios?” e “O Estado pode garantir-se a si mesmo?” (A OFFENSIVA, 6/9/1934, p.2). Para o articulista, a nova Constituição não responderia de forma satisfatória nenhuma das duas perguntas, e ia além, quando argumentava que não garantiria nenhum princípio. “A Constituição de julho é um prédio sem alicerce. Uma emissão sem lastro”. Para Salgado, essa nova etapa na qual o país entrava era apenas o prelúdio de uma repetição do que acontecera às vésperas de 1930. Os acertos entre as oligarquias estaduais garantiriam alguma normalidade institucional, mas quando houvesse desacordo, um novo movimento daquele tipo ocorreria. Essa era uma temática que Salgado tratou em sua obra “O cavaleiro do Itararé”, em que criticou justamente a recorrência desses movimentos devido à ausência da modificação profunda da cultura política brasileira, o que obviamente só seria possível através da chegada ao poder do integralismo (A OFFENSIVA, 6/9/1934).

Salgado ainda retomou a dualidade de críticas que marcava seu discurso entre a propaganda comunista e a incapacidade do Estado liberal em contê-la. Para ele, ainda era possível ver “como à sombra de uma Constituição, professores em Academias e Colégios, sentem-se à vontade para pregar o mais grosseiro materialismo e o mais franco bolchevismo” (A OFFENSIVA, 6/9/1934, p.1). Os sindicatos estariam incentivando a luta de classes, congressos comunistas eram realizados sem nenhum tipo de repressão das autoridades, jornalistas comunistas estavam infiltrados em todos os jornais, livrarias vendiam livros baratos que “envenenam os incultos com as drogas de Moscou” (A OFFENSIVA, 6/9/1934, p.1). Sua crítica era contra o fato de que, em nome da liberdade, o Estado permitisse a circulação de ideias que iam contra os ideais de liberdade. Este era um trajeto conhecido para Salgado. O chamamento de um determinado grupo, nesse caso, os católicos; a crítica à incapacidade do Estado liberal; e o desenho de uma realidade assustadora que excitava sua militância. Nisso vemos uma diferença razoável para seus livros. Embora haja a constante ideia do terror da implantação do comunismo, em seus textos mais longos ocorreu uma fundamentação mais criteriosa em seus argumentos, algo praticamente ausente na mensagem para a militância “popular”. A ideia parece ser a propagação de um pânico generalizado, onde afirmou que o Estado burguês sequer conseguia garantir a si próprio, comparando-o a um mendigo que pedia empréstimos, ou um moribundo que desejava trabalhar como segurança. Dessa forma, esse texto buscou claramente levar uma mensagem de ameaça ao cristianismo, que sob a égide do liberalismo não estaria protegido. Arrematou que a única possibilidade de instalação de um Estado realmente espiritual seria através do integralismo. O percurso se

repetiu mais uma vez (A OFFENSIVA, 6/9/1934). Os números 18, 19 e 21 do periódico referiam-se, mais uma vez, às cartas escritas por Salgado anteriormente analisadas. Não conseguimos acesso ao número 21 do mesmo.

A edição de 11 de outubro de 1934 foi diferente para os integralistas, pois em seu décimo segundo número, relataram os acontecimentos da “Batalha da Praça da Sé”, ou a “Revoada dos Galinhas Verdes”. Salgado escreveu seu editorial ainda no calor dos acontecimentos, onde integralistas foram mortos em um tiroteio contra membros da Frente Única Antifascista (FUA) na Praça da Sé, em São Paulo. Este evento tornou-se um marco tanto para integralistas quanto para antifascistas, pois ao mesmo tempo que gerou a existência de novos mártires para o panteão integralista, foi uma grande demonstração de força e organização para seus adversários, uma vez que foi possível abater integralistas e inspetores da polícia sem grandes baixas entre os antifascistas, que se localizaram em pontos estratégicos da região para ter uma ampla visão do desfile que comemorava os dois anos de lançamento do manifesto integralista. Não por acaso, esse era um evento lembrado constantemente pela militância camisa verde como exemplo de heroísmo dos integralistas e covardia de seus adversários, enquadrados todos como comunistas, ainda que existisse uma grande variedade de grupos reunidos sob a bandeira do antifascismo (RAMOS, 2016).

As palavras iniciais de Salgado já deixavam claro os ânimos exaltados, pois classificava o episódio como o início de uma guerra que já ensanguentara a bandeira integralista. Ao referir-se à dinâmica dos acontecimentos, buscou mostrar a covardia dos atacantes, que teriam armado uma emboscada para os integralistas, que apesar de toda a problemática, conseguiram agrupar-se após o susto inicial e “descarregar seus revólveres”. Havia sido aquela uma demonstração de como os “comunistas” estariam organizados e como a família, a religião e a pátria estariam ameaçadas naquele momento. Esse era o típico evento que reforçava a ideia da conspiração e do perigo iminente que a doutrina integralista tanto valorizava. A ideia de um batismo de sangue e da demonstração de coragem, mesmo nos momentos mais difíceis. Segundo o relato de Salgado, apesar de toda a fuzilaria, as mulheres integralistas permaneceram cantando o hino nacional nas escadarias da catedral enquanto “dezenas de milhares de pessoas” terminavam por se desorganizar nas ruas ao redor da praça. Os porta-bandeiras levavam seus estandartes mesmo ensanguentados, os membros da milícia reagiram, todos atacados de forma covarde, como os primeiros cristãos foram vitimados em Roma. Mas para lutar contra o anticristo, era necessária a força dos ideais de Jesus. Ao comparar a militância integralista com os cristãos perseguidos em Roma, Salgado deu mais um passo para a tentativa de sacralização do seu movimento, se aproximando mesmo do

messianismo tão criticado. Para enfrentar as “descargas moscovitas” era preciso uma coragem quase sobrenatural, que apenas os integralistas possuíam, em especial o próprio chefe (A OFFENSIVA, 11/10/1934).

Relatando a semelhança entre esse evento e outro em Bauru, o chefe nacional tratou de lembrar sua posição de destaque no primeiro evento e o quanto demonstrou coragem ao socorrer feridos mesmo sob o fogo cerrado. Esta não foi uma atitude nova de Salgado, pois embora muitas vezes escrevesse sobre a necessidade de se admirar sua palavra, que intitulava de “Verbo”, e não autor da mesma, Salgado não pestanejava em mostrar-se como um líder corajoso e abnegado. Sem perder a oportunidade de atacar a ineficiência das autoridades, relatou a tranquilidade em que o chefe de polícia se encontrava para pedir que os integralistas fossem desarmados para o evento de Bauru, ao mesmo tempo que constatava a ausência de munição nos fuzis dos soldados (A OFFENSIVA, 11/10/1934).

Nos deteremos com alguma parcimônia nos trechos a seguir pois registram um dado interessante para nossa tese de que Plínio Salgado, ao contrário do que vem sendo destacado na historiografia do integralismo, era tão antissemita quanto qualquer membro da AIB. Tomado pela forte emoção de ver seus correligionários tombando frente ao ataque dos antifascistas, Salgado escreveu um texto com virulentos ataques aos judeus. Não mais ao “capital internacional”, não mais à “finança internacional”. Não existe nenhum desses eufemismos, que Salgado utilizou em algumas de suas obras ou textos, que depois tivessem sido aplicados para justificar que seu problema “era ético, não étnico”. Vejamos:

Junto ao corpo inanimado de Jayme Guimarães, declarei solenemente, a guerra contra o judaísmo organizado. É o judeu o autor de tudo. Tive conhecimento, por intermédio de um companheiro de alta projeção social, que um genro do industrial Klabin esteve metido nos preparativos do massacre contra nós premeditado. Um morador do bairro do Bom Retiro veio participar-me que todos os judeus daquele bairro estiveram na Praça da Sé, tomando parte na agressão aos nossos companheiros. O jornalista judeu Brasil Gerson preparou pela ‘A Pátria’, o espírito dos agressores. No boletim que distribuíram os comunistas convidando seus asseclas para chacinar os ‘camisas-verdes’, várias organizações judaicas assinaram, entre elas uma Liga Contra o Preconceito de Raça.

Minha palavra ao Grão Rabino Isaias Rafaelowitz, quando me procurou foi esta: ‘não temos preconceito de raça; respeitaremos os judeus deles apenas exigindo que cumpram os deveres que cumprem os filhos de outros países que residem no Brasil e os próprios brasileiros. Queremos construir uma grande pátria. Só declararemos guerra àqueles que nos agredirem, pretendendo impedir a libertação do Brasil das garras do capitalismo internacional ligado ao comunismo.

Fomos agora atacados dentro de S. Paulo, por uma horda de assassinos, manobrados por intelectuais covardes e judeus. Lituanos, polacos e russos, todos semitas, estão contra nós, empunhando armas assassinas contra brasileiros. (A OFFENSIVA, 11/10/1934, p. 2).

Apesar da longa citação, consideramos importante não deixar nenhuma linha sem ser claramente explicitada, pois poderia levar a dúvidas sobre o conteúdo do editorial e as exceções colocadas por Salgado.

Seu texto era um chamamento contra o judaísmo. Ao relatar o juramento de guerra contra os judeus ao lado de um morto, reforçou o caráter de mártir do falecido, além de invocar a lealdade dos membros da AIB de uma forma que não pode ser comparada a nenhum outro discurso. Aquele foi o capítulo final da vida de Jayme Guimarães e Salgado sabia bem do impacto que teria um texto dessa natureza, que poderia mobilizar os sentimentos mais profundos da sua militância. Sua fala sobre a família Klabin demonstrou bem o tipo de mobilização que desejava, uma perseguição pessoal contra aqueles que considerava os inimigos do movimento. Ao tratar do bairro do Bom Retiro, Salgado não o fez à toa. Conhecido por sua ascendência judaica e pelo grande número de lojas, aquele era um alvo essencial.

Vejamos que o chefe nacional generalizou a atuação dos supostos inimigos quando argumentou que “todos os judeus” do bairro participaram do ataque aos integralistas. Ou seja, não há a preocupação em limitar ou definir aqueles que seriam simpáticos às causas antifascistas e aqueles que simplesmente não se importavam com nenhum dos dois lados. Para o sentimento de guerra total de Salgado, não havia espaço para isso. Todos os judeus estavam contra a AIB, logo, todos os judeus eram inimigos. Apesar de sua tentativa de minimizar seu ódio ao relatar um diálogo com uma liderança judaica, logo a seguir voltou sua carga ao escrever que várias nacionalidades, todas de origem semita, segundo sua interpretação, estariam voltadas contra o integralismo. É curioso como Salgado tentou adotar a mesma estratégia que vinha utilizando desde as primeiras polêmicas com o judaísmo e que acabaria por celebrá-lo como um sujeito tolerante: a guerra era apenas contra os judeus que querem o fim da AIB. Mas se observamos com calma seus discursos – que se repete dentro de seus livros -, percebemos que a sua leitura é de que todos os judeus têm esse desejo. Ou seja, um eufemismo. Ele se posicionou de forma a demonstrar que guerrearía apenas contra os judeus que rivalizavam com a AIB. Mas na medida em que considerava todos os judeus como antipáticos à AIB, todos os judeus estariam incluídos na lista de inimigos (A OFFENSIVA, 11/10/1934).

Ele retomou sua retórica de articulação de intelectuais judeus que orquestrariam os ataques se utilizando da imprensa. Esse era um ponto recorrente em seu discurso dentro dos livros doutrinários. A presença de militantes judeus – e conseqüentemente comunistas – dentro das redações de grandes jornais, que utilizariam de seu espaço para contribuir com a



conspiração que tentavam levar a cabo. A xenofobia também esteve presente em seu discurso, acusando estrangeiros – todos do Leste Europeu – de fazerem parte deste movimento de aprisionamento do Brasil frente ao “capital internacional” (A OFFENSIVA, 11/10/1934).

O que nos parece é que Salgado não pôde manter a estratégia de disfarçar seu antissemitismo que tanto utilizara anteriormente. Muito possivelmente, toda a comoção do caso da Praça da Sé, com mortos e feridos o impediu de manter a presença dos eufemismos que tanto prezava, principalmente no jornal integralista. Ao testemunhar a morte de companheiros, seu editorial imediatamente posterior aos eventos não manteve a mesma toada de tolerância que vinha buscando dar ao movimento. Ali Salgado escancarou mais uma vez o sentimento antissemita que possuía, levado pela emoção do momento (A OFFENSIVA, 11/10/1934).

Passados os momentos de tensão da Batalha da Praça da Sé, a escrita de Salgado voltou-se para a construção de uma nação e suas dificuldades (A OFFENSIVA, 18/10/1934). Para ele, o maior problema para as mentes brilhantes que precisavam empreender tal esforço era superar a disparidade de interesses dentro de uma coletividade, e para isso precisava se posicionar acima de interesses partidários. Para “domar” esses interesses díspares, seria preciso mais paciência do que propriamente coragem, pois o “povo é um monstro” (A OFFENSIVA, 18/10/1934, p.1). Para isso, seria necessário observar os movimentos mais profundos desse ser coletivo que parece tão misterioso e desenvolver o que o chefe nacional chamou de “Ideia-Força”, que continha as propostas necessárias para sacudir da inércia o povo, pois este se acostumou, facilmente, com os fatos anteriores. E justamente por isso, aquele movimento que desejava se perpetuar no poder não poderia satisfazer-se com a sua simples ascensão, pois rapidamente sua “Ideia-Força” se transformaria em fato consolidado e iniciaria sua trajetória de decadência natural. Seria necessário, então, estar embebido de uma “Ideia-Imortal”, que viria diretamente de Deus, sob o risco das massas populares, rapidamente, se habituarem aos processos corriqueiros e passarem a viver sob leis e costumes que já teriam entrado em contradição com o seu desenvolvimento (A OFFENSIVA, 18/10/1934).

Obviamente que essa explicação simplificada de Salgado tinha uma intenção clara: registrar que o movimento integralista não só possuía uma “Ideia-Força”, como também teria a presença da “Ideia-Imortal”. Este é um percurso conhecido para o leitor de Salgado: a apresentação de um problema de difícil solução; os fracassos que têm se sucedido nas tentativas de resolução; demonstração de que a Ação Integralista Brasileira é a única instituição que teria capacidade para superar tal dificuldade. Processo bastante didático, onde

a preparação do militante passa pela preocupação dele ser um agente propagador desse raciocínio simplificado. Ao tratar daqueles que empreenderam tal caminhada, elencou Napoleão, Bismarck, Maquiavel, Dante, D. João II, “cercado de insídias, das maquinações das mediocridades aninhadas na nobreza, no clero, e manobradas pelo judaísmo, sofreu a dor do isolamento, que foi rompendo tenazmente” (A OFFENSIVA, 18/10/1934, p.1). Ou seja, para ser um construtor de nações seria necessário ter paciência, tenacidade e ser portador de uma “Ideia-Imortal”, para que lutando contra a resistência dos judeus, pudesse ter sucesso em sua empreitada, isso já demonstrado desde, no mínimo, o século XV com o rei português. O momento dessa construção nacional teria chegado numa inflexão, onde graças ao ataque dos antifascistas, o povo brasileiro iria despertar e tomar conhecimento do mal que se avizinhava, pois, a violência contra esse povo seria o suficiente para transformá-lo numa força criadora que já não veria mais os integralistas com incompreensão. Uma injeção de ânimo era dada então aos militantes, que deveriam seguir com as práticas de convencimento ensinadas por Salgado, agora com a certeza de que a incompreensão da massa popular seria menor.

A relação do movimento com o que Salgado chamava de povo foi, no mínimo, curiosa. Ao mesmo tempo que mostrava ciência de que sem a compreensão da população mais humilde seria impossível empreender uma obra da magnitude que se pretendia, Salgado constantemente usava de uma perspectiva paternalista que muitas vezes criticava em seus adversários. Um povo infantil que necessitava de tutela das elites. Mas esse é um dos claros indícios de sua mudança profunda entre os discursos, de acordo com cada dispositivo midiático, uma vez que evitou fazer essa comparação constantemente nos editoriais, como fazia em seus livros, voltados para a “elite intelectual”.

Se aproximando do fim do ano, Salgado retomou suas críticas ao comunismo, muito possivelmente, para manter mobilizada sua base contra esse inimigo que se apresentava relativamente bem organizado, e empreendendo forte oposição à AIB, embora lembrando que aquilo que Salgado chamava de “comunismo” que lhe fazia oposição, era um movimento muito mais amplo de organizações operárias congregadas na Frente Única Antifascista. Neste texto o chefe nacional ainda ampliou suas críticas alcançando Vargas, que segundo ele, não adotou medidas efetivas para o combate ao comunismo, tratando o caso com displicência. Assim, enfatizava, se o governo não tomar a frente no processo de “varrer” os comunistas para fora do Brasil, o próprio povo teria de o fazer. Seu tom era áspero contra o governo, que parecia estar numa constante letargia frente ao que vinha se apresentando no resto do mundo, onde o comunismo penetrava (A OFFENSIVA, 25/10/1934).

Sua ideia era de que Vargas esquecesse a Constituição e adotasse uma tática radical onde os “fins justificam os meios, desde que inspirados na nobreza da causa”. (A OFFENSIVA, 18/10/1934, p.1). Segundo Salgado, apenas a expulsão dos estrangeiros não seria suficiente, pois agentes comunistas casavam-se no Brasil para manter suas atividades subversivas. Ao lado desses estrangeiros, pedia também o rigor para além da Constituição aos brasileiros que se associavam ao comunismo em benefício próprio, usando como exemplo João Mangabeira, que à época era deputado federal. Salgado finalizou o artigo reiterando a proposta de que se Vargas não começasse a agir energicamente contra o comunismo, o povo iria fazê-lo à sua revelia, e mais, contra ele. Passadas duas semanas dos eventos da Sé, ainda existia a intenção de Salgado de manter a militância em estágio máximo de atenção, inflamando seus ânimos e exigindo soluções radicais contra o comunismo, se preciso fosse, contra as autoridades constituídas (A OFFENSIVA, 25/10/1934).

Na edição de número 25 do periódico, novamente um editorial não escrito por Plínio Salgado. San Tiago Dantas, advogado e militante da AIB se encarregou de comentar sobre a situação das Forças Armadas no momento político brasileiro. Segundo o advogado, a principal discussão envolvendo os militares se dava sobre duas teorias: sua concentração na caserna e total ausência de participação política, ou a busca pela tomada de consciência dos homens de farda e sua conseqüente participação na vida do país. Para o autor, esse foi um problema que se constituiu historicamente a partir do tipo de Estado que encontramos no Brasil e em boa parte do ocidente: o Estado democrático. Ou seja, essa contradição aparentemente inexorável foi causada pela fraqueza da democracia liberal em dar ao Estado um sentido, uma ideia. Dantas argumentou que o Estado liberal democrático apenas reagiu a situações, não tendo um caráter propositivo, o que alimentou questões como a das classes militares. A solução seria uma reforma do Estado de modo a dar um sentido ideal, tal como outros países vinham tentando fazer, “para o bem, ou para o mal”, como Itália, Alemanha, México e Rússia (A OFFENSIVA, 1/11/1934).

Assim sendo, quando o Estado tivesse o que o autor chamou de “plano de construção nacional”, a própria essência das Forças Armadas seria reforçada por esse plano, e as mesmas retornariam aos quartéis não por desinteresse da política, mas pela sua missão grandiosa de dar força a esse Estado. Somente através dessa formação se daria uma união perfeita entre Estado e Forças Armadas. Através da submissão de toda a sociedade a uma ideia política, poderiam os membros do exército e da marinha terem a certeza de sua missão, pois tudo estaria submetido à ideia que organizaria essa nova sociedade (A OFFENSIVA, 1/11/1934).

Esse tipo de texto nos é familiar pelas características didáticas adotadas por Salgado em seus escritos dentro de *A Offensiva*. Temos uma mudança do autor, mas não da estratégia: apresentação de um grave problema nacional, seguida da hipotética resolução do problema apresentado através da instalação do Estado Integral. Essa repetição tornou mais simples a assimilação das propostas integralistas, assim como permitiu uma circulação mais rápida dessas ideias pela militância, que se encarregaria de levar a “boa nova” para outros lugares. Não há uma discussão complexa de temas aprofundados, isso foi deixado claro dentro do próprio texto de Dantas, onde não seria sua função ali desenvolver quais seriam os objetivos da AIB para o exército ou para a marinha, mas sim apresentar uma solução para suas angústias ante a escolha de participar ou não da vida política do país. Assim, percebemos que mesmo em momentos em que se abre o espaço para outros autores dentro do editorial, a estratégia do periódico permanece idêntica (*A OFFENSIVA*, 1/11/1934).

Plínio Salgado retornou às páginas do jornal na semana seguinte, abordando um tema que lhe era caríssimo: a semelhança entre os primeiros cristãos e os integralistas (*A OFFENSIVA*, 8/11/1934). Segundo ele, toda a perseguição e a violência empregada contra os cristãos e sua fé pelos romanos acabou por servir como impulsionador da ideia cristã e para demonstrar para os incrédulos a força dos crentes. “No fundo das catacumbas germina a primavera do mundo”, diz Salgado (*A OFFENSIVA*, 8/11/1934, p.1). Supostamente, enquanto os comunistas atiravam contra a parada integralista gritavam “Morra Deus”, as mulheres e crianças permaneciam lutando pelo ideal integralista. Salgado não deixava dúvida da relação que fazia entre os momentos de ataques sofridos pelos integralistas e os espetáculos do circo romano promovidos com feras e cristãos na arena. Essa comparação era estratégica para um movimento que tinha a esmagadora maioria de sua militância formada por cristãos, e que flertava constantemente com a Igreja Católica. Seus correligionários identificavam-se com os mártires, tão necessários a grandes movimentos políticos.

Assim, o terror implantado contra os cristãos levou à sua ascensão, o terror implantado pelo czarismo levou ao comunismo, e o terror implantado pelo comunismo no Brasil levaria ao integralismo. Esse terror já estaria presente com os ataques sofridos pela AIB e com as notícias que chegavam da União Soviética, transmitidas pelos jornais integralistas, como a ordenha em massa das mães que foram proibidas de criarem seus filhos pelo Estado soviético. Ou seja, boa parte do terror que chegava ao público brasileiro era alimentado pelos próprios integralistas.

Por fim, alegava que a ideia integralista já havia superado o homem que a trouxe ao mundo, e que as tentativas de a cercear apenas fariam com que ganhasse mais força,

novamente, como o cristianismo. Ela já teria impregnado operários, jovens burgueses, homens e mulheres de todo o Brasil, que já levavam a nova palavra para todos os cantos. Essa, diferentemente dos regimes anteriores, não poderia ser baseada no terror, pois este engendraria novas contradições, mas sim no convencimento, pois as milícias integralistas não se prestariam ao uso da violência. Salgado tentava usar a obrigatoriedade do desarmamento das milícias, previsto em lei, como sendo algo da escolha do movimento. Ou seja, se aproveitava de um revés para tentar fortalecer a ideia de movimento pacífico como os primeiros cristãos (A OFFENSIVA, 8/11/1934).

Na semana seguinte, Salgado produziu um editorial diferente, com respostas a cartas que recebera nos últimos tempos (A OFFENSIVA, 15/11/1934). Ao responder uma carta vindo do Amazonas, reforçou todo seu romantismo na descrição da natureza, tão típico de seus romances, chamando o rio Amazonas de “grande camisa-verde”, responsável segundo ele, pelo fato do clima brasileiro ser diferente de outros locais desérticos com a mesma latitude. Isso demonstraria o destino diferente que o Brasil deveria ter, esse fenômeno não seria por acaso. O rio era uma lição para todos do Norte, igualmente do Brasil, pois ensinava que as pororocas eram “o rugir da personalidade contra a coletivização oceânica” (A OFFENSIVA, 15/11/1934, p.1). Segundo ele, a água do Amazonas adoçava o amargo do oceano pois essa água não tinha se tornado coletiva como os homens das grandes cidades. Haviam se tornado “miseráveis autômatos”. Assim, como o Amazonas livrou a terra brasileira de ser desértica, os integralistas deveriam fazer o mesmo com os homens, impedindo que esses se tornassem comunistas, lutando sempre contra esse mal, assim como o rio lutava contra o oceano (A OFFENSIVA, 15/11/1934).

A segunda missiva respondida por Salgado se dirigiu a um militante do Acre, que segundo ele, era “o brio nacional transformado em província”. Argumentava que o Acre só nasceu da luta contra o conformismo dos governantes, e que por precisar de luta e negociação para ser anexado ao Brasil era uma demonstração de força do interior contra o litoral. Vejamos que muito de suas características presentes nos romances aparecem nesse editorial, diferentemente dos outros analisados até então. Enquanto pudemos observar uma preocupação maior com aspectos práticos da doutrina e ensinamentos básicos e necessários para a militância, nesse momento, Salgado visitou muitas de suas colocações mais aprofundadas na filosofia criada por ele, como a dicotomia litoral x sertão e a extrema valorização da natureza brasileira (A OFFENSIVA, 15/11/1934).

Prosseguindo na resposta ao militante acreano, manteve o ataque, escrevendo que nesse momento não mais queriam entregar o Brasil à Bolívia, e sim à Rússia. Que desejavam

substituir a bandeira verde e amarela pela vermelha dos soviets. O responsável por isso seria o mesmo nos dois momentos: o regime liberal democrático. Este permitia que a propaganda comunista fosse feita em todo o país, ao mesmo tempo que ignorava a sorte dos operários das grandes cidades, assim como dos seringueiros do interior, abrindo espaço para o sucesso das ideias comunistas. Salgado manteve bem clara a ideia de que a omissão da democracia liberal levaria de forma quase inexorável os trabalhadores ao comunismo, não importando se estavam próximos ou longe do litoral pervertido. “O capitalismo internacional ligado secretamente aos bolchevistas, ameaça a liberdade dos brasileiros e a integridade da Pátria” (A OFFENSIVA, 15/11/1934, p.1). Essa foi a constatação de Salgado e daí a extrema importância da manutenção da propaganda integralista nos mais distantes rincões do Brasil, simbolizada nesse caso pelo envio das primeiras camisas verdes para o Acre.

Por fim, Salgado dialogou com um militante do Rio Grande do Sul e outro de Alagoas. Não consideramos coincidência a escolha das respostas a essas supostas cartas dos militantes. Ao escolher publicar justamente estas, nos parece clara a intenção de Salgado de demonstrar a amplitude do movimento, indo do extremo norte ao extremo sul, algo recorrente em suas falas. Para este integralista, Salgado recomendou que mantivesse o trabalho que já havia frutificado a fundação de dezessete núcleos da AIB em apenas um mês, e que deveria se manter firme na rememoração do passado e dos heróis que frequentaram a região. Ao falar dos “farrapos”, escreveu que foi um grito de liberdade legítimo, e que precisaria novamente ser ecoado contra as tentativas de se escravizar o Brasil por parte do “banqueirismo hediondo” (A OFFENSIVA, 15/11/1934). Sobre Alagoas, rememorou Floriano Peixoto, natural do estado, que segundo o chefe integralista era símbolo do “destino histórico da gente alagoana”. Se aproximava o dia em que os integralistas iriam responder aos “agiotas internacionais e aos agentes dos soviets” (A OFFENSIVA, 15/11/1934, p.1). As lições do “Marechal de Ferro” deveriam ser aprendidas por todos os alagoanos que desejassem ver um Brasil livre. Salgado encerrou o editorial esclarecendo que a ideia de responder a essas cartas pela imprensa foi uma forma de demonstrar que o integralismo não agia às escondidas e não tramava rebeliões e agitações. Explicitando seu conteúdo, demonstraria as puras intenções do movimento. Não sabemos o quanto a aprovação da Constituição de 1934 contribuiu para essa atitude de Salgado, mas é sintomático o fato de que após a outorga da mesma, o chefe nacional ter repetido esse argumento várias vezes. Ao que tudo indica, a relação entre legalidade e ação se tornava mais tensa.

No número seguinte, a edição 28 de *A Offensiva*, Salgado repetiu a fórmula do último texto, onde respondia publicamente a carta de uma liderança regional do integralismo. Dessa

vez, começou pelo Ceará, numa missiva a Jeovah Mota relatando sua primeira visita ao estado quando o integralismo ainda era um movimento muito pequeno. Essa visita teria ocorrido no ano de 1933, quando se iniciaram as viagens que Salgado realizou pelo interior do país. Seu relato foi de um peregrino levando a civilização aos “olhos estupefatos” das plateias de sertanejos. Seu texto nesse editorial foi muito próximo das descrições que dava do interior brasileiro, ainda em seu primeiro romance, na década de 1920, antes de sua suposta primeira visita ao nordeste brasileiro. Existe uma clara influência do romantismo em suas palavras, onde as descrições da natureza são exageradamente detalhistas e carregas de emoção. Sua constante tentativa de comparar-se aos bandeirantes paulistas da época da colonização se repetia, assim como sua comunicação íntima com a terra, através de sentimentos e também de gritos dados - sozinho - no meio do sertão: “Bandeirantes! Almas dos Bandeirantes! Aqui estou! Aqui estou!” (A OFFENSIVA, 22/11/1934, p.1).

Prosseguindo, Salgado garantiu que no Ceará o operariado vinha combatendo o comunismo. A partir daí sua retórica retomou a tradicional repetição dos males do comunismo, que seria inimigo da família, renegaria a Deus, não acreditaria na ideia de Pátria, ou seja, todo o palavrório que já era utilizado anteriormente numa espécie de catecismo integralista, onde a repetição das informações seria a garantia do aprendizado. Repetiu-se a cantilena de que em caso de vitória de uma revolução comunista, seriam trazidos “operários russos e feitores e carrascos judeus” para escravizarem o povo cearense que, certamente, não se deixaria ser escravizado (A OFFENSIVA, 22/11/1934, p.1).

Segundo Salgado, o operário cearense era um exemplo a ser seguido pelo resto do Brasil, pois seria anticapitalista e, por isso, automaticamente anticomunista, já que em sua visão o comunismo nada mais seria do que o capitalismo em sua forma mais avançada. Em seu texto, afirmou que os operários cearenses eram exemplo para o Brasil inteiro, embora não tenha esclarecido muito bem qual seria o motivo para tal admiração, apenas afirmou que os operários do Ceará não esperaram os “funcionários comunistas do Ministério do Trabalho” para se organizarem, o que aparentou ser uma crítica à organização sindical proposta por Vargas, onde para se reconhecerem os direitos trabalhistas, o operário deveria estar atrelado ao Ministério do Trabalho (A OFFENSIVA, 22/11/1934, p.1). Importante lembrar que dentre os movimentos de extrema direita que foram cooptados por Salgado na formação da Ação Integralista Brasileira, estava a Legião Cearense do Trabalho, tendo à frente o tenente Severino Sombra. Segundo Trindade (1979), esta era a organização mais bem estruturada e com maior número de adeptos entre as que foram trazidas para o espectro ideológico do integralismo, o que pode ajudar a explicar toda essa preocupação com o operário cearense.

Essa preocupação fica clara se comparamos, por exemplo, seu texto com o último, onde também respondeu cartas. Enquanto no primeiro, Salgado comentou cartas de três estados diferentes, neste ele dedicou exclusivamente sua atenção ao Ceará, que em suas próprias palavras seria o “Soldado número 1” (A OFFENSIVA, 22/11/1934, p.1). Por fim, encerrou o texto exultando Jeovah Mota a orar e pedir para que o Chefe Nacional tivesse a força e a perseverança das árvores sertanejas em sua luta para levar ao litoral cosmopolita o espírito puro do sertão. Novamente vemos essa dicotomia tão cara em seus discursos entre litoral x sertão.

A última edição de novembro trouxe na capa e no editorial, assinado por Plínio Salgado, a morte da terceira vítima dos acontecimentos da Praça da Sé. Caetano Spinelli falecera depois de alguns dias internado em decorrência dos ferimentos causados por projéteis. O título do editorial já deixava claro qual seria a tônica adotada em toda aquela edição: “O terceiro mártir” (A OFFENSIVA, 29/11/1934, p.1). Segundo Salgado, Spinelli fazia parte do primeiro núcleo integralista, formado na cidade de São Paulo. Spinelli nunca teria faltado a um desfile, nunca se atrasara, trabalhava sem cessar pelo integralismo. Escreveu o Chefe Nacional que o morto havia lutado na Revolta Constitucionalista e que impressionava a todos sua humildade e abnegação na luta pelo integralismo. Garantia Salgado que ainda lembrava do timbre de sua voz erguendo os três anauês. E, assim, iam se acumulando os episódios de dedicação e heroísmo do mais novo mártir da galeria integralista. Até o sustento de seu núcleo teria sido feito por parte significativa de seu salário, pois fora transferido para uma localidade empobrecida. Assim, desenhava-se esse ideal de mártir, onde tudo abandonava em nome do movimento, sendo o exemplo a ser seguido na luta contra os maus, os impuros. Para um movimento que apelava tanto para a religiosidade foi fundamental a presença dessa figura, que padeceu sob as piores condições e, ainda assim, manteve sua inabalável confiança no Chefe Nacional e naquele ideal, como Spinelli, que pediu como último desejo ver a foto de Plínio Salgado. O Chefe Nacional soube usar esse momento com maestria (A OFFENSIVA, 29/11/1934).

Entrando no último mês do ano, curiosamente, temos a repetição de um editorial. A publicação do dia 6 repetiu o editorial de 8 de agosto (A OFFENSIVA, 6/12/1934). Prosseguindo, o editorial seguinte, do dia 13, também foi uma repetição, dessa vez de uma missiva já analisada na obra *Carta aos camisas verdes* (A OFFENSIVA, 13/12/1934).

Só volvemos a observar editorial inédito no dia 20 de dezembro, onde Salgado trouxe um texto intitulado “O Juramento” (A OFFENSIVA, 20/12/1934). Nesse artigo, o líder integralista fez uma explanação do que seria o integralismo. Afirmou Salgado que o



integralismo é mais do que um partido político, sendo também “a) uma atitude e uma atividade cultural renovadora; b) uma obra de educação intelectual, moral e física; c) um movimento político-social” (A OFFENSIVA, 20/12/1934, p.1). Elencando cada um dos elementos mencionados, Salgado estruturou quais seriam as funções da AIB, indo desde investigações e publicações de estudos nas diversas ciências, até a conscientização sanitária de seus correligionários. Salgado afirmou que a AIB tinha a missão de preparar os futuros estadistas, e que somente pela pressão popular foi que se tornou partido político, para representar mais rapidamente os interesses do povo. Negou que o integralismo fosse um movimento de direita, pois sua teoria teria como base o novo século que há pouco se iniciara, assim não cabendo em rótulos ultrapassados como espectros políticos (A OFFENSIVA, 20/12/1934). Postura essa já observada em outros movimentos fascistas, como indicado por Paxton (2007).

Na segunda parte do texto, Salgado informou que todo esse esforço seria feito para demonstrar que a AIB não seria um partido político, haja vista que, segundo ele, isso seria demonstrado pelos deveres a serem cumpridos dentro do integralismo, o que o diferia dos partidos tradicionais. Segundo ele, ao contrário dos partidários de outros movimentos, em que os filiados ficavam em casa “de pijama”, no integralismo entrava-se para “trabalhar, obedecer e sofrer”, pois sem esses elementos não seria possível construir uma grande nação (A OFFENSIVA, 20/12/1934).

A ideia principal de Salgado neste texto foi de dialogar com dois grupos que eram públicos preferenciais da propaganda integralista, mas que por convicções próprias ou do dever profissional, podiam considerar-se em choque com a doutrina integralista: católicos e militares. Sua argumentação foi no sentido de explicar a esses grupos que o suposto choque não existiria, que seria obra apenas de rivais do integralismo tentando afastar estas pessoas da verdadeira obra de salvação nacional. Para os católicos, a mensagem era de que a AIB reforçava o sentido da obediência e da ordem, não concorrendo com os mandamentos católicos, e muito ao contrário, reforçando-os. Sua crítica se voltou contra os católicos que não aprovavam a postura proativa do movimento, acusando-os de comodismo, o que deixaria a religião indefesa frente aos ataques do comunismo, além da maçonaria. Ele exemplificou esse perigo com a acusação de que os comunistas de São Paulo tinham a intenção de demolir uma igreja na cidade com dinamites, e que o integralismo poderia ajudar na defesa do templo, sendo a oposição a essa aproximação feita em sua maioria por católicos maçons, associados popularmente na época ao liberalismo. Ou seja, nos parece – embora sem maiores indícios – que a maçonaria também entraria para o rol dos grupos que conspiravam contra o

integralismo, como os comunistas e os judeus, o que aliás não fugiria do arcabouço teórico fascista. Como último argumento para convencimento dos adeptos do catolicismo, Salgado afirmava que na última edição da revista *Diretrizes* seria possível ver os elogios de Tristão de Athayde – pseudônimo de Alceu Amoroso Lima, personalidade católica de grande influência - aos integralistas (A OFFENSIVA, 20/12/1934).

Com relação aos militares, Salgado informou que faria uma explanação mais pormenorizada nos próximos números, mas adiantou que o juramento feito ao integralismo também não se contrapunha ao juramento à bandeira feito pelos militares, pelo contrário, serviria para solidificar a ideia de pátria constituída nas Forças Armadas, e que aquele que se submetesse ao juramento integralista, nunca deveria ser considerado um elemento subversivo (A OFFENSIVA, 20/12/1934). A discussão sobre o juramento integralista exigido aos militares seria palco de grande controvérsia entre AIB e Forças Armadas, com a demonstração de grande antipatia pelo ato, por parte do alto oficialato, demonstrado publicamente em diversas discussões pela imprensa.

Em um país predominantemente católico e onde a classe média formava boa parte das fileiras das Forças Armadas, é natural o interesse de Salgado nesses dois estratos sociais. Como movimento fascista que era, a AIB recrutava boa parte de seus militantes da classe média – embora obviamente tivesse penetração em todas as classes sociais -, o que deixava patente a necessidade de afastar qualquer mal-entendido entre uma instituição com tantos membros dessa classe. Quanto ao catolicismo, a literatura é farta em afirmar que o integralismo buscou sucessivas aproximações com a Igreja Católica, sem que necessariamente essa correspondesse às suas expectativas (TRINDADE, 1979). Entretanto, Salgado e as principais lideranças eram católicas, e muito de sua doutrina estava atrelada aos princípios católicos. Sua defesa do cristianismo não era genérica, como mostram as análises de suas obras, embora não houvesse a discriminação às denominações protestantes, a extrema valorização que fazia da Idade Média era um claro sinal de qual modalidade de cristianismo o autor se aproximava. Mesmo seu intenso recrutamento na região Sul, onde havia grande penetração de protestantes não o impedia de tentar estreitar laços com a Igreja romana, usando até da autoridade de Alceu Amoroso Lima frente aos católicos para fazer frente a tal empreendimento.

O último número publicado, em 1934, foi dedicado ao Natal e trouxe uma edição especial. Além de um editorial bastante extenso de Plínio Salgado, o jornal apresentou um suplemento em comemoração ao feriado (A OFFENSIVA, 27/12/1934). Seu texto se converteu em uma oração que tratava das angústias da pátria que estava inquieta naquele

dezembro. Ladeado por uma caricatura de Maria segurando o menino Jesus nos braços, enquanto figuras sinistras contavam moedas ao seu redor, o texto era repleto de pessimismo em seu início, pelo suposto abandono da humanidade para com Jesus. Até o Papai Noel foi alvo de Salgado: “patriarca dos comerciantes de brinquedos, patrono das plutocracias, lacaio dos felizes, juiz que julga com as leis de Satanás as criancinhas de todos os países” (A OFFENSIVA, 27/12/1934, p.1). Esse “velho cruel que anda pelos telhados” seria o símbolo de um sistema que abandonara os pobres e que relegaria às crianças humildes o sentimento de que não haviam se comportado bem, pois não ganhariam presentes em seus sapatinhos, ou muitas que sequer tinham os sapatinhos (A OFFENSIVA, 27/12/1934, p.1).

O horror de Salgado se aprofundou quando escreveu sobre a nova estrela que se avizinhava, vinda do Oriente como Jesus, uma estrela vermelha repleta de fogo e de sangue. A luta de classes estaria espalhada pelo mundo, e o que tinham em comum opressores e oprimidos era a negação da existência de Deus. A industrialização vinha trazendo mais armas, desordem e confusão entre os homens, o quadro era desolador. Pelos quatro cantos do Brasil não haveria felicidade plena em meio a tanta miséria. Seu texto se traduziu numa oração pela interferência de Cristo nessa “pátria-criança”, que quando comparada às outras mais antigas estava no mesmo patamar dos pequenos miseráveis sem sapato que não eram agraciados pelo “torpe” e “mau” Papai Noel (A OFFENSIVA, 27/12/1934, p.3).

### **3.2 Educação, datas comemorativas, comunismo e governos fascistas**

Com o fim do ano de 1934, *A Offensiva* ia se consolidando como principal instrumento de difusão da doutrina integralista. Sua periodicidade foi respeitada durante todo o ano de 1934, o que indicava a disposição dos integralistas em utilizar a imprensa como meio de propagação de seu ideal para as “massas”, como denominadas por eles. Para os anos subsequentes, faremos uma seleção temática devido à profusão de números do jornal, o que provavelmente demandaria uma tese exclusivamente para sua análise, sendo que esta não é nossa intenção, e sim, a comparação com outros meios de propaganda: os livros e os discursos reproduzidos na grande imprensa. Os temas escolhidos serão: educação, datas comemorativas, comunismo e governos fascistas.

No número 43 do periódico temos o editorial tratando do lançamento do segundo Congresso Integralista, em Petrópolis, Rio de Janeiro (A OFFENSIVA, 7/3/1935). Segundo

Salgado, este era o evento mais importante da história do Brasil, onde em todos os trens, barcos e ônibus viajavam integralistas do Brasil inteiro rumo à cidade da região serrana do Rio de Janeiro. A importância do evento seria maior até mesmo do que uma mudança de presidentes, pois não seria fruto de conchavos ou acertos políticos, mas sim a afirmação de uma identidade nacional. Seria o encontro de quatrocentos mil integralistas de todas as “províncias” integralistas em que os chefes provinciais apresentariam o seu desenvolvimento. Salgado alardeou que a unidade dos integralistas ocorreu no Brasil todo e que qualquer um que perguntasse sobre o integralismo a um militante de qualquer lugar do país teria a mesma resposta. A uniformização seria marca registrada da AIB para o Chefe Nacional, assim como a publicação de livros doutrinários e de literatura, o que, ainda segundo o mesmo, diferenciava o movimento de todos os outros do país.

Na galeria dos mártires do movimento estavam aqueles que caíram em eventos como o da praça da Sé e de outros em São Paulo e no Rio de Janeiro. A lembrança desses mortos foi fundamental para o movimento, como já assinalado. Conforme se ampliava o rol de mortos, se ampliava a valorização desses eventos. Os exemplos viriam também dos vivos: Salgado usava o índio, que ao ver a demarcação de terras entre Brasil e Colômbia abandonava sua produção de subsistência para ficar do lado do integralismo; ou da mãe que renegava o filho por ele ter descumprido o juramento integralista; e mesmo o filho que fugia do pai comunista para pedir uma camisa verde aos integralistas (A OFFENSIVA, 7/3/1935).

Na edição de número 50 de *A Offensiva*, Salgado voltou suas críticas aos comunistas, que segundo ele, seguiriam novas ordens vindas de Moscou. Afirmava ele que a nova orientação da Internacional Comunista seria a adoção de um discurso nacionalista para países como o Brasil, além de uma retórica anti-imperialista. Em seu texto, apontou que no congresso da Internacional de 1930, em Buenos Aires, reconheceu-se que no Brasil a estratégia comunista vinha tendo sucesso pela adoção de uma aliança com o liberalismo, o que permitia aos comunistas o acesso a cargos de confiança dentro do governo. Assim, adotando uma política oportunista, o comunista poderia usar da insatisfação de determinados grupos com a democracia liberal para seus fins próprios. Ou seja, nesse caso Salgado foi exemplificando em termos práticos um quadro conspiratório, onde os comunistas poderiam estar em qualquer lugar e usando quaisquer métodos para fazer a revolução. Os comunistas não precisariam fazer propaganda necessariamente do comunismo, mas bastava que falassem em nome de um nacionalismo que não se adequasse às necessidades da população, mas sim dos desígnios de Moscou (A OFFENSIVA, 27/04/1935). Assim, criou-se a ideia de que mesmo quando tudo indicasse que a propaganda comunista não estivesse presente, ou quando

os comunistas estivessem pouco ativos, isso não seria garantia de nenhuma tranquilidade. A ideia construída foi a da necessidade de uma vigilância constante, um estado de atenção e mobilização permanentes, tal qual o fascismo já repetira em outras oportunidades (PAXTON, 2007). Assim, somente através do integralismo se alcançaria de fato o verdadeiro nacionalismo, que preservasse o princípio de propriedade, o principal inimigo do imperialismo, segundo Salgado. Isso ocorreu, pois, segundo seu pensamento, a noção de propriedade seria a salvaguarda dos proprietários brasileiros, frente à ameaça de perda de seus bens junto aos banqueiros internacionais, acusados de serem comunistas. Dessa forma, existiria uma aliança entre Moscou, Londres e Nova Iorque para através do liberalismo e do falso nacionalismo, tornar escravos aqueles que aderissem ao programa comunista (A OFFENSIVA, 27/4/1935).

Em maio de 1935 o editorial de Salgado voltou suas atenções ao comunismo, mas desta vez o fez por intermédio de um assunto pouco tratado por Salgado em outras oportunidades: o financiamento dos movimentos políticos. Basicamente distinguia entre algumas modalidades. Primeiramente, aqueles que surrupiavam o erário público em benefício de seus próprios movimentos, lesando os contribuintes com o desvio simples desses recursos; havia também os movimentos que utilizavam o dinheiro de financistas estrangeiros, que resultaram também de assaltos e operações criminosas no exterior; e, por fim, os movimentos que conseguiram sobreviver graças às contribuições dos seus simpatizantes. Estes últimos, obviamente, se enquadrariam no perfil do integralismo. Dentre os movimentos que se utilizaram dos recursos públicos, a Revolução de 1930 seria o exemplo mais recente, tática confirmada tacitamente pela não permissão do governo federal na abertura de sindicâncias para investigação do uso de dinheiro público para este fim. Por último estaria o movimento comunista. Recebendo dinheiro da venda do petróleo russo, através de bancos ou casas de comércio mantidas pelos comunistas no país, o recurso seria praticamente ilimitado. Prova do desprendimento dos comunistas aos meios legais seria o fato de que o “atual chefe do governo judaico da Rússia” havia assaltado pessoalmente um carro forte no passado, assim como com relação a Lênin, “foram banqueiros judeus que lhe pagaram as despesas” na época de sua viagem da Alemanha à Rússia para iniciar o movimento revolucionário de 1917 (A OFFENSIVA, 18/5/1935, p.1).

O pagamento das despesas com propaganda, publicada em vários jornais comunistas que existiriam no Brasil, seria feito pelo “capitalismo judaico ligado secretamente ao comunismo russo (A OFFENSIVA, 18/5/1935, p.9). Ou seja, de uma vez Salgado atacou três de seus principais alvos e conseguiu ligá-los numa intrincada teoria da conspiração:

judeus/capitalistas, comunistas e jornalistas. Assim, Salgado manteve um de seus principais instrumentos de mobilização: o terror por uma teoria da conspiração. Nenhum brasileiro estaria a salvo de todas as maquinações de um movimento que era praticamente onipresente e onisciente, pois bastava que se colocasse contra o integralismo, seria a pessoa ou o grupo, tachado de comunista. Assim se colocava sempre a militância em alerta contra o perigo vermelho e ainda, de quebra, poderiam novos adeptos se juntarem à AIB por ela se colocar como a única guardiã da nacionalidade e único organismo totalmente livre do comunismo.

Em junho de 1935, o comunismo voltou a ser assunto nas páginas do principal jornal integralista, dessa vez sem a presença de Plínio Salgado, mas com Miguel Reale assinando o artigo principal da edição de número 56 do periódico (*A OFFENSIVA*, 8/6/1935). Formado na tradição marxista, como já citado, Reale fez uma espécie de genealogia do pensamento comunista, desde o século XIX. Suas críticas apareceram logo no primeiro parágrafo, ao citar um suposto esquecimento do Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels, o qual estaria relegado a um segundo plano nas lutas operárias até 1890, segundo o testemunho de Arturo Labriola, como citado pelo autor.

Embora reconhecesse a capacidade intelectual de algumas das lideranças comunistas, Reale argumentava que a imensa maioria daqueles que comungavam das ideias de Marx e Engels eram na verdade sujeitos desajustados interna e externamente, que não conseguiam dar uma linha de regularidade à sua vida, e tampouco à sociedade que desejavam transformar. Ao menos no fim do século XIX havia sido o momento de melhor formação dos comunistas. O diagnóstico feito por Reale foi de que a participação dos comunistas na luta parlamentar fez com que outras preocupações surgissem no movimento, afastando os militantes da principal obra de Marx, *O Capital*, o que levaria, conseqüentemente, a uma formação menos qualificada dos novos adeptos. Segundo o autor, esse quadro seria irremediável, caso não tivesse surgido a corrente do sindicalismo revolucionário, que teria novamente empurrado os dirigentes comunistas à realidade dos proletários em toda a Europa. Teria sido essa a razão para que nos anos anteriores à Primeira Guerra Mundial, segundo Reale, praticamente todos os políticos europeus aceitassem alguma das ideias de Marx, misturando-a com a democracia (*A OFFENSIVA*, 8/6/1935).

Nesse momento, ainda segundo o autor, parecia a luta de classes ser uma verdade indiscutível, e aqueles que a negavam eram taxados de traidores da classe ou simplesmente defensores do interesse da burguesia. O internacionalismo proletário estaria em voga, e não havia sinais de que o interesse pela pátria subjugaria os interesses de classe, ao menos para os operários. Seria um momento de ouro para os comunistas, onde as teses de Marx pareciam se

confirmar umas atrás das outras, mostrando que o materialismo histórico havia explicado com precisão o desenrolar dos acontecimentos dentro da Europa. Até que veio a Primeira Guerra Mundial (A OFFENSIVA, 8/6/1935).

E, contrariando essas que seriam as expectativas dos comunistas, os operários resolveram lutar na frente de batalha pelos seus países, ao invés de empreender uma revolução contra a burguesia o que, segundo Reale, causou a grande decepção “especialmente daqueles que se atrevem a julgar o operário de acordo com a baixeza dos próprios instintos” (A OFFENSIVA, 8/6/1935, p.1). A confirmação dessa decepção havia sido a instalação do regime bolchevique na Rússia, que desmentiria a tese economicista de que a revolução nasceria em um país industrializado. Para Reale, os escritos de Trotsky sobre o processo revolucionário de 1917 nada mais eram do que tentativas de justificar esse erro dentro da previsibilidade dessa “religião econômica, da qual *O Capital* é o Alcorão e Marx o profeta” (A OFFENSIVA, 8/6/1935, p.1).

A Grande Guerra havia sido o marco que dividiu o socialismo e o enfraqueceu: de um lado estariam aqueles que mantinham a luta parlamentar no horizonte, seguindo Kautsky, e aqueles que passaram a seguir o “sub-profeta Lênin” (A OFFENSIVA, 8/6/1935, p.1). Para Reale, seu prestígio se manteve pelo desejo de um paraíso terrestre, no qual muitos sonhadores acreditavam estar sendo construído na União Soviética. Essa idealização da experiência soviética seria derivada em parte da campanha de simpatia promovida pela “imprensa semita” (A OFFENSIVA, 8/6/1935, p.1). Reale não esclareceu quem faria parte dessa “imprensa semita”, mas a julgar pela sua impressão de que a URSS gozava de enorme prestígio, não seriam pequenos jornais operários, e sim a grande imprensa mundial. Ou seja, mesmo quando não era Plínio Salgado em pessoa a escrever o editorial, a teoria da conspiração judaico-comunista não desaparecia daquelas páginas, mesmo na tinta da liderança, muitas vezes considerada ponderada e equilibrada na tríade integralista.

O declínio das ideias comunistas se daria justamente com o passar dos anos após o fim da Primeira Guerra Mundial, com a comprovação de que a revolução russa havia apenas desalojado os privilégios de uma classe e os substituídos por outros. Pouco a pouco, o comunista teria sido rejeitado na Europa, começando pela Itália, passando por Portugal, até a Alemanha de Hitler, aniquilando definitivamente “o núcleo comunista-judeu de sua terra” (A OFFENSIVA, 8/6/1935, p.1). O fascismo tocara a Inglaterra, a França e tantos países europeus e americanos, chegando enfim ao Brasil, e o fenômeno de conversão de antigos socialistas ao fascismo como exemplificado por Mussolini, se repetiria em nossas terras na

figura do próprio Reale. No comunismo ficaram os “falhos de idoneidade moral e desprovidos de sinceridade” (A OFFENSIVA, 8/6/1935, p.1).

Sendo assim, a trajetória do comunismo estaria traçada: de um lado um comunismo literário inofensivo, e de outro o socialismo stalinista escravizador de operários e camponeses. No caso brasileiro, pelo fato de que nossos comunistas teriam entrado em contato com a ideologia apenas em sua fase de decomposição, o quadro seria ainda mais desolador, juntando apenas em suas fileiras tudo de pior que existia em todas as classes, inclusive tendo apoio dentro do próprio regime liberal. Enfim, Reale encerrou seu texto com uma comparação violenta: se o comunismo e o liberalismo eram como o cão e sua dona, na tentativa de ataque do animal irracional, devemos espancá-lo, mas depois partir para o acerto de contas com quem o deixou sem coleira e focinheira. Mesmo na ausência de sua principal liderança, *A Offensiva* não deixou de mostrar seu posicionamento de forma límpida. A novidade neste caso foi a reflexão histórica aprofundada de Reale, o que exigia, no mínimo, algum conhecimento razoável sobre os acontecimentos dos últimos cem anos na Europa, algo que no periódico integralista não era muito comum, onde mais se repetiam chavões e pouco se refletia.

Duas semanas depois, o comunismo voltou a ser o principal assunto dentro de *A Offensiva*, quando Salgado escreveu sobre as semelhanças entre o capitalismo e o comunismo, o que seria uma “consequência lógica do exame” de uma série de elementos, como as origens filosóficas e econômicas, o processo de desenvolvimento e o objetivo final (A OFFENSIVA, 22/6/1935, p.1). Sendo assim, Salgado alegou que inexistia a possibilidade de combater somente um dos dois, pois se tratavam de duas cabeças ligadas ao mesmo corpo. Ambos teriam em suas origens filosóficas o individualismo, que, por conseguinte, seria materialista, herdeiro das tradições epicurista, estoica e naturalista. Salgado escreveu sobre vários movimentos filosóficos complexos sem entrar em detalhes sobre nenhum. Esta é uma diferença fundamental quando observamos seus livros doutrinários. Nos editoriais não havia a preocupação em ser minimamente didático com conceitos complexos, ocorria somente a justaposição de termos que eram discutidos de forma mais aprofundada em seus livros. Sequer havia o mínimo de discussão ou esclarecimento de tais questões. Ou Salgado partia do princípio de que seu leitor tinha amplo domínio do assunto, ou isso não seria importante para a militância que acompanhava as publicações do jornal (A OFFENSIVA, 22/6/1935, p.1).

O liberalismo, com sua ausência de regulação, teria subordinado o homem às leis da matéria, o que pavimentara o caminho para o desenvolvimento de uma classe que via no materialismo a sua forma: a burguesia. E essa nova classe foi se tornando um “instrumento passivo nas mãos ocultas da finança internacional, que havia, já longo tempo, vinha se



organizando” (A OFFENSIVA, 22/6/1935, p.1). Interessante perceber como sua construção conspiratória mostrava-se nesse exemplo, onde a mão da finança internacional – judaica obviamente – seria anterior ao surgimento da burguesia. Ou seja, o argumento usado posteriormente pelos correligionários do integralismo de que as acusações contra a burguesia eram de caráter de classe, mostram-se falhas aqui, pois existe claramente a ideia de que todos estariam submetidos ao interesse desse pequeno grupo poderosíssimo que controlava a política, a finança e a imprensa pelo mundo.

A livre concorrência estabelecida pelo fim das corporações medievais levava assim à uma disputa darwinista onde os mais fortes se sobressairiam, e uma justificativa moral precisava surgir nesse mundo de disputa e concorrência ferozes. Spencer, Marx, Darwin, Hegel, Rousseau, todos trabalharam para construir uma justificativa ideológica para o injustificável. As lutas, que deveriam ser diminuídas com a construção do novo século, apenas ampliaram-se. O comunismo que se apresentava como a esperança de superação da exploração do homem pelo homem apenas seria mais uma modalidade da mesma (A OFFENSIVA, 22/6/1935).

Para Salgado, o comunismo não trazia nenhuma novidade econômica, pois partia das mesmas premissas do capitalismo, a validade de “leis naturais” e a subordinação da economia ao “naturalismo materialista”, o que seria a prova cabal da sua ausência de originalidade (A OFFENSIVA, 22/6/1935, p.1). O marxismo seria apenas mais um “capítulo acrescentado à economia burguesa”, já que Marx admitia não negar as leis naturais da economia descobertas desde os fisiocratas, o que tornava o alemão apenas “um continuador de seu patrício, o judeu Adam Smith” (A OFFENSIVA, 22/6/1935, p.1). Dessa maneira, o comunismo seria uma modalidade das mesmas intenções do capitalismo, apenas com uma intrepidez maior, por tentar levar ao extremo a concentração de capital nas mãos de um único concorrente: a finança internacional.

Assim, sua estratégia também seria unificada, com os capitalistas provocando as crises, e os comunistas se aproveitando delas e do desespero da população para aumentar o número de simpatizantes no marxismo. Produção em demasia, carestia, greves, redução de salários, todos esses seriam fenômenos provocados com o mesmo propósito: submeter a maior quantidade possível de pessoas ao materialismo. O endividamento dos Estados provocaria a impossibilidade de investimento na qualidade de vida dos cidadãos, o que levava às rebeliões insufladas pelos comunistas. Todos os males provocados por um único grupo e com um único objetivo. O que ocorreria, basicamente, seria a promoção do caos – seja de qual

tipo for – pelo capitalismo, e o aproveitamento dessa situação de desespero pelos comunistas, isso exemplificado em várias situações diferentes por Salgado.

Em seus objetivos finais, ambos seriam idênticos também, buscando o predomínio do materialismo e a destruição das ideias de Deus, pátria e família. O principal desejo dos materialistas seria a transformação da humanidade em máquinas que seriam exploradas por uma raça eleita: “a raça dos financistas” (A OFFENSIVA, 22/6/1935, p.1). Não haveria, portanto, nenhuma coincidência no fato de que tanto a Rússia quanto as principais praças financeiras do Ocidente serem controladas por judeus. A ida de Lênin para a Rússia com dinheiro de judeus alemães, e a ida de Trotsky com o dinheiro de judeus estadunidenses seria indício suficiente para afirmar esse conluio diabólico. Somente o integralismo, então, seria uma força capaz de barrar esses planos tão maléficos, em nome de Deus, da pátria e da família (A OFFENSIVA, 22/6/1935, p.2).

O comunismo retornou às páginas do jornal algumas semanas depois, em 6 de julho de 1935, onde Salgado trouxe um texto que reforçava as diferenças entre esse movimento político e o integralismo. De acordo com o texto, o comunismo seria apenas a continuação de teorias que se desenvolviam desde o século XIX e que não traziam nenhuma novidade, como a socialdemocracia, o sindicalismo revolucionário, o trabalhismo, o fabianismo, entre outros. Diferentemente dessa situação era o integralismo, pois não derivava, segundo o texto, de nenhuma outra teoria política, sendo fruto da originalidade do século XX, enquanto o comunismo era simbolizado pelo século XIX e seu suposto atraso. Ainda de acordo com o texto, o comunismo receberia ordens vindas de outros países e de lideranças estrangeiras, ao contrário do integralismo que era uma doutrina nacional e que se preocupava apenas com os destinos do Brasil. Novamente trouxe a teoria de que o comunismo recebia dinheiro de outros países para se manter no Brasil, enquanto o integralismo era sustentado somente pela colaboração de seus associados. O integralismo não seria partidário do liberalismo, o que seria o caso do comunismo, assim como o integralismo, supostamente, publicaria apenas obras brasileiras, enquanto o comunismo publicaria somente obras de autores estrangeiros traduzidos para o português. Até a saudação integralista seria mais original do que a comunista, pois se tratava do “Anauê” tupi, enquanto, supostamente, a saudação comunista se daria pelo punho cerrado e um grito de “urss”, embora não encontremos referência que evidencie essa prática por parte dos adeptos do marxismo na época. Além disso, os símbolos comunistas seriam apenas cópias do que a URSS produzia, o que demonstrava serem os comunistas brasileiros apenas “vassalos dos comissários do povo, judeus da Rússia” (A OFFENSIVA, 6/7/1935, p.1).

Salgado prosseguiu seu texto fazendo novas comparações entre os dois movimentos, e procurou demonstrar, constantemente, a originalidade do integralismo, frente à suposta imitação do marxismo. Esse texto seria adaptado para publicação em outras obras de Salgado. Sua composição é interessante, pois possui um caráter bastante didático, se aproximando de uma cartilha, onde através da repetição é possível inculcar características que seriam favoráveis para a doutrina integralista, como sua originalidade frente ao comunismo, ou seu nacionalismo mais verdadeiro. Assim, é possível notar como a estratégia de instrução integralista funcionava, sobretudo naqueles veículos onde o alcance seria mais provável na classe trabalhadora, embora não devamos superestimar a capacidade de leitura do brasileiro pobre da década de 1930. Uma peça de contraposição constante, onde de um lado temos o bem, representado pelas cores pátrias e por aqueles que respeitam o cristianismo, e de outro lado temos o mal, encarnado nos judeus, enviados de fora do Brasil e que tinham como única missão destruir as bases da civilização ocidental (A OFFENSIVA, 6/7/1935).

Nossos temas selecionados saem um pouco de cena nas páginas do jornal pela realização do Congresso Integralista do Sul de Minas e pela polêmica, ainda constante, onde jurar fidelidade ao integralismo era contrário ao princípio do juramento prestado ao Exército Brasileiro. Somam-se a esses fatos as publicações de artigos já reproduzidos que foram analisados por nós no segundo capítulo.

Apenas em 26 de outubro constatamos novidades nestes temas e, dessa vez, com uma edição bastante característica: em letras garrafais estampava-se a manchete “Alerta! A bolchevização das escolas no D. Federal” (A OFFENSIVA, 26/10/1935, p.1). Segundo o texto, as obras *A nova Rússia*, de Barbusse e *Educação na Rússia Soviética*, de Fridmann foram distribuídas nas escolas públicas pela prefeitura da cidade. Segundo o editorial, curiosamente não assinado, o comunismo propagado por Anísio Teixeira, então secretário de educação, fincava raízes nas escolas onde os pais cariocas entregavam seus filhos com confiança, enquanto o ministro Vicente Rao se preocuparia apenas em perseguir o integralismo, o que seria mais uma prova da penetração comunista no governo. A atuação de Teixeira atentava contra os bons costumes ao, supostamente, construir escolas onde os sanitários não teriam paredes ou distinção de uso por sexo das crianças. Essa situação estaria levando meninas a passarem mal por não desejarem frequentar o ambiente escolar nessas condições. “O simples estilo arquitetônico dos prédios da escola é caracteristicamente bolchevista”, relata o texto (A OFFENSIVA, 26/10/1935, p.1). Teixeira teria abandonado a tradicional arquitetura colonial, que tão bem vinha servindo ao Brasil por séculos, para instalar um novo tipo de escolaridade em que se ensinaria o credo de Moscou e o

materialismo para as crianças desde a tenra idade. Essa construção de um perigo constante não foi novidade para os fascistas, onde ninguém, nem mesmo dentro da escola, estaria livre do inimigo subterrâneo que não respeitaria sequer as crianças. O pânico generalizado era uma ferramenta usada com maestria pela propaganda integralista (A OFFENSIVA, 26/10/1935).

Em sua primeira menção a datas comemorativas no ano, o editorial de *A Offensiva* voltou a ser assinado por Plínio Salgado e fez uma crônica sobre o dia de finados. Ao falar para os “camisas-verdes do além”, Salgado fez uma espécie de ode à morte, onde exaltou suas características (A OFFENSIVA, 2/11/1935, p.1). Segundo o texto, somente os mortos poderiam entender o seu autor, pois já não veriam o Chefe Nacional como um ser além da compreensão, como os seus correligionários vivos o faziam, e sim o veriam como um ser de carne e osso como qualquer miliciano. Salgado fez algumas menções em seus escritos a essa necessidade de ser visto apenas como um homem que trazia uma ideia nova, não sendo ele o portador de nenhum poder especial. Entretanto, existe uma certa contradição nesse discurso quando observamos todos os rituais que tinham como função reforçar a autoridade do mesmo. Ou seja, embora garantisse não possuir nenhuma ascendência especial sobre seus militantes, Salgado fez questão de manter uma hierarquia muito rígida e quase ritual como, por exemplo, o fato de somente ele ter a capacidade de fazer a especial saudação a Deus com os anuês, ou a sede do movimento integralista se localizar sempre onde estivesse situado o Chefe. Ou seja, por mais que seu discurso trouxesse a mensagem de humildade frente a todos os integralistas, sua prática com a ritualística integralista, o contradiz.

Assim, apenas aos mortos seria possível enxergar Salgado sem o deslumbramento natural que sentem os comandados por seus comandantes, sem uma áurea de “super-humanidade” (A OFFENSIVA, 2/11/1935, p.1). E ao iniciar a segunda parte do seu texto, Salgado passou a usar a terceira pessoa do singular, usando o recurso do afastamento do texto, onde garantiu sempre ter lutado contra o messianismo. Segundo o texto, existiria uma repulsa natural das “multidões” contra o homem, o que explicaria a tentativa de divinizar os líderes políticos (A OFFENSIVA, 2/11/1935, p.1). A tentativa de fugir da própria realidade humana faria com que os militantes vissem em seus líderes alguém além da própria natureza humana. Isso se passaria com os gregos na Antiguidade, onde viam em Alexandre, o filho de Júpiter, ou na contemporaneidade. Essa postura seria resultado de um complexo de inferioridade das massas que não conseguiam admitir a ideia de que de dentro de suas fileiras poderiam surgir líderes que dirigiriam, em parte, seu destino. Assim a tal aura de sacralidade surgiria entre esses dirigentes, que somente a posteridade poderia provar a sua real natureza humana, pois seus contemporâneos não conseguiam enxergar a realidade diante de seus olhos por conta da

fascinação criada. Ainda de acordo com o texto, a grande quantidade de obras biográficas que estavam surgindo no período após a Primeira Guerra Mundial seria um bom elemento para a superação desse sentimento, pois com o esclarecimento de que as grandes figuras da humanidade eram cobertas por defeitos, a percepção das massas poderia se modificar, passando a multidão a crer na sua capacidade de criar novas lideranças.

Dessa forma, Salgado prosseguiu afirmando que somente os camisas verdes do além poderiam contemplar sua humanidade, somente eles poderiam testemunhar que o Chefe Nacional sofria dos mesmos problemas que qualquer miliciano sofre. Por isso mesmo, segundo Salgado, os camisas verdes mortos tinham mais afinidade com ele, viviam com ele uma relação diferente da que os vivos viviam. Por terem os mortos desvendado todos os mistérios proibidos aos vivos, estariam eles conscientes da humanidade de Salgado, e justamente por isso o amariam mais (A OFFENSIVA, 2/11/1935). Então, Salgado pediu aos mortos que iluminassem a visão dos camisas verdes vivos e que examinassem as intenções dele próprio, que garantiu, não possuíam nada fora dos desejos de Deus, Pátria e Família, e que nada possuíam da negação da humanidade e de suas capacidades. Pediu, ainda, que os vivos nunca adorassem o seu líder, pois essa seria a primeira fonte de desgraça para um país, onde as capacidades criadoras da humanidade estariam submetidas à vontade de um só homem.

Após essa oração, Salgado listou alguns dos integralistas mortos nos últimos meses e se aproximou bem mais das intenções humanas que havia citado anteriormente. Seu texto, então, foi se transformando em uma espécie de manifesto político aos mártires integralistas, que conversariam com o Chefe quando este estava a sós com sua consciência. Seu pedido foi no sentido de os mortos guiarem a revolução que buscavam os integralistas, sem que caíssem no messianismo ou na transformação do movimento em qualquer caráter religioso. Salgado rogou aos mortos que a disciplina fosse sempre respeitada no integralismo, mas que essa fosse baseada em uma ideia revolucionária e nunca em “possíveis super-qualidades de um homem”, pois não desejava governar “como um faraó”, mas sim como um “homem do século XX” (A OFFENSIVA, 2/11/1935, p.12). Seu texto se encerrou com a previsão de que um dia governaria o Brasil, mas que seria de acordo com as ideias criadoras que somente os mortos entenderiam de fato.

No último número do ano de 1935, Salgado fez referência a outra data comemorativa, o Natal (A OFFENSIVA, 28/12/1935). Em um certo tom de pessimismo, relatou que a sociedade da época colhia os frutos dos erros de interpretação das gerações anteriores, mais especificamente o abandono dos princípios cristãos, tão caros a Salgado. Sua crítica, momento

raro, destinou-se, inicialmente, à Alemanha nazista, que teria abandonado os princípios religiosos para abraçar um misticismo estranho ao cristianismo. Aquele país estaria se transformando no modelo de totalitarismo, onde Hitler acumularia as funções de chefe de Estado e chefe religioso, tal qual outros tiranos já haviam feito anteriormente. Se os germânicos alcançariam o ponto máximo da idolatria, Salgado não arriscou a dizer, mas sua crítica foi clara (A OFFENSIVA, 28/12/1935).

O Chefe Nacional afirmou voltar-se para Jesus em um momento de grande tensão no Brasil, que acabara de ser sacudido pela Revolta Comunista de 1935. Seu texto se encaminhou no sentido de se afastar – novamente – de um possível messianismo, ou de uma confusão entre suas atribuições de homem político e a religião dos seus adeptos. Ao usar uma expressão bíblica, deixou isso muito claro: “a César o que é de César” (A OFFENSIVA, 28/12/1935, p.12). Segundo sua interpretação, isso não significava que deveria ocorrer o abandono do governante com relação aos assuntos espirituais, mas sim a sua separação. A consciência de que o chefe político continuava sendo homem, apesar de suas responsabilidades, seria fundamental para esse entendimento sadio entre as duas esferas que Salgado citou.

Sua preocupação se daria pela percepção de que ele mesmo poderia se deslumbrar ante sua criação e a fidelidade de milhares de partidários. Uma iluminação teria vindo à sua mente ante os últimos acontecimentos políticos nacionais, e que seria um sinal de alerta para o futuro do Brasil, embora Salgado precisasse que não seria compreendido pelos liberais e comunistas. Sua carta de Natal se encerrou como um conselho para os futuros integralistas e os chefes que ainda viriam, que servisse de baliza aos princípios do futuro Estado integral (A OFFENSIVA, 28/12/1935).

### **3.3 Diário integralista**

A partir de fevereiro de 1936, a circulação do periódico passou a ser diária, com exceção das segundas-feiras, que tradicionalmente não recebiam a circulação de jornais. Seu formato passou a ser mais semelhante aos periódicos da grande imprensa, com uma variedade maior de assuntos e o deslocamento do texto de Salgado, saindo da primeira página e indo para a segunda. Existiu também uma mudança do conteúdo, onde vemos mais a presença de textos comentando assuntos do cotidiano sob a ótica integralista e menos assuntos

doutrinários como existira anteriormente. Seu tamanho também sofreu alteração, deixando de usufruir de vários parágrafos e tendo que dividir seu espaço em duas páginas, o editorial de Salgado passou a ocupar apenas o canto esquerdo de uma página. A urgência de um jornal diário mexia com o tempo disponível para a preparação dos textos. Como tanto do ponto de vista quantitativo, quanto do qualitativo temos uma mudança sensível no formato dos textos, não nos aprofundaremos nesta parte menos doutrinária dos escritos, avançando apenas até o primeiro semestre nesta novidade editorial.

Nesse segundo momento, nos deparamos, em 5 de fevereiro de 1936, com um assunto que foge dos nossos destaques, mas que vale ser comentado, que é um texto de Salgado fazendo uma crítica a Assis Chateaubriand e sua cadeia de jornais, os *Diários Associados*. Apesar do relativo clima amistoso que vemos em *O Jornal* com relação ao integralismo, essa relação não parece ser formada apenas por elogios mútuos, como fica patente nesse caso onde o proprietário da cadeia fez algumas críticas ao integralismo no que tangia a sua opinião sobre a dívida externa. Pormenores e detalhes técnicos dispensados, o assunto girava em torno do respeito à dívida, onde Chateaubriand teria acusado um articulista integralista de ser a favor do calote em relação aos credores internacionais. Embora ocorresse essa discordância, interessante notar o respeito com o qual Salgado tratou a opinião discordante do jornalista. Apesar de considerar que Chateaubriand possuía uma “mentalidade brilhante”, Salgado admitiu que o problema do mesmo somente seria a sua mentalidade marcada pelo liberalismo. Ainda que, segundo Salgado, sua tentativa fosse de criar uma divisão no integralismo, não vemos a mesma agressividade dispensada a outros jornalistas, acusados de serem agentes do comunismo, entre outras acusações (A OFFENSIVA, 5/2/1936).

Alguns dias depois, o assunto passou a ser a Alemanha. Novamente existiu um espaço de crítica por parte de Salgado pelo mesmo motivo já citado: um suposto afastamento, quando não oposição, do nacional-socialismo em relação ao cristianismo. Neste caso específico temos a questão da prisão de cerca de 150 clérigos e colaboradores do catolicismo. Salgado se mostrou contrariado, obviamente, com a atitude do Estado alemão e tentou encontrar uma explicação razoável para tal, e a explicação para isso foi, no mínimo, inusitada: o hitlerismo estaria inconscientemente sendo orientado pelo judaísmo. Sua mistificação e valorização demasiada das qualidades do chefe mostrariam essa influência, já que tais pontos seriam, na visão de Salgado, típicos do judaísmo. Assim, o nacionalismo de Hitler estaria se sobrepujando aos princípios da religiosidade (A OFFENSIVA, 14/2/1936). Tudo por culpa dos judeus.

Logo, apesar de reconhecer avanços na economia alemã por conta da ascensão nazista, Salgado acreditava que existia uma infiltração de “elementos semitas” que acabavam levando uma imagem negativa, “antipática”, da Alemanha para o mundo (A OFFENSIVA, 14/2/1936, p.2). Ou seja, para Salgado, até no berço do Estado nazista existiriam elementos judeus infiltrados que garantiriam o insucesso da empreitada. Isso acabaria por trazer um problema grave identificado por Salgado no rumo tomado pela Alemanha: a interferência do Estado nos assuntos religiosos. Para o Chefe Nacional, ao Estado caberia assim garantir o pleno funcionamento do cristianismo, o que para os integralistas seria o equivalente à liberdade religiosa. Segundo a sua principal liderança, a liberdade religiosa valeria apenas para a matriz cristã, não sendo sequer mencionadas outras denominações religiosas. Tanto foi assim, que entre tantas perseguições empreendidas por Hitler, causou asco apenas a prisão de lideranças católicas (A OFFENSIVA, 14/2/1936).

Em 23 de fevereiro do mesmo ano, temos a particularidade de um editorial diferente, que merece nosso registro, assinado não por Plínio Salgado, mas por Ricardo Aguiar. Apesar de nossas pesquisas, não conseguimos identificar mais detalhes desse militante, mas para substituir Plínio Salgado na assinatura de um editorial do principal meio de comunicação integralista, acreditamos ser uma pessoa que possuía prestígio interno na AIB. Com o título de “Judaísmo internacional”, o articulista tratou da tentativa de cassação do registro do partido fascista na França, que segundo ele teria sido articulada por uma maioria “maçônico-judaica” (A OFFENSIVA, 26/2/1936, p.10). Essa minoria seria responsável por disseminar a partir de “Israel”, as “manobras de bolchevização dos povos” (A OFFENSIVA, 26/2/1936, p.10).

O texto segue com transcrições de supostos documentos maçônicos que haviam sido revelados por parlamentares franceses, que indicariam a disposição desse grupo para a realização de conspirações secretas que visassem alcançar a revolução comunista nos países onde atuava. Documentos que revelariam a busca desse grupo em se manter organizado secretamente, o que supostamente indicaria suas más intenções, reforçado por um discurso do “maçom Lumière”: “a ideia de pátria, pelo menos como é hoje compreendida, deve ser varrida do espírito das crianças” (A OFFENSIVA, 26/2/1936, p.10). Apesar de não apresentar as fontes de onde teriam sido transcritos os documentos, o articulista os considerou como prova da profundidade de atuação desse grupo, inclusive em um movimento já bem estabelecido pelas lideranças integralistas, que foi tentar demonstrar a existência de um perigo para as crianças, uma ameaça de grupos conspiradores à juventude do país, justamente os mais frágeis entre todos da sociedade. Esse tipo de informação gerou um clima de insegurança



generalizada, onde não haveria local seguro para se estar protegido contra o perigo do “judaísmo bolchevista”.

O debate que se desenrolava na França era sobre a suspensão de atividades de sociedades secretas, que atingia em cheio a maçonaria. A prova de que existia uma aliança entre maçons e judeus, se dava justamente pelo fato de que os deputados “reconhecidamente judeus” votaram para favorecer as sociedades secretas. Segundo Aguiar, a proposição votada servia para mostrar como a França já se preocupava com o tema, que seria de grande urgência. Assim sendo, seria necessária uma ação mais enérgica dos verdadeiros nacionalistas, já que os conservadores não teriam a coragem necessária para enfrentar os perigos trazidos pelas “internacionais judaica, maçônica e marxista” (A OFFENSIVA, 26/2/1936, p.10). Essas três internacionais agiriam em segredo no mundo todo atacando os países para destruir em todos o conceito de pátria, para ao fim de sua sinistra agenda de terror, “entregar os povos escravizados ao domínio de Israel” (A OFFENSIVA, 26/2/1936, p.10).

E se durante o mês de março dominaram os editoriais do jornal as eleições municipais e as alongadas discussões se o integralismo se encaixava ou não na categoria de movimento extremista, abril começou com a lembrança de algumas datas comemorativas, tanto nacionais, quanto da AIB: o 7 de abril, data da abdicação de Pedro I em favor de seu filho; 21 de abril, dia de Tiradentes; 22 de abril, “Descoberta da Terra Maravilhosa”; e 23 de abril, primeira marcha integralista (A OFFENSIVA, 1/4/1936, p.2).

Segundo Salgado, a Inconfidência Mineira se assemelhava ao integralismo na medida em que era a demonstração dos povos da América da sua luta pela liberdade, com a diferença de que se antes o ouro brasileiro ia para Portugal, passava naquele momento a ir para a Inglaterra. O sentido da Inconfidência teria sido recuperado a partir dos esforços do integralismo, que na cidade natal de Tiradentes, celebrou sua memória. Chamado de “velho camisa-verde das montanhas de Minas”, fez-se a sua chamada e saudou-se a mesma com um “Anauê!” (A OFFENSIVA, 1/4/1936, p.2). A linguagem dos inconfidentes somente naquele momento estava sendo entendida, por um movimento realmente nacionalista, nas palavras de Plínio Salgado.

Já o 7 de abril seria uma manifestação de repúdio definitivo dos brasileiros, em especial dos cariocas, ao colonialismo português. Ao provocar a abdicação do imperador português, os brasileiros estariam exigindo o fim da subalternidade do país frente a Europa. Essa seria uma lição a ser ensinada aos que tentavam ainda colocar o Brasil como uma colônia da URSS.

Em 22 de abril, segundo o texto, tivemos o nascimento do Brasil. A terra, que enfim estaria pronta para receber “a Raça conquistadora, a Raça criadora, a gente audaz” (A OFFENSIVA, 1/4/1936, p.2). Gente “violenta”, “corajosa”, “rude”, que semearia as fundações de uma nova civilização destinada desde sempre para tal (A OFFENSIVA, 1/4/1936, p.2).

Entretanto, essa terra só seria desperta séculos depois, no dia 23 de abril de 1933, quando a primeira marcha integralista ocorreu, na cidade de São Paulo. Segundo o texto, o movimento integralista só havia crescido desde então, através da fundação de mais de dois mil núcleos municipais e a adesão de milhares de brasileiros. Assim, abril seria um mês especial para os brasileiros, por se tratar de um momento em que os sonhos poderiam ser grandiosos, já que a história tratava de garantir coincidências de grande impacto na vida nacional.

Essas referências não foram por mero acaso. Salgado era líder de um movimento que desejava ser de amplitude nacional, e assim como republicanos usaram a imagem de Tiradentes no fim do século XIX, ou mesmo militares durante a Ditadura, o desejo dos integralistas era ter como referência, personagens que eram considerados heróis nacionais. Ao tratar de Tiradentes como um “velho camisa-verde”, essa intenção ficou muito clara, como o seria para qualquer movimento político. As referências no passado indicam desejos para o futuro.

Depois de vários dias ausentes do editorial do jornal – realizado nesse ínterim por Madeira de Freitas – Plínio Salgado retornou abordando um de nossos temas selecionados: o comunismo. Nesta publicação o Chefe Nacional ensinou como detectar um comunista disfarçado, que segundo o mesmo seria o tipo mais perigoso. Seriam os “tipos imorais sedentos por contagiar a nação com as suas próprias mazelas” (A OFFENSIVA, 19/4/1936, p.2). Segundo o texto, o comunista “encapotado” seria do tipo mais perigoso, pois não faria como se esperava dele, um grande alarde contra o integralismo, pelo contrário, seu tipo ardiloso esconderia suas preferências e encheria o integralismo de elogios, mas que ao fim seriam acompanhados de uma ressalva. Seria justamente aí que moraria o perigo.

Ao se esconder atrás da simpatia ao integralismo, o comunista ganharia a confiança da pessoa e passaria a atacar a AIB de forma indireta, acusando o integralismo de ser um movimento extremista de direita. Então, esse comunista disfarçado de liberal moderado traria novamente o assunto da violência integralista como fator preponderante para a sua não adesão. Ou seja, a ideia de Salgado é relativamente batida, onde o liberal seria visto como um comunista disfarçado ou mesmo um omissor frente aos perigos do comunismo, como já vimos anteriormente em seu discurso. O que parece ser diferente nesse momento é o nível de

paranoia instalado no seio do movimento, onde todos aqueles que não simpatizassem com o movimento já seriam automaticamente taxados de comunistas. E Salgado foi mais além: tentou ensinar aos correligionários uma maneira de detectar esse tal “comunista encapotado”, através de mecanismos psicológicos, onde o integralista poderia fazer essa identificação. Assim, o papel do integralista seria o de anotar o distrito onde se encontrava e o nome do sujeito com a inscrição “comunista encapotado” (A OFFENSIVA, 19/4/1936, p.2).

Esse tipo de comunista seria muito comum, segundo o texto, o que explica as constantes prisões pelo “sr. Filinto Muller”, apreendendo “arquivos vermelhos” que revelariam as “relações íntimas com os Calabares que venderam nossa pátria aos judeus da URSS” (A OFFENSIVA, 19/4/1936, p.2). Nesse ponto Salgado reforçou palavras-chaves que foram um dos principais motes de seu movimento: o binômio comunista/judeu, o caráter ardiloso das estratégias comunistas, além de fazer um elogio claro à autoridade que vinha dando guarida aos integralistas e proporcionando liberdade bastante significativa na capital: Filinto Muller. Diferentemente de vários estados brasileiros, como Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Bahia, na capital federal a AIB agia com bastante autonomia e recebia elogios públicos do Chefe de Polícia. Esses afagos eram mútuos.

Essa situação se modificava em caso de o tal “comunista encapotado” ocupar um cargo público, pois utilizaria de suas prerrogativas para atrapalhar o desenvolvimento do país, perseguiria subordinados que não fossem comunistas e outras tantas maldades. Interessante notar que Salgado alegou que a repressão policial desencadeada contra os integralistas proveio justamente dessa categoria de comunistas, que teriam chegado ao aparato policial, usando de seu poder de repressão contra os integralistas. Essa dualidade levava o leitor a uma comparação rápida: se os comunistas é que comandavam a repressão aos integralistas, através do aparato repressivo, e na capital, isso não ocorria, estava claro que na visão do Chefe Nacional, Filinto Muller era um verdadeiro nacionalista, e não fazia parte da categoria dos comunistas que se escondiam na burocracia estatal.

Portanto, seria fácil identificar aqueles que estariam do lado de Prestes e da Aliança Nacional Libertadora: bastava que ele se mostrasse contrário ao integralismo. Salgado argumentou que nos estados onde havia repressão aos integralistas já estava claro que se tratava ali de obra dos comunistas infiltrados. Caberia então aos integralistas, não por vontade própria, mas “pela impossibilidade de dissimulação dos nossos inimigos”, desmascarar suas reais intenções e proteger o Brasil (A OFFENSIVA, 19/4/1936, p.2).

Em 2 de maio, mesmo que rapidamente, os governos fascistas foram assunto no editorial de *A Offensiva*. Diferentemente do que vinha sendo noticiado nas seções de política

externa do periódico, Salgado não demonstrou simpatia pelo conflito entre a Itália e a Etiópia. Para o autor, esse conflito, assim como tantos outros espalhados pela Europa, seria resultado das disputas entre grupos que agiam de forma contrária ao interesse nacional. Ou seja, o problema detectado no Brasil, com as diferentes facções políticas lutando entre si e prejudicando a nação também ocorreria na Europa, e seria o grande responsável pelo fracasso da política de pacificação. Assim, apesar do jornal estampar em outras partes a acusação de que a Etiópia era uma nação agressora no conflito, Salgado não entendeu o conflito como algo incontornável, ao contrário, sendo causado pelas disputas inúteis do liberalismo (A OFFENSIVA, 2/5/1936).

Já em 5 de maio, dias depois, a visão no mesmo editorial é um pouco distinta. Assinado por Madeira de Freitas, o texto apontou que as principais nações que se opunham à conquista italiana foram as mesmas que colonizaram povos há muito mais tempo. E que, internamente, os que se compadeceram da sorte dos etíopes foram os mesmos que contribuíram para a transformação do Brasil numa colônia soviética. Segundo o articulista, o destino daqueles africanos estaria melhor desenhado nas mãos de uma nação cristã do que sob os “judeus” (A OFFENSIVA, 5/5/1936, p.2). Isso ocorreria porque, apesar dos problemas enfrentados pelos italianos, o fascismo havia libertado seus cidadãos dos judeus graças ao gênio da Mussolini. Para Madeira de Freitas, mais do que as considerações da justiça ou não da invasão italiana, deveria se considerar o momento de força do regime de Roma conseguido graças aos mesmos princípios que o integralismo considerava como fundamentais.

Este é um exemplo interessante das disputas ocorridas não só dentro do movimento, mas igualmente dentro do próprio veículo de informação. O discurso de Salgado acabou não sendo o dominante dentro do jornal - especificamente neste assunto - pois a maioria das manchetes por nós observadas tratam do conflito com os mesmos argumentos usados pela propaganda fascista, como já tratado em outras oportunidades pela historiografia (SENTINELO; BERTONHA, 2011). Assim, a tentativa de demonstrar uma homogeneidade dentro do integralismo mostrava-se falha. A AIB possuía disputas internas e claras interpretações distintas, como qualquer movimento político, apesar de todo o esforço de suas lideranças para dizer o contrário.

No dia seguinte, o comunismo voltou a ser assunto no editorial do jornal, assinado novamente por Madeira de Freitas, liderança que também fazia parte dos *Diários Associados*. Ao comentar o sucesso eleitoral que os comunistas franceses tinham atingido, atacou os comunistas brasileiros, alegando estarem estes na expectativa da repetição do sucesso da revolução tanto entre os franceses, quanto na Espanha e no Brasil. O articulista usou um

artifício interessante para demonstrar a penetração das ideias comunistas no Brasil, que visariam transformar o país numa nova Espanha, onde a guerra civil tinha sido instalada. Segundo o autor do texto dizia-se “pelos cafés, pelos corredores das repartições, pelos consultórios, por toda a parte, que assim a Espanha como a França, poucos dias restavam de regime burguês” (A OFFENSIVA, 6/5/1936, p.2). A ideia de que seu texto passa é de que não haveria lugar seguro no Brasil, onde não estivessem espalhados os ideais comunistas, e que em breve as notícias de violência que chegavam da Espanha, chegariam também à França, e logo a seguir, ao Brasil.

Mas esse quadro poderia ser revertido se o exemplo da Espanha fosse mostrado ao povo brasileiro. Se o quadro de tragédia que o povo espanhol sofria fosse mostrado aos brasileiros, seria o suficiente para evitar que o país se tornasse uma nova Espanha. O que Madeira de Freitas não colocou em discussão foi a guerra civil iniciada pelos partidários do general Franco que não aceitaram a derrota da direita espanhola. Assim, um quadro de pânico generalizado foi montado, onde tudo deveria ser feito para que o Brasil não seguisse o caminho de fracasso protagonizado supostamente pelos espanhóis.

Restaria assim esclarecer aos brasileiros que, em caso de vitória de uma revolução bolchevique, as mães brasileiras seriam levadas para uma ordenha, onde seu leite seria retirado e misturado ao de outras mães, para ser servido em bebedouros públicos para crianças que já não mais saberiam quem seriam suas mães. Assim, Madeira de Freitas construiu um relato pouco verossímil de como seria o futuro brasileiro. Alegou, igualmente, que o comunismo destruiria a família, a virgindade da mulher, a monogamia, entre outros elementos familiares. Supôs que os comunistas ensinavam aos seus que os hábitos sexuais dos animais eram superiores aos dos santos. O que o autor tentou fazer foi claramente a construção de uma imagem de destruição de todos os valores morais do cristianismo nessa sociedade comunista, bom deixar claro, imaginada por ele. Mais uma vez o apelo ao medo foi fundamental para a construção de seus argumentos.

O caminho seria de desespero, onde os oficiais seriam mortos pelos soldados, haveria estupros em massa, as moças seriam arrancadas dos lares, das escolas, o trabalho seria paralisado, a riqueza dos abastados seria roubada e dividida, os templos seriam destruídos, os crentes seriam mortos, imolados e servidos a Lênin, e por fim o fuzilamento de crianças. Este foi evidentemente um texto de forte teor emocional, onde o autor buscou trabalhar com sentimentos de profundo terror potencial em uma sociedade onde a maioria das pessoas ainda era analfabeta e a circulação de informações, extremamente precária. A utilização desse tipo de informação falsa não era novidade, pois o método já vinha sendo adotado desde muito no

Brasil, onde os integralistas, em especial, haviam se tornando verdadeiros especialistas no assunto. Suas histórias se tornavam mais chocantes a cada vez que eram contadas, ganhando contornos cada vez mais apocalípticos para a sociedade que se deixasse seduzir pelas ideias do comunismo (A OFFENSIVA, 6/5/1936).

Assim, o articulista argumentou que, ao saber de todos esses elementos, o povo brasileiro se tornaria um inimigo do comunismo, pois não desejaria esse fim para sua pátria. Mas isto não seria suficiente para abalar o moral dos comunistas, já que contariam com o apoio da imprensa, supostamente próxima de seus interesses, e de muitos elementos infiltrados na capital. Para barrar estes propósitos somente a força da nacionalidade seria suficiente, onde os verdadeiros amantes da sua civilização, da sua religião e da sua família uniriam forças aos movimentos nacionalistas para expulsar o perigo comunista. Novamente o trajeto do discurso teve um objetivo: a construção de um cenário de histeria, o medo despertado e a apresentação da única solução possível para o problema, que obviamente seria a união de forças ao redor do movimento integralista. Na França, esse despertar já estaria ocorrendo, onde Pétain teria recorrido aos nacionalistas ao redor do movimento da Cruz de Fogo, já estando prontos para dar uma resposta aos “judeus”. Quanto à Espanha, mantinha a resistência ativa contra o suposto intervencionismo. No caso brasileiro, um detalhe: o governo saberia manter-se, como vinha fazendo, à altura da missão de conservar o comunismo longe. Interessante aspecto de elogio de Vargas, que a essa altura dos acontecimentos já tinha mandado fechar a Aliança Nacional Libertadora, mas praticamente não incomodava o integralismo.

Mas apesar desse elogio a Vargas, Madeira de Freitas lembrou que somente o integralismo havia alertado dos perigos do comunismo desde 1932, e que graças aos seus esforços inúmeros brasileiros tinham sido imunizados contra “o vírus de Moscou” (A OFFENSIVA, 6/5/1936, p.2). Esse seria inclusive o motivo pelo qual o governo teria tido amplo apoio da população ante a virulenta repressão aos comunistas rebelados em 1935, pois os alertas do integralismo teriam sido suficientes para deixar em alerta a população e a violência estatal contra a esquerda não ser alvo de melindres. Assim, os integralistas seriam a vanguarda dessa luta contra a ameaça estrangeira, e disponibilizariam “um milhão e meio” de pessoas para lutar contra “esses inimigos originais da civilização cristã” (A OFFENSIVA, 6/5/1936, p.2).

Esta frase que encerrou o editorial foi carregada de significados. Apesar de sua constante tentativa de passar uma imagem moderada do movimento, onde não existiram problemas em relação a presença das mais diferentes etnias no seu interior, a AIB não

abandonou suas raízes antissemitas. De Plínio Salgado às mais diferentes vozes que possuíam algum espaço de fala no interior da organização, não existiu espaço para a tolerância com os judeus. Esses inimigos do cristianismo não seriam de fato os comunistas, pois seu movimento na época tinha aproximadamente cem anos. Sua referência clara foi ao judaísmo, considerado por eles o grande precursor e agente financiador de comunistas e liberais contra a civilização cristã. Apesar da memória construída ao longo das últimas décadas não associar diretamente o integralismo ao antissemitismo, quanto mais de perto analisamos o discurso do cotidiano do movimento, mais fica claro o quanto este era um elemento fundamental para a adesão de seus correligionários. Muitos trabalhos historiográficos levaram em consideração depoimentos e motivações reveladas após o holocausto, o que claramente modificou para sempre a perspectiva dos movimentos fascistas no mundo todo, onde praticamente ninguém desejava se aproximar da memória dos campos de concentração nazistas. Mas ao analisar friamente a documentação da época fica límpido o quanto era basilar esse sentimento de ódio aos judeus, e o quanto ele perpassava todas as camadas da hierarquia integralista, sendo a ideia de um movimento nacionalista mais tolerante que seus congêneres europeus, uma clara e evidente falácia.

Dois dias depois, outro editorial que tratou de um dos assuntos selecionados por nós para análise, dessa vez a tomada de Addis Abeba pelas tropas fascistas italianas na guerra contra a Etiópia. Assinado por Plínio Salgado, o texto seguiu na linha que o Chefe Nacional vinha adotando anteriormente a respeito da guerra ítalo-etíope: reconhecimento da força italiana, mas ressalvas quanto à incapacidade europeia de evitar um conflito. Assim, ao mesmo tempo que demonstrou admiração pela suposta recuperação italiana, que havia sido de nação humilhada na Primeira Guerra Mundial, passava a ser novamente uma força de conquista sob a égide do fascismo (A OFFENSIVA, 8/5/1936).

Salgado usou o exemplo desse conflito como uma evidência da falência do concerto das nações na forma como se desenvolvera até aquele momento. Além do episódio citado, a invasão da Manchúria pelo Japão, a questão do Chaco na América do Sul, seriam sintomas de que a Sociedade das Nações estava relegada ao ostracismo, e que o ordenamento jurídico internacional não contemplava mais a realidade dos povos. A crítica nesse sentido seria dirigida ao liberalismo, que do ponto de vista integralista se mostraria mais uma vez como um fracasso. Seria então necessário construir uma nova ordem mundial, pautada fora da ordem liberal. E para começo de conversa sobre como seria esse novo programa internacional, seria necessário abandonar as teses de Rui Barbosa, e mudar drasticamente a perspectiva.

“Precisamos mudar de leitura, e ler, por exemplo, o livro de Hitler, ‘Minha luta’” (A OFFENSIVA, 8/5/1936, p.2).

O livro do líder alemão, segundo a leitura de Salgado, fazia a defesa da possibilidade de nações mais fortes expandirem suas conquistas para resolverem o problema do excesso populacional. Esse seria, segundo Salgado, o principal problema que levaria a Itália para o conflito. Sob essa perspectiva, portanto, o Brasil deveria estar preocupado com as novas e velhas formas de interferência estrangeira nos países mais frágeis, onde via no caso brasileiro um grave problema pela sua extensão e população concentrada em locais litorâneos, deixando despovoadas regiões que poderiam despertar o interesse de estrangeiros, a exemplo da “Fordlândia”, área comprada pelo empresário Henry Ford no Pará. Esses perigos viriam de todos os lados, desde um suposto separatismo insuflado dentro do país pelos britânicos até a tentativa de anexação de todo o território brasileiro por parte dos russos.

Assim, a obra de Hitler não funcionaria como exemplo, mas como alerta para uma nova forma de organização civilizacional que teria nascido após o fim da Primeira Guerra Mundial, e que caberia aos portadores das novidades implementar. O papel do Brasil nessa nova forma de se organizar as nações seria preponderante, contrariando o espírito derrotista constante em boa parte da classe política brasileira, acostumada a ver o Brasil como uma nação sem maior importância na política internacional. Salgado se dirigiu aos “fortes, másculos, enérgicos”, que empunhavam a camisa verde e que seriam os responsáveis por criar – ou despertar - o sentimento de força dentro da nação brasileira (A OFFENSIVA, 8/5/1936, p.2).

Assim, uma convocação foi realizada, dirigida àqueles que de alguma forma ainda se sentiam tocados pelo espírito da nacionalidade, que se uniam aos integralistas nesse esforço de espantar os perigos – reais ou imaginários – que se avizinhavam do Brasil, e que poderiam até vir de eventuais aliados ideológicos, como a Alemanha de Hitler.

Em 13 de maio de 1936, o editorial de Plínio Salgado repercutiu um discurso do Papa Pio XI sobre o comunismo, em que o mesmo colocou a doutrina marxista como um inimigo em comum a ser combatido pelo mundo. A postura anticomunista de vários setores da Igreja Católica já vinha se manifestando desde o início do século e havia se intensificado após a vitória da revolução bolchevique na Rússia, e as ligações de Salgado com o catolicismo explicam a razão do autor ecoar essa postura vinda de Roma.

Seu artigo iniciou com a colocação de que Roma havia falado. E como uma demonstração de diferença entre os impérios humanos que já haviam passado pela região, deixou claro que, desta vez, quem havia falado não era a Roma do fascismo ou dos céares,



mas sim a Roma do cristianismo, e que isso demonstrava o quão grave era a situação. Salgado chamou a atenção para o fato do Papa chamar o comunismo de “inimigo comum”, ou seja, sua interpretação foi de que não deveria mais haver distinções internas entre os anticomunistas, já que, supostamente, os comunistas eram uma ameaça para todos aqueles que acreditavam em um Deus e faziam dele a base da sua organização social. A tática para tal ameaça seria a mesma já denunciada pela AIB, onde os comunistas se infiltrariam nos governos, na imprensa e em partes estratégicas de cada país para que pudesse realizar a sua dominação de forma sorrateira. Ou seja, a fala de Pio XI apenas reforçou a paranoia anticomunista que os integralistas propagavam constantemente Brasil afora (A OFFENSIVA, 13/5/1936, p.2).

O apelo de Pio XI, ainda segundo Salgado, se dirigia a todos os cristãos, não só os católicos, mas principalmente aos franceses e espanhóis, que naquele momento passariam por perigos maiores da infiltração comunista. Embora o artigo de Salgado citasse apenas duas palavras do discurso de Pio XI (“inimigo comum”), o chefe nacional se colocou como porta-voz da vontade do Papa, atacando católicos e não católicos que se recusavam a colaborar na luta contra esse tal “inimigo comum”, o que nos parece ser um claro recado aos setores da Igreja Católica que não se aliaram ao integralismo e defendiam uma certa distância das questões políticas (A OFFENSIVA, 13/5/1936, p.2).

A palavra de Sua Santidade seria um apelo universal para reforçar os laços de solidariedade e fraternidade, mas não para mitigar desigualdades ou diminuir a miséria, mas sim para esse suposto combate que se avizinhava e que todos deveriam estar prontos para fazer parte. Roma então teria falado num momento em que a tristeza e a melancolia tomavam conta das nações, mas sua voz aparecia como que para reacender o “amor patriótico” e os “impulsos do brio humano” (A OFFENSIVA, 13/5/1936, p.2). Interessante notar como, embora na teoria, o cristianismo seja uma religião universal, sem fronteiras nacionais, na visão de Salgado o despertar seria “patriótico”.

No fim do mês, os movimentos fascistas pelo mundo afora voltaram a ser assunto no editorial de *A Offensiva*. Com o título de “Distinções”, Salgado fez uma espécie de cartilha para o integralista saber diferenciar o movimento do qual fazia parte dos outros semelhantes na Alemanha, na Itália e na França. Essa diferença fundamental que Salgado dizia existir se dava pelas características históricas diferentes, pois no Brasil não se processaram problemas tão graves quanto nesses países.

A começar pelo nazismo, Salgado diferenciou o movimento que teria origens no nacionalismo alemão e que propagava ideias de superioridade racial, onde as ideias teriam

frutificado num ambiente destruído pela Primeira Guerra Mundial e seriam repletas de reflexões baseadas em Nietzsche e no materialismo, algo considerado negativo pelo chefe nacional. Entretanto, Salgado não considerou suas reflexões como censura ao movimento, que segundo ele teve a virtude de “salvar a Europa de avalanche bolchevista” e abriu os olhos do continente “para o perigo de um internacionalismo implacável, que é o internacionalismo das finanças semitas (A OFFENSIVA, 24/5/1936, p.2).

Com relação ao caso italiano, Salgado foi bem mais elogioso, pois considerou o processo latino com um caráter mais programado e que obedeceu a um certo rigor metodológico, buscando maiores mudanças de fato na sociedade, não apenas racionalizando as mesmas operações praticadas anteriormente, crítica tecida ao nazismo. A virtude de Mussolini seria seu respeito aos “grupos naturais” e à “personalidade humana”, o que evitaria uma suposta coletivização que os alemães não conseguiram bloquear (A OFFENSIVA, 24/5/1936, p.2). A “Revolução corporativa” teria respeitado seu tempo correto e estaria de fato modificando a face da sociedade italiana, o que permitiria a consolidação do novo Império Romano com a ocupação da Abissínia (A OFFENSIVA, 24/5/1936, p.2).

Por fim, o movimento “Cruz de fogo”, e a “Ação Francesa”, ambos da França. Quanto aos primeiros, Salgado reconheceu sua importância pela denúncia contra a esquerda em geral, mas falou de um certo vazio filosófico, onde não existia um programa de governo ou um plano geral de mudanças. Quanto aos últimos, sua crítica se dirigiu a um suposto tradicionalismo monarquista, que se apegaria mais às tradições nacionais do que o próprio nazismo. Para Salgado, sua falha estaria em tentar reproduzir na modernidade os aspectos da Idade Média, o que segundo ele seria um contrassenso (A OFFENSIVA, 24/5/1936, p.2).

Essa distinção foi fundamental para o movimento, que bem observado por Vasconcelos (1977), era uma questão essencial dentro do integralismo: a relação entre seu nacionalismo e sua identidade fascista. Se afirmar como diferente era parte da estratégia para evitar a pecha de mimético.

Em 27 de maio de 1936, o assunto das perseguições empreendidas contra os integralistas voltou à tona, pois já de algum tempo ocorriam eventos em que governos estaduais ou mesmo de cidades, proibiam manifestações da AIB baseados na Lei de Segurança Nacional, onde os integralistas se enquadrariam, a depender da interpretação, em um movimento extremista. No caso específico deste editorial, Santa Catarina era o alvo das críticas de Plínio Salgado devido ao seu suposto tratamento intolerante a seus partidários. Segundo o autor, toda essa perseguição se daria justamente pelo sucesso empreendido pela

AIB, o que causaria a fúria dos inimigos, daqueles que não desejariam ver o Brasil como uma grande potência.

Entretanto, aparentemente, esse não é um tema dos escolhidos por nós entre os mais relevantes para a discussão neste trabalho, mas ao lermos o tipo de comparação feita por Salgado, cremos que sua relevância é indiscutível: o Chefe Nacional comparou o tratamento dispensado aos integralistas com o mesmo dado aos nazistas. De acordo com o texto, os integralistas estariam proibidos de desfilar no estado, ao passo que os nazistas poderiam manter todas as suas atividades livremente, o que causou enorme revolta em Salgado.

De acordo com sua leitura, o grande benefício trazido pelo integralismo aos descendentes de alemães que se juntavam ao Sigma, era sua assimilação aos hábitos e costumes brasileiros, “pois os governos até então os consideravam como alemães, enquanto os alemães os olhavam desconfiados, como brasileiros” (A OFFENSIVA, 27/5/1936, p.2). O integralismo não seria uma ameaça, e sim um auxiliar na efetivação da absorção dos colonos, o que seria mais um motivo para a revolta do autor. O resultado dessa postura por parte do governo catarinense seria desastroso, pois empurrava os descendentes de alemães para o nazismo, devido ao descrédito em que cairia a classe política brasileira mediante atitude tão descabida.

Porém, sua atitude não foi de revanchismo com os nazistas. Sua ideia foi de cerrar fileiras com os nazistas na defesa do cristianismo, contra o bolchevismo e o capital internacional. Simbolicamente, escreveu que Sigma e Suástica poderiam colaborar. Essa colaboração, no entanto, deveria respeitar um princípio: brasileiros no integralismo, alemães no nazismo. A ideia do integralista seria evitar a disputa entre o público brasileiro com os nazistas, mas que estaria sendo promovida pelo governo de Santa Catarina. Assim, sua preocupação não se dava apenas com uma possível penetração nazista no Brasil, se é que esta existia, mas sim com a disputa do público brasileiro descendente dos colonos alemães. Esta disputa serviria para um duplo propósito: tanto marcar posição na cooptação dos teuto-brasileiros, que receberam vários elogios por sua organização, quanto mostrar a diferença entre os dois movimentos, elemento fundamental da sua retórica.

Demarcadas as principais fases em que o jornal foi publicado, consideramos que os elementos mais caros a nossa pesquisa foram levantados neste capítulo, uma vez que toda a primeira parte – de acordo com a divisão seguida por SIMÕES (2011) – foi analisada, aquela considerada mais doutrinária, e os primeiros meses da segunda parte, igualmente foram considerados, por mais que tenha implicado uma dificuldade bem superior, haja vista a profusão de materiais de um jornal diário. Sua análise pormenorizada seria assunto de uma

tese de doutorado exclusiva para tal empreendimento, o que não é nossa intenção, já que nossa proposta é a de fazer o diálogo entre as diferentes formas de produzir conteúdo da AIB: livros, jornais e entrevistas para a grande imprensa.

Assim, considerando o espaço e o tempo possíveis, concluímos que as questões doutrinárias foram tratadas e ainda ampliamos a análise para outros assuntos importantes no pensamento integralista, como a relação com outros movimentos fascistas, a educação, as datas comemorativas e o comunismo, considerado pelos integralistas o principal inimigo de seu partido. O caráter didático e simplificado de seu discurso ficou patente, em detrimento das reflexões filosóficas e históricas presentes na literatura integralista. A busca por um constante estado de excitação da militância através do pânico é elemento marcante nesta modalidade midiática.

#### 4 O INTEGRALISMO NA GRANDE IMPRENSA: AS ENTREVISTAS

Uma pesquisa que utiliza a imprensa como fonte deve estar atenta ao fato da mesma possuir um duplo caráter na História: ao mesmo tempo em que a utilizamos como instrumento para analisar determinados momentos históricos, ela pode também ser o próprio objeto de estudo de uma pesquisa. Em nosso caso, optamos por analisar os posicionamentos presentes na imprensa de um grupo político autoritário e nacionalista, que atuou no cenário político brasileiro – legalmente - por aproximadamente seis anos, a Ação Integralista Brasileira (AIB). Ou seja, para nós, a imprensa é um *locus* privilegiado de estudo por mostrar uma faceta com menores chances de censura prévia por parte dos militantes da AIB. Os estudos mais consagrados sobre a AIB se situaram em dois campos bem específicos: a imprensa integralista e as obras integralistas. Em ambos os casos a possibilidade de manipulação do discurso é francamente favorável aos mesmos, tendo a possibilidade de suprimir partes indesejadas de sua ideologia que estariam presentes no cotidiano do movimento.

A imprensa brasileira durante o período analisado – 1932 até 1938 – passou por transformações profundas, tanto do ponto de vista tecnológico, quanto do aumento da especialização de seus recursos humanos, através da profissionalização do jornalismo. Nossa imprensa, se assim considerarmos a produção de um jornal dentro do Brasil, nasceu com a vinda da Família Real no começo do século XIX. De lá até as rotativas de alta tiragem da década de 1960, um longo caminho foi percorrido. Nossa intenção não é a de reconstruir pormenorizadamente todo esse trajeto, na medida em que este capítulo não seria suficiente para tamanho empreendimento. O que desejamos nesse momento do trabalho é mostrar ao leitor uma parte das fontes que serviram de inspiração para a imprensa brasileira no começo do século XX, ao mesmo tempo em que relacionamos as mudanças ocorridas dentro do universo jornalístico com o cenário político brasileiro. Justamente pelo espaço reduzido de um capítulo, e por não ser nosso objetivo principal escrever uma história da imprensa brasileira, nos limitaremos a fazer uma análise cronológica da mesma, começando nosso trajeto com os projetos de imprensa europeus que deram origem à forma de fazer jornais como conhecemos, passando pelas fundações de nossos dois jornais a serem pesquisados – *O Jornal* e o *Correio da Manhã* – e seus subsequentes desenvolvimentos, dando mais ênfase na parte de suas trajetórias que cruzem com nosso recorte temporal.

Ao tocarmos em nossas escolhas de fontes – em nosso caso, os dois jornais a serem analisados e o recorte cronológico – nos vemos levados a explicar tais escolhas. Todo trabalho

histórico se define por alguma escolha que precisa ser feita. A tentativa de empreender uma História universal se mostra totalmente infrutífera pela infinidade de aspectos da vida humana, que em um texto jamais podem ser totalmente explicados. Assim também devemos proceder em relação à escolha de nossas fontes. Por mais que o desejo do historiador resvale na busca de aumentar a quantidade de informações sempre que possível, existe um limite para qualquer empreendimento historiográfico. Em nosso caso, escolhemos analisar os integralistas na imprensa. Os integralistas atuaram de forma organizada entre 1932 e 1938. Assim sendo, nossa escolha coincidiu com a possibilidade da livre participação no jogo político em boa parte da existência da AIB.

Com relação à escolha dos jornais, procuramos analisar aqueles periódicos que de alguma forma se destacaram na importância, seja editorial, ou de tiragem, mas também que tivessem uma longevidade razoável. Levamos em conta também que essas publicações tivessem se mantido entre os principais jornais do Rio de Janeiro – e conseqüentemente, do Brasil – por um período de tempo razoável, por mais que saibamos da dificuldade em se manter um jornal no topo do mundo editorial por muito tempo. Enquanto o *Correio da Manhã* teve atuação muito significativa durante as décadas de 1930 até 1950, *O Jornal* viu sua capacidade de vendas e influência crescer exponencialmente entre 1940 e 1960. Cientes de nossas dificuldades, escolhemos aqueles que de alguma forma demonstraram um poder de influenciar a *opinião pública* de alguma forma, positiva ou negativamente sobre a atuação da AIB. Ao privilegiarmos o Rio de Janeiro como *locus* de nossa pesquisa, pensamos principalmente no fato da cidade ser a capital federal durante o tempo em que nossa pesquisa se desenrola, mas não só isso. Mesmo fora do circuito administrativo, após a inauguração de Brasília, a cidade permaneceu como palco de disputas políticas e principalmente editoriais, haja vista seu peso tanto simbólico, quanto numérico. Quem dominasse o Rio de Janeiro, estaria apto a brigar pelas maiores tiragens e anunciantes do país. Ser o segundo estado mais populoso fazia da antiga capital um palco de constantes disputas entre os jornais.

Tratar do papel da imprensa não é tarefa das mais simples. A depender do ponto de vista adotado, esta pode ser considerada como um organismo autônomo, que proporciona dados e notícias para seus consumidores, ou até mesmo como parte da estrutura estatal de dominação e hegemonia. Para nós, é possível associar a imprensa à tentativa de manipulação da *opinião pública*. E ao citarmos “manipulação”, não nos referimos ao valor pejorativo da palavra, e sim à questão de moldar “o público enquanto portador da opinião pública” (HABERMAS, 2003, p.14). Consideramos a imprensa como um agente da esfera pública, que tem como principal função fazer a comunicação entre o público – portador de uma opinião – e

ele próprio, além dos agentes da classe dominante. Ou seja, a imprensa funciona como parte de um conjunto de instituições – entre outras como o Parlamento e a escola - que trazem a voz da classe dominante à tona para um público mais amplo, ao mesmo tempo em que permite a comunicação do público entre si. Pensando assim, concordamos com Anderson (2008), quando este alega que a consolidação do capitalismo – e conseqüentemente, do modo de pensar burguês – teve na imprensa um agente facilitador, pois ajudava a formar comunidades que falassem a mesma língua e pensassem de forma semelhante.

Benedict Anderson (2008), em sua obra fundadora sobre o surgimento dos Estados Modernos, nos dá a medida da importância da imprensa periódica para essa etapa do capitalismo industrial que se inicia no fim do século XVIII, quando diz que o jornal é o prenúncio da durabilidade das novas mercadorias: um dia. Inspirado em Hegel, ele argumenta que a leitura do jornal passou a fazer parte de uma cerimônia a ser repetida como a oração já havia sido tempos atrás. Esse ritual não fortaleceria somente a homogeneidade matutina da sociedade industrial, mas também funcionaria como um amálgama social de reconhecimento entre os milhões de trabalhadores e proprietários. Todos fazem *uma* oração e muitos deles fazem a *mesma* oração. A lógica capitalista de uniformidade saía das fábricas e chegava ao papel comprado em cada esquina das grandes cidades.

Assim como a circulação de capital, a remessa de informações precisa de uma logística própria e de rapidez condizente com o capitalismo que se instala – na Europa – já a partir do século XVII, se considerarmos o aumento do fluxo de mercadorias e uma nascente manufatura. Dessa forma, a informação passa a fazer parte do jogo de interesses no qual o capital está mergulhado, não por acaso, sendo de responsabilidade das primeiras associações comerciais organizar o fluxo de recebimento e envio de notícias na Europa. “A troca de informações desenvolve-se não só em relação à necessidade do intercâmbio de mercadorias: as próprias notícias se tornam mercadorias” (HABERMAS, 2003, p.35). Para o autor, justamente quando uma parte das informações trocadas pelas associações comerciais passa a ser publicada e vendida, que temos a formação de uma *esfera pública* para ser consumida pelo público e para dela poder participar. É a partir dessa possibilidade que o capitalismo vai se fortalecer dentro do mercado editorial, sendo o principal responsável pela articulação entre imprensa, Estado e sociedade, vista como opinião pública (ANDERSON, 2008).

A transformação essencial que ocorre na imprensa diz respeito ao deslocamento da função da notícia e de seu caráter público. Se num primeiro momento, essa imprensa nascente tinha como únicas funções, a publicação de notícias comerciais, comunicados oficiais e divulgação de debates parlamentares, aos poucos foi possível perceber que a opinião de cada

empresa jornalística faria diferença na forma como seria apresentada – ou *se* seria apresentada – determinada notícia. Foi nesse contexto de transformação que surgiu a figura do redator, o sujeito que teria de dar uma determinada imagem à uma mesma notícia veiculada por outro jornal. Ou seja, a partir da consolidação do capitalismo enquanto sistema dominante, vários aspectos, antes negligenciados como passíveis de gerar riqueza, passam a ser contados como ativos. A colheita do trigo não era a única riqueza, mas também a forma de apresentar a colheita passaria a ser. A notícia deixava de ser monopólio das associações comerciais e chegava ao grande público, logo, se tornava capital.

Durante boa parte do século XIX – e isso vale tanto para a Europa, quanto para o Brasil - a necessidade de gerar lucros através das notícias ainda era considerada uma atividade de segundo plano. Apesar de ocorrer a venda avulsa do jornal, o que gerava retorno financeiro, o primordial ainda permanecia na difusão de notícias e comportamentos de interesse dos donos de jornal. Geralmente esses interesses se confundiam entre pedagógicos, políticos e econômicos. Assim, por mais que o empreendimento jornalístico não possuísse autonomia para sustentar a si próprio, era claro que defendia comportamentos e atitudes que fossem ao encontro a interesses empresariais.

Entretanto, os jornais apenas entraram em seu estágio mais moderno de composição a partir do momento em que abrem espaço para o símbolo do capitalismo dentro da mídia: o anúncio (HABERMAS, 2003). Foi quando o jornal passou a vender uma parte de seu espaço – logo, uma parte do seu *público* – que ele se tornou verdadeiramente uma empresa jornalística. Até então, os três interesses citados – político, pedagógico e econômico – se confundiam e dependendo do momento, cada um poderia ganhar mais espaço. O anúncio dentro do jornal foi o movimento que impulsionou o caráter financeiro do periódico e que deixou cada vez mais para trás a pedagogia e a política, sendo esta última trazida à tona geralmente por mover interesses econômicos do capital que penetrava na mídia.

Mas não só os interesses econômicos privados passaram a ter maior peso: o jornal acaba entrando numa situação em que ele evolui para um empreendimento capitalista, caindo no campo de interesses estranhos à empresa jornalística e que procuram influenciá-la. (HABERMAS, 2003, p.217).

Segundo Habermas (2003), enquanto a imprensa mantinha equilíbrio entre seus interesses, ela foi palco da manifestação de pessoas privadas enquanto *público*. Bastava apenas para o debate possuir a capacidade de articular um discurso. A partir do momento que ela se coloca “à venda”, passa a ser uma instituição de *determinadas* pessoas públicas que



atuam na esfera privada, passando a ser uma espécie de porta-voz de interesses privados na esfera pública.

Não queremos com isso dizer que somente existem motivações econômicas dentro da redação de um jornal, afinal, dentro de uma instituição onde entram em disputa várias formas diferentes de interpretar um fato, seria inocente de nossa parte partir de tal premissa. Questões políticas e ideológicas fazem toda a diferença para a seleção e tratamento de algum acontecimento. Como veremos, em nosso próprio caso, ponderamos que a motivação financeira para um apoio – mesmo que tácito – dado por um jornal à AIB pouco teria a ver com ganhos materiais específicos naquele determinado momento, embora não abandonemos nossa perspectiva de observar o periódico da grande imprensa representando uma certa classe de privilegiados que fala com outra classe, também privilegiada por ser alfabetizada. Para demonstrar tal perspectiva, citemos Darnton (2010):

O poder dos meios de comunicação em moldar os fatos e dar-lhes cobertura foi um fator crucial na Revolução Francesa; quando o jornalismo surgiu pela primeira vez como uma força nos negócios de Estado. Os revolucionários sabiam o que estavam fazendo quando carregavam prelos em seus desfiles cívico, e quando reservaram um dia do calendário revolucionário para comemorar a opinião pública. (DARNTON, 2010, p. 15).

Apesar do exemplo de Darnton (2010) se afastar temporalmente de nosso estudo cronologicamente, fica clara a importância que a imprensa ganhou no Ocidente, principalmente após a Revolução Francesa e como essa passou a se relacionar cada dia mais com a política. Sendo assim, podemos perceber o quanto vai se fortalecendo uma teia de relações entre imprensa, poder político e interesses econômicos. Veremos que quanto mais o tempo avançar para a imprensa, mais esses três elementos irão se confundir e o quanto ela vai se envolver em questões que mobilizam maiores contingentes da população. É uma equação que parece simples: quanto maior o alcance da imprensa devido à sua modernização, maior será o interesse despertado nos partidos e grupos políticos, além dos financeiros. Um movimento que se retroalimenta e que muitas vezes fará confundirem-se jornais, patrocinadores e grupos políticos, quando não estes mesmos atuam como patrocinadores através de matérias pagas, algo comum no jornalismo brasileiro do século XX.

É necessário compreender que a imprensa não relata um episódio tal qual ele aconteceu para entendermos seu papel no jogo político brasileiro da década de 1930. Interesses diversos levam com que jornais publiquem e escondam determinadas notícias o tempo todo. Essa sensibilidade para trabalhar com o tipo de fonte que escolhemos é

fundamental, haja vista que a simples ausência de um fato não implica necessariamente que o jornal o considerou irrelevante: o silêncio da grande imprensa brasileira sobre a campanha presidencial que levou Getúlio Vargas à presidência em 1950 é um exemplo claro disso, onde vários dos grandes jornais de São Paulo e Rio de Janeiro simplesmente ignoraram a presença de Vargas no pleito. Não porque o considerassem fraco candidato e que não merecia cobertura, mas justamente pelo contrário, para tentar enfraquecer sua imagem (WAINER, 2000). A comparação do jornal como uma “coletânea de relatos” que Darnton (2010) faz é límpida nesse sentido. A posição do diretor, do editor e dos repórteres não é homogênea, e vários sentidos vão sendo dados na construção de uma matéria. Desde o relato vivo de uma reportagem acompanhada de perto até às preferências editoriais e de relações existentes entre o jornal e um grupo, servem para moldar um texto que será exposto no dia seguinte. Portanto, nada mais ingênuo do que acreditar na ideia de total isenção da imprensa; ela é depositária de interesses pessoais e corporativos, portadora de inúmeros egos que tentam imprimir a sua marca a cada edição que sai para as bancas.

Todas essas disputas, entretanto, não impedem que exista uma certa identificação entre o jornal e seu leitor. Para Darnton (2010), inclusive, existe uma marca de cada seção dentro do jornal, não apenas uma que represente o jornal inteiro. Assim sendo, o jornal – ou a seção – vai construindo uma espécie de *pacto* com o leitor que consome a informação. Vejamos: “Se o emissor da mensagem é um repórter de Cidades, ele filtra suas ideias entre os grupos de referência e função na seção de Cidades, antes de entregá-las ao ‘público’” (DARNTON, 2010). Assim, o leitor vai construindo uma identificação entre aquele periódico e suas ideias, o que reforça nosso argumento da inexistência da isenção na imprensa. Conforme cada leitor adquiria o *Correio da Manhã*, construía a sua identidade com a referência do “jornal de opinião”. Por exemplo, perceberemos que se qualquer sujeito buscasse notícias críticas à ação da AIB, deveria comprar o *Correio*. Essa identificação não surge do vazio, nem com notícias do dia-a-dia em que a neutralidade ganha mais espaço. Se constrói a partir de editoriais, reportagens políticas, até a oitiva de testemunhas contrárias ao grupo numa “simples” reportagem policial. A famosa história de Darnton (2010) e a imaginária garotinha de 12 anos que deve conseguir ler qualquer parte do jornal, para se ter certeza que o mesmo será palatável para todos os gostos, nos faz pensar que no cotidiano das redações, a garotinha deve ter gostos bem específicos e alinhados com o *pacto* leitor-jornal. Em nosso exemplo do *Correio*, seria uma garotinha bem contrária a Plínio Salgado.

#### 4.1 A imprensa no Brasil

A imprensa brasileira pode ter seu nascimento considerado como o ano de 1808, graças à chegada da Família Real Portuguesa e a vinda de material para impressão de um jornal que circularia logo no começo do século XIX, a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Não recuaremos tanto no tempo para explicar as origens da imprensa periódica. Para nós, o mais importante é nos situarmos na etapa da evolução tecnológica que permitiu um aumento considerável da tiragem dos jornais e que se descolava do caráter artesanal, para o industrial, através de mudanças na “área de abrangência, distribuição, tiragens e aproximações dos padrões e das características peculiares de uma sociedade burguesa” (SILVA, 2009, n.p). Segundo o autor, o que irá proporcionar essa mudança do artesanato para a empresa será a chegada de novas tecnologias, não só para produção dos jornais, mas também para a melhoria das comunicações, o que levou às primeiras tiragens de 50 mil exemplares. Essa análise se baseia na perspectiva marxista de Nelson Werneck Sodré (2011). Outra possibilidade seria a de considerar a mudança fundamental no caráter da imprensa, menos na mudança artesão/empresário e mais nas questões técnicas de produção, tais como utilização de fotografias, paginação e outras novidades que surgem entre as décadas de 1880 e 1930, ponto de vista observado por Bahia (2009). Ambas as vertentes podem ser consideradas, e assim o serão mais adiante, mas nossa linha será pautada mais próxima das posições de Sodré. Em parte, isso se explica por vermos como a partir da década de 1930 - quando o Brasil já estava mergulhando no processo de industrialização - o processo de concorrência entre os jornais trouxe a reboque as inovações que fizeram a imprensa bem próxima de como a conhecemos hoje. A disputa pela preferência entre os leitores e, conseqüentemente, pela simpatia dos anunciantes iria nortear as inovações tecnológicas trazidas para o Brasil, principalmente dos EUA.

Essa inspiração no modelo estadunidense não se deu apenas na paginação e na estrutura do jornal, mas também na penetração de capitais advindos do imperialismo, que, se não poderiam ser investidos diretamente na imprensa devido à legislação vigente, teria muita facilidade em influenciar editores e donos de jornais com vultuosas somas de publicidade (SILVA, 2009). Nosso recorte se insere justamente nesse momento de abandono do jornal polêmico, com funções “pedagógicas”, e vai se tornando cada vez mais uma empresa atada aos capitais que cruzam suas folhas e aos favores governamentais. A concorrência foi o grande motor dessa mudança, que pautou novas formas de se produzir jornal e que derrotou

projetos não só entre os jornais, mas também dentro deles. Apesar de uma suposta homogeneidade que ocorre dentro de um jornal, para que seja possível contemplar os diferentes matizes ideológicos no mesmo folheto de algumas páginas, sabemos que a *grande imprensa* precisou adotar uma linha que não contrariasse os ditames do governo Vargas. Ou seja, a lógica liberal foi vitoriosa no projeto de construção dos grandes jornais, uma ótica que se posicionava a favor da “ordem” e contra os “extremismos”, defendendo a manutenção do *status quo* (SILVA, 2009). A imprensa teve uma importância gigantesca nessa construção de uma identidade nacional “ordeira”, “passiva”, “cordial”, onde a proximidade entre homens públicos e jornalistas fará toda a diferença na formação de uma *comunidade imaginada* brasileira que atenda aos interesses das classes dominantes. O jornal teve o papel de *tentar* uniformizar as noções liberais e democráticas brasileiras.

Podemos situar como o momento de grande avanço no campo jornalístico, a década de 1930. A partir da industrialização, iniciada após a chegada de Vargas ao poder, houve a possibilidade de uma produção em larga escala de jornais, e principalmente, a formação de um público consumidor. O projeto de aumento da participação política dos trabalhadores adotado por Vargas, ainda que excludente (GOMES, 2005), beneficiou milhões de brasileiros, e acabou por impulsionar a formação de uma *opinião pública*, enquanto cidadãos que veem nos jornais projetos políticos que se alinham ou não com sua visão de sociedade. Dessa forma, Assis Chateaubriand e Paulo Bittencourt teriam mais a agradecer ao governo federal do que simplesmente os subsídios estatais e a facilitação na compra de papel. É a partir da urbanização do país que podemos ter de fato um *público*, um grupo de pessoas que consome notícias e tem a capacidade de interferir politicamente na sociedade.

Uma das grandes lutas desses jornalistas, que se viam mais atuantes na política e na sociedade, era a da profissionalização da sua atividade. Esse debate se arrastou por várias décadas – e ainda se arrasta – sem uma conclusão definitiva. Se o sujeito pode ser considerado jornalista por ser um bom escritor e trabalhar em um jornal, ou produzir boas matérias para a TV. A problemática sobre o que seria de fato um jornalista é muito ampla, mas para nós, o que importa nessa discussão é que ela vai ganhar força justamente quando a possibilidade de interferir na *opinião pública* se expande exponencialmente. Os projetos de alfabetização colocados em prática pelo governo Vargas – e curiosamente também pela AIB - irão fazer com que haja um aumento da demanda por informação e, conseqüentemente, a preocupação com quem deveria ser responsável por abastecer esse mercado que surgia.

Um das primeiras medidas para tanto foi a instalação de cursos superiores em jornalismo. A expectativa era formar jovens que dentro de alguns anos pudessem já estar à

frente das redações dos jornais mais importantes do Brasil, substituindo paulatinamente o amadorismo proveniente do século XIX. Em maio de 1938, o governo federal assinou o Decreto-lei 421, que regulava o estabelecimento de instituições de ensino superior públicas e privadas, entre eles, o de jornalismo. No mesmo ano, desta vez em novembro, a União se encarregou de tratar especificamente da profissão jornalista, e através do decreto-lei 910, junto aos governos estaduais, passou a regular e sistematizar as escolas de preparação para os novos jornalistas. Teoricamente, todos os futuros profissionais que quisessem ingressar na carreira jornalística, deveriam possuir inscrição no “Registro da Profissão Jornalística” e, somente depois desse registro, poderiam ter algum vínculo com um periódico (SILVA, 2009). Dissemos “teoricamente”, pois o tal registro nunca saiu do papel. É interessante o esforço existente por parte do governo federal em sistematizar a profissão, e para nós, não é coincidência que essas leis tenham sido aprovadas alguns meses depois do golpe do Estado Novo. Além de melhorar o produto final da informação, é possível perceber um esforço por parte de Vargas em aumentar o controle sobre as atividades da imprensa. O que viria a ser consagrado com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), já criava raízes antes mesmo de sua criação, em 1939. Ao compararmos esse tipo de medida com aquelas que foram adotadas para os trabalhadores urbanos em geral, constatamos uma certa similaridade: benefícios e regulamentação, mas em contrapartida, controle e cooptação. Tudo bem aos moldes do que já vinha sendo feito (GOMES, 2005).

No que diz respeito à liberdade de imprensa, a regulamentação mais importante ainda durante o chamado “governo provisório”, em 14 de julho de 1934, quando da assinatura do Decreto-lei 24.776, que previa livre circulação de ideias nos jornais, sem necessidade de censura prévia, existindo somente a possibilidade de responsabilização criminal nos casos em que houvesse excesso por parte das reportagens. Apesar disso, a lei continha alguns elementos que serviriam para controlar a atividade jornalística mais de perto, tais como a proibição do anonimato nas matérias e o registro de todo o maquinário responsável pela impressão diante do Estado. Quanto à parte criminal, a publicação de notícias falsas, o incitamento ao crime, e atentados à moral e aos bons costumes poderiam resultar em punições para o autor do artigo, mas também para o editor e o dono do jornal. Soma-se a isso a obrigatoriedade de publicação do corpo editorial e da diretoria nas páginas do jornal, além da localização das máquinas que imprimiram o mesmo. Por fim, a possibilidade do direito de resposta nas mesmas proporções da matéria que tivesse ofendido a terceiros, sob pena de imputação criminal nos casos em que esse direito fosse negado. Ou seja, por mais que os anseios da classe jornalística passassem

por um reconhecimento e profissionalização de sua profissão, invariavelmente esta estaria ligada a uma maior possibilidade de controle do Estado sobre suas atividades (SILVA, 2009).

O controle estatal não se dava apenas através desses cadastros ou da possibilidade de enquadramento no Código Penal. Esse se dava também pelos subsídios na compra do papel para a impressão do jornal. Como esse insumo vinha importado da América do Norte ou da Europa necessitava, além da superação de toda a burocracia aduaneira, de quantias bastante consideráveis de recursos públicos para sua aquisição. Não era uma operação simples comprar o papel que ganharia vida nas páginas do dia seguinte, o que acarretava uma relação muitas vezes promíscua entre os donos de jornais e o governo federal. Um dos maiores exemplos disso foi o relacionamento, no mínimo inusitado, entre Assis Chateaubriand e Vargas. De inimigos declarados passavam a aliados ocasionais em questão de semanas, em caso de necessidade de uma cobertura favorável para o presidente, ou da compra de mais papel para a cadeia *Diários Associados*. Esse processo não se limitou a esse personagem, mas a todos os proprietários da grande imprensa, um seleto clube que mantinha uma proximidade invejável com as esferas do poder.

#### 4.2 A grande imprensa

Falar da chamada “grande imprensa” requer alguns cuidados, pois esse é um conceito muito vago, que pode trazer problemas. Na definição de Luca (2012, p.149), significa “o conjunto de títulos, que num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro”. Ou seja, nosso capítulo se concentra na “grande imprensa”, haja vista que os jornais escolhidos fazem parte desse grupo que domina a vendagem e o prestígio entre a maioria da população leitora. Invariavelmente essa perspectiva do que seria a “grande imprensa” passa pela possibilidade da inversão de uma soma de capitais bastante considerável, afinal segundo a própria autora, toda a aparelhagem técnica e a distribuição e logística eram extremamente caras. Sendo assim, nosso universo de possibilidades já se estreita para a escolha das fontes, uma vez que poucos periódicos brasileiros atingiam os patamares do que podemos chamar de “grande imprensa”.

Os jornais selecionados para nossa pesquisa foram dois dos maiores diários em circulação durante boa parte do século XX. Enquanto o *Correio da Manhã* na década de 1930

já era um tradicional periódico da cidade, *O Jornal* iniciava sua ascendência meteórica como líder da cadeia dos *Diários Associados*. Esses jornais influenciaram a vida política brasileira por mais de cinquenta anos de diferentes formas. Faremos um resumo de suas trajetórias até a década de 1930.

Fundado em 1901, por Edmundo Régis Bittencourt, o *Correio* tinha como seu principal *slogan*, ser um “jornal de opinião”. Essa postura tentava se construir por exemplo em seu artigo de apresentação:

A praxe de quantos até hoje têm proposto pleitear no jornalismo nosso a causa do direito e das liberdades populares, tem sido sempre a firmação antecipada, ao público, da mais completa neutralidade. Em bom senso sabe o povo que essa norma de neutralidade que certa imprensa tem por costume carimbar-se é puro estratagem para, mais a gosto e a jeito, poder ser parcial e mercenária. Jornal que se propõe a defender a causa do povo não pode ser, de forma alguma, jornal neutro. Há de ser, forçosamente, jornal de opinião. (CORREIO DA MANHÃ, 1901 apud SODRÉ, 2011.)

Supostamente livre de acordos com políticos e empresários, seria desenvolvido como um jornal que poderia polemizar com qualquer grupo político. Segundo Sodré (2011), seu surgimento foi uma possibilidade de quebrar a cadeia de constantes elogios ao governo federal. Seu redator-chefe era Leão Veloso Filho, e entre seus colaboradores contavam-se renomados intelectuais, como José Veríssimo, Artur Azevedo e Coelho Neto. Durante os primeiros anos de sua existência, o *Correio* teve uma linha editorial bem próxima das camadas populares, e embora recebendo vultuosas quantias da prefeitura do Distrito Federal para publicar suas leis e decretos, mantinha um compromisso com as causas dos menos favorecidos (BARBOSA, 2007). Isso ficava claramente caracterizado quando observamos a possibilidade do envio de queixas sobre serviços públicos de má qualidade ou mesmo da extorsão de servidores contra comerciantes na capital. A coluna “Pelos Subúrbios” fazia fama pela sua preocupação com assuntos caros às camadas populares moradoras distantes do Centro. “Reclamações” recebia cartas pelo serviço postal ou mesmo pessoalmente e dava voz às queixas contra as autoridades. Para Sodré (2011), o *Correio* nasceu e se desenvolveu como um periódico da pequena burguesia, e que por estar esta classe mais próxima dos trabalhadores, abriu espaço para sua voz, calada nos jornais tradicionais.

Seu pioneirismo se deu também nos aspectos técnicos, pois já em 1902, iniciaram a publicação de fotos no jornal, em sua capa e interior, assim como sua seção de anúncios também foi uma das primeiras a circular em grandes proporções, trazendo nessa mesma página o resultado do “jogo do bicho”, outra marca da aproximação com as classes populares.

Sua transformação em jornal informativo ocorreu aos poucos, mas se acelerou com o fechamento da redação por quase um mês diante das críticas ao governo de Campos Sales. O jornal opinativo foi dando lugar ao folhetim moderno. As reportagens ficaram mais extensas, as críticas literárias mais esvaziadas e aos poucos o domingo foi sendo o dia ideal para a parte cultural, enquanto a semana foi dominada pelo noticiário do país e do mundo. Os contos rápidos de Artur Azevedo, conselhos gramaticais, tudo isso foi passando para segundo plano. A implantação de um serviço telegráfico exclusivo para aumentar a velocidade na chegada das notícias exemplificava essa mudança na forma de se fazer o jornal (BARBOSA, 2007).

Ao mesmo tempo que assumiu um estilo mais informativo, o sensacionalismo passou a fazer parte de suas páginas. Páginas policiais e relatos de tragédias que antes ocupavam espaço secundário, passaram para a primeira página e deram o tom do jornal nos primeiros anos de século XX. A revolta contra a vacinação obrigatória foi amplamente coberta pelo jornal, que aproveitou o momento para aumentar a carga de críticas ao governo federal e a seus métodos de aplicação da injeção. A imagem ganhou força. A fotografia passou não apenas a ilustrar e contextualizar a notícia, mas a ser um “retrato fiel” da tragédia, fosse através do flagrante nos acidentes ou mesmo na exposição de assassino e vítima. O jornal se aproximava cada vez mais do que seria um folhetim popular, mostrando o cotidiano violento da cidade e custando pouco, numa estratégia de conquista de um público mais amplo. Nessa primeira década custou 100 réis o exemplar, o preço de uma passagem de bonde, mais convidativo do que outros jornais da cidade, e graças a isso conseguiu a expansão de sua publicação, passando de três mil para trinta mil exemplares na sua primeira década de existência, de 1901 a 1910. Já nessa década era um dos jornais com maior circulação na cidade. Segundo Barbosa (2007), o *Correio* correspondia a um quinto da circulação de jornais na cidade, na companhia de outros grandes jornais, como *Jornal do Brasil*, *Jornal do Commercio*, *O Paiz* e a *Gazeta de Notícias*. Na década de 1920 essa tiragem aumentou ainda mais, chegando aos quarenta mil exemplares por dia, saindo de impressoras modernas importadas da Europa e dos EUA.

Esse aumento da tiragem não passou despercebido na crítica dos próprios jornalistas, que passaram a ver o *Correio* como o maior jornal do Rio de Janeiro, alcançando um público vasto e que, a partir de sua posição de “neutralidade”, foi dando ao jornal uma espécie de aura de imparcialidade, daquele que se colocaria sempre ao lado da justiça. Seu próprio *slogan* serviu para reforçar esse ideal. Com a chegada dos novos tempos de impulso ao consumo na década de 1920, os jornais brasileiros entraram em um novo patamar, liderados pelo seletivo grupo dos folhetins que imprimiam milhares de exemplares por dia. Novas rotativas chegaram



importadas direto das fábricas – ao contrário das compras de máquinas usadas, ainda na década de 1910 – e a assinatura de contratos com agências de notícias europeias e estadunidenses colocaram a imprensa brasileira – com o *Correio* entre seus líderes – no circuito internacional, consumindo e produzindo notícias (BARBOSA, 2007). Juntamente com esse desenvolvimento técnico, vemos a novidade da impressão de várias edições no mesmo dia, para poder cobrir todas as notícias que, com o aumento da velocidade, chegavam num tempo mais rápido do que somente uma edição poderia contemplar. Era o momento das edições matutinas e vespertinas (LUCA, 2012).

Enquanto isso, a política no Rio de Janeiro era conturbada, o governo Hermes da Fonseca perseguia editores e donos de jornais que se mantivessem contra os ditames do governo. A participação do *Correio* na Campanha Civilista, que lançou o nome de Rui Barbosa à presidência, lhe custou muito caro. Já em 1912, Edmundo Bittencourt era preso durante a vigência do estado de sítio (SODRÉ, 2011). Outro episódio polêmico envolvendo o *Correio* na Primeira República foram as cartas falsas atribuídas a Arthur Bernardes. Novamente o jornal de Edmundo Bittencourt estava no meio de um furacão político que abriu uma cisão importante entre as oligarquias que controlavam o país. Novamente a cadeia foi sua casa por alguns dias. O papel de franca oposição do jornal parecia funcionar perfeitamente, aos poucos foi uma das instituições que mais contribuiu para o desgaste do modelo oligárquico do começo do século XX. Não satisfeito, o *Correio* ainda protagonizou o “caso do colar”. Em troca de uma joia para sua esposa, Epitácio Pessoa suspenderia restrições aduaneiras à exportação do açúcar que ele mesmo tinha imposto. Nova problemática e, mais uma vez, o *Correio* como principal produtor da notícia, o que servia para consolidar sua posição de jornal independente e que não se calava mesmo na oposição. Sua circulação chegou a ser suspensa por quase um ano, de agosto de 1924 até maio de 1925. Quando retornou à ativa, por uma ordem judicial, sua liberdade estava vigiada, pois no despacho o juiz deixara claro que autorizava o retorno da circulação, mas com todas as matérias aprovadas pela censura prévia governamental. Sua salvação, segundo Sodré (2011), veio pela intensa cobertura dos debates parlamentares, algo novo para a época e que atraiu o público num período em que poucas notícias poderiam ser veiculadas livremente. O *Correio* ia entrando para a História como um jornal de resistência. Esses fatos serviram para aumentar seu prestígio e conseqüentemente, sua vendagem.

Com esse processo de aumento do consumo e da produção de jornais, a profissionalização e especificação das atividades jornalísticas passou à ordem do dia, e cada vez mais o jornal foi valorizado pela sua objetividade frente aos fatos. Por mais que o *Correio*

nunca tenha deixado de lado a sua vocação para opinar, era necessário que essa opinião estivesse subordinada a supostas imparcialidade e neutralidade que caracterizariam esses jornais da modernidade. A ideia era transmitir a “verdade dos fatos”, jargão comum na época. Este processo não se deu sem conflitos, principalmente devido a particularidades da própria sociedade brasileira, onde o poder político esteve desde sempre profundamente atrelado à imprensa. Se destacar de uma vez dessa posição não seria tarefa fácil, até mesmo impossível (LUCA, 2012).

Com a chegada de década de 1930, novos ares pareciam tomar a imprensa. A fatídica campanha que envolveu Vargas e Júlio Prestes foi apoiada pelo *Correio* – assim como por *O Jornal*. Estava claro que Edmundo Bittencourt não era querido pela fração dominante que estava no poder e que indicava o candidato do Partido Republicano Paulista. Naturalmente, o seu periódico se aproximava da Aliança Liberal de Vargas (SODRÉ, 2011). Seu apoio lhe rendeu o destaque de um sobrevivente da velha ordem, mas esse clima amistoso não duraria por muito tempo. Ainda que fosse sintomático, o fato de seu jornal sobreviver à onda de depredações realizadas com a vitória da Revolução, essa lua de mel não duraria para sempre (BAHIA, 2009). A instabilidade do novo governo e a sua adoção de práticas semelhantes às da Primeira República – a censura, principalmente – serviria para minar as bases de apoio que uniam governo e jornal (LUCA, 2012). A divisão dos antigos apoiadores em dois novos grupos – aqueles que exigiam a convocação imediata de uma Assembleia Constituinte e os que defendiam a manutenção do estado de exceção – e que redundou no movimento constitucionalista de 1932 foi o capítulo final dessa união tranquila. Entretanto, a grande mudança que chegou na década de 1930 foi o desenvolvimento da imprensa em bases empresariais. Sua formação se deveu muito ao processo de urbanização e industrialização característico dessa época. A velocidade da notícia e a sua objetividade iriam aumentar e muito.

Esse jornalismo objetivo serviu bem aos desígnios do governo Vargas, na sua tentativa de centralização do poder iniciada em 1930 e consagrada em 1937, pois quanto mais a opinião ficava relegada ao segundo plano, menos críticas seriam dirigidas para seu projeto de industrialização autoritário. Assim, conforme a década de 1930 avançava, a fala do leitor foi sendo cada vez mais silenciada dentro dos jornais, abrindo espaço para a chegada da fala do Estado, agora dialogando diretamente com essa nova classe trabalhadora que consumia a informação (BARBOSA, 2007).

Esta era uma via de mão dupla, pois na mesma proporção em que a opinião dos jornais foi sendo esquecida, acumularam-se as vantagens auferidas por esses periódicos quando o

assunto era poder econômico. Dos grandes subsídios de papel para impressão até os mais simples expedientes, como a dispensa dos jornalistas do pagamento de imposto de renda, várias estratégias foram adotadas para cooptar essa grande imprensa para o projeto varguista. Aqueles que não se sujeitaram, sofreram as consequências cabíveis: do fim dos favores ao puro e simples empastelamento. Se pensarmos na profusão de folhetins que existia no Rio de Janeiro antes do processo de centralização político-econômica varguista, e o quadro de poucas opções nas bancas que foi alcançado depois de alguns anos, é notório que esse processo não se limitou somente à administração estatal. O próprio caráter do tipo de desenvolvimento econômico planejado por Vargas dificilmente tenderia para outro resultado: a concentração de capitais nas indústrias não traria efeitos somente no processo produtivo de mercadorias. A mídia impressa passaria pelas mesmas transformações. É totalmente esperado que no desenvolvimento capitalista ocorresse esse processo de centralização, seja em qual área da sociedade fosse (LÊNIN, 2007). O capital tende a se concentrar nas mãos de poucos, e isso vale tanto para uma fábrica de salsichas quanto para as redações de jornais espalhados pelo Brasil afora. Juntamente com isso, a vida dos jornais de oposição se tornou quase impossível, sem os favores governamentais: manter um jornal era uma tarefa inglória. Ou seja, Vargas poderia sufocar a voz dos opositores sem sequer precisar se valer dos tradicionais expedientes da censura e do empastelamento. Por um processo de “sufocamento” financeiro era possível reduzir a quantidade de jornais. Para Sodré (2011), esse foi um movimento que se alimentou: na medida em que os capitais se concentraram, os recursos governamentais afunilaram; com a formação de uma imprensa de massa, o Estado passou a operar com mais facilidade na comunicação com a *opinião pública*. Era um ciclo, que com o passar do tempo, tendia a afastar a imprensa artesanal e combativa.

Um exemplo claro dessa mudança se deu a partir da divisão do trabalho dentro dos jornais. Com o aumento da variedade de assuntos tratados, foi necessário um maior investimento em mão de obra qualificada. Alimentar diferentes públicos exigia a contratação de funcionários que se especializariam em determinados assuntos, afinal a época em que o dono do jornal tratava de qualquer aspecto das notícias ia ficando para trás. Esportes, economia, artes, notícias internacionais, passavam a ficar sob a responsabilidade de diferentes redatores, o que causou mudanças não só no conteúdo dos jornais e na sua própria apresentação, como fez com que surgisse um gargalo de onde somente os periódicos que pudessem bancar uma folha salarial alta pudessem passar. O *Correio* foi um deles (LUCA, 2012).

É fácil constatar, assim, o poder de que dispõem as grandes empresas que lidam com o jornal, a revista, o rádio, a televisão. A época das grandes corporações que manipulam a opinião, conduz preferências, mobilizam os sentimentos. Campanhas gigantescas, preparadas meticulosamente, arrasam reputações, impõem notoriedades, derrubam governos. (SODRÉ, 2011, p. 568).

Era o momento de construção da figura do grande “barão do jornal”. Um pequeno e seleto grupo de donos de periódicos que trafegavam livremente pelas esferas do poder, e que se aproveitavam da sua posição de quase exclusividade para auferirem vantagens extraordinárias. Assim, a partir da assunção de Edmundo Bittencourt na direção do jornal, ocorreu um movimento de afastamento das demandas da classe trabalhadora, e o *Correio* se tornou cada vez mais um jornal de elite. Ao finalizarmos nossa imersão nas práticas do *Correio*, ilustramos a capacidade de manobra desses jornalistas que se tornaram grandes empresários.

Paulo, que herdara o jornal de seu pai, Edmundo Bittencourt, era um homem que como poucos poderia influenciar a opinião pública no Brasil, e como não seria diferente dos poderosos de sua época, possuía muitos caprichos. Samuel Wainer, que trabalhou tanto com Bittencourt quanto com Chateaubriand, ilustrou dois casos que mostraram bem o tamanho da influência que os donos da imprensa carioca possuíam na primeira metade do século XX. Conta Wainer que Paulo Bittencourt apaixonou-se por Niomar Moniz Sodré, e que esta, sendo casada, não poderia viver legalmente com o novo marido. A cada recepção de hotel, a cada reserva de restaurantes, um novo constrangimento para o casal que possuía sobrenomes diferentes. Bittencourt teria se utilizado de sua influência junto ao Ministério das Relações Exteriores, que emitiu um novo passaporte para a mulher, com o nome de Niomar Moniz Sodré Bittencourt. Resolvido o primeiro problema. O segundo problema seria a guarda do filho de Niomar, abandonado por ela e na guarda do pai. Paulo Bittencourt novamente recorreu a seus amigos e chegou ao nome de Benjamin Vargas, irmão do presidente da República. Impedido de atuar de qualquer forma legal, devido ao abandono do menor pela mãe, Benjamin interveio na questão, aos moldes da polícia política de Vargas: sequestrou o pai da criança, ex-marido de Niomar, o espancou e o obrigou a entregar o filho a Bittencourt. Resolvido o segundo problema (WAINER, 2000).

Com relação à análise técnica do jornal, constatamos 2137 edições no período analisado, também com a particularidade de não haver publicação do jornal às segundas-feiras. Registramos 1211 ocorrências com as palavras-chave “integralista” e “integralismo”.

Nosso outro periódico pesquisado se trata de *O Jornal*. Fundado em 1919, por Renato Toledo Lopes, seu nome é fruto de uma provocação dos antigos patrões de Toledo Lopes,

donos do *Jornal do Commercio*, que era popularmente chamado de “o jornal”, por ser o mais famoso da cidade. Em seus primórdios, contava com uma linguagem rebuscada e com a colaboração de nomes de peso na época, como Sérgio Buarque de Holanda e Alceu Amoroso Lima. Embora tenha nascido com a ideia de ser oposição a um dos maiores e mais tradicionais jornais do país – com circulação até hoje –, *O Jornal* não obteve grande destaque desde sua fundação e até mesmo nos momentos iniciais depois da compra por Chateaubriand. Esteve à margem do sucesso experimentado por outros jornais de grande circulação, mas sobreviveu, muito graças ao talento e à capacidade de construir alianças de seu dono.

Era o início da maior cadeia midiática da América Latina, que chegou a contar com 31 jornais diários, três revistas, 23 emissoras de rádio, treze de televisão e uma agência de notícias. Depois da atuação de Chateaubriand, a imprensa não foi mais a mesma. Sua ambição e capacidade de tecer relações de amizade e poder marcou profundamente a história da mídia brasileira. Atuou nos ramos de aviação, indústria química – principalmente no ramo de fertilizantes –, e até nas artes, com o incentivo à criação de museus pelo país. Cruzou mesmo as fronteiras nacionais com a publicação da revista *Cruzeiro* numa edição latino-americana (BAHIA, 2009). Transformou em obsessão a manutenção da unidade nacional, como que assombrado pelo fantasma do divisionismo tão presente no Brasil Imperial. Sua cadeia de veículos de imprensa foi reflexo dessa questão, da sua tentativa enérgica de centralizar notícias e a cultura brasileiras. O comunismo, o regionalismo e o cosmopolitismo exacerbados foram problemas basilares a serem combatidos nessa trajetória que, por vezes, tinha um caráter mítico. Com todas as contradições que lhe eram peculiares, se posicionava como nacionalista, e defendia a entrada do capital estrangeiro e criticava o que chamava de *nativismo agressivo*. Para superar o fantasma do divisionismo, apenas muita energia e, principalmente, velocidade nas comunicações, e isso foi o que deu o tom na construção da cadeia dos *Diários Associados*, com *O Jornal* à frente (WAINBERG, 1997).

*O Jornal* pode ser considerado um herdeiro do *Correio da Manhã*, já que Assis Chateaubriand já havia trabalhado no jornal de Edmundo Bittencourt como correspondente europeu. Germanófilo que era, sua ideia era passar uma temporada em Berlim para entrevistar alguns veteranos da Primeira Guerra Mundial. A repercussão dos seus artigos foi muito boa, e isso o credenciou como uma das promessas do jornalismo carioca, nessa nova etapa da imprensa brasileira (MORAIS, 2011). Embora já possuísse algum prestígio, lhe faltava o capital suficiente para a aquisição de um jornal para si. A compra dos equipamentos e do nome do jornal em 1924 por Chateaubriand foi avalizada por Júlio de Mesquita, proprietário do *Estado de São Paulo*. Após um vultuoso empréstimo concedido por um amigo do patriarca

da família Mesquita, Chateaubriand poderia iniciar sua carreira com um jornal próprio. Essa seria uma tarefa difícil, pois penetrar no clube dos jornais já estabelecidos era algo muito raro.

Foi a partir de sua aquisição por Chateaubriand que *O Jornal* ganhou nova roupagem, mais moderna e de acordo com o desenvolvimento econômico da empresa capitalista de mídia. Dentre os destaques que o jornal teve na sua trajetória, temos a entrevista com Luís Carlos Prestes, logo após o fim de sua Coluna. Chateaubriand – anticomunista - entrava para posteridade com essa entrevista com uma dose de ironia (Sodré, 2011). Sua promessa era combater as más práticas da imprensa e trazer renovação a partir do cotejamento de reportagens produzidas pelo próprio periódico, com notícias vindas das agências internacionais. As grandes reportagens seriam uma marca sua e do seu jornal (WAINBERG, 1997).

No período analisado foram publicadas 1861 edições do jornal, com 1050 ocorrências nas buscas com as palavras-chave “integralismo” e “integralista”. *O Jornal* neste período não era publicado às segundas-feiras e variava de tamanho indo de 8 até 42 páginas nos números pesquisados.

Entretanto, a dificuldade que existia poderia ser mais facilmente transposta com a ajuda de todos os amigos influentes que fizera no Sudeste enquanto foi jornalista e, principalmente, advogado, defendendo com ardor a penetração do capital estrangeiro na economia brasileira e a empresa Light, da qual foi defensor nos tribunais. Como dizia Chateaubriand, as “classes conservadoras” precisavam de um jornal que falasse por elas, e ele estava disposto a dar essa voz. Ainda sem ser dono de absolutamente nenhuma parte de *O Jornal* capitalizou milhares de contos de réis com empresários que “compraram” partes da sociedade anônima que nunca fundou. Chateaubriand inaugurava ali o método que seria sua marca: solicitar o investimento de algum abastado em troca de apoio político no jornal ou simplesmente pela ameaça da destruição de sua reputação. Seus métodos só ganharam força com o desenvolvimento do periódico (MORAIS, 2011). Segundo o próprio dizia, mais importante do que dinheiro era o crédito, este era o bem mais valioso para um industrial - assim Chateaubriand se considerava (WAINBERG, 1997).

Nomes de grande importância da política e da literatura do Brasil faziam parte da redação de *O Jornal*. Além dos já citados, temos Capistrano de Abreu, Miguel Couto, Humberto de Campos, Monteiro Lobato, entre outros. Era uma equipe bastante considerável e com um alto custo de folha salarial, o que parecia não preocupar demais o novo dono. Defensor de um discurso de modernização empresarial na imprensa, e grande símbolo do mesmo, buscou implementar mudanças significativas na composição da arrecadação do

jornal, tentando depender menos das verbas governamentais e da venda avulsa, e buscando patrocínios através dos anúncios que já eram comuns na Europa e nos EUA. Advogava a transformação da imprensa brasileira olhando como exemplo a Inglaterra, que tanto admirava. Sua obsessão era tanta, que contratou um americano para chefiar a parte de anúncios de seu jornal. Fitz Gibbon, era um dos cérebros do *New York American*, um dos grandes jornais daquela cidade. A ideia era transformar radicalmente o pensamento do empresariado brasileiro sobre a propaganda impressa e falada:

O senhor vem para o Brasil para me ajudar a acabar com o jornalismo doutrinário, contemporâneo do século passado. Com sua ajuda, quero estabelecer métodos norte-americanos de vender mercadorias por intermédio da imprensa diária. Vamos impor aos magazines novas formas de fazer seus anúncios. Quem não vier atrás de nós vai morrer de fome, seu Gibbon. (MORAIS, 2011, p.124).

A ideia de construir um modelo de jornal que revolucionasse a imprensa brasileira acabava por algumas vezes causar certa confusão para um leitor desavisado, pois na expectativa de um caráter cosmopolita às suas páginas, Chateaubriand trazia à tona discordâncias homéricas num mesmo mês. Publicava textos de Trotsky, e nas semanas seguintes, Mussolini e Franco (MORAIS, 2011). Conforme o tempo ia passando, Chateaubriand iria formar sua mentalidade anticomunista e o espaço dedicado ao Exército Vermelho não teria a mesma simpatia que teve seu líder, logo nos primeiros anos de *O Jornal*. Como veremos, a extrema-direita atrairia muito mais do que a extrema-esquerda. Os artigos publicados por Plínio Salgado em suas páginas não deixavam muitas dúvidas.

Em 1925, ainda tentando encontrar uma identidade para si, *O Jornal* passou de 20 para 24 páginas em sua edição diária, e se dividiu em dois cadernos, sendo o segundo, colorido e impresso nas máquinas modernas do argentino *La Nación*. Essas e outras tentativas foram feitas com a intenção de deixar para trás os jornais mais tradicionais. A cobertura dada à Coluna Prestes serviu como grande impulsionadora desse projeto de tornar o jornal um grande concorrente para os periódicos já estabelecidos. O envio de um correspondente diretamente para as batalhas, o general Nestor Sezefredo dos Passos, causou rebuliço na imprensa carioca. Não satisfeito, Chateaubriand lançou uma subscrição pública para o envio de dinheiro para a Coluna, algo que Irineu Marinho, com *A Noite*, e Edmundo Bittencourt, com o *Correio da Manhã* seguiram. Enfim, o dono de *O Jornal* conseguia sair na frente de seus concorrentes e – principalmente – sentir o gosto de vê-los copiar sua atitude. A entrevista exclusiva que Prestes viria a dar a *O Jornal* o colocaria de vez no rol dos grandes do Rio de Janeiro. Nem tanto em

vendagem, pois já possuía uma razoável produção, mas principalmente em influência política (SODRÉ, 2011).

Já no fim da década de 1920, *O Jornal* contava com uma venda diária de aproximadamente quarenta mil exemplares, sendo três mil desses, através de assinaturas. Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, como os grandes responsáveis pelas mesmas. Seu prestígio crescia na mesma medida em que os negócios de seus anunciantes prosperavam, com entrevistas de comerciantes que duplicaram suas vendas após os anúncios nas suas páginas. *O Jornal* realmente parecia não estar mudando somente a sua forma, mas de toda a imprensa brasileira, que em algum momento também adotaria os anúncios como principal forma de auferir lucros. Outro elemento que fez crescer o prestígio de *O Jornal*, foi o concurso de Miss Brasil. Inaugurado por *A Noite* - jornal de Irineu Marinho - mas com uma dinâmica pouco atrativa, que fez com que o concurso durasse nada menos que dois anos, foi impulsionado por *O Jornal*. Com uma velocidade muito maior, promoveu o concurso de forma anual e viu o interesse do público crescer enormemente (MORAIS, 2011). Passo a passo, *O Jornal* ia conquistando seu espaço.

Não satisfeito com o impacto positivo que sua cobertura exclusiva sobre a Coluna Prestes tinha rendido a *O Jornal*, Chateaubriand aproveitou-se da liberdade usufruída durante o início do governo Washington Luís e iniciou duas campanhas em prol do movimento armado, que tanto deu dor de cabeça ao governo federal: uma pela sua anistia, outra pela arrecadação de fundos, dessa vez para a manutenção dos familiares e dos exilados que estavam fora do país, após a deposição das armas feita pelos revoltosos. Entretanto, a anistia reivindicada nunca chegava, o que causava certo desconforto na redação do periódico, na medida em que a campanha parecia um teste para a força política de seu dono em conseguir que o presidente reconhecesse que seu antecessor, Arthur Bernardes, tinha avaliado mal as intenções da Coluna. Os anos se passaram e nenhuma anistia ocorreu, nem da Coluna, nem das outras rebeliões tenentistas que ocorreram na década de 1920. O relacionamento amistoso entre o Catete e *O Jornal* parecia estar com os dias contados. Faltava apenas uma fagulha para explodir. Essa fagulha foi a demissão de Oswaldo Chateaubriand do cargo de procurador da República pelo presidente. De apoiador da situação e com artigos de elogios ao presidente Washington Luís, *O Jornal* passou para o lado oposto e logo chegou para a oposição junto ao homem que viria a ser o pivô de toda a crise que Washington Luís enfrentaria: Getúlio Vargas (MORAIS, 2011).

A partir da confluência de interesses – a derrota da situação – Vargas e *O Jornal* iniciaram um envolvimento que beirava a promiscuidade. O então ministro da fazenda



passava informações sigilosas para o dono do jornal que as publicava na primeira página com o argumento que possuía um repórter secreto bem no coração do governo. Bastidores da política, furos de reportagens e até a notícia de que Vargas seria o candidato da Aliança Liberal saíram primeiro nas páginas de *O Jornal*. Motivado por gratidão ou interesse, Chateaubriand assinava artigos no jornal elogiando Vargas, enquanto tentava a qualquer custo destruir a carreira política do presidente na época. Quando tomou posse no governo do Rio Grande do Sul, *O Jornal* comparou a posse de Vargas a um dos maiores espetáculos da vida política brasileira, fazendo com que uma simples cerimônia monótona fosse transmitida para o público como um sucesso estridente, digno de um verdadeiro estadista (MORAIS, 2011).

Ainda dois anos antes da eleição presidencial, *O Jornal* já prestava apoio impressionante à Aliança Liberal, conclamando uma união nacional em torno da figura de Vargas para a superação das práticas do coronelismo características da Primeira República. Fazendo ligações entre São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, parecia antever todo o movimento que abalaria o Brasil em 1930. Tanto foi assim, que Chateaubriand foi o primeiro a tornar pública a possibilidade de a política do café com leite ser rompida quando pedia a candidatura de um homem do Rio Grande do Sul. Naquele momento, tanto seu dono, quanto toda a cadeia dos Diários Associados estavam totalmente mergulhados na conspiração.

Costurando a aliança entre as oligarquias da Paraíba, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, representadas respectivamente por João Pessoa, Vargas e Antônio Carlos, Chateaubriand conseguiu que o mineiro abdicasse de sua candidatura e abrisse espaço para a chapa Vargas/Pessoa, e com isso *O Jornal* se tornou uma trincheira da Aliança Liberal contra a agonizante tentativa de Washington Luís em manter a política do café com leite através da indicação de Júlio Prestes ao pleito. Em meio ao caos político que tomava conta do ano de 1930, qualquer acontecimento era motivo para serem estampadas críticas em *O Jornal*. Até mesmo a repressão a uma manifestação comunista – em favor da Aliança Liberal – levou Chateaubriand a assinar um editorial acusando o presidente de se comportar como um *tzar* russo. Embora sua antipatia contra o comunismo fosse de longa data, aquela era oportunidade que Chateaubriand não poderia desperdiçar. *O Jornal* ganhava cada vez mais espaço, e caso a Aliança Liberal saísse vitoriosa, seria alavancado a um sucesso inédito (MORAIS, 2011).

A crise de superprodução de 1929 funcionou como excelente combustível para a campanha que seu jornal fazia incessantemente contra a situação, acusando o governador paulista – Júlio Prestes – de deixar à míngua os cafeicultores que tanto haviam colaborado para a manutenção do *status quo* da Primeira República. Além de incompetente, o candidato seria um traidor. Até a legislação trabalhista – ponto nem um pouco caro a Chateaubriand –

entrou nas páginas de *O Jornal* como principal plataforma da campanha aliancista e como promessa a ser cumprida nos primeiros meses após a eleição. A eleição, no entanto, não garantiu a vitória da Aliança Liberal, o que já era de se esperar de um escrutínio aos moldes da Primeira República. Isso não significava, porém, que o movimento estava derrotado, muito pelo contrário. No fim de 1930, *O Jornal* noticiava festivamente a derrubada do governo de Washington Luís e a chegada ao poder através de um golpe, do movimento derrotado nas urnas. Parecia ser a pavimentação do caminho de *O Jornal* para o céu (MORAIS, 2011).

Após o movimento vitorioso de derrubada da Primeira República, os *Diários Associados* – empresa jornalística fundada por Chateaubriand – começaram a mostrar algum distanciamento das atitudes dos novos do poder. Sua atitude intransigente sobre a necessidade de redação de uma nova constituição irritou muitos dos revolucionários de 1930 (MORAIS, 2011). Essa brecha se tornou ainda maior quando estourou o movimento constitucionalista de 1932, onde *O Jornal* se posicionou ao lado dos paulistas e por isso enfrentou sérias dificuldades, chegando ao ponto de ter as oficinas ocupadas (SODRÉ, 2011). O próprio episódio serviu para aumentar a popularidade do jornal, tendo seu proprietário sabido capitalizar a perseguição e a continuidade da publicação como uma mostra de coragem e independência dos favores governamentais. Em meio a todo caos político que envolveu o Brasil nos primeiros anos da década de 1930, ainda houve possibilidade da criação de uma inédita agência de notícias totalmente brasileira, a Meridional. Os *Diários Associados* mostravam cada vez mais sua força como empresa jornalística que expandiria suas ações a todo lugar onde houvesse notícia.

A cisão provocada pela Constituição ainda iria render outros frutos, como uma virulenta campanha anticomunista instituída por *O Jornal* contra os tenentes que tinham mudado suas convicções liberais em direção ao marxismo. Como uma forma de atacar os novos do poder que tinham preterido seu apoio, o jornal desencadeou críticas para ambos os lados. A distribuição de panfletos com textos de Humberto de Campos – não assinados – criticando o comunismo foi considerada um sucesso pela direção do periódico. Assim, *O Jornal* ia construindo seu *pacto* com o leitor. O anticomunismo seria preponderante nesse processo.

Uma testemunha da época e que será importante em nosso trabalho é Samuel Wainer, um dos mais importantes jornalistas do século XX no Brasil. Wainer trabalhou em jornais de grande sucesso, como o próprio *O Jornal*, além de ter sido proprietário do *Última Hora*, periódico que serviu de base de apoio para o segundo governo Vargas. O autor trouxe algumas informações interessantes sobre os jornais pesquisados, tais como a tiragem de 9000 mil

exemplares de *O Jornal*, assim como um breve histórico da vida de Assis Chateaubriand. Em suas memórias, narrou que a situação econômica dos jornais da cadeia *Diários Associados* nunca foi das melhores. Sendo deficitária em sua totalidade, e que segundo o proprietário, esse prejuízo constante era a fórmula ideal para continuar a influenciar os rumos da política do país, uma vez que comprometia acionistas de muito prestígio e poder, que para não verem o jornal ruir, aceitavam favores e chantagens de Chateaubriand, e que quando não atendidos, podiam gerar grandes transtornos, como para o conde Francisco Matarazzo. Segundo o relato de Wainer, ao negar um favor para Chateaubriand, Matarazzo o irritou profundamente, que logo lançou uma notícia em seu jornal, anunciando que as empresas do conde dividiriam metade dos seus lucros com os pobres que comparecessem à sede da empresa em São Paulo. Logicamente o fato causou um grande tumulto, sendo necessária a intervenção da polícia na situação (WAINER, 2000). Chateaubriand sabia como usar sua força.

Segundo o autor, mesmo instituições públicas como o Banco do Brasil não estavam a salvo da influência de Chateaubriand, que buscava sempre que possível a nomeação de pessoas de sua confiança para cargos de responsabilidade dentro da empresa estatal, e uma vez instalado, tiraria proveito de sua posição junto ao diretor. Relatou Wainer ainda, que mesmo a construção do Museu de Arte de São Paulo se deu às custas de extorsões de grandes empresários e banqueiros, que teriam perdido quadros e obras de arte para a coleção do museu. Um desses episódios foi confirmado por Juarez Bahia (2009) quando narrou a “negociação” entre Assis Chateaubriand e José Ermírio de Morais, do grupo Votorantim, onde o primeiro solicitou uma cota de dez milhões de cruzeiros para aquisição de quadros para o MASP, e Morais o negou, dando início a uma forte campanha de desmoralização das empresas Votorantim na cadeia dos *Diários Associados*. Ou seja, talvez melhor do que qualquer outro empresário, Chateaubriand utilizava de seus contatos e amigos para colher benefícios para sua fortuna pessoal.

É interessante relacionar as críticas que Wainer faz com a forma de comentar a imprensa de Juarez Bahia (2009). Wainer nos mostrou como as relações de poder entre imprensa e governo podem ser complexas, cheias de idas e vindas, mas principalmente com maiores favores de ambas as partes, do que com conflitos. Já Bahia passou uma visão um pouco romanceada da imprensa, tratando esta como um dos últimos bastiões da luta pela democracia contra um governo que a censurava e a oprimia, sendo que os relatos que conhecemos relativizam bastante essa posição. Excetuando a pequena história contada que envolvia a Votorantim e os *Diários Associados*, dificilmente Bahia carregou nas críticas como Wainer o fez.

Claro que não devemos tomar o depoimento de nenhum dos dois como verdade absoluta, principalmente se lembrarmos, por exemplo, que a relação entre Wainer e Assis Chateaubriand não era das melhores, mas de qualquer forma é importante buscar testemunhos da época, principalmente aqueles que trazem detalhes tão significativos para a trajetória de *O Jornal* e seu proprietário, principalmente de alguém que esteve tão próximo da direção da cadeia. Isso fica claro, por exemplo, quando Wainer conseguiu convencer Chateaubriand depois de meses a visitar a redação de seu próprio jornal. Ao sair do elevador, era cumprimentado pelos funcionários com Wainer ao seu lado, enquanto os xingava de volta quase sussurrando (WAINER, 2000). De qualquer forma, seja qual for a visão que um tinha do outro, Wainer não deixou de reconhecer a importância de Chateaubriand e de *O Jornal*. Lembrou ele, que foi graças a seus investimentos, que a primeira rotogravura foi importada para o Brasil e foi implantada a primeira emissora de televisão. Mas isso às custas de uma ambição de níveis extravagantes. O interiorano Chateaubriand, com sua capacidade de mobilização política, chegou a embaixador do Brasil na Inglaterra. Nas palavras de Wainer, “um cangaceiro na corte de Sua Majestade” (WAINER, 2000, p.104).

Cada um a sua maneira, *Correio da Manhã* e *O Jornal* pavimentaram sua trajetória de influência na opinião pública, mas com pontos em comum: a proximidade – ainda que tensa – com o poder público e a quase inexistência de limites para seu poder. Dessa forma buscamos demonstrar a importância da imprensa no cenário político nacional e justificar nossas escolhas por esses dois periódicos que marcaram época tanto pelo prestígio, quanto pela técnica. Seus colaboradores estavam entre os mais prestigiados da época, e para nosso intento de observar as manifestações integralistas fora de seu espaço de atuação natural, a sua imprensa, ambos os jornais se mostraram bastante privilegiados. Tanto pela profusão de entrevistas e notícias de líderes integralistas em suas páginas quanto pela possibilidade de analisar o integralismo em uma situação menos confortável que a publicação de seu material pedagógico. Como dissemos anteriormente, a escolha de fontes sempre é pouco democrática, pois nosso espaço e capacidade não permitiria a análise de todos os jornais da grande imprensa, mas consideramos a escolha desses dois como justificada na medida de sua importância, econômica e política.

### 4.3 Correio da Manhã

Nossa principal linha de análise será a das entrevistas concedidas pelas lideranças integralistas nestes dois periódicos, para através destas, destacar como o trabalho de cooptação e doutrinação era feito em situações onde o controle do que era publicado não pertencia diretamente à hierarquia da AIB, muito habituada com um mando significativo sobre o material a ser publicado em seus jornais Brasil afora. Nesse sentido, as entrevistas publicadas são um acervo valioso daquilo que poderia fugir ao controle da AIB, como uma palavra mal colocada ou até mesmo uma frase dita em um momento de grande comoção. Iniciaremos nossa explanação pelo *Correio da Manhã*.

A primeira entrevista cedida para o jornal não foi de seu Chefe Nacional, mas sim de Gustavo Barroso, à época, presidente da Academia Brasileira de Letras. Ao explicar o que seria a AIB, não fugiu do chavão da mesma não ser um partido político tradicional, mas sim um movimento que visava congregar o nacionalismo, sob uma perspectiva integral de sociedade, onde o indivíduo deveria ser respeitado, mas seguindo os interesses da coletividade. O movimento seria a reunião do que existia de bom à esquerda e à direita do espectro político, num movimento totalizante e agregador. O integralismo seria, então, o responsável por agregar os três elementos que fundamentavam a existência humana: o espírito, a razão e a matéria, onde cada um desses reinou solitário durante um certo período de desenvolvimento da humanidade. Apesar de não citar diretamente, Barroso se referiu à ideia constante na literatura integralista das quatro humanidades. O integralismo seria justamente o único capaz de fazer a comunhão entre esses três importantes aspectos da vida humana (CORREIO DA MANHÃ, 27/10/1933).

“Na sua base filosófica, ele é irmão do fascismo italiano, do nazismo alemão, do nacional-sindicalismo português, dos movimentos que se deflagram na Inglaterra, na Irlanda, nos Estados Unidos, na Áustria, na Espanha, etc” (CORREIO DA MANHÃ, 27/10/1933, p.3). Já nesse ponto percebemos a filiação desejada por Barroso, uma aproximação de movimentos que já tinham algum sucesso mundo afora e que, naquele momento, ou ao menos nesta entrevista, não haveria problemas em se relacionar com movimentos fascistas, o que em outras oportunidades, seriam mostrados como diferentes do integralismo e, por vezes, como concorrentes. Por fim, Barroso comentou a saudação integralista, romana, segundo ele, e que mostrava as raízes da latinidade onde a AIB buscava sua inspiração. Curioso notar que o escritor não tratou da palavra “Anauê”, de origem tupi, destacando apenas o gestual oriundo

do Mediterrâneo e herdeiro do Império Romano. Em outra oportunidade, o entrevistado não foi nenhuma liderança integralista, mas um partidário de São Paulo, Christiano das Neves, “dedicado aos estudos de ordem política e social”, segundo descrição do *Correio da Manhã* (11/3/1934, p.5). Apesar de não figurar entre as principais cabeças do movimento, consideramos a entrevista do camisa verde, pelo fato de na época ainda ser pouco o espaço dedicado à AIB. Sua argumentação foi no sentido de diferenciar o integralismo das outras organizações políticas pelo seu caráter nacional, que poderia trazer de volta a tranquilidade social perdida pelo desequilíbrio político presente no país. Esse caráter confuso ainda seria acentuado pela democracia liberal, que segundo sua análise, servia apenas para “mistificar o povo” (CORREIO DA MANHÃ, 11/3/1934, p.5). Sendo assim, somente através da organização corporativa da sociedade, aos moldes do que Mussolini tentava fazer na Itália, poderia trazer a paz desejada. Encerrou sua curta entrevista com uma expressão firme e com pouca margem para dúvidas: “Nossa organização é uma modalidade do Fascismo e do Hitlerismo” (CORREIO DA MANHÃ, 11/3/1934, p.5). Ainda não parece ser uma preocupação da militância trazer a distinção entre o integralismo e seus congêneres da Europa ou, pelo menos, mais distante da censura e do rigor da burocracia integralista; essa distinção não era tão levada a sério como seria em suas publicações oficiais.

Foi somente com quase três anos de existência da AIB, que Plínio Salgado deu uma entrevista exclusiva para o *Correio da Manhã*, sem nenhum impedimento prévio, como perguntas e respostas sendo dadas por escrito, ou apenas o acompanhamento de suas conferências. E o assunto principal não estava relacionado diretamente à doutrina integralista e seus vieses filosóficos, mas algo bem mais materialista: o vencimento dos militares. Passados 20 dias do mês de abril de 1935, Salgado iniciou sua entrevista dizendo estar atento às provocações que os militares estavam passando pelo baixo soldo que recebiam, como a necessidade de ter outro emprego, as dívidas com agiotas e outros infortúnios característicos.

Segundo sua análise, não seria recomendável o aumento puro de impostos, ou mesmo a simples racionalização das despesas, pois provocariam mais sofrimento no povo sem efetuar uma mudança real na economia. A partir disso, trouxe a discussão de onde estaria de fato o dinheiro do povo brasileiro, que pagaria o valor de seus empréstimos várias vezes aos banqueiros estrangeiros. Sua fala foi num sentido de especialização no assunto, como se de fato conhecesse os pormenores da política econômica brasileira e os segredos dos empréstimos contraídos junto aos bancos de fora do Brasil. Obviamente se tratou de uma referência velada aos estudos de Gustavo Barroso sobre esses empréstimos, presentes em algumas publicações de livros.

Sua maior preocupação parecia ser a afirmação de que seria possível reverter a situação de penúria dos militares e de crise econômica “Sem fugir dos estreitos termos da Lei de Segurança Nacional [...]” (CORREIO DA MANHÃ, 20/4/1935, p.3). A LSN já trazia aqui reflexos sobre o que deveria ser falado em um jornal voltado para o grande público. Ou seja, a possibilidade de ser enquadrada como organização extremista, assim como já vinha acontecendo com organizações comunistas na época, provocou uma dosagem de sua fala. Essa mudança fica clara ao percebermos, que em uma conferência integralista noticiada no jornal anteriormente, Salgado havia feito declarações fortes sobre o domínio econômico sofrido pelo Brasil e pela necessidade de enfrentar violentamente a finança internacional. Assim, seu discurso se mostrou muito mais solícito do que antes, por exemplo, ao desejar que o governo federal prestigiasse os integralistas que não estavam desperdiçando seu tempo em festas, mas sim estudando os problemas nacionais, entre os quais a “escravidão a que nos submetem as casas de Londres” (CORREIO DA MANHÃ, 20/4/1935, p.3). A mudança no tom era nítida. O tom era quase de súplica ao mencionar as Forças Armadas, “que não vejam nos integralistas uma organização preparada para competir com o Exército, como insinuem os malvados, que querem dividir-nos [...]” (CORREIO DA MANHÃ, 20/4/1935, p.3). Muito distante dos fuzilamentos prometidos contra os comunistas na conferência anterior, sua fala mostrou a possibilidade de redenção de qualquer pessoa mediante a apresentação da ideia salvadora do integralismo: “Entendemos que todos os homens de todos os partidos são suscetíveis de serem aproveitados no bojo de um grande movimento de ressurreição da pátria” (CORREIO DA MANHÃ, 20/4/1935, p.3). Aqueles que teriam suas contas acertadas por compactuar com o comunismo, ou por simplesmente se absterem da luta, já passaram a ser possíveis colaboradores na obra de reconstrução nacional. Sua entrevista se encerrou conclamando civis e militares para conhecerem a obra de Barroso: *Brasil, colônia de banqueiros*, para que, todos juntos, pudessem construir um Estado nacional forte e que atacasse os problemas econômicos na sua fonte.

Dessa forma, sua argumentação permaneceu presa ao conspiracionismo, onde pouco ou nada poderia ser feito a partir de decisões internas, sem que se pensasse na fixação de toda a liderança integralista: os banqueiros judeus. Mero eufemismo era usado por Salgado ao se referir a “Londres”, “finança internacional”, entre outras expressões. Ao analisar seu pensamento de forma aprofundada e buscando fontes que dialogam entre si, a obsessão era sempre contra os judeus. Ao eliminar sua influência, estariam fadados a desaparecer todos os problemas do Brasil, fossem econômicos ou não.

A questão do enquadramento da AIB como organização extremista, e consequentemente, seu fechamento, como já havia acontecido com a Aliança Nacional Libertadora mobilizava constantemente as atenções das suas lideranças. Mesmo Salgado, que já havia se recusado a conceder entrevistas ao *Correio da Manhã* anteriormente, enviando apenas um comunicado por escrito, no momento de grande tensão acerca do futuro do integralismo pareceu disposto a enfrentar sua antipatia para com o jornal e lhe falou no dia 17 de julho de 1935.

Salgado recorreu aos estatutos da AIB para argumentar que ficava claro em seu documento regulatório, que a violência era vedada como forma de mudança política, ou seja, sua ideia era descolar a imagem de violência que se associava ao integralismo, principalmente pelos conflitos de rua com antifascistas de todo o Brasil. Segundo sua fala, a verdadeira transformação que o Brasil precisava era cultural e espiritual, abandonando qualquer possibilidade de revolta militar (CORREIO DA MANHÃ, 17/7/1935).

Seu raciocínio foi no sentido de que o Manifesto de fundação da AIB era de 1932, e nele, já estariam definidos os princípios pacíficos da atuação integralista antes da Lei de Segurança Nacional que entrou em vigor em 1935. Segundo o autor, caso o Manifesto fosse lançado depois da lei, até se poderiam argumentar que se tratava de uma manobra, mas não era esse o caso. Muito ao contrário, segundo o Chefe Nacional, os próprios homens que haviam promulgado a Lei de Segurança Nacional estavam imbuídos do espírito integralista, numa estratégia que viria a ser usada outras vezes por Salgado, onde insinuava que a vitória do integralismo se dava a partir do reconhecimento de sua validade teórica, por aqueles que estavam no poder, ao assumirem posições que coincidiam com as suas. Ou seja, aqui vemos claramente uma tentativa de aproximação da AIB com o governo Vargas, ou ao menos a tentativa de evitar um choque de interesses. Segundo sua interpretação, desde sua fundação, a AIB buscava apenas a “Paz, Ordem, Autoridade, Disciplina, Unidade Nacional, Concórdia e Harmonia Social” (CORREIO DA MANHÃ, 17/7/1935, p. 3).

Perguntado sobre a milícia integralista, Salgado afirmou que a divisão em formato militar havia tido uma experiência muito mais próxima da religião do que da prática violenta, e que tinha como função retirar da apatia a juventude brasileira, mas de qualquer maneira a mesma havia sido extinta naquele ano por ocasião do II Congresso Nacional Integralista em Petrópolis. Segundo o Chefe Nacional, as milícias foram extintas para “evitar más interpretações dos hermeneutas comunistas que haviam se infiltrado no partido liberal” (CORREIO DA MANHÃ, 17/7/1935, p.3). Mais uma vez, qualquer que fosse o problema,



mesmo que ele não existisse, fosse apenas uma possibilidade, seria obra da conspiração comunista que se infiltrava até em tradicionais partidos.

Sobre o fascismo e o nazismo, Salgado também respondeu na entrevista, novamente afirmando que existiam diferenças fundamentais entre os movimentos, principalmente devido ao passado europeu ser totalmente distinto do nosso, onde “o povo é criança, o país é jovem” (CORREIO DA MANHÃ, 17/7/1935, p.3). Sendo assim, não seria necessária a criação de uma milícia de armas, e sim de almas. Salgado então pensava diferente de Barroso, que explicitou outra opinião sobre os movimentos fascistas estrangeiros no mesmo jornal.

Questionado sobre a pretensão de assumir o poder, Salgado adotou uma postura de desinteresse, afirmando que isto nunca fora sua preocupação, e que os integralistas têm a certeza da vitória, sendo não nesta geração, mas nas próximas. Sua intenção seria conquistar a consciência do povo brasileiro através de três tipos de abordagem: a primeira, mais voltada para o público “culto”, com os livros; a segunda, para os “menos cultos”, com jornais e folhetos; e para os analfabetos, a conversa (CORREIO DA MANHÃ, 17/7/1935, p.3). Estas seriam as únicas aspirações do integralismo. Mesmo no caso de um levante comunista, a única atitude dos integralistas seria a defesa da ordem, “seja ela qual for, ainda que sustentada pelos seus inimigos liberais” (CORREIO DA MANHÃ, 17/7/1935).

Ao tratar especificamente do extremismo, Salgado se defendeu afirmando que o integralismo jamais compactuou com ideias que pudessem assim ser classificadas, pois estariam estabelecidos na Constituição os princípios de ordem pública respeitados pela AIB. Lembrou ainda de um artigo que já havia publicado atacando as ditaduras, onde somente os povos bárbaros poderiam tolerar esse regime de governo, o que não seria o caso do Brasil. Assim, as ideias integralistas estariam de acordo com o que as democracias exigem. Salgado arrematou sua entrevista atacando os partidos regionais e a política tradicional, segundo ele, os grandes responsáveis pelas revoluções malsucedidas no país nos últimos tempos. Os princípios do integralismo, pelo contrário, valorizavam a unidade nacional e seriam os únicos capazes de prevenir revoltas da burguesia ou dos comunistas. Isso seria tão caro a Salgado, que seu lema chegou a se ampliar no último trecho da entrevista, onde além do tradicional “Deus, Pátria e Família”, acrescentou “Unidade Nacional, Propriedade, Harmonia Social, Justiça, Ordem, Dignidade da Pátria” (CORREIO DA MANHÃ, 17/7/1935, p.3).

Ao fim da longa entrevista, percebemos o quão importante foi para Salgado ter o espaço aberto pelo *Correio da Manhã*. Isso já ficava claro, obviamente, pelo abandono das comunicações oficiais em detrimento da entrevista tradicional, onde a possibilidade de respostas desagradáveis e atos falhos era muito maior. Muito provavelmente, o Chefe

Nacional ponderou sobre o alcance de suas palavras em um momento tão tenso para o integralismo, onde a ameaça de fechamento do partido realmente rondou suas cabeças. Sua atitude extremamente moderada falava mais do que qualquer outro elemento presente na entrevista, onde pouco usou palavras agressivas, mesmo para tratar de comunistas e liberais, grupos atacados de forma tão virulenta em sua zona de conforto, literatura, periódicos e congressos da AIB. Sua defesa da ordem contrastava nitidamente com o que produzia para sua própria militância, chegando ao ponto de ampliar os princípios basilares de sua organização para supostamente defender a ordem, mesmo que ao lado de seus inimigos liberais.

A 17 de janeiro de 1936, a possibilidade do uso da camisa verde em plena vigência da Lei de Segurança Nacional era discutida amplamente nos meios políticos em um momento em que vários estados e cidades Brasil afora vinham combatendo os desfiles integralistas e fechando suas sedes regionais. Ao valer-se de mandado de segurança no Tribunal Superior Eleitoral, a AIB havia garantido a possibilidade de uso do uniforme em quaisquer circunstâncias, mas devido a manobras jurídicas de deputados de oposição ao integralismo, o mandado havia caído e o tribunal julgava-se incapacitado para tomar uma medida definitiva, em vista da utilização do uniforme para além da campanha eleitoral. Sobre a queda do mandado, Salgado foi ouvido pelo *Correio da Manhã*.

Sua atitude foi de tranquilidade, mediante o fato de que o tribunal não havia proibido o uso do uniforme, apenas se considerando como instância não competente para o julgamento da ação. Sendo assim, o Chefe Nacional argumentou que não havia ocorrido derrota do integralismo, apenas uma correção técnica do recurso. Sua fala se concentrou, principalmente, em dois aspectos: a suposta defesa da ordem, que o integralismo sempre havia feito, e a proximidade das ideias integralistas com as práticas do governo Vargas, em especial seu elogio à organização da AIB, fala sempre lembrada por Salgado em seus escritos. O que se percebe é uma tentativa de vinculação e normalização das práticas da AIB ao governo central, onde supostamente seus ideais já haviam conquistado as mentes de muitos de seus membros, e a lembrança de que tanto Vargas, quanto os integralistas, estavam unidos numa batalha em comum: “No combate ao comunismo, é certo que nossos interesses fundamentais de integralistas e brasileiros, coincidem com os do governo constitucional e os do exército nacional (CORREIO DA MANHÃ, 17/1/1936, p.2).

Esta frase funcionou no texto como justificativa para negar uma suposta afirmação do relator do processo das camisas verdes, Plínio Casado, que em seu parecer, teria afirmado que a AIB importava armamento da Alemanha. Essa afirmação, vinda de um ministro do TSE, relator do processo, era gravíssima frente aos planos de Plínio Salgado de se manter distante

de polêmicas em relação à sua proximidade com o regime de Hitler. Isso ficou patente com a pronta disponibilidade em ceder entrevista ao periódico, algo difícil de ocorrer, como visto anteriormente. Interessante notar como dentro da burocracia varguista havia forte oposição ao integralismo, ao ponto de uma hipótese tão séria quanto esta ser levantada. Fatos confirmados ou não, o que a entrevista de Salgado demonstrou foi sua estratégia que vinha se delineando desde a aprovação da Lei de Segurança Nacional no ano anterior: para evitar ser enquadrada como organização extremista, a AIB não poupou esforços para colar sua imagem a Vargas e ao ideário dos donos do poder na época.

Pouco se ouviu da voz de Plínio Salgado nos meses subsequentes, repetindo-se a prática de divulgação de notas oficiais, além de muitas matérias com espaços comprados no periódico. O Chefe Nacional só voltou às entrevistas em julho de 1937, quando pelo rádio fez um breve comentário sobre mais um comício integralista desfeito por militantes antifascistas em São Paulo, tal qual vinha ocorrendo nos últimos anos. Fazendo referência aos ataques desferidos por, supostamente, comunistas, Salgado acabou deixando escapar uma dose de antissemitismo, pouco demonstrada em suas notas distribuídas aos jornais. Ao comentar sobre as investigações que recaíam sobre os suspeitos do ataque, revelou: “no bolso do comunista morto foi encontrado um cheque nominal, na importância de 5 contos, emitida em favor de outro judeu ferido no comício” (CORREIO DA MANHÃ, 20/7/1937, p.6). Neste pequeno trecho podemos perceber a equivalência que Salgado fazia entre “judeu” e “comunista”. Ou seja, segundo sua visão não haveria distinção entre os dois grupos, estando ambos na órbita da conspiração contra os interesses do Brasil. Em seu vocabulário não haveria diferença entre “financistas”, “estrangeiros” e tantos adjetivos usados para diminuir seus adversários.

O espaço para a publicação de entrevistas corria sério risco no segundo semestre daquele ano, com os preparativos para o golpe do Estado Novo, arquitetado com a colaboração de integralistas como Olímpio Mourão Filho, criador do falso plano de dominação comunista, o “Plano Cohen”. As raras aparições de Salgado enquanto entrevistado num jornal francamente opositor ao integralismo desapareceram por completo. A entrevista tinha a capacidade de tirar da zona de conforto as lideranças integralistas. Com a ditadura estadonovista, a AIB passava a ser Associação Brasileira de Cultura, e o Brasil passaria a respirar outros ares.

Passemos à análise das entrevistas no outro periódico por nós consultado, *O Jornal*.

#### 4.4 O Jornal

Em novembro de 1933, pouco mais de um ano da fundação da AIB, em uma das primeiras menções ao integralismo em *O Jornal*, temos uma entrevista de Madeira de Freitas, liderança regional no Sudeste, e que trabalhava como editor do periódico, possivelmente um dos grandes elos entre a organização e os *Diários Associados*. Freitas concedeu a entrevista tratando de explicar para o grande público o que seria a organização e seus principais objetivos: “Cumpre notar que, para nós, revolução não é, apenas, um movimento armado, nem uma subversão da ordem pública, nem uma troca elementar de governantes (O JORNAL, 9/11/1933, p.3). “Apenas”, para Madeira de Freitas, significava claramente que estes recursos não seriam os únicos a serem utilizados, mas longe dos mesmos serem descartados. A retórica violenta acompanhou de perto a AIB nos seus primeiros movimentos.

Perguntado sobre a revolução de 1930, Freitas evitou atacar frontalmente seus líderes, mas alegou que o movimento não se tratou de uma revolução, e sim de um rearranjo, mas com todos os benefícios de ter retirado do Brasil as práticas da república entre 1889 e 1930. Esta leitura foi de acordo com o raciocínio que as principais lideranças nacionais já esquadriavam, afinal, muitos de seus correligionários haviam de alguma forma sido ligados ao movimento tenentista e/ou à revolução capitaneada por Vargas. Ao tratar do uso da camisa verde e das acusações de imitação ao movimento de Mussolini, Freitas se defendeu dizendo que este tipo de vestimenta se referia a Garibaldi, não ao *Duce*. Entretanto, não se esquivou da acusação, pois afirmou que, mesmo se imitassem Mussolini, nada de mal haveria, pois este seria um “grande homem”, e a própria humanidade faria uso da imitação como exemplos e lições através das gerações (O JORNAL, 9/11/1933, p.3).

Somente muitos meses depois a palavra de um integralista voltou a estampar as páginas do periódico de Assis Chateaubriand. Ao retornar do Sul do Brasil, Salgado transmitiu as impressões da sua viagem e as perspectivas para o futuro do movimento (O JORNAL, 26/9/1934). Fora os elogios ao próprio movimento, destaca-se o interesse de Salgado em citar o suposto bom recebimento dos integralistas em todos os três estados que compõem a região, citando nominalmente militares, interventores, prefeitos, todos que de alguma forma teriam contribuído para a boa acolhida de sua caravana. Sua aproximação com os poderes constituídos era clara, ao menos na entrevista em que ecoaria suas palavras por um público mais amplo.

Logo a seguir, nos eventos violentos de Bauru, Salgado falou ao telefone com os repórteres de *O Jornal* e, em primeira mão, adiantou as providências a serem tomadas para o transporte do corpo do integralista morto na confusão com antifascistas. Ao relatar o que havia visto, garantiu que a maioria dos atacantes possuía feições estrangeiras, embora não tenha explicado como num país multicultural seria possível identificar essa característica com tanta clareza. De qualquer maneira havia sido sintomática a sua fala rápida, em meio aos acontecimentos, diferentemente do que ocorria com o *Correio da Manhã* (O JORNAL, 4/10/1934).

E naquele mês fatídico para o movimento, onde duas grandes manifestações foram dissolvidas de forma violenta, os acontecimentos da Praça da Sé repercutiram e Salgado recebeu em seu gabinete a reportagem de *O Jornal*. Ao explicar os eventos, alegou que já tinha tomado conhecimento do plano antifascista, e que comunicara à polícia sobre os mesmos, onde teria recebido a garantia de que tudo seria feito para afiançar a segurança do evento, mas sua revolta com a suposta falta de atitude das forças de segurança, mostrou que as medidas foram totalmente ineficazes: “Nossa conversa, porém, que foi transmitida aos comunistas. Mas posso adiantar-lhe que não foi por um integralista” (O JORNAL, 9/10/1934, p.12). Impressiona seu ataque à polícia, onde sugeriu que a mesma teria passado informações privilegiadas para os comunistas. O caráter conspirativo de seu pensamento se mostrou totalmente, pois nem mesmo nas forças que mais perseguiam a esquerda política na época o comunismo estaria ausente.

Tudo teria sido feito com o conhecimento da polícia que, para ele, havia demonstrado total despreparo. Segundo o Chefe Nacional, um inquérito próprio seria instalado e, em breve, revelaria os nomes daqueles que teriam armado os comunistas contra o integralismo. Seu desagrado com a polícia não parecia carecer de nenhuma discrição. Arthur Thompson, chefe da milícia carioca cravou sem nenhuma dúvida: “[...] foi obra dos comunistas com a participação de elementos da própria polícia. Essa é a verdade” (O JORNAL, 9/10/1934, p.12). Este recorte é valioso para nós, pois demonstra uma parte do cotidiano do movimento, sem a censura do departamento de propaganda, sem os cuidados da edição de um texto. Somente a demonstração de revolta das lideranças e dos correligionários, apontando como o movimento se comportaria quando confrontado com a realidade. A frase do camisa verde anônimo entrevistado demonstrou isso: “E o sangue ontem derramado servirá de incentivo para derrarmos mais sangue” (O JORNAL, 9/10/1934, p.12).

No dia seguinte, durante o enterro de um dos integralistas mortos, Salgado retomou a fala, e ouvido pelo periódico, afirmou que os comunistas financiados por banqueiros judeus

eram os grandes responsáveis pelos acontecimentos, e pediu que se instalasse uma guerra contra o judaísmo, representante do anticristo na Terra. Como nossas hipóteses iniciais levantaram, as entrevistas dos integralistas seriam valiosas justamente por esse caráter de imprevisto, onde a emoção toma conta do orador e ele pode revelar sentenças obscurecidas em outros meios, obviamente, que sem a pretensão da entrevista ser a única e melhor fonte histórica.

Findadas as discussões sobre o incidente da Praça da Sé, Salgado retornou a *O Jornal* duas semanas depois para comentar uma entrevista do ministro Góes Monteiro, onde este não demonstrava simpatia pela AIB, o que segundo o periódico era uma surpresa, pois muitos apostavam numa suposta ligação entre o mesmo e os integralistas. Salgado esclareceu que havia gostado da entrevista de Monteiro, pois o mesmo teria afastado o exército de discussões políticas o que, segundo o Chefe Nacional, seria a medida mais correta. Entretanto, lembrou que existiam militares nas fileiras do Sigma, e que estes assim procediam por entenderem a causa do integralismo como superior. Sua entrevista carregava uma contradição: se o general fez certo em garantir o afastamento da sua pessoa em relação ao integralismo, por ser uma questão política, por que os militares que entravam em suas fileiras não o faziam por questões políticas? Seu movimento era considerado como apolítico, quando era interessante circunstancialmente, mas fazer críticas políticas e concorrer às eleições eram atos que deixavam claro suas pretensões. Essa incoerência de Salgado manifestava-se em outras oportunidades, mas sua entrevista deu-nos a oportunidade de analisá-la em um contexto favorável à pesquisa, sob uma linha de raciocínio, e não em publicações ou momentos diferentes (O JORNAL, 23/10/1934).

Esta, aliás, não foi a única vez em que essas duas figuras trocaram ideias sobre o que achavam do integralismo pelas páginas de jornais, principalmente, pelo principal veículo de Chateaubriand, que por sinal foi recebido na casa de Plínio Salgado. As polêmicas ao redor da participação de militares na AIB faziam com que isso fosse frequente. Já em 1935, Góes Monteiro, novamente, comentou sobre o integralismo e foi respondido por Salgado, pedindo ao general que lhe esclarecesse quais seriam os “pontos condenáveis” que o ministro alegou existir na AIB (O JORNAL, 27/1/1935, p.2). Dois pontos se destacaram neste episódio: a facilidade com que *O Jornal* tinha acesso a Plínio Salgado e a importância dada pelo ministro Góes Monteiro à AIB, pois em mais de uma oportunidade tratou da mesma publicamente.

Dois dias depois, *O Jornal* classificou como “graves declarações” a entrevista do Chefe Nacional concedida às suas páginas, tratando justamente do tema da Lei de Segurança Nacional (O JORNAL, 29/1/1935, p.3). Em sua chegada na capital federal, Salgado já havia

atacado o documento através de outros jornais, segundo a reportagem, mas na tentativa de buscar maiores detalhes do pensamento do mesmo, os repórteres do diário foram até a casa de Madeira de Freitas, onde Salgado se encontrava para uma entrevista exclusiva. Sua fala começou com bastante agressividade em relação ao documento: “Os autores e aprovadores desse projeto devem ser banidos, como os primeiros que atentaram contra o atual regime” (O JORNAL, 29/1/1935, p.3). A reportagem ainda atentou para o fato da estranheza das posições de Plínio Salgado pois a lei vinha sendo atacada pelos opositoristas como sendo inspirada pelo fascismo, e por isso deveria, no raciocínio do redator, estar em consonância com os desejos integralistas. Mas isto não ocorrera, já que segundo sua leitura, aquela era uma lei “inspirada pelos capitalistas estrangeiros, que não veem com bons olhos o movimento integralista” (O JORNAL, 29/1/1935, p.3). O raciocínio de Salgado não era absurdo, haja vista que ele temia o caráter “elástico” da lei, que poderia ser usada em qualquer situação para calar vozes dissonantes do governo. O que fugia da realidade era a causa da origem da lei.

Segundo o Chefe Nacional, a lei havia sido elaborada em uma reunião de capitalistas estrangeiros que se encontraram no Brasil com este intuito. Perguntado pela reportagem sobre a origem desses capitalistas estrangeiros, se ingleses ou americanos, Salgado foi enfático em sua resposta: “Americanos e ingleses. Não há distinções entre os imperialismos. Essa história de lutas de imperialistas americanos com ingleses e japoneses é uma balela. Há um imperialismo só, internacional, judaico” (O JORNAL, 29/1/1935, p.3). Segundo o escritor, a lei era uma resposta direta às denúncias feitas por Gustavo Barroso em seu livro *Brasil, colônia de banqueiros*. Salgado assim não economizou acusações aos praticantes do judaísmo e voltou a usar como equivalentes os epítetos de “capitalista” e “judeu”. Assim, ainda segundo a entrevista, o principal atingido seria o integralismo, a força que lutava contra o comunismo, e que por isso mesmo, seria atingida pela lei. Por fim, Salgado iniciou sua campanha de afastar qualquer sombra de extremismo da AIB, lembrando artigos do seu manifesto em que se colocava contra sedições e conspirações, mas foi interrompido pelo anfitrião Madeira de Freitas, que informou ao repórter as várias adesões de militares que ocorreram nos últimos dias ao integralismo. A reportagem se encerrou de maneira dúbia, com um interlocutor acalmando a audiência do jornal, enquanto outro listou com especial importância a participação de militares no movimento. Esse caráter ambíguo se manteria pelos próximos anos, como já vimos.

Em fevereiro do mesmo ano, após uma entrevista de Sampaio Dória, procurador do Tribunal Superior Eleitoral, em que afirmou o integralismo estar dentro do raio de ação da Lei de Segurança Nacional, Plínio Salgado e Miguel Reale estamparam as páginas de *O Jornal*. O

Chefe Nacional manteve a postura consagrada de buscar um entendimento com os poderes constituídos, através do argumento de que a AIB não representava risco para o regime liberal, e que isso ficava claro pela admiração que despertava em figuras relevantes da política e da cultura brasileiras, algo que já havíamos registrado anteriormente. O que se mostrou fora da curva foi o tom usado por Reale, que garantiu que o desembargador iria precisar convencer quatrocentos mil integralistas do seu erro, dentre esses, “cerca de metade do Exército e quase a totalidade da Marinha” (O JORNAL, 20/2/1935, p.3). O que vemos nesse caso são duas posturas diferentes sobre o mesmo assunto, apesar de lideranças integralistas de primeira grandeza. Enquanto Salgado postulava um entendimento com a ordem dominante através da aproximação de figuras importantes da política, Reale parecia buscar outro argumento, mais baseado na força representada por tantos homens armados. Dificilmente esta divisão seria percebida de forma tão clara caso analisássemos somente as fontes integralistas.

Quando do segundo congresso integralista, em março de 1935, o evento ocupou a primeira página do periódico dos *Diários Associados*. Entre informes e programações, espaço para uma pequena entrevista de Plínio Salgado, novamente. O Chefe Nacional reforçou os números de seu movimento, alegando que tinham um aumento significativo onde, na sua fundação, eram quarenta integralistas, e naquele momento do segundo congresso, quatrocentos mil (O JORNAL, 12/3/1935). Ainda segundo o mesmo, uma transformação real do Brasil viria apenas ocorrer quando nos tornássemos uma país de verdade, ao invés das 22 republiquetas dos estados “exauridas pela ganância sem freio do judeu internacional” (O JORNAL, 12/3/1935, p.1).

Novamente, em março, Salgado foi ouvido por *O Jornal* a respeito das discussões sobre a LSN na Câmara dos Deputados, onde a AIB possuía apenas um representante. Suas impressões continuaram a não ser das melhores e seu pessimismo permanecia, onde testemunhava que a emenda para proibição de milícias havia sido aprovada, ao mesmo tempo em que “foi rejeitada a emenda do deputado católico Barreto Campello, que trata da punição aos professores que usarem da cátedra para escarnecer a Deus, à Pátria e à Família” (O JORNAL, 28/3/1935, p.5). Tudo indica que a fixação de Salgado com os professores não era reproduzida somente nas páginas de seus jornais.

E o aumento das tensões entre integralistas e partidários da ANL foi constantemente noticiado pelo periódico, assim como as reações das autoridades integralistas aos ocorridos. Em junho de 1935, uma reunião integralista foi adiada após os camisas verdes considerarem as exigências da polícia como impraticáveis. Estas exigências eram resultado da cautela com possíveis encontros entre as agremiações partidárias, e passavam desde a escolha do local



para a concentração até a determinação de que os integralistas não poderiam transitar em grupos maiores que cinco pessoas (O JORNAL, 15/6/1935). Assim, ao ser questionado sobre o adiamento da reunião integralista, o chefe provincial de São Paulo, Marcel Silva Telles informou que entre outros motivos para o adiamento, estava o receio da falta de capacidade das forças de segurança para gerenciar o ato, “em vista da grande infiltração comunista como é do conhecimento de todos” (O JORNAL, 15/6/1935, p.2). Ou seja, para a chefia local da AIB, a polícia de São Paulo estaria infestada de comunistas, e por isso não seria capaz de oferecer a segurança mínima aos integralistas. Este argumento, que começou a surgir a partir dos eventos de outubro de 1934 na Praça da Sé, é reproduzido adiante, e serviu de justificativa para a espiral do conspiracionismo integralista já tão característico.

Entretanto, esta atitude de ataque às forças de segurança não estava na ordem do dia quando o assunto era a LSN e seus desdobramentos, como as críticas severas ao juramento prestado pelos integralistas que entrariam em conflito com os militares que já haviam feito o mesmo quando do ingresso nas Forças Armadas. Ao comentar sobre a posição oficial da Marinha de condenar o juramento feito por seus militares ao entrarem para a AIB, o discurso de Salgado foi modesto e se colocou como defensor da ordem: “A Ação Integralista Brasileira quer trabalhar dentro da lei [...]” (O JORNAL, 27/6/1935, p.2). Ou seja, como já havíamos observado anteriormente, a perspectiva de ser enquadrado como movimento extremista pela LSN fez com que o discurso de sua principal liderança assumisse tons mais moderados, o que não necessariamente ocorreu com os militantes em geral, como vimos no caso de Marcel Telles acusando a polícia de estar repleta de comunistas.

No último quadrimestre do ano, a AIB voltou às polêmicas após a prisão do coronel Newton Braga, que anunciou publicamente sua adesão ao integralismo, além de fazer propaganda da doutrina, algo que já estava proibido pelas autoridades militares desde a aprovação da LSN. Convém lembrar que o acirramento das posições já se processava desde o fechamento da Aliança Nacional Libertadora, semanas antes (O JORNAL, 5/9/1935).

Para comentar o caso em *O Jornal* foi convidado o integralista Madeira de Freitas, que já havia colaborado com o diário e era próximo da redação, tendo aberto as portas de sua casa para receber os encontros da reportagem com Plínio Salgado, como já registrado por nós. Freitas adotou uma linha comedida em sua fala, alegando que não poderia entender a razão da prisão do coronel, pois a Constituição garantia a livre manifestação do oficial, indo além, argumentando que sequer a conferência realizada - e que iniciara todo o rebuliço - se tratava de política, e sim de difusão cultural. Sua fala foi no sentido de reconhecer que todo o aparato político da AIB era reconhecido pelas autoridades, inclusive pelo presidente, o que denotaria o

caráter ilegal da prisão, prometendo o recurso aos tribunais superiores. Apesar disso, informou que a atitude da AIB para com o fato foi de imediato acatamento da ordem de prisão, haja vista que viera diretamente do ministério da Guerra (O JORNAL, 5/9/1935). Percebemos claramente como a rota de colisão entre a AIB e as autoridades constituídas foi diminuindo seu espaço, onde as principais lideranças evitaram municiar a oposição ao integralismo – que já pedia seu fechamento – com novos argumentos sobre seu caráter extremista. Mesmo a atitude relativamente serena de Freitas não foi unanimidade na AIB, pois no dia seguinte, Plínio Salgado externou seu desconhecimento acerca das declarações do chefe da província da Guanabara – que supostamente prometera processar um general por injúria - e revelou ainda esperar para tomar conhecimento de todo o processo relativo a Newton Braga (O JORNAL, 5/9/1935). O Chefe Nacional “pisava em ovos” naquele momento.

Mas se todo o aparato de censura integralista fazia pairar uma aura de unanimidade e sacralidade dentro do movimento – ao menos na imprensa verde -, os repórteres da grande imprensa tinham como missão justamente furar esse bloqueio uníssono e buscar vozes mais sinceras e quem sabe, discordantes. E foi essa a oportunidade que a reportagem de *O Jornal* teve ao falar com o militante Arthur Thompson Júnior sobre o Congresso Integralista de Cachoeiro do Itapemirim, município do estado do Rio de Janeiro (O JORNAL, 6/11/1935).

Ao buscar a opinião do camisa verde sobre os eventos que levaram ferimentos aos integralistas, o próprio repórter se descreveu como surpreso com a atitude de Thompson Júnior, pois como descrito no trecho, se portava “como quem estava ansioso por desabafar” (O JORNAL, 6/11/1935, p.4). Diferentemente de outras oportunidades em que, com exceção das principais lideranças, pouco se falava nas entrevistas, o militante esclareceu muitos elementos de sua viagem para o jornalista. Mesmo reconhecendo que se Gustavo Barroso já havia dado declarações sobre o congresso já seria o suficiente, o militante não deixou de comentar sobre os fatos. Realmente a impressão de desabafo que o repórter havia se referido parecia fazer sentido.

Já nos primeiros momentos temos uma contrariedade central do discurso oficial, com Thompson Júnior indo de encontro ao afirmado por Plínio Salgado, reiteradas vezes, que em todos os lugares do Brasil os integralistas eram bem recebidos, principalmente no interior, pelo “caboclo”. Vejamos: “O ambiente naquela província, quer dizer, naquele estado, acha-se trabalhado contra nós pelos comunistas, que agem com muita habilidade e conseguiram, efetivamente, criar grande hostilidade” (O JORNAL, 6/11/1935, p.4). Essa afirmação reduziu à mera retórica a boa receptividade alegada pelos líderes integralistas. E Thompson Júnior trouxe exemplo claro disso. Ao relatar a tentativa da sua esposa em entregar algum dinheiro

para os “caipiras” que estavam em uma estação de trem no caminho tomando café, para sua surpresa a receptividade dos nativos não foi boa: “Os caipiras nos voltaram as costas cheios de desprezo [...]” (O JORNAL, 6/11/1935, p.4). Segundo o mesmo, os tais caipiras alegaram que os integralistas só traziam “balas” para a localidade, para matar os moradores. A recepção foi a pior possível.

Porém, a chegada em Cachoeiro do Itapemirim foi ainda mais traumática para o camisa verde. Seu relato indicou que dois grupos foram recepcionar o trem cheio de integralistas: um formado por simpatizantes, outro por opositores, onde se destacava “um negralhão de peito nu, que berrava descabeladamente: ‘viva a URSS’” (O JORNAL, 6/11/1935, p.4). Após isso, o integralista percebeu que entre o público infantil também havia uma clara divisão, onde algumas crianças gritavam “Viva o integralismo” e outras gritavam “Morra” (O JORNAL, 6/11/1935, p.4). Essa entrevista, por mais que não seja do tamanho das grandes falas de Salgado ou de Barroso, nos diz muito sobre o que era o cotidiano de um movimento que despertava paixão e ódio por onde passava, muito ao largo da quase unanimidade propalada nas publicações integralistas. Nota-se claramente, como a própria reportagem o fez, a tristeza nas palavras do camisa verde, suas frustrações e sentimentos humanos, distinto das constantes palavras de ordem de jornais e livros integralistas. Na mesma edição suas palavras contrastaram com a de Gustavo Barroso, que alegou ter tido muito trabalho para conter toda a exaltação da tropa verde, e que por mais que pudesse facilmente se “apoderar” da cidade, isso seria inútil, “pois ainda é muito cedo para a revolução integralista” (O JORNAL, 6/11/1935, p.14). Ou seja, no mesmo número, comentando sobre o mesmo caso, temos a discrepância do militante que trouxe à tona suas tristezas e decepções com a política e as dificuldades do movimento, e a palavra da liderança dizendo ser simples a tomada de toda uma cidade. A dificuldade de furar o bloqueio monolítico tentado pela AIB era enorme, mas não impossível.

Com o fim do ano se aproximando, os jornais foram sacudidos pelas notícias da revolta comunista de novembro, onde batalhões do Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Pernambuco se sublevaram contra o governo Vargas, num movimento capitaneado por Luís Carlos Prestes, àquela altura, presidente de honra da ANL. Sobre esses acontecimentos, ficara famoso o episódio em que Plínio Salgado oferecera cem mil – em um outro trecho da entrevista, citam-se duzentos mil - integralistas para auxiliar o governo Vargas na repressão ao movimento. Desde as primeiras movimentações, Salgado dizia ter conhecimento da rebelião devido à grande infiltração comunista no seio das Forças Armadas. Nesse contexto *O Jornal* foi mais uma vez buscar as palavras do Chefe Nacional.

Salgado lembrou que a dissolução das milícias integralistas fora obra de uma maquinação dos comunistas que viam naquela organização um possível bloqueio para suas ações, ou seja, Salgado aproveitou a oportunidade para criticar a perda do seu organismo paramilitar, ao mesmo tempo que tentou colar a imagem de infiltração comunista também dentro do governo, que permitiu sua dissolução (O JORNAL, 4/12/1935). E os perigos – reais ou imaginários – não seriam obra somente dos comunistas, pois segundo sua fala, os integralistas já haviam sido convidados a participar de rebeliões para depor o governo, mas devido ao seu sentimento de respeito à ordem constituída, recusou a todos. Salgado, dessa forma, passou a imagem de personagem fiel a Vargas, mesmo em situação desvantajosa, onde o governo federal estava sob ataque, e ainda sem ter conhecimento total do tamanho das implicações dos revolucionários comunistas. Vejamos: “[...] contribuímos, para a manutenção da ordem, para prestigiar a autoridade e confortar o Exército Nacional” (O JORNAL, 4/12/1935, p.8). Esta firmeza de posições teria dado ao integralismo a envergadura moral para cooptar nada menos que oitocentos mil brasileiros, segundo sua entrevista (O JORNAL, 4/12/1935).

A presença do integralismo seria uma barreira contra o comunismo, notado, segundo Plínio Salgado, até mesmo nos jornais moscovitas e nas ordens da Internacional Comunista. Sendo assim, a AIB passou a atuar nos quartéis para evitar ali uma maior penetração do comunismo, mas sempre frisando o respeito à ordem, tornando-se assim o integralismo “um antídoto dentro dos quartéis, contra o veneno moscovita” (O JORNAL, 4/12/1935, p.8). A associação feita entre comunismo e doença, comunistas e insetos, aqueles que inoculam o veneno já nos é conhecida há muito tempo, mas aqui o ingrediente da ordem é interessante. Por mais que o integralismo estivesse na mira das autoridades desde a aprovação da LSN, Salgado fez questão de lembrar que o seu movimento atuou sempre ao lado das autoridades. Nesse caso, existiu uma tentativa de capitalização do momento político em prol da AIB, que desejava ser colocada como amiga das autoridades na luta contra o comunismo. Ao oferecer dez mil homens de imediato ao governo pernambucano, que o recusara, o Chefe Nacional afirmou que “O nosso respeito, porém, à lei, ao governo, à Constituição, às autoridades, tolhia os meus movimentos” (O JORNAL, 4/12/1937, p.8). Assim, mesmo fora do governo e descartado como tropa auxiliar, o integralismo de alguma maneira tentou tirar proveito do momento de tensão.

Entretanto, a trajetória do integralismo não foi tranquila nos meses seguintes. Acossados constantemente pelas organizações operárias que acabavam com suas reuniões públicas a tiros, sofrendo como minoria diminuta na câmara e, frequentemente, ameaçados

pela LSN, a AIB manteve uma postura muito defensiva durante os anos de 1936 e 1937. Não por acaso suas lideranças e militantes praticamente desapareceram das páginas de *O Jornal*, que passou a noticiar suas atividades sem abrir espaço para entrevistas. Somente em novembro de 1937 Plínio Salgado voltou a ser entrevistado, e mesmo assim, muito rapidamente, quando afirmou que apesar da tensão política extrema - após a revelação do plano Cohen -, o integralismo manteria suas tarefas sociais e educacionais. Fato é que, fosse na tribuna das casas legislativas, ou nas ruas das cidades, o integralismo não teve vida fácil nos anos de 1936 e 1937.

Assim, em dezembro de 1937, Salgado fez suas últimas aparições como entrevistado em *O Jornal*. Não mais como Chefe Nacional do integralismo, mas naquele momento, como um dos aliados da política com o golpe do Estado Novo. Ao comentar sobre a nova situação em que se encontrava o integralismo, não titubeou em afirmar que sua obra não era política, mas que apenas a participação na mesma fora uma necessidade do momento, devido ao combate contra o comunismo (O JORNAL, 4/12/1937). A “Associação dos Brasileiros Cristãos” viria então para substituir a AIB e manter seus projetos de assistência social. Seu nome depois seria definitivamente alterado para Associação Brasileira de Cultura. Chegava ao fim a era da AIB. Mas não necessariamente chegava ao fim o integralismo. Na véspera de natal, ainda subsistem desconfianças de um movimento armado dos integralistas, que Salgado se apressou em desmentir, mas garantiu que não tinha mais o controle sobre todos os antigos correligionários (O JORNAL, 24/12/1937).

Assim se encerrava a trajetória da AIB como organismo político. Sua atuação, como sabemos hoje, não seria extinta, mas realizada de outras maneiras. Suas lideranças tiveram espaço aberto na grande imprensa para expor suas ideias radicais, e através dessa possibilidade, observamos sensíveis diferenças no trato com os repórteres de grandes diários cariocas. Sua tão propagandeada unidade de ação, como vimos, não era perfeita. Estas nuances foram possíveis de serem vislumbradas através do registro histórico da imprensa. Suas páginas preservaram palavras preciosas de homens e mulheres que, por alguns instantes, estiveram fora da censura do movimento, além do rígido controle que a secretaria de propaganda da AIB impunha àqueles que tinham o direito de usar a palavra em nome do integralismo.

## CONCLUSÃO

Dentre as hipóteses iniciais lançadas por nós ainda no ano de 2016, algumas se mostraram frutíferas e acertadas, redundando nas conclusões que agora apresentamos. De fato, existia uma diferenciação fundamental entre o discurso propalado pelas lideranças integralistas nos seus livros e nos jornais. E isto não significa somente a obviedade da distinção do caráter da publicação, com diferenças de espaço e público. Isso seria falar mais do mesmo. Existia de fato uma mudança metodológica profunda em que a repetição de chavões e a simplificação extrema das informações demonstravam bem a visão elitista do movimento, que parecia ter certeza da incapacidade das classes menos abastadas em concatenar ideias minimamente embasadas historicamente. A formação de um esquema *diagnóstico-pânico-solução* foi por nós detectada na modalidade de publicação dos jornais. Faz-se um diagnóstico de determinada circunstância; afere-se que a situação ultrapassou todos os limites do tolerável; constata-se que a única forma de acabar com crise instalada é através da aderência ao integralismo. Este é um esquema que se retroalimenta, pois sem uma situação de crise, o fascismo tende a definhir (PAXTON, 2009).

Além disso, ficou claro para nós – o que já não era nenhuma novidade para um leitor atento – o caráter antissemita das publicações de Plínio Salgado, que em todos os momentos mostrou-se fascinado pelas teorias da conspiração que colocavam judeus, comunistas e grandes capitalistas como participantes de um complô para escravização da humanidade. Ainda assim, percebemos distinções neste antissemitismo dentro das diferentes publicações, onde o Chefe Nacional parecia se sentir mais à vontade em destrinchar suas teorias dentro de seus livros, enquanto que em *A Offensiva*, havia apenas o constante reforço da equivalência *judeu-comunista-capitalista*. Como já dito anteriormente, sua suposta moderação dentro do movimento neste quesito é mera fantasia. Nesse sentido, foi fundamental nossa consulta a obras integralistas que foram usadas como base para estudos clássicos, e a comparação com o material por nós utilizado, publicações da década de 1930.

Constatamos, por exemplo, que em sua principal obra, *Trindade* (1979) se utilizou algumas vezes do compêndio *Obras Completas*, reunião de textos de Plínio Salgado publicada entre 1954 e 1956, e que sofreu alterações no sentido de suprimir trechos antissemitas, provavelmente motivadas pelas descobertas do terror do holocausto. O que se escreve em 1934 é distinto do que é publicado duas décadas depois. Vejamos: “É o misticismo da raça judaica” (SALGADO, 1934, p.56) foi substituído por “É o misticismo da sua própria

raça” (SALGADO, 1954-56, p.55). Além disso, temos: “[...]uma orientação que, em vez de brasileira é inglesa, americana, ou francesa e, o que é pior, judaica internacional [...]” (SALGADO, 1937, p. 46) sendo substituído por “[...] uma orientação que, em vez de ser brasileira é inglesa, americana ou francesa [...]” (SALGADO, 1954-56, p.202). Além disso, e o que nos parece mais importante, é o total desaparecimento de quase cem páginas da obra mais virulentamente antissemítica de Salgado: *A Doutrina do Sigma*. As páginas desaparecidas são justamente aquelas onde abundam referências negativas sobre os judeus. De forma nenhuma nossa intenção é desabonar a pesquisa de Trindade (1979), realizada de forma pioneira e sem acesso às facilidades da digitalização de livros que possuímos atualmente. A nossa tentativa é explicar a razão da construção de uma figura moderada de Plínio Salgado quando o assunto é o judaísmo. Para nós, isto é reflexo muito mais de uma narrativa enviesada e muito aproveitada por seus herdeiros do que da realidade.

Por fim, no tratamento da documentação referente à grande imprensa, colhemos os resultados mais ricos, onde pudemos perceber com muito mais clareza as idas e vindas políticas do integralismo, principalmente, no que diz respeito à sua relação com as autoridades constituídas. Ministros de tribunais, ministros de Estado, o próprio presidente, todos de alguma forma foram tocados pelas entrevistas integralistas, e num *locus* privilegiado: o lado de fora da AIB. Afinal, tecer comentários sobre decisões judiciais ou entrevistas para sua própria militância era muito mais distinto do que falar para quarenta mil exemplares em um dia, onde a esmagadora maioria não seria de camisas verdes. Conseguir enxergar, mesmo que minimamente, o que era a vida fora do controle censor do integralismo, o que existia além do discurso pré-fabricado e repetido foi sublime. Assim o fizemos pela valiosíssima entrevista de Arthur Thompson Júnior, militante eternizado pelas páginas do jornal, como um homem comum e angustiado pelas intempéries do caminho na conquista de novos adeptos, profundamente entristecido com as palavras rudes dos caboclos idealizados por Salgado e pelas brigas entre as crianças que, como pela torcida por dois times de futebol, dividiam-se entre os “vivas” e os “morrás” ao integralismo.

O fascismo, historicamente sempre foi um grande inimigo da classe trabalhadora. Sempre foi utilizado pelo capitalismo como seu “cão de guarda da ordem burguesa”, em expressão cunhada por Gilberto Calil e que tão bem define intenções e práticas do fascismo. Sua sobrevivência depende fundamentalmente da crise, da dúvida, da desesperança. Para tanto, não hesita em fabricar este quadro, seja através de uma narrativa apocalíptica, ou mesmo provocando a crise através de atos violentos e de desestabilização. Entretanto, a receita passada por muitos intelectuais liberais de que, basta parar de falar do fascismo para

que ele desapareça, já se mostrou fracassada em outras oportunidades e, desta vez, não seria diferente. Estudar o fascismo é fundamental para compreendê-lo e, principalmente, combatê-lo.

As questões levantadas neste trabalho ainda nos parecem por demais atuais em nosso país e no mundo como um todo. As elevadas taxas de concentração de renda, a pauperização da população e o surgimento de discursos alinhados ao fascismo, nos fazem ter a impressão de que muitas vezes lemos o jornal da década de 1930 em 2020. O autoritarismo da sociedade brasileira parece pouco ter se modificado. As heranças dos séculos de escravismo ainda saltam aos olhos em qualquer análise mais pormenorizada dos discursos da extrema-direita em nosso país. Esta herança maldita ainda carece de ser superada, mas somente através do conhecimento sobre o tema será possível levar a cabo esse empreendimento.

Metodologicamente falando, nosso trabalho teve uma trajetória que se afastou – em alguns momentos - do que tradicionalmente se espera de uma tese de doutorado, trazendo explicações pormenorizadas e um recorte cronológico. Nossa intenção não foi inaugurar nenhuma corrente nova dentro da produção intelectual, mas apenas tornar mais inteligível ao público leigo aquilo que tratamos como óbvio dentro dos programas de pós-graduação no Brasil. Há longos anos a produção intelectual brasileira está atada a um academicismo que afastou o leitor em geral da produção de conhecimento baseada em um método científico e o empurrou em direção aos manuais e guias politicamente incorretos que tanto mal fizeram à formação política do nosso povo.

Buscamos mostrar que é possível produzir textos que sejam atrativos e didáticos ao grande público, sem perder a metodologia científica, que torna nossa produção uma das mais respeitadas no mundo, bastando ter a preocupação de não escrever somente para historiadores, mas também para as próximas gerações. Pensar constantemente se um aluno do Ensino Médio entenderia nossas palavras é exercício fundamental para reconstruir – se é que algum dia existiram – os laços entre a população e a Academia, e assim terminar de vez com o apartamento existente, resultado de uma metodologia que se importa mais em olhar para dentro dos muros da universidade do que para as escolas e bancos de ônibus em que se ostentam livros, onde o conhecimento apresentado garante apenas evitar que “você não seja um idiota”. A universidade no Brasil precisa de mais do que isso, precisa produzir um conhecimento que garanta a formação de um cidadão crítico e questionador, mas isso não pode ficar apenas na introdução de livros e entrevistas na televisão, deve partir imediatamente de nós e de nossos trabalhos.



Assim, esperamos de alguma forma contribuir para a superação do fascismo, mas não somente dele. Esperamos que, mesmo de forma discreta, estejamos contribuindo para superar o criador deste regime de exceção: o próprio capitalismo.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

BAHIA, Juarez. *História da imprensa brasileira: jornal, história e técnica*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil – 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARROSO, Gustavo. *A Sinagoga Paulista*. Rio de Janeiro. 1937.

\_\_\_\_\_. *O Integralismo e o mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

\_\_\_\_\_. *O Quarto Império*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1935.

BERTONHA, João Fábio. *Integralismo: Problemas, perspectivas e questões historiográficas*. Maringá: Editora da UEM, 2014.

BULHÕES, Tatiana da Silva. *O integralismo em foco: imagens e propaganda política*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: 2012.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro Caldeira. *Integralismo e política regional: a ação integralista no Maranhão (1933-1937)*. São Paulo: Annablume, 1999.

CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no processo político brasileiro – O PRP entre 1945 e 1965: cães de guarda da ordem burguesa*. 2005. 819f. Tese (Doutorado em História) - Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em História UFF/UNIOESTE, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2001.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na Era Vargas*. São Paulo: Editora Perspectiva: 2001.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: EDUSC, 1999.

CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado: formas de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

EBENSTEIN, Willian. *Corporativismo*. In. Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 2003.

KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LOVE, Joseph. *A Construção do Terceiro Mundo: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

LUCA, Tania Regina de e MARTINS, Ana Luiza. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

MORAIS, Fernando. *Chatô, o rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RAMOS, Vinícius. *As folhas dos jornais eram verdes? A Ação Integralista Brasileira nas páginas de O Jornal e Correio da Manhã (1933-1938)*. 2016. 116 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

REALE, Miguel. *O Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio editora, 1934.

\_\_\_\_\_. *ABC do Integralismo*. São Paulo: Editora da Revista Panorama, 1937.

SALGADO, Plínio. *Manifesto de Outubro de 1932*.

\_\_\_\_\_. *A Quarta humanidade*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio editora, 1934.

\_\_\_\_\_. *Despertemos a nação*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio editora, 1935A.

\_\_\_\_\_. *Carta aos camisas verdes*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio editora, 1935B.

\_\_\_\_\_. *O Esperado*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio editora, 1936.

\_\_\_\_\_. *A doutrina do Sigma*. São Paulo: SCHMIDT Editor, 1937.

\_\_\_\_\_. *Obras completas*. São Paulo: Editora das Américas, 1954-56.

\_\_\_\_\_. *O Estrangeiro*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio editora, 1972.

\_\_\_\_\_. *O Cavaleiro do Itararé*. São Paulo: Voz do Oeste, 1979.

SENTINELO, Jaqueline Tondato e BERTONHA, João Fábio. O conflito ítalo-etíope (1935-1936) no jornal *A Offensiva*: a solidariedade fascista, o valor dos “povos de cor” e a “civilização”. In: GONÇALVES, Leandro Pereira e SIMÕES, Renata Duarte. *Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista*. Guaíba: Sob Medida, 2011.

SILVA, Heber Ricardo. *A democracia impressa: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa – 1945-1948*. São Paulo: Cultura Acadêmica editora, 2009.

SIMÕES, Renata Duarte. Imprensa oficial integralista: usos e ciclos de vida do jornal *A Offensiva*. In. GONÇALVES, Leandro Pereira e SIMÕES, Renata Duarte. *Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista*. Guaíba: Sob Medida, 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2011.

TRINDADE, Hélgio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1979.

\_\_\_\_\_. *A tentação fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militantes integralistas*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2016.

VASCONCELOS, Gilberto. *Ideologia curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

WAINBERG, Jacques Alkalai. *Império de palavras*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

## **FONTES**

1 - Periódicos

A Offensiva

Correio da Manhã

O Jornal